



**Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas**

Mara Cristina de Lima Costa

**Trajatória da reforma agrária ambiental na Amazônia: avaliação de resultados em
Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, Sudoeste do Pará.**

**Belém
2019**

Mara Cristina de Lima Costa

**Trajectoria da reforma agrária ambiental na Amazônia: avaliação de resultados em
Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, Sudoeste do Pará.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Porro

**Belém
2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C837t Costa, Mara Cristina de Lima
Trajetória da reforma agrária ambiental na Amazônia: avaliação dos resultados em Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, Sudoeste do Pará. / Mara Cristina de Lima Costa. — 2019. 210 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Roberto Porto
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas
Familiars, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Reforma Agrária. 2. Projetos de Assentamento. 3.
Desenvolvimento Sustentável. I. Título.

CDD 630.9811

Mara Cristina de Lima Costa

**Trajatória da reforma agrária ambiental na Amazônia: avaliação de resultados em
Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, Sudoeste do Pará.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós graduação em Agriculturas Amazônicas Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Data de aprovação ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Roberto Porro (Orientador)
(EMBRAPA Amazônia Oriental)

Prof. Dr. Alfredo Kingo Oyama Homma (Examinador externo)
(EMBRAPA Amazônia Oriental)

Prof. Dr. Maurício Torres (Examinador interno)
(INEAF/UFPA)

Profa. Dra. Noemi Sakiara Miyasaka Porro (Examinador
suplente)
(INEAF/UFPA)

AGRADECIMENTOS

Ao longo desse período de mestrado, diversas foram as contribuições, tanto para a o meu desenvolvimento pessoal como para construção desta dissertação. Agradeço em especial à minha família por todo apoio e confiança, meus pais Ana Cristina e Francisco Fausto que durante esse período cuidaram com todo amor e dedicação do meu filho, enquanto estive longe. À minhas irmãs, Marla, Maria do Céu e Mayara, por sempre me encorajar, e meu filho Pedro Ernesto, que a cada sorriso e carinho me fortalecia a seguir a diante;

À Universidade Federal do Pará e ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares por todo aprendizado adquirido durante o curso;

À CAPES, pelo apoio financeiro ao longo destes dois anos de mestrado;

Ao Dr. Roberto Porro pela orientação, paciência, contribuições e incentivos;

Aos assentados do PDS Virola-Jatobá, PDS Esperança, PA Pilão Poente II e PA Pilão Poente III, pela confiança, apoio e recepção, sem eles esse trabalho não teria sido possível; a todos os demais informantes que aceitaram repassar seus conhecimentos e ao amigo Marksuel por todo apoio logístico em Anapu;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da UFPA por todo ensinamento e dedicação.

Aos colegas de mestrado da turma 2017, por toda demonstração de carinho e troca de conhecimentos.

RESUMO

O trabalho apresenta resultados da pesquisa que teve como objetivo analisar a trajetória de implementação da modalidade de assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS no Sudoeste do Pará, a fim de constatar a efetiva ocorrência de iniciativas ambientalmente diferenciadas. O recorte da pesquisa compreende o município de Anapu, pertencente a região da Transamazônica-PA, que devido ao modelo de colonização imposto pelo governo ocasionou diversos conflitos e tensões, principalmente em função da disputa pela posse da terra e do acesso a outros recursos naturais. Diante desses conflitos surge na região, por meio da luta dos movimentos sociais, a modalidade de assentamento PDS, como uma nova proposta diante dos problemas decorrentes dos assentamentos convencionais. Para a pesquisa foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, diagnóstico socioeconômico e realização de reuniões com grupos focais, o que possibilitou uma análise comparativa entre a modalidade de assentamento convencional e os PDS. Entre os principais resultados destacou-se que apesar da maior consciência ambiental entre os assentados dos PDS, as iniciativas ambientalmente sustentáveis ainda não são uma realidade nesses assentamentos. Os resultados do estudo concluem que a implementação de assentamentos ambientalmente diferenciados, apesar de ser proposta inovadora, não se concretiza de modo a alcançar o desenvolvimento proposto pela modalidade, sendo necessárias melhorias e maior investimento nas ações.

Palavras Chave: Reforma agrária, Projetos de assentamento, Desenvolvimento sustentável

ABSTRACT

The study presents results of a research that had as objective to analyze the path of implementation of the Sustainable Development Project- PDS, a land reform modality, in Southwest Pará, in order to verify the effective occurrence of environmentally differentiated initiatives. The research carried out in the municipality of Anapu, which belongs to the Transamazon region in the state of Pará. In Anapu, the mode of colonization imposed by the government caused several conflicts and tensions, mainly due to disputes over land ownership and access to natural resources. In the face of these conflicts, the PDS settlement modality emerges in the region as a new land reform proposal, through the struggle of social movements in the face of problems arising from conventional settlements. Qualitative and quantitative methods were used for the research. Data collection was carried out through semi-structured interviews, socioeconomic surveys and focus groups meetings, which allowed a comparative analysis between PDS and conventional land reform settlements. Among the main results it was highlighted that despite the greater environmental awareness among settlers of the PDS, the environmentally sustainable initiatives are not yet a reality in these settlements. The study concludes that the implementation of environmentally differentiated settlements, despite being an innovative proposal, did not achieve the developments proposed by the modality. Greater improvements and investments are needed in order to achieve these goals.

Keywords: Agrarian reform, Settlement projects, Sustainable development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1. Mapa de localização da área de jurisdição da Unidade Avançada do Inca de Altamira	42
Figura 1.2. Mapa de localização do município de Anapu	43
Figura 1.3. Mapa de localização dos assentamentos	16
Quadro 1. Hipóteses, objetivos, métodos e resultados esperados do estudo.....	49
Quadro 2. Informações sobre as reuniões com grupos focais realizadas na pesquisa	72
Figura 2.1. Reuniões de grupos focais nos assentamentos.....	74
Figura 2.2. Metodologia utilizada para a avaliação dos grupos focais	74
Figura 3.1. Índices gerados pelos grupos focais para infraestrutura social	26
Figura 3.2. Moradias construídas pelo Programa Nacional de Habitação Rural nos assentamentos	77
Figura 3.3. Índices gerados pelos grupos focais para infraestrutura produtiva	78
Figura 3.4. Índices gerados pelos grupos focais para organização social	80
Figura 3.5. Índices gerados pelos grupos focais para acesso a políticas públicas	82
Figura 3.6. Índices gerados pelos grupos focais para situação ambiental-capital natural	84
Figura 3.7. Índices gerados pelos grupos focais para a situação de renda, trabalho e finanças	85
Figura 3.8. Índices gerados pelos grupos focais para a atuação do Inca.....	86
Figura 3.9. Índices gerais de avaliação das condições dos assentamentos (Grupos focais).....	88
Figura 3.10. Médias ponderadas parametrizadas dos tópicos e do total geral (Grupos focais).....	89
Figura 4.1. Guaritas nos assentamentos PDS Virola Jatobá e Esperança.....	106
Figura 4.2. Danos ambientais causados pelas invasões à área de reserva coletiva no PDS Virola Jatobá	108
Figura 5.1. Fontes de renda: PA Pilão Poente III.....	146
Figura 5.2. Fontes de renda: PA Pilão Poente II	146
Figura 5.3. Fontes de renda: PDS Esperança.....	146
Figura 5.4. Fontes de renda: PDS Virola Jatobá	146
Figura 5.5. Fontes de renda: PA.....	146
Figura 5.6. Fontes de renda: PDS	146
Figura 5.7. Fontes de renda: total geral.....	146
Figura 5.8. Renda monetária por assentamento (R\$)	147

Figura 5.9. Renda monetária por modalidade, e geral (R\$).....	147
Figura 5.10. Área destinada para o cultivo de mandioca, através do sistema corte e queima	148
Figura 6.1. Patrimônio: PA Pilão Poente III.....	165
Figura 6.2. Patrimônio: PA Pilão Poente II	165
Figura 6.3. Patrimônio: PDS Esperança.....	165
Figura 6.3. Patrimônio: PDS Esperança.....	165
Figura 6.4. Patrimônio: PDS Virola Jatobá	165
Figura 6.5. Patrimônio: PA.....	165
Figura 6.6. Patrimônio: PDS	165
Figura 6.7. Patrimônio: Total geral	165
Figura 6.8. Valores absolutos do patrimônio familiar dos entrevistados	166

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Construção do objeto de pesquisa.....	13
1.2. Problemática	16
1.3. Hipóteses.....	18
1.4. Objetivos	19
1.4.1. Objetivo geral.....	19
1.4.2. Objetivos específicos.....	19
2. REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1. Reforma Agrária na Amazônia	20
2.2. Assentamentos ambientalmente diferenciados	26
2.3. Políticas para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.....	30
2.4. Conflitos socioambientais na Amazônia.....	34
3. METODOLOGIA	41
3.1. Área de estudo.....	41
3.2. Procedimentos metodológicos	47
3.3. Pesquisa bibliográfica e documental.....	51
3.4. Pesquisa de campo	52
3.5. Análise dos dados	58
4. A CRIAÇÃO DA MODALIDADE DE ASSENTAMENTO PDS EM ANAPU	59
4.1. Contextualização.....	59
4.2. A grilagem de terras na ocupação de Anapu	61
4.3. A luta dos movimentos sociais pela criação dos PDS em Anapu.....	64
4.4. A criação do PDS Virola Jatobá e PDS Esperança.....	68
5. PERCEPÇÃO DOS ASSENTADOS SOBRE O LUGAR EM QUE VIVEM.....	72
5.1. Avaliações por grupos focais	72
5.1.1. Infraestrutura social – capital físico	76
5.1.2. Insumos e infraestrutura produtiva.....	78
5.1.3. Organização social – capital social	79
5.1.4. Acesso a políticas públicas.....	81
5.1.5. Situação ambiental - capital natural	82
5.1.6. Renda, trabalho e finanças	84

5.1.7. Atuação do Incra	86
5.1.8. Discussão.....	88
5.2. Percepção dos assentados a partir da análise de seus discursos.....	90
5.2.1. Formação e ocupação dos assentamentos	91
5.2.1.1. <i>Projetos de Assentamento convencionais</i>	91
5.2.1.2. <i>Projetos de Desenvolvimento Sustentável</i>	94
5.2.1.3. <i>Mobilidade</i>	97
5.2.1.4. <i>Ocupação e mobilidade das famílias nas duas modalidades de assentamento</i> ..	99
5.2.2. Organização e interação social.....	102
5.2.2.1. <i>Organização social</i>	102
5.2.2.2. <i>Conflitos</i>	104
5.2.3. Atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias.....	109
5.2.3.1. <i>Caracterização das atividades econômicas praticadas nas duas modalidades</i>	109
5.2.3.2. <i>Conhecimento e assistência técnica</i>	112
5.2.4. Condição de vida e bem estar.....	114
5.2.4.1. <i>Condições de vida</i>	114
5.2.4.2. <i>Comunidade e bem estar</i>	117
5.2.4.3. <i>Projetos futuros</i>	118
5.2.5 Floresta, meio ambiente e sustentabilidade.....	120
5.2.5.1. <i>Floresta e meio ambiente</i>	121
5.2.5.2. <i>Sustentabilidade</i>	125
6. ANÁLISE COMPARATIVA DA CONDIÇÃO ECONÔMICA DOS	
ASSENTAMENTOS.....	128
6.1. Caracterização das famílias entrevistadas nos assentamentos	129
6.2. Categorias de renda monetária dos assentados	131
6.2.1. Renda derivada da produção agropecuária e florestal.....	132
6.2.2. Renda não agrícola, obtida fora do estabelecimento rural	134
6.3. Renda monetária agrícola e não-agrícola nos PAs e PDS	138
6.3.1. Renda agrícola identificada nos assentamentos	140
6.3.2. Renda não agrícola identificada nos assentamentos	142
6.3.3. Análise comparativa da composição e valor da renda monetária nos assentamentos	
.....	144
6.4. Patrimônio nos assentamentos	152
6.4.1. Bens de consumo e bens produtivos	153

6.4.2. Infraestrutura produtiva.....	156
6.4.3. Rebanho animal.....	157
6.4.4. Cultivos perenes: cacauero em produção.....	159
6.4.5. Árvores frutíferas	160
6.4.6. Condições da moradia	161
6.4.7. Análise comparativa do patrimônio nos assentamentos.....	164
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS.....	174
ANEXOS.....	186
ANEXO 1 - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ANÁLISE QUALITATIVA.....	187
ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO PARA DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	191
ANEXO 3- ROTEIRO PARA REUNIÃO COM GRUPOS FOCALIS PARA AVALIAÇÃO DO ASSENTAMENTO.....	200
ANEXO 4 - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA OS TÉCNICOS DAS.....	202
ANEXO 5- RESULTADOS DOS GRUPOS FOCALIS	204

1. INTRODUÇÃO

1.1. Construção do objeto de pesquisa

A política de reforma agrária é constante objeto de debate e contradições no cenário nacional. Na região amazônica, um aspecto que assume destaque nos últimos anos é o desmatamento nos assentamentos, gerando preocupação em diferentes setores da sociedade, que vêem a redução destes índices como um desafio para a sustentabilidade dos mesmos (ALENCAR et al., 2016). Tais debates têm contribuído para a formulação e implementação de políticas e programas, por parte da institucionalidade governamental, visando o desenvolvimento numa ótica de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

No entanto, as estratégias adotadas para a condução dos projetos de reforma agrária parecem não alcançar o êxito desejado, demonstrando a precariedade e inadequação das políticas públicas aplicadas nos assentamentos, especialmente as de crédito e assistência técnica, o que aponta para a necessidade de construir novas propostas para uma reforma agrária de qualidade.

Dentre as iniciativas de inserção da pauta ambiental no processo de reforma agrária, está à criação de modalidades de assentamento adequadas ao ambiente florestal, a formas de ocupação da terra que não as parcelares, e a outros instrumentos normativos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é responsável pela gestão dos assentamentos agrícolas “clássicos” (categoria em que agrupamos os antigos Projetos Integrados de Colonização – PIC, os Projetos de Assentamento Dirigidos – PAD, os Projetos de Assentamento Rápido – PAR e os mais recentes Projetos de Assentamento – PA). Além destes, existem hoje os assentamentos agroextrativistas (Projetos de Assentamento Extrativista ou Agroextrativista – PAE), os assentamentos agroflorestais (Polos Agroflorestais – PE) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

Dentre essas modalidades, os PDS têm se destacado, embora ainda haja dúvida quanto à sua real sustentabilidade ou capacidade de se diferenciarem dos PAs tradicionais. Segundo a Portaria n° 477/99 do Incra, o PDS é uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área. Seus fundamentos se baseiam no atendimento às especificidades regionais ao invés de considerar o potencial agrícola da terra; no interesse ecológico, além do social; na valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária; na concessão de uso da terra por

determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo a aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e no interesse ecológico de recomposição do potencial original da área (BRASIL, 2000).

A partir dessa constatação, torna-se oportuno realizar estudos e análises que possibilitem reflexões quanto ao paradigma de desenvolvimento sustentável atribuído à modalidade PDS, de assentamento de reforma agrária. É esta a perspectiva deste trabalho: avaliará assentamentos ambientalmente diferenciados, por meio de uma análise comparativa com assentamentos convencionais (PA). Para tanto, serão analisadas as ações de políticas públicas implementadas nesses assentamentos, a fim de constatar se realmente houveram iniciativas diferenciadas nos primeiros, alinhadas com perspectivas de desenvolvimento sustentável.

Delimitou-se como cenário social para investigação, a área de jurisdição da Unidade Avançada de Altamira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, região Sudoeste do Pará, microrregião de Altamira. A motivação para realização dessa reflexão teórico-investigativa surgiu em decorrência dos questionamentos e ponderações quanto à viabilidade da formação de assentamentos ambientalmente diferenciados, perante as condições que vigoram no contexto amazônico.

A escolha do município de Anapu, no sudoeste do Pará, como locus da pesquisa se deve ao processo de ocupação, criação e implementação dos assentamentos no município, caracterizado por diversos aspectos, tais como o histórico de sua ocupação, na região da Transamazônica; o histórico de conflitos sociais e ambientais nessa região; a mobilização e organização dos agricultores que persistiram na luta para a conquista da terra com o apoio das organizações sociais locais, em especial da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e as negociações destas junto ao poder público para a criação de um novo modelo de assentamento. O município é ainda o único pertencente à UA-Altamira em que foi possível identificar casos ativos das duas modalidades de assentamento pesquisadas, em localização factível para realização da pesquisa comparativa, levando em conta o acesso aos assentamentos e semelhança quanto ao tamanho de área, número de assentados e período de criação.

Os assentamentos estudados em Anapu pertencem, portanto, a duas modalidades: PA, que são projetos de assentamento convencionais, a modalidade mais comum no país, e PDS, cujos processos de ocupação e criação foram diferenciados. Os PAs na Transamazônica têm suas histórias de ocupação associadas à colonização espontânea, sendo que a maioria das famílias residentes nesses assentamentos chegou à região nas décadas de 1980 e 1990,

permanecendo em situação de posse durante muitos anos e conseguindo a regularização de suas terras com a criação dos assentamentos. Já os PDS surgem a partir da mobilização das organizações sociais locais, reivindicando uma alternativa que conciliasse justiça social num contexto de intenso desmatamento, provocado pelos interesses de diversos atores sobre os recursos naturais da região.

A pesquisa está estruturada em seis capítulos. O primeiro aborda a construção do objeto de pesquisa, a problemática, a pergunta de pesquisa, as hipóteses e os objetivos (geral e específicos). O segundo capítulo apresenta uma revisão de literatura que se encontra subdividida em quatro tópicos: No primeiro tópico apresenta-se um breve histórico da reforma agrária na Amazônia, perpassando pelas formas de colonização que desencadearam as lutas com vista ao acesso a terra; no segundo tópico é discutido o processo de criação de assentamentos diferenciados, onde é pautada a inclusão da variável ambiental, sendo também discutida a criação dos assentamentos especiais na Amazônia e os desafios desse novo modelo de assentamento; o terceiro tópico discute a introdução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, diante da sua vasta biodiversidade, sua sociobiodiversidade¹ e suas complexidades; o quarto tópico destaca aos conflitos socioambientais na Amazônia, advindos principalmente do processo de ocupação e desenvolvimento imposto pelo governo a partir do final da década de 1960, com ênfase para a região de estudo.

O terceiro capítulo trata da metodologia utilizada no trabalho para coleta e análise de dados, caracterizando a área de estudo, apresentando as técnicas utilizadas para a apreensão dos dados coletados em campo e os métodos pelos quais a análise foi realizada. O quarto capítulo analisa o processo de criação oficial dos PDSs em Anapu, de forma integrada à discussão sobre a questão ambiental no município. Ou seja, examina-se de que forma a mobilização e estratégias utilizadas pelos movimentos sociais na garantia do direito de acesso a terra para a agricultura, enquanto beneficiários da reforma agrária, resulta na criação de uma modalidade de assentamento diferenciada dos PAs convencionais.

O quinto capítulo traz a percepção dos assentados sobre a floresta e o meio ambiente, analisando, ainda, a ocorrência ou não de iniciativas com caráter ambientalmente diferenciado

¹ Sociobiodiversidade é um conceito que envolve a relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais (agrobiodiversidade) e o uso e manejo destes recursos junto ao conhecimento e cultura das populações tradicionais e agricultores familiares. São “bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem” (Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - MDA/MMA/MDS)

nos PDS comparados aos PAs. Nesse capítulo discute-se o contraste entre as modalidades de assentamentos pesquisadas, a fim de identificar se a modalidade PDS realmente difere dos assentamentos convencionais, na perspectiva dos assentados. Por fim, no sexto capítulo, serão examinadas, através da análise dos resultados de um diagnóstico socioeconômico, as diferentes atividades agrícolas e pecuárias, práticas de manejo e cultivo, e como as mesmas interferem na geração de renda e composição do patrimônio das famílias, para compreender a fixação das mesmas em seus lotes, comparando-se as duas modalidades de assentamento.

1.2. Problemática

O Incra enfrenta diversos problemas no que diz respeito à gestão ambiental dos projetos de assentamento, particularmente na Amazônia. A grande maioria dos projetos não conta com licenciamento ambiental, e as áreas escolhidas para os assentamentos não apresentam diversas características essenciais para garantia de sua implementação (NASCIMENTO SOARES, 2008).

Pelo fato de que a maior parte das ações de reforma agrária na Amazônia ocorrem em locais de fronteira², muitas vezes essas áreas não conseguem se desenvolver nos âmbitos sociais, ecológicos, culturais e econômicos, devido à ineficácia das políticas públicas, que além de enfrentarem inúmeras barreiras logísticas e a falta de recursos para sua execução, deixam de levar em conta as demandas, a cultura e as especificidades dessas comunidades. Dessa forma, pode-se entender que, além das estratégias políticas, a reforma agrária deve envolver também estratégias territoriais, sociais e econômicas, para uma prática devida de regularização fundiária. Na falta de um planejamento, a fronteira na qual se instalam os projetos de reforma agrária pode se converter em caso típico de tragédia dos bens comuns, como no caso clássico apresentado por Hardin (1968). O que pode ser observado também nos Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis, onde há parcelas de áreas de uso de domínio comum, para Cunha e Nunes (2008) é necessário que se desenvolvam novos arranjos institucionais comunitários que garantam a regulação dessas áreas, o que envolve um processo bastante complexo de negociação, resistência e disputas de poder entre grupos internos e externos ao assentamento, já que as formas legais de regularização do acesso e do uso de recursos naturais previstas não são suficientes para evitar “tragédia dos comuns”.

A criação de assentamentos de reforma agrária no estado do Pará tem levantado polêmicas que envolvem disputas pela terra e pela preservação do meio ambiente. Tal ocorre frequentemente na Superintendência Regional-30 (SR-30) do Incra, com sede em Santarém,

² Entendemos fronteira conforme definição oferecida por José de Souza Martins (1997).

que apresenta um cenário de caos fundiário gerado por homologações indevidas e sem rigor técnico de assentamentos (TORRES, 2016, p. 218).

Para Cunha (2009), a modalidade de Projeto de Assentamento (PA) surge como continuidade da política de “ocupação” da Amazônia, mais precisamente, como instrumento de reconhecimento de ocupações camponesas oriundas de colonização espontânea. Pelo discurso estatal, já não se tratava, de colonização ou regularização fundiária, mas de efetiva “reforma agrária”. Porém, tanto os PAs como a categoria PDS, como posteriormente viria a ocorrer, continuaram a servir de instrumento para atender aos interesses do capital em relação ao acesso a meios de produção.

A partir de 1999, devido às pressões para a contenção ao desmatamento, o Incra passa a discutir a dimensão ambiental das ações de criação e promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária. Com base nestas discussões, Incra e o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criaram instrumentos para a proteção do meio ambiente, entre eles, a Portaria MEPF nº 88 de 6 de Outubro de 1999, que direciona a obtenção de terras incidentes nos ecossistemas Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Pantanal e demais áreas ambientalmente protegidas para áreas já antropizadas. A portaria é considerada um importante marco na proteção ao meio ambiente no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, proibindo a desapropriação, a aquisição e quaisquer outras formas de obtenção de terras rurais em áreas com cobertura florestal primária. Isso desencadeou a criação de projetos de assentamento de reforma agrária ambientalmente diferenciados, por intermédio da Portaria Incra/P/nº 477, de 04 de novembro de 1999, que cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

No entanto, o processo de criação de assentamentos é complexo, sendo possível constatar resultados de uma reforma agrária distorcida, em que projetos são criados sem que hajam condições de infraestrutura para as famílias, o que leva ao insucesso e causa o retrocesso dessa política. Por outro lado, nas regiões de floresta, essa situação favorece a ação de comerciantes ilegais, especialmente de madeira, que negociam com famílias em estado de precariedade jurídica, para extração da matéria prima fundamental ao setor. O Incra estaria então contribuindo para que um número significativo de beneficiários da reforma agrária atenda, sobretudo, as demandas do setor madeireiro. Como consequência, os que deveriam ser beneficiados com a reforma agrária acabam sendo vítimas de um modelo de desenvolvimento que apenas se mascara no termo “desenvolvimento sustentável” (BRITO, 2013, p. 57).

Assim, por mais que a criação da modalidade PDS tenha beneficiado as famílias de agricultores e comunidades tradicionais, flexibilizando a criação de assentamentos em áreas

de floresta, sua aplicação efetiva contrariou completamente esse interesse inicial. Nas específicas circunstâncias que aconteceram na SR-30, foi possível constatar a criação de assentamentos com áreas imensas em locais totalmente inapropriados para esse fim, no entanto de grande interesse para o setor madeireiro (TORRES, 2012). Para o autor:

Nessa “reforma agrária” voltada à voracidade dos madeireiros, o Inkra ignorou a incompatibilidade entre os interesses dos madeireiros e dos camponeses sem terra. Para os primeiros, era necessário que os assentamentos fossem implantados em áreas com estoques ainda intocados de madeiras nobres, ou seja, nas distantes florestas primárias ainda não saqueadas. Porém, justamente essa condição eliminava a chance de famílias camponesas se instalarem no local. (TORRES, 2016, p. 215)

A situação foi denunciada publicamente em relatório (GREENPEACE, 2007) que demonstrou que diversos assentamentos rurais, embora existissem no papel, com lista de famílias assentadas e associação de moradores, não passaram de ficção. Diversas foram as irregularidades identificadas, em particular nos 97 assentamentos criados em 2006 na área de jurisdição da superintendência do Inkra em Santarém (SR-30).

O relatório de denúncia ainda aponta registros de retirada de madeira nativa em áreas da união, que em 2006 foram transformadas em Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), antes mesmo que os beneficiários tenham sido transferidos para as terras. O relatório, além de denunciar parceria entre Inkra e madeireiros, avaliou que nenhum dos assentamentos criados em 2006 possuía licenciamento ambiental, e só 26% dessas áreas contavam com o laudo agrônomo, que serve para comprovar condições viáveis para a produção dos futuros assentados.

Apesar da intensa discussão sobre a situação desses assentamentos, ainda há poucos dados disponíveis sobre sua qualidade e efetividade, e menos ainda sobre a situação da população assentada, o que ocasionou inquietude e interesse por essa pesquisa, com o intuito principal de avaliar a implementação da modalidade PDS na Unidade Avançada (UA) do Inkra em Altamira, desmembrada da SR-30 do Inkra, com intenção de averiguar se, ou em que, a mesma difere dos PAs tradicionais.

1.3. Hipóteses

- A instalação de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados na Unidade Avançada do Inkra de Altamira resultou de demandas dos movimentos sociais locais.
- Nos assentamentos da modalidade PDS da Unidade Avançada do Inkra de Altamira, constata-se a existência de iniciativas ambientalmente sustentáveis que resultam em maior conservação de floresta.

- Os assentados em PDS possuem um perfil diferenciado e maior consciência ambiental em relação aos beneficiários de assentamentos convencionais.
- A falta de investimentos do Estado em infraestrutura e apoio produtivo nos assentamentos ambientalmente diferenciados dificulta a fixação das famílias e leva ao fracasso desta modalidade de reforma agrária.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo geral

Analisar a trajetória de implementação da modalidade de assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS no Sudoeste do Pará, a fim de constatar a efetiva ocorrência de iniciativas ambientalmente diferenciadas.

1.4.2. Objetivos específicos

- Resgatar o surgimento e o histórico de implementação da modalidade de assentamento PDS na UA do Incra em Altamira, analisando o papel dos diferentes setores governamentais e da sociedade civil envolvidos em sua criação e sua relevância no âmbito da reforma agrária na Amazônia;
- Analisar e comparar a existência de iniciativas concretas com caráter ambientalmente diferenciado nos PDS e PAs convencionais no município de Anapu;
- Analisar e comparar a percepção dos assentados sobre floresta e meio ambiente nos PDS e PAs convencionais no município de Anapu;
- Analisar as condições econômicas, ambientais e sociais que contribuem para geração de renda e constituição do patrimônio familiar, para a fixação das famílias assentadas nas modalidades de assentamento PDS e PAs convencionais no município de Anapu.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Reforma Agrária na Amazônia

O modelo de produção agrícola que predominou no Brasil desde o início da colonização privilegiando oligarquias nos variados contextos políticos no país, tem como base o latifúndio e a monocultura. Esse modelo contribuiu para uma forte concentração de terras e de renda no meio rural, marginalizando a maior parte dos brasileiros que vivem no campo, principalmente aqueles que desenvolvem sua produção em unidades familiares (PALMEIRA, 1989; ALENTEJANO, 2012).

Nas décadas de 1960 e 1970, o avanço do capitalismo no campo brasileiro aumentou a concentração de terras e da renda, contribuindo para o fortalecimento do latifúndio, tendo como base o processo de modernização imposto pela “Revolução Verde”, pautado na lógica produtivista a fim de ampliar a exportação (GRAZIANO, 2013). No entanto os indicadores de modernização estavam muito concentrados nas regiões Sul e Sudeste, e parcialmente no Centro-Oeste, na época uma fronteira agrícola. A Amazônia e o Nordeste, nesse período, apresentavam índices bem mais baixos de modernização técnica, contribuindo assim para a heterogeneidade da agricultura brasileira, tanto no uso de tecnologia como nas relações de trabalho predominantes (DELGADO, 2005). Essas regiões apresentaram um desempenho marginal porque as políticas de estímulo criadas pelo governo militar não as atingiram (GRAZIANO, 1982), limitando sua capacidade de inclusão econômica e de geração de renda.

Em 1964, durante o governo militar, foi elaborado o Estatuto da Terra. Ao mesmo tempo, foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, com a finalidade de promover uma reforma agrária estruturante aliada à modernização do campo, pretendendo atender os princípios da justiça social e o aumento da produtividade agrícola. No entanto, o que se observou foi uma “modernização conservadora”, onde a agricultura estava cada vez mais integrada ao mercado e se apropriando de tecnologias avançadas, associada à manutenção da estrutura fundiária concentrada e intensificando o processo de desigualdade social (GRAZIANO, 1982). Em 1970, foram extintos o Ibra e o Inda e foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. A partir daquele ano, diversos programas especiais de desenvolvimento regional foram lançados. Porém, todos com impacto consideravelmente baixo comparado às metas propostas e aos recursos alocados.

Para Le Tourneau e Bursztyn (2010, p. 114), o novo órgão assumiu o papel de organizar a política de terras do governo, segundo os critérios vigentes. Por um lado, os focos

de tensão fundiária nas áreas de ocupação consolidada pela luta de terra por pequenos agricultores com ou sem terra, demandavam uma ação governamental coordenada. Por outro lado, no lugar de promover-se uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito, a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda não colonizados.

Nesse contexto, a colonização na Amazônia ocorreu de três formas: aquisição de terras por grandes companhias agropecuárias, promovidas por empresas privadas, a colonização oficial do governo, promovida pelo Incra e a colonização espontânea de terras públicas e privadas.

Os sucessivos governos, populistas e militares, favoreceram a colonização da região para “dar aos homens sem terras, as terras sem homens da Amazônia”, e, ao mesmo tempo, “integrar a região ao restante do país para não entregá-la”. Com a criação de imensos enclaves de empresas privadas e de polos regionais de desenvolvimento, mobilizaram a mão de obra excedente do Nordeste e do Sul, permitindo simultaneamente aliviar as tensões da periferia deprimida e conter a migração para o centro, que já mostrava sinais de saturação, criando condições para novos investimentos do centro e garantir a soberania nacional da área (BECKER, 1982, p. 29).

De fato, durante a década de 1970 e até meados da década de 1980 ocorreu um intenso fluxo migratório de agricultores para a região Amazônica. Esse processo migratório esteve intimamente relacionado aos projetos de colonização do governo militar. Os planos oficiais de ocupação da Amazônia foram definidos a partir da percepção de que a região consistia um “vazio demográfico”. Dessa forma, os governos militares pós-64 definiram como estratégia a integração nacional, que foi iniciada pela “Operação Amazônia”, cuja ideologia serviu de lema ao chamado Projeto Rondon: “integrar para não entregar”. Entre as diversas rodovias construídas neste período, destacam-se a BR-163 e BR-230, ao longo das quais inúmeros projetos de colonização foram desenvolvidos, atraindo milhares de migrantes (MARGARIT, 2013).

O discurso de ocupação dos espaços vazios na Amazônia, promovido pelos militares, logo se espalhou, fazendo com que em menos de cinco anos não fosse mais preciso que o governo federal investisse na propaganda, no transporte e no assentamento de famílias. Centenas de trabalhadores passaram a chegar por sua própria conta, iniciando assim uma migração espontânea ao longo das rodovias. Esse movimento pode ser verificado em quase todos os municípios do sul e sudeste do Pará durante os anos de 1970 e na década seguinte. Parte dessas famílias de agricultores que chegavam em busca de terras, não encontravam o

apoio do Incra, e passaram a ocupar muitas das propriedades às margens da rodovia Transamazônica, demarcando as terras por conta própria, em lotes de 100 hectares. De acordo com Sablayrolles e Rocha (2003), essa dinâmica promovida tanto pelos agricultores familiares excluídos do processo de colonização, como por sem-terra vindos principalmente da região Nordeste do país, trouxeram para a cena pública a questão da terra e, conseqüentemente, o debate sobre a reforma agrária, culminando em fortes demandas por parte do movimento social organizado para a criação de novos projetos de assentamentos.

Também fizeram parte da estratégia governamental, os investimentos no campo e os incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O governo federal, através de incentivos fiscais, abriu a Amazônia para projetos de ocupação ordenada, sob o controle e tutela do Estado. Iniciou assim uma dinâmica de expropriação e exploração irracional do território, resultando em desmatamento e muita violência. Os governos militares proporcionaram condições para que empresários e investidores do Sul e Sudeste se estabelecessem na região, favorecendo a expansão da pecuária que devastou a floresta na Amazônia Legal. Em 1970, no governo do general Médici, foi lançado o Plano de Integração Nacional (PIN), que tinha por objetivo a ocupação e povoação dos imensos “espaços vazios” da Amazônia (SAUER, 2005).

Diversos estudos apontam como o processo de colonização da Amazônia promovido a partir dos anos de 1970 efetivou a implantação do grande capital no Norte do país, até mesmo abastecendo a região de mão de obra para viabilizá-lo. Enquanto discursavam em favor dos pequenos, os militares acenavam aos grandes com a implantação de uma política de generosíssimos incentivos fiscais (TORRES, 2012). Nesse período, uma das medidas que o Estado toma é empreender grandes projetos de colonização na Amazônia, fazendo com que a luta pela terra não se transformasse em uma reforma agrária de fato. O Estado utiliza seu aparato para distribuir algumas terras, para não distribuir as terras de fato. (IANNI, 1979, p. 67).

A reforma agrária na Amazônia, no lugar de redistribuir terra, se fez a partir da colonização de novas terras, caracterizando-se como política de ocupação regional que trouxe graves conseqüências ambientais e inúmeras sociais, provocadas pelo abandono dos lotes e a posterior reconcentração das terras (BECKER, 2001). Assim, parte significativa dos conflitos fundiários e problemas ambientais na Amazônia resulta da implantação dos projetos de colonização cuja política agrária era baseada na distribuição de áreas nas novas fronteiras agrícolas. Assim, os projetos de colonização, incentivados por recursos governamentais, promoveram o deslocamento de um grande contingente de famílias em direção à Amazônia.

A falta de assistência governamental, no entanto, fez surgir novos focos de conflitos e disputas por terra, aumentando a violência no campo e a destruição ambiental na região (SAUER, 2005).

Diante disso, Ianni (1979, p. 137) denominou a colonização amazônica como a “contrarreforma agrária do Estado autoritário”, uma prática que visava “bloquear, suprimir ou reduzir às mínimas proporções a reforma agrária que os trabalhadores rurais estavam realizando”. A “ocupação” da Amazônia seria a forma encontrada pelo regime militar para não alterar a estrutura fundiária no Nordeste e Sul do país, palcos de grandes inquietações sociais já nos anos 1960, ao mesmo tempo em que buscava intervir na formação de posses por migrantes que espontaneamente se fixavam na região Norte e atraía mão de obra barata para os empreendimentos da fronteira econômica. Essa colonização dirigida se articula com a expansão da empresa privada agropecuária e outras atividades, com a proteção e incentivo econômico e político de órgãos estatais como a Sudam, Incra, Basa, Funai e outros. A colonização dirigida se configura, portanto como uma contrarrevolução agrária.

Pasquis et al. (2005) afirmam que nunca houve reforma agrária. Ainda que, ao longo das três últimas décadas, tenha havido alguns casos de redistribuição de terras como resposta às pressões dos agricultores sem terra, nunca houve um processo sistemático de expropriação e divisão de terras. O que ocorreu, na verdade, foi um processo de colonização que atraiu a mão de obra excedente de outros estados e favoreceu a concentração fundiária, mas impediu que a reforma agrária acontecesse nessas regiões. E esse processo foi acompanhado de concentração de renda, ao mesmo tempo em que favoreceu a expansão do setor agropecuário de grande escala.

A aliança entre um modelo de desenvolvimento calcado no agronegócio e na exploração de madeira, baseado na apropriação fundiária, traz como consequência a apropriação ilegal e predatória dos recursos naturais, da biodiversidade e das vidas dos agricultores, posseiros, ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas da Amazônia. Uma prática que se tornou comum na região foi a “grilagem” e a apropriação ilegal de terras públicas, tornando-se marca conhecida da formação da estrutura fundiária da Amazônia, caracterizando-se como componente importante do processo de concentração da terra. De acordo com o Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil (s.d., p. 12):

A grilagem de terras acontece normalmente com a conivência de serventuários de Cartórios de Registro Imobiliário que, muitas vezes, registram áreas sobrepostas umas às outras, ou seja, elas só existem no papel. Há também a conivência direta e indireta de órgãos governamentais, que admitem a titulação de terras devolutas estaduais ou federais a correligionários do poder, a laranjas ou mesmo a fantasmas, pessoas fictícias, nomes criados apenas para levar a fraude a cabo nos cartórios.

Depois de obter o registro no cartório de títulos de imóveis, o fraudador repetia o mesmo procedimento no Instituto de Terras do Estado, no Cadastro do Incra e junto à Receita Federal. Seu objetivo era obter registros cruzados que dessem à fraude uma aparência de consistente legalidade. (BRASIL. Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil. Brasília: MDA, [s.d.]. p. 12.)

As primeiras ações do governo federal no sentido da regularização fundiária na Amazônia Legal correspondem ao período entre 1979 a 1984, e partem justamente da perspectiva de retomar e arrecadar terras griladas ou devolutas.

Quase parado no final dos anos 1970, o processo de reforma agrária retoma força no início dos anos 1980. Vários conflitos fundiários na região Norte e o medo de que eles pudessem resultar em uma nova guerrilha, como a do Araguaia, levaram o governo a criar um ministério extraordinário para os assuntos fundiários e dois grupos executivos para resolver as dificuldades: o do Araguaia Tocantins (GETAT) e o do Baixo Amazonas (GEBAM). Mas os dois grupos pouco fizeram, além da regularização fundiária de posses. Ao mesmo tempo, novos assentamentos continuavam a ser criados, em Rondônia principalmente. No total, 38.000 famílias teriam sido instaladas na Amazônia Legal entre 1979 e 1985, durante o mandato do último presidente do período militar (João Figueiredo). (LE TOURNEAU; BURSZTYN 2010, p. 115)

No começo da década de 1980, com o esgotamento do ciclo de crescimento econômico e da ditadura militar, ocorre uma ampla articulação dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária, surgindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, formalmente constituído em 1984) e a Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), além de outros movimentos sociais que tinham como pauta uma reforma agrária com um conjunto de medidas estruturais necessárias para melhoria da sociedade, propondo a criação de novos modelos agrário e agrícola que garantissem o desenvolvimento econômico, político, social, cultural e ambiental para todo o meio rural (RANIERI, 2003). A Comissão Pastoral da Terra (CPT) passa a ser fortalecida pela Igreja Católica, e várias organizações não governamentais surgem em apoio à reforma agrária (DELGADO, 2005).

Apesar dos fortes conflitos já decorrentes no campo, apenas a partir de 1985, com a pressão dos movimentos sociais, a reforma agrária passou a ser claramente assumida pelo governo como uma prioridade nacional. Nesse ano, com o fim dos governos militares, o presidente José Sarney criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, ao qual o Incra passou a ser subordinado. Nesse ano o Incra apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que tinha como objetivo principal promover a melhor distribuição da terra, através da eliminação progressiva do latifúndio e minifúndio, garantindo os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural (BRASIL, 1985). Diante de pressões contrárias à reforma agrária, o plano original sofreu alterações

significativas, dificultando o processo de desapropriação. Como resultado, o número de beneficiários de projetos de reforma agrária no final do governo Sarney (1990) não atingiu 10% da meta inicial. Nesse governo, o Incra chegou a ser extinto (1987) e restabelecido (1989) (RANIERI, 2003).

A região amazônica foi foco, portanto, das principais ações governamentais, com maior número de famílias assentadas e área ocupada, resultado de iniciativas governamentais de apoio à colonização por empresas privadas e cooperativas, vindas principalmente da região Sul (IANNI, 1979; VEIGA, 1996). PACHECO et al. (2009) analisaram esses dados conforme três períodos da história recente do Brasil: a ditadura militar e os primeiros governos da Nova República (1964-94), a era Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006). A porcentagem de famílias assentadas na Amazônia, em relação ao resto do país resultou em 74%, 50% e 78%, respectivamente, para cada período citado. De acordo com Le Tourneau e Bursztyn:

Os assentamentos do Incra na Amazônia continuam superando os das outras regiões. Dos 8.200 assentamentos cadastrados no SIPRA [Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária] até 31/12/2008, 3.019 são na Amazônia Legal, totalizando 655.325 lotes (do total de 1.012.471, ou 67,7%) e 44,24 milhões de ha (do total de 54,3 milhões, ou 81,4%) (LE TOURNEAU; BURSZTYN 2010, p.8).

No entanto, apesar da grande importância dos assentamentos rurais para a distribuição de terras, as atividades desenvolvidas pelas famílias como agricultura e extração de madeira têm grande potencial para o aumento do desmatamento e degradação florestal na região. Assim, a consolidação dessa política vem gerando um cenário de degradação ambiental na Amazônia, fortalecendo a ideia abordada por Santos et al. (2011) quando argumentam que, além dos projetos de colonização, outros empreendimentos acabaram por atrair migrantes, sobretudo, agricultores familiares, e que, atrelado à posterior ausência de assistência pelo Estado, diversos migrantes, num ambiente desconhecido, acabaram tanto exaurindo seus recursos financeiros quanto contribuindo para a deterioração dos recursos naturais existentes, concorrendo assim para um quadro cada vez maior de incertezas e conflitos.

A nova fronteira do desenvolvimento, propagada pelo governo federal, atraiu também o interesse de empresas madeireiras e mineradoras que intensificaram suas atividades na região a partir dos anos 1980, quando haviam se esgotado a maior parte dos estoques das regiões mais acessíveis, como a BR 316 (Belém-Brasília), Sul do Pará e região das ilhas próximas de Belém. Na ausência do poder público, as empresas madeireiras passaram a comandar a abertura de várias estradas vicinais para exploração madeireira na região.

O modelo de desenvolvimento implantado acabou, portanto, contribuindo com o processo de concentração fundiária na região da Transamazônica, visto que a política agrária era baseada na distribuição de áreas nas novas fronteiras agrícolas. Simultaneamente, os incentivos à pecuária extensiva e o aumento da exploração ilegal da madeira e grilagem permitiram concentração ilícita de riquezas, especialmente terras e recursos florestais. Por outro lado, o abandono dos pequenos produtores imigrantes pelo poder público gerou grande empobrecimento. Ambos os processos resultaram na degradação das terras ao longo da rodovia, no insustentável avanço às áreas de floresta e na crescente insegurança quanto à propriedade da terra.

Nesse contexto de crescente desmatamento, e devido à restrição legal imposta a partir de 1998, novos instrumentos de regularização fundiária com propósitos ambientais foram criados pelo Incra, como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), e Projetos de Assentamento Florestal (PAF).

2.2. Assentamentos ambientalmente diferenciados

A história dos assentamentos de reforma agrária no Brasil se inicia na década de 1960, com as discussões sobre as reformas de base e a pressão popular sobre o latifúndio, que culminou com o Estatuto da Terra, em 1964 (SAUER, 2005; SPAROVEK, 2003).

A partir da década de 1970, políticas desenvolvimentistas foram implantadas na região Amazônica pelo governo militar, fortemente voltadas para a ocupação do território nacional, com objetivo de ocupar demograficamente e, assim desenvolver a economia numa estratégia de integração regional, usando assim a reforma agrária como uma das estratégias para promover esta ocupação (DELGADO, 2005).

Levantamento realizado pelo IPAM em 2016 indicava a existência de 9.374 assentamentos na base de dados do Incra. Na Amazônia Legal eram 3.518 projetos. Do total nacional, somente 2.982 (32%) eram georreferenciados e passíveis de análise espacial sobre a dinâmica do desmatamento. Desses, 2.217 estavam localizados no bioma Amazônia. Esse conjunto de assentamentos georreferenciados no bioma ocupa 34,5 milhões de hectares, dos quais 12,7 milhões de hectares encontram-se desmatados, representando 37% da área total dos assentamentos e 40% da área de floresta original existente nos mesmos (ALENCAR et al, 2016, p.11). Segundo a pesquisa, quase dois quintos da área de floresta foi convertida em outros usos da terra. Então, não se deve ignorar que os assentamentos de reforma agrária, na forma como são conduzidos, contribuem ao processo de degradação da cobertura vegetal da região e ao conseqüente aumento dos índices de desmatamento.

Ressalta-se que, nas primeiras fases do processo de assentamento no Brasil, uma das condicionantes para assegurar a posição de assentado era “beneficiar a terra”, conceito que significava desmatar a floresta para produção agropecuária. Portanto, na Amazônia, os projetos de colonização, na concepção inicial, e mais tarde, os projetos de assentamento convencionais, foram criados para garantir terra a famílias sem terra, de forma que pudessem produzir a partir da substituição da floresta por cultivos agrícolas e pastagens. Este é um dos principais determinantes para o desmatamento nos projetos de assentamento criados durante essas fases, sendo o desmatamento incentivado pelo governo como estratégia necessária para a ocupação, produção e garantia de posse da terra (ALENCAR et al., 2016).

Além disso, a dinâmica social de ocupação de terras públicas e os conflitos fundiários em áreas privadas na Amazônia provocam uma situação na qual muitos assentamentos são criados desconsiderando a aptidão agrícola, topografia, drenagem, flora, fauna e presença de populações tradicionais (indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, etc.) (LEITE et al., 2011).

Os assentamentos de reforma agrária representam uma peça importante na compreensão da dinâmica do desmatamento na Amazônia (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010). Em 2008, tal fato ganhou mais destaque quando o Ministério do Meio Ambiente (MMA) incluiu os projetos do Incra na lista dos maiores responsáveis pelo desmatamento da Amazônia. Para Brandão Jr. e Souza Jr. (2006), mesmo que as áreas nas quais os projetos são instalados possam ser antigas fazendas, já com certo grau de desmatamento, observa-se sempre um surto de desflorestamento logo após a criação dos projetos, sinalizado por taxas de desmatamento anuais muito altas.

Diante disso, os responsáveis pela condução das políticas de reforma agrária no país no final da década de 1990 também buscaram novos paradigmas e oportunidades para gerar um processo de desenvolvimento social, econômico e ambiental, com uma nova relação do homem com a terra, a partir do conceito da sustentabilidade. Nesse contexto, o tema desenvolvimento sustentável foi inserido na política agrária a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA II), apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília. A Portaria do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) nº 88/99, desestimula a obtenção de florestas para a criação de projetos de assentamento convencionais, cria vários instrumentos legais de planejamento e peças técnicas necessárias para o licenciamento ambiental dos assentamentos, o reconhecimento do território de populações tradicionais como assentamento, e o reconhecimento de populações tradicionais como clientes da reforma agrária (ARAÚJO, 2006).

Com a Portaria MEPEF nº 88/99, o Incra passa a criar novas modalidades de assentamentos especiais, com a perspectiva de diminuir ações predatórias contra a floresta: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), e Projeto de Assentamento Florestal (PAF) (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010, p. 118).

Nos novos projetos de assentamento busca-se combinar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integração produtiva com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência com massividade. Pretende-se, assim, criar as condições para que o modelo agrícola possa ser alterado, introduzindo-se maior preocupação com a distribuição de renda, a ocupação e o emprego rural, a segurança alimentar e nutricional, o acesso a direitos fundamentais e o meio ambiente (BRASIL, 2003, p.10).

Esta premissa é confirmada pelo relato de que “A inclusão da variável ambiental no âmbito das ações de criação e promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária indica mudança significativa na forma de atuação do Incra”. Neste caso, afirma-se que tal postura seria conduzida por aspectos como o respeito às diversidades ambientais, a promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais e a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental dos assentamentos.

Dentre as modalidades de assentamento ambientalmente diferenciadas, o PDS apresenta destaque, com significativo número de assentamentos. A modalidade era inicialmente destinada às populações que fundamentam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e outras atividades de baixo impacto ambiental em áreas de preservação ambiental com a supervisão e orientação do Incra, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão estadual ou municipal de meio ambiente ou organização não-governamental previamente habilitada. Em 2002, a portaria de criação foi modificada pela Portaria Incra 1040/2002, ampliando a destinação de terras públicas com cobertura florestal para “populações não extrativistas ou não tradicionais”.

O PDS apresenta-se então como uma possibilidade de mediar o desmatamento vigente, apresentando uma proposta de combinar a agricultura ao uso sustentável dos recursos naturais. Na modalidade PDS, os assentados dispõem de áreas para uso alternativo, utilizadas como espaço de moradia e atividades agropecuárias, envolvendo cultivos agrícolas, criações de animais e extrativismo. O restante das terras do assentamento consiste em reserva legal, para uso coletivo. Assim, critérios que distinguem o PDS dos demais assentamentos rurais tradicionais é que estes são regulados por “conjunto de normas, regras e diretrizes, formuladas num Plano de Utilização – PU” (GUZZO; SANTANA, 2009).

O histórico dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável no estado do Pará tem sido marcado por conflitos sociais decorrentes de disputas por terra e recursos naturais, concebidos em distintas lógicas econômicas, sociais e ambientais. O Sudoeste do Pará possui um total de 37 projetos de assentamento na modalidade PDS, correspondendo a 16,75% do total de assentamentos na região. Destes, 17 são de jurisprudência da SR-30 e 20 da Unidade Avançada de Altamira.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo PDS, combinando atividades produtivas à conservação dos recursos naturais, ainda constitui um dos maiores desafios para os assentados, visto a resistência de muitos moradores que não concordam com o modelo do projeto e suas regras. Além disso, a região é muito cobiçada por madeireiros que ainda procuram explorar madeira ilegalmente.

O PDS constitui, sem dúvida, uma alternativa ao desenvolvimento econômico sustentável na Amazônia. No entanto, por se tratar de uma ruptura com práticas há muito justificadas como racionais, apesar de seu impacto ambiental negativo e resultado econômico controverso, as transformações demandarão certo tempo para serem incorporadas no cotidiano dos agricultores, especialmente os mais resistentes.

Para se atingir um desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária, é necessário considerar seus aspectos sociais, econômicos e ambientais. É preciso que os órgãos envolvidos estabeleçam um conjunto de ações e políticas públicas que impeçam o agravamento dos problemas sociais e ambientais e satisfaçam os pré-requisitos econômicos aos quais a reforma agrária procura responder. Assim, a modalidade PDS se depara com diversos desafios, principalmente relacionados à mobilidade dos assentados, meios para geração de renda, e a resistência por parte daqueles que discordam de suas normas e avançam os limites impostos para uso individual.

O contraste em questão consiste no dilema entre a tentativa do poder público de criar o PDS como modalidade de assentamento especial para satisfazer um novo padrão de reforma agrária exigida pelo contexto ambiental, e o propósito das unidades familiares desses PDS reproduzirem seu modo de vida de acordo com regras sociais tradicionais. Le Tourneau e Bursztyn (2010) problematizam a relação entre a justificativa e a função da política social de reforma agrária e a política ambiental na Amazônia, considerando a correlação de forças políticas na região. O descompasso entre as políticas ou sua ausência de efetividade, demonstra a repetição de um cenário semelhante ao do início da década de 1980, quando o Incra e o governo se desinteressam pela “criatura” colonização, tal como exposto por Hébette (2004).

2.3. Políticas para o desenvolvimento sustentável na Amazônia

A Amazônia é reconhecida como a maior extensão contínua de floresta tropical do planeta. No Brasil, o bioma totaliza 4,2 milhões de km². A região possui a maior rede hidrográfica do mundo, com 15 % da água doce não congelada, e seus ecossistemas abrigam uma estimativa de 20% da biodiversidade do planeta. A Amazônia apresenta, portanto, grande potencialidade para produtos in natura, farmacêuticos, tecnológicos, essências, entre outros (AZEVEDO-RAMOS, 2009). Dessa forma, por ser considerada uma região rica em biodiversidade, ganha importância nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Segundo Schneider et al. (2000), é necessário que o governo assuma a responsabilidade de garantir o desenvolvimento sustentável na Amazônia, estabilizando a economia local através de instrumentos econômicos, estratégicos e de comando e controle. Para os autores a política governamental deve conciliar os interesses sociais de curto e longo prazo; e os interesses dos diversos atores na sociedade, o que envolve os níveis local, estadual, nacional e global.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia brasileira sempre priorizaram a integração da região ao território nacional e o desenvolvimento econômico com base na exploração dos recursos naturais e da mão de obra. O resultado desse esforço ao longo das décadas foi a destruição de grandes áreas de floresta e o aumento populacional urbano desordenado (BECKER, 2001). O desenvolvimento da Amazônia foi, portanto, fortemente determinado por um intenso processo de colonização, com grandes projetos de infraestrutura e exploração financiados pelo Estado.

Oficialmente, a preocupação do governo era ocupar um espaço considerado como “vazio demográfico”. Para isso, ferramenta fundamental foi o Programa de Integração Nacional (PIN), de 1970. Utilizando-se do slogan “integrar para não entregar”, que tinha como principal objetivo estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). As rodovias, por si só, já seriam suficientes para fomentar a ocupação na Amazônia. Entretanto, as políticas públicas do governo militar potencializaram o poder de ordenamento espacial ao longo das mesmas (MARGARIT, 2013).

Como parte dessa dinâmica, no início da década de 1970 foi estabelecido o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA, 1972-1974). A partir de políticas estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979) foram posteriormente criados o II PDA (1975-1979) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

(Polamazônia). Segundo o governo, estes seriam bases de um “modelo amazônico de desenvolvimento” (BRASIL, 1976).

A partir de meados dos anos 1980, esse modelo de desenvolvimento começa a ser questionado, e se iniciam discussões incluindo o meio ambiente como novo elemento a ser considerado nas políticas públicas de desenvolvimento, já que se tornam visíveis as consequências deixadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, como a escassez dos recursos naturais, o efeito estufa e o aquecimento global (LIMA; POZZOBON, 2005). Essas questões ganham visibilidade política, e passam a demandar a intervenção do Estado na busca de um novo modo de garantir o desenvolvimento sem deixar de lado a proteção da natureza.

O conceito de “desenvolvimento sustentável” passa a ganhar espaço no âmbito das organizações internacionais, principalmente após o Relatório Brundtland, que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum” e a Conferência das Nações Unidas, também chamada de “Rio 92”, onde foram apresentados estudos sobre as mudanças climáticas como resposta à crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX (BARBOSA, 2008).

Veiga (2005) analisa que o conceito desenvolvimento sustentável é apresentado à sociedade como o maior desafio da humanidade no século XXI. Quando caracterizada como conceito político, a sustentabilidade se torna uma meta que demanda planejamento, decisões e ações, que só podem ser realizadas a partir de um debate político que resulte na implementação de políticas públicas.

A ideia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Isto é, o respeito à natureza passa pelo comprometimento com os direitos humanos fundamentais, visto que são inalienáveis (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1991, p.46). Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações de uma vida melhor (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1991, p.46-47).

Ao contrario dos processos tradicionais de exploração da Amazônia, o governo inicia um esforço considerável para consolidar políticas de desenvolvimento sustentável. Dentre essas iniciativas, o Plano Amazônia Sustentável-PAS, apresentado em 2008, era a iniciativa mais importante de articulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região, como principal referência de um novo modelo de desenvolvimento econômico para a Amazônia, propondo um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento sustentável,

com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais, capaz de favorecer o crescimento da economia, atender as principais demandas da população local e romper com modelos anteriores. O PAS se propõe a evitar que as estratégias de desenvolvimento sejam simplesmente transferidas para a Amazônia sem a adequação necessária à realidade regional (BRASIL, 2008), e tem como objetivo principal:

(...) a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, mediante a implantação de um novo modelo pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infraestrutura, voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, e visando a elevação do nível de vida da população (BRASIL, 2008, p. 55).

O Plano, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, organiza-se em cinco eixos temáticos: (1) produção sustentável com inovação e competitividade; (2) inclusão social e cidadania; (3) gestão ambiental e ordenamento do território; (4) infraestrutura para o desenvolvimento; e (5) novo padrão de financiamento. Sua principal diferença com relação aos antigos planos é o reconhecimento da importância do crescimento dos investimentos e do PIB regional, porém baseado num processo de construção de instituições adequadas, geração de capital social e mobilização de sinergias entre Estado e sociedade, descentralização de políticas públicas e participação da sociedade (BRASIL, 2008).

As diretrizes do PAS se inserem plenamente na Política Nacional de Desenvolvimento Regional que, partindo de uma visão nacional, baseia-se na identificação de mesorregiões, para as quais deve ser formulado um planejamento específico, no contexto de princípios gerais de desenvolvimento sustentável. Tal ótica é fundamental, sobretudo, para a Amazônia, onde condições históricas, geográficas, econômicas e culturais geram demandas e possibilidades de parcerias diversas, visando reduzir a pulverização de recursos, favorecendo a tão almejada presença do Estado, demanda de todos os atores regionais (BRASIL, 2008).

Ao pensar o desenvolvimento de uma região com as dimensões Amazônicas, é importante considerar, além da biodiversidade, também a sociodiversidade e suas complexidades. Esse é um dos grandes desafios apresentado pelo PAS.

Um dos principais desafios do planejamento do desenvolvimento regional sustentável é lidar com esta diversidade sub-regional e local, nas diversas escalas e segundo múltiplos critérios. Tratar a Amazônia como uma grande região homogênea não é mais uma abordagem adequada. Algumas questões relativas ao planejamento regional podem ser tratadas em grandes agregados, mas outras, especialmente quando exigem a participação dos atores locais, demandam recortes específicos em espaços menores (BRASIL, 2008, p.27).

Bertha Becker (1930-2013) aponta que a maior falha dessa política de desenvolvimento da Amazônia foi o caráter homogeneizador, que trata a região como

uniforme em caráter, ignorando a diversidade socioambiental. Reforça que uma solução tanto para a questão social, como ambiental, seria a implementação de uma política regional de desenvolvimento, consolidando os povoamentos existentes, elevando-se a produtividade dos pequenos produtores e promovendo a proteção ambiental, por meio da utilização de instrumentos econômicos de incentivo (BECKER, 2005).

A participação da sociedade é uma das inovações metodológicas do PAS, que prioriza a integração, necessária e indispensável, de diretrizes, políticas e ações do governo federal com os governos estaduais. Assim, a busca de sustentabilidade por meio de alternativas políticas que considerem a importância da participação local se transforma em uma meta com crescente legitimidade (BRASIL, 2004).

Em uma análise do PAS, Madeira (2012) argumenta que embora o governo brasileiro afirme apresentar um novo modelo de desenvolvimento, a sustentabilidade no PAS é garantida principalmente para grandes grupos econômicos. Como nos planos anteriores, nos projetos vinculados ao PAS, as grandes empresas podem ter seus custos reduzidos com base na infraestrutura garantida pelo governo. Além disso, até certo ponto como um diferencial, também são estimuladas a encontrar novas alternativas para obtenção de lucro por meio da exploração de recursos e serviços ambientais. Para o autor, existem mais sinais de continuidade do que de ruptura com os modelos anteriores:

O referenciamento do PAS na noção de desenvolvimento sustentável não implica em mudanças, por algumas razões básicas. A principal delas é que desde a sua origem, esta noção vincula-se essencialmente às oportunidades de valorização do capital a partir de novas formas de exploração da natureza e dos ditos serviços ambientais. Entretanto, as populações da maior parte da Amazônia continuam a se defrontar com incontornáveis barreiras para explorar de forma autônoma os recursos minerais e da floresta (MADEIRA, 2014, p.28).

Neste sentido, constata-se que a questão do desenvolvimento sustentável sugere ao modelo tradicional de desenvolvimento a responsabilização dos impactos ambientais, o que demanda a promoção de políticas que articulem o desenvolvimento econômico e social, concomitante ao desenvolvimento e a sustentação ambiental. O modelo de desenvolvimento buscado deve se constituir como um modelo que apresente uma riqueza de alternativas frente à diversidade cultural, social e econômica de cada região, que tenha como prioridade as necessidades sociais da população, que seja capaz de enfrentar a crise social e ambiental, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos com efetivo acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos e ambientais (SILVA; CAVALCANTI, 2012). Segundo os autores, esse processo não consiste apenas em listar regras para se alcançar a sustentabilidade, mas buscar alternativas e estratégias de gerir os recursos naturais de forma

a promover o bem estar social, sem que isso venha a comprometer o capital natural. As políticas públicas necessitam ser “desenhadas no contexto de princípios éticos relativos ao bem estar das gerações atuais e futuras” (SILVA; CAVALCANTI, 2012, p. 384).

É importante considerar uma possível incoerência conceitual entre alguns dos autores referenciados na pesquisa, dada a diversidade de linhas de pesquisa ao se tratar do tema proposto.

2.4. Conflitos socioambientais na Amazônia

As mudanças estruturais ocorridas na Amazônia a partir do final da década de 1960, advindas do processo de ocupação e de desenvolvimento impostos pelo governo, acarretaram inúmeras consequências sobre o espaço e os povos amazônicos, cujos impactos puderam ser notados nos ecossistemas regionais, nas formas de ocupação da região e na organização sociocultural das populações amazônicas. Os planos desenvolvimentistas, que almejavam a integração da região ao restante do país, trouxeram consigo uma grande quantidade de migrantes em busca de terra. Este processo de ocupação culminou em conflitos e tensões, principalmente em função da disputa pela posse da terra e do acesso a outros recursos naturais (CHAVES et al., 2008).

A Amazônia é considerada uma região estratégica para controle geopolítico, devido a pressões de vários tipos e intervenções no cenário internacional, além de possuir uma vasta biodiversidade e sociodiversidade³. Os modelos desenvolvimentistas empregados na região, cujos interesses voltavam-se principalmente para o controle geopolítico (BECKER, 2005), geraram impactos danosos às populações tradicionais da Amazônia, criando dificuldades para a continuidade de seus processos históricos de adaptação ao ambiente ecológico.

A década de 1980 representa importante marco histórico e simbólico para as lutas ambientais na Amazônia, quando o processo organizativo das populações passou a ser reconhecido, com a consolidação das ideias de “uso sustentável da natureza” e da existência dos “povos da floresta”, de acordo com a redemocratização do Brasil (ZHOURI, 2010). Conforme Bertha Becker:

Com as resistências regionais os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento. Para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão na base dos conflitos, para tentar encontrar modos de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social (BECKER, 2005, p. 72).

³ Refere-se à compreensão de uma sociedade diversificada, com múltiplas formas de cultura.

Nas duas últimas décadas do século XX, a questão ambiental passou a ser vista como um problema a nível global, mobilizando a sociedade civil organizada, os meios de comunicação e os governos de todas as regiões do planeta. À medida que se ampliou e aprofundou o debate em torno da problemática ambiental, os conflitos aumentaram e as soluções são cada vez mais problemáticas (ALONSO; COSTA, 2002). Este movimento trouxe um enfoque sociológico para a questão ambiental, contribuindo para a discussão sobre os processos de constituição de conflitos entre grupos sociais no embate pelo uso dos recursos naturais.

Segundo Almeida (2005) esta nova forma de ver a questão ambiental, trouxe a percepção de que os ecossistemas amazônicos são constituídos também de relações sociais e de antagonismos. De acordo com o autor, a questão ambiental na Amazônia passou a ser tratada não mais como uma questão sem sujeitos, mas como uma construção coletiva vinculada à chegada de vários movimentos sociais constituídos por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, pescadores, entre outros, que passaram a expressar suas formas características de uso e manejo dos recursos naturais.

A partir da estruturação do modelo de desenvolvimento sustentável e melhor visualização dos conflitos envolvendo recursos naturais, houve a necessidade de definir teoricamente essa tipologia de conflitos, que embora não determinados, se disseminavam em todos os espaços, exigindo urgência no seu entendimento (BRITO et al., 2011). Assim, passou a ser necessário conhecer, delimitar, analisar e avaliar os conflitos socioambientais e sua delimitação teórica. Brito e colaboradores (2011) apontam que conflito socioambiental se caracteriza por uma grande diversidade de definições, de âmbito internacional e nacional, em sua maioria envolvendo a noção de escassez de recursos naturais. Ou seja, os conflitos têm suas raízes no desequilíbrio entre a exploração e a reposição dos recursos naturais, ou como o estoque destes recursos se apresenta.

Ribeiro (1995) assegura que os conflitos que envolvem os recursos ambientais conglomeram peculiaridades como a existência de impactos diretos ou indiretos de determinadas atividades socioeconômicas. Como consequências destas ações surgem características negativas ao ambiente natural, como degradação e desequilíbrio, ameaças à sustentabilidade de áreas físicas, de bens coletivos e de recursos naturais escassos, além da extinção de espécies da biodiversidade.

Para Carvalho e Scotto (1995), o conflito socioambiental se apresenta como um conflito social que expressa uma luta entre interesses opostos, que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum. Ou seja, é um conflito social que tem no acesso aos recursos naturais o seu principal objeto de disputa. Portanto, as autoras direcionam que um conflito socioambiental implica em uma situação em que um ator social se encontra em oposição consciente a outro, a partir da ocasião em que se definem objetivos incompatíveis que conduzem ao embate de opiniões e de interesses.

Acsehrad (2004) estabelece que os conflitos socioambientais são aqueles que envolvem grupos sociais com modos distintos de apropriação, uso e significação do meio ambiente. São iniciados quando as práticas de um grupo social ameaçam a continuidade das formas de apropriação do meio por outros grupos. Esta definição reconhece que nos conflitos ambientais não se disputam apenas práticas com impactos materiais no meio ambiente, mas também significados e representações do meio ambiente vinculados a um determinado projeto de sociedade.

Nos países em desenvolvimento, os conflitos socioambientais são bastante comuns. No espaço rural dos mesmos, os conflitos socioambientais se referem à apropriação dos recursos naturais, como terra, floresta e água, ou à preservação de culturas envolvendo as populações tradicionais, como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta e outros.

A Amazônia, enquanto área de rica biodiversidade, provoca interesse de vários setores, sendo alvo de grandes projetos que em sua maioria geram impactos danosos às comunidades tradicionais, impactos socioculturais vultosos sobre os modos de vida locais, gerando assim uma gama de conflitos socioambientais, em muitos casos chegando a tolher essas comunidades do direito de exercer nessas áreas suas atividades habituais, como agricultura, pesca e extrativismo.

Almeida (2004) associa os conflitos ambientais à consolidação de territorialidades específicas e considera que mobilizações de conservação ambiental levadas a efeito pelos movimentos sociais na Amazônia significam uma politização do saber sobre a natureza e, por extensão, uma politização da própria natureza. Segundo o autor, dessa forma:

Abre-se, de maneira mais formal, um novo capítulo de antagonismos e conflitos socioambientais em que os conhecimentos indígenas e das chamadas “populações tradicionais” começam a se constituir num saber prático em contraponto àquele controlado pelos grandes laboratórios de biotecnologia, pelas empresas farmacêuticas e demais grupos econômicos que detêm o monopólio das patentes, das marcas e dos direitos intelectuais sobre os processos de transformação e processamento dos recursos naturais. (ALMEIDA, 2004, p. 39).

Atrelada a essa análise está a concepção de que a questão ambiental não pode mais ser tratada como uma questão sem sujeito. Para Almeida (2004, p. 44), os sujeitos da questão ambiental que têm se constituído nas últimas duas décadas são sujeitos coletivos, que não têm existência individual ou atomizada, mas que se afirmam por meio de sua existência coletiva, politizando nomeações da vida cotidiana e trazendo a complexidade de elementos identitários para o campo de significação da questão ambiental.

A complexidade dos conflitos socioambientais aumenta quando se percebe que os atores sociais têm interesses variados e são expressos de forma imprecisa, como: privatização ou socialização dos bens ambientais, qualidade ambiental, qualidade de vida, preservação de estilo de vida e meios de sobrevivência, equidade e distribuição de riqueza, assimilação de benefícios de investimentos públicos, definição de políticas públicas, defesa de ecossistemas, conservação dos recursos naturais e proteção de áreas (BRITO et al., 2011).

No entanto, esses sujeitos não se constituem como vítimas passivas do processo, pois vêm se organizando em variados movimentos, associações e redes. Mostram, por conseguinte, que possuem diversas formas de manifestar seu desacordo, seu embaraço, sua revolta e sua reivindicação (MARTINS, 1997, p. 14), ao mesmo tempo em que se colocam como portadores de outros projetos de vida e de interação com o meio ambiente.

O estabelecimento da modalidade PDS em Anapu surge em meio a esse contexto de conflitos socioambientais, caracterizado pelo intenso desmatamento na região, provocado pelos interesses e disputas de diversos atores sobre os recursos naturais. O contexto também incluía intensa pressão nacional e internacional de necessidade de cumprimento da legislação ambiental por parte do Incra.

Conceitualmente, temos o sudoeste paraense como fronteira (MARTINS, 1997) que no caso é o encontro entre o tempo dos trabalhadores rurais assentados, sobretudo, da subsistência e da venda de um pequeno excedente, com a temporalidade dos interesses capitalistas, sejam vinculados ao setor madeireiro, agropecuário, ou de mineração.

O problema central do surgimento dos conflitos é a forma como a terra vem sendo apropriada no estado do Pará. O Pará possuía, em 2015, quase 62% de seu território com algum nível de definição fundiária, a maioria áreas protegidas (48% desconsiderando-se Áreas de Preservação Ambiental) (Tabela 1), e 38% sem destinação.

Tabela 1. Categorias fundiárias reconhecidas no Estado Pará até 2015

Categoria fundiária	Área total (km²)	% da área estadual
Unidade de Conservação (exceto APA)	313.497	25,0
Terra Indígena	283.963	23,0
Assentamento	126.156	10,0
Área Militar	22.456	2,0
Imóvel certificado	18.725	1,5
Território Quilombola	4.487	0,4
Títulos Iterpa	2.463	0,2
Lotes titulados	1.949	0,2
Títulos Terra Legal	1.565	0,1
Total com sobreposição	775.261	62,5
Total sem sobreposição	770.629	62,0

Valores calculados usando sistema de projeção Cônica Conforme de Lambert, com datum Sirgas 2000. Fonte: IMAZON (2015).

Contudo, muitas áreas destinadas possuem pendências ou conflitos. Por exemplo, nas Unidades de Conservação (UC), há pendências de desapropriação e indenização de imóveis existentes antes de sua criação. Não há dados específicos sobre o tamanho desta pendência no Pará, mas na Amazônia esse passivo abrange 5% das áreas das UCs de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU, 2012).

De uma área total de 45,2 milhões de hectares de floresta amazônica, 29,5 milhões de hectares do sudoeste do Pará estão protegidos em unidades de conservação e terras indígenas, e outros cerca de 2,1 milhões de hectares fazem parte da área militar do Campo de Provas Brigadeiro Velloso da Força Aérea Brasileira, na Serra do Cachimbo, no extremo sul da região. Entretanto, uma área de 4,6 milhões de hectares já foi desmatada em esquemas de colonização com distribuição espacial na forma de espinha de peixe, e cerca de 7,9 milhões de hectares fora das áreas de preservação correm o risco de desmatamento devido à implantação de projetos de infraestrutura na região (INPE, 2012).

Com o pouco apoio governamental, nas décadas de 1970 e 1980 ocorre na região da Transamazônica um significativo crescimento no número de agricultores familiares que ocuparam espontaneamente novas áreas, geralmente ao longo das estradas vicinais, em terras caracterizadas por solos de média e baixa fertilidade, onde o acesso à estrada principal era dificultado pela precariedade destas vicinais.

A partir de 1990 diversas indústrias madeireiras se instalaram na região, favorecendo a continuidade de ocupações espontâneas ao longo de estradas abertas pelas referidas empresas, que davam continuidade a vicinais abertas no período da colonização através da ocupação de florestas públicas em terras da União. Assim, nos anos 1990 até meados de 2000, assistiu-se na região da Transamazônica tanto ao processo de ocupação espontânea de terras da União por agricultores familiares, como à concentração fundiária por madeireiros que, na maioria

das vezes, também eram fazendeiros (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003). Para tornar ainda mais complexa a situação, as Superintendências Regionais do Incra de Belém e Santarém estavam frequentemente sob monitoramento do Judiciário, devido às constantes denúncias de corrupção de servidores que cuidavam dos processos de regularização fundiária e gestão dos assentamentos. Os casos de grilagem eram constantes, como a mídia eletrônica noticiou em 2007 (Notícias Socioambientais, 2007). O relatório “Assentamentos de Papel, Madeira de Lei” (GREENPEACE, 2007) aponta erros de procedimento e ilegalidades nos trâmites de criação de assentamentos, envolvendo diversos PDS e PAs na região.

De fato, só no ano de 2007, após constatar irregularidades no processo de criação desses projetos, o Ministério Público Federal (MPF) pediu o cancelamento de 106 projetos de reforma agrária em 23 municípios do estado do Pará, sendo 44 PA, 46 PDS e 16 PAC⁴. O pedido do MPF se referia a 99 assentamentos nas modalidades já citadas, criados em 2005 e 2006, mas a Justiça Federal decidiu suspender 106. O número inclui os mais antigos, criados sobre Unidades de Conservação (UCs), e também aqueles assentamentos que já existiam, mas que, com a implantação das várias UCs no início de 2006, acabaram sobrepostos a estas. A lista também inclui UCs que são inseridas pelo Incra na relação de assentamentos. Ou seja, os ocupantes teriam direito a programas governamentais destinados a beneficiários da reforma agrária.

De acordo com o Relatório de Gestão 2016 da SR-30 Incra, no período de 2005 a 2006, a Unidade Gestora-UG cria e reconhece 146 novos assentamentos, nas modalidades PA, PAC, PDS, PAE e RESEX. Para o Ministério Público Federal, o processo de criação acentuada de assentamentos nesses dois anos desconsiderou vários procedimentos técnicos necessários. Conforme trecho da ação judicial movida em 2007 pelo MPF contra o Incra: “Todos os assentamentos na gestão do atual superintendente foram criados sem a emissão de licença prévia exigida, em flagrante descumprimento das resoluções do Conama. O Ibama e SECTAM asseveraram que nenhum assentamento do Incra foi objeto de licenciamento entre 2005 e 2007” (INCRA, 2016). E 72% dos assentamentos também foram criados sem os laudos agrônômicos, documentos que asseguram a adequação da área a um projeto de assentamento.

Assim, estudos apontam que a pressa em criar esses assentamentos, com processos incompletos e simulações de assentados, buscou viabilizar a extração de madeira ilegal e

⁴ A ordem judicial interditou assentamentos localizados nos municípios de Alenquer, Altamira, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Medicilândia, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Pacajá, Placas, Portel, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Terra Santa, Trairão e Uruará (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2007).

inflar os números da reforma agrária. Dos 97 assentamentos criados em 2006 na região, 40 são PDS. A brecha para a exploração madeireira fez com que esses assentamentos fossem alvo de interesse pelas indústrias (PACHECO et al. 2009, p. 20), o que acabou colocando em dúvida a sua real sustentabilidade. Já Greenpeace (2007, p. 3) constatou estreitas relações entre associações de assentados e empresas madeireiras, com o conhecimento do Incra.

O Incra, em resposta à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, desde 2008 vem desenvolvendo estratégias de ação visando a revisão dos 106 Projetos de Assentamento suspensos pela Ação. Segundo Ata de Acordo Judicial realizada entre MPF e Incra em 25 de abril de 2017, dos 106 projetos interditados, 24 alcançaram a liberação judicial, 18 foram liberados a partir da homologação do acordo, 43 projetos permaneceram suspensos administrativamente até que a SR-30 do Incra, juntamente com a Unidade Avançada de Altamira apresente documento de viabilidade técnica e ambiental dos assentamentos, e 21 foram cancelados em definitivo de acordo com a inviabilidade técnica e ambiental apresentada pelo Incra (BRASIL, 2017).

3. METODOLOGIA

Para responder a questão da pesquisa proposta, é necessário esclarecer quais as técnicas utilizadas para a apreensão dos dados coletados em campo e o método pelo qual tal análise foi realizada. O trabalho foi baseado na coleta de informações secundárias em documentos relativos à ocupação, criação e implementação dos assentamentos, junto às instituições públicas competentes. Em seguida, foi realizada pesquisa quantitativa e qualitativa, a partir de relatos em entrevistas abertas e semiestruturadas nas unidades familiares e grupos focais, e aplicação de questionário nos assentamentos. Os dados quantitativos e informações qualitativas foram analisados através de métodos respectivos.

Assim, os procedimentos de captação das informações da pesquisa foram divididos em duas partes, que correspondem à obtenção de dados secundários e de dados primários coletados, o que possibilitou articular a empiria e a teoria, no intuito de compreender as relações de criação e a vivência estabelecida entre os assentados (MANN, 1975). Após a delimitação e caracterização da área de estudo, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e análise dos dados.

3.1. Área de estudo

O recorte espacial da pesquisa é a Mesorregião Sudoeste do Pará, mais especificamente a microrregião de Altamira, em áreas de influência da rodovia Transamazônica. Para o Incra, esta é a jurisdição da Unidade Avançada (UA) de Altamira, abrangendo dez municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. (Figura 1.1).

A Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará apresenta clima Equatorial superúmido, ocupando uma área de 393.029 km². Limita-se ao norte com a Mesorregião do Baixo Amazonas; a leste com o estado do Amapá e o estado do Pará remanescente; ao sul com o estado do Mato Grosso; e a oeste com o estado do Amazonas (COIMBRA, 1996).

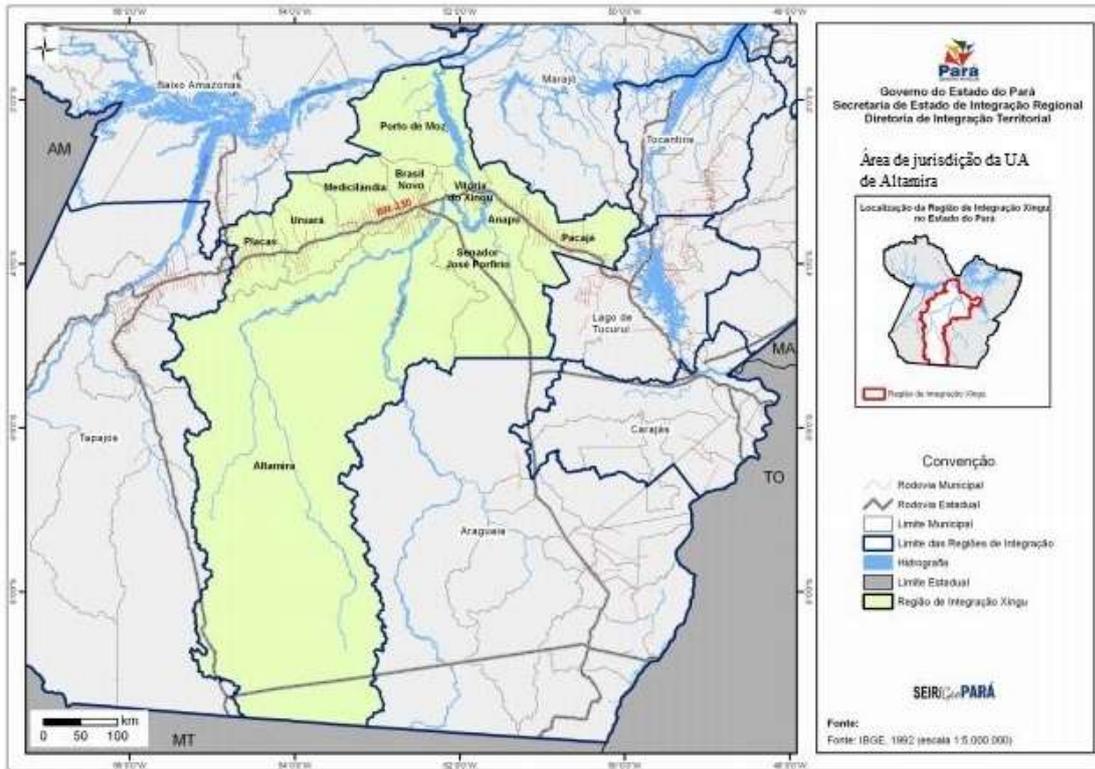


Figura 1.1. Mapa de localização da Área de jurisdição da Unidade Avançada do Incra de Altamira. Fonte: SEIR/GeoPARÁ. (2010), adaptado pela Autora.

Neste estudo focalizaremos o município de Anapu, criado através da Lei Estadual nº 5.929, de 28 de dezembro de 1995, originado do desmembramento dos municípios de Pacajá e Senador José Porfírio (Figura 1.2), que apresenta uma área total de 11.895,296 km² (IBGE, 2015).

As origens do município de Anapu estão relacionadas à construção da rodovia BR-230 (Transamazônica) e ao Programa de Integração Nacional (PIN), criado em 1970 no governo do general Médici, associado à política de desenvolvimento e de segurança nacional que o governo militar havia planejado para solucionar dois grandes problemas: trazer camponeses empobrecidos e trabalhadores rurais sem terra afetados pela seca no Nordeste para a Amazônia, e com isso ocupar o que se entendia como “espaços vazios” (GUIMARÃES NETO, 2014).

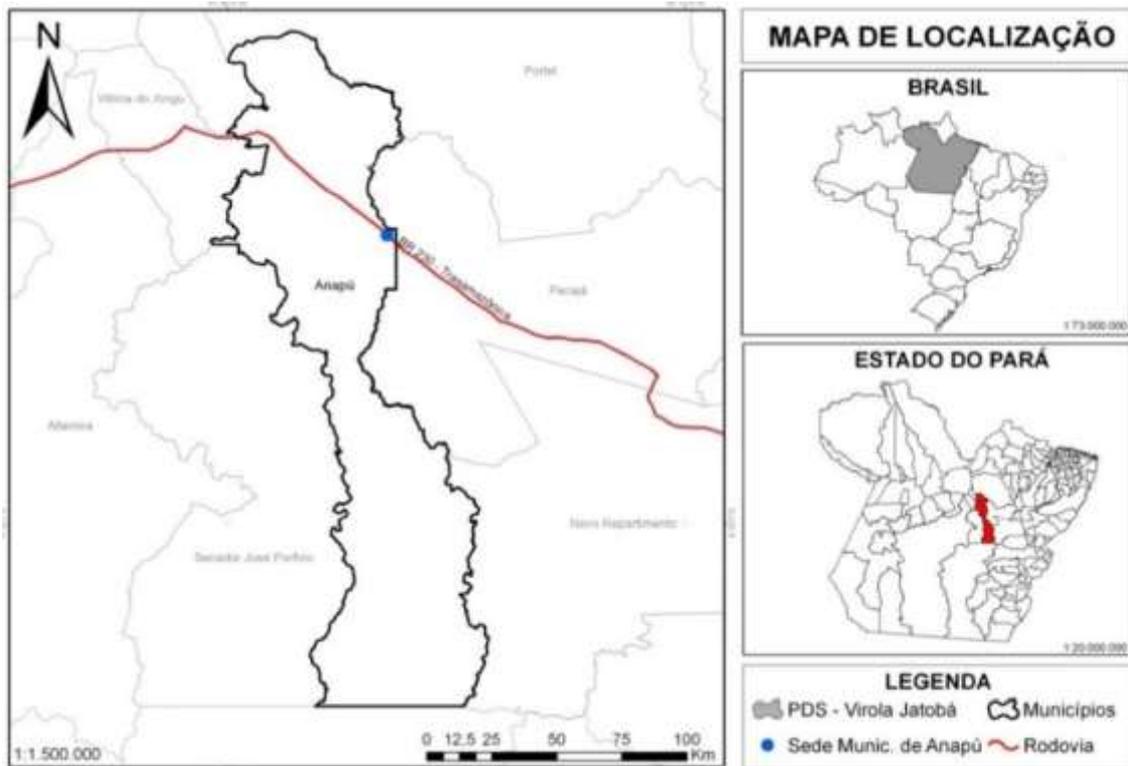


Figura 1.2. Mapa de localização do município de Anapu. Fonte: Projeto Automanejo. Roberto Porro (2014), adaptado pela Autora.

Os assentamentos de Reforma Agrária do Sudoeste do Pará estão distribuídos nos Territórios da Cidadania do Baixo Amazonas (12 municípios), BR-163 (6 municípios) e Transamazônica (10 municípios). Este estudo focaliza os assentamentos no Território da Cidadania da Transamazônica, na jurisdição da Unidade Avançada (UA) do Inca em Altamira. A UA Altamira era vinculada à Superintendência SR-01, Regional de Belém até 2005, quando passou a fazer parte da SR-30 Santarém, com a criação da mesma. Em 2011 passou a ser vinculada diretamente à Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Inca em Brasília, sob justificativa de dar mais “celeridade” às ações do Inca e devido ao aumento de “tensão social e agrária” no entorno da usina de Belo Monte. Hoje a UA possui jurisdição sobre os dez mencionados municípios. De acordo com a sistematização do Inca/Supra, apresentada na Tabela 2, estão vinculadas à UA de Altamira um total de 69 áreas classificadas para beneficiários da Reforma Agrária, com 23.976 famílias assentadas em 6.545.115 ha. As características e a situação destas 69 áreas são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 2. Assentamentos, número de famílias e respectiva área na UA de Altamira, Incra

Modalidade de assentamento	Projetos	Famílias	Área (ha)	Área média (ha/família)
PA	39	12.692	1.253.780	98,77
PDS	20	6.941	1.058.348	152,48
outros	10	4.343	4.232.987	974,67
Total	69	23.976	6.545.115	272,99

Fonte: INCRA /Sistema: SIPRA (2018)

Tabela 3. Situação dos assentamentos PA e PDS, na UA de Altamira, Incra

Modalidade de assentamento	Município	Área (ha)	Famílias	Ato de criação	Situação
PA ASSURINI	Altamira	32.140,1565	454	17/07/1995	7
PA MORRO DOS ARARAS	Altamira	20.820,3357	169	03/09/1999	4
PA ITAPUAMA	Altamira	52.339,5167	902	03/09/1999	5
PDS BRASÍLIA	Altamira	19.947,7786	339	23/11/2005	3
PDS ITATÁ	Altamira	105.734,2392	730	08/11/2006	3
PDS MÃE MENINHA	Altamira	12.651,7884	219	14/12/2006	3
PDS ESPERANÇA	Altamira	15.172,1312	220	14/12/2006	3
PA ESPERANÇA	Altamira	12.654,7997	165	14/12/2006	3
PA LAJES	Altamira	47.479,6600	527	08/04/2014	3
PDS TERRA NOSSA	Altamira	149.842,4738	989	03/06/2006	3
PA GROTÃO DA ONÇA	Anapu	12.782,0591	159	25/08/1997	6
PA PILÃO POENTE	Anapu	14.800,0000	235	25/08/1997	6
PA PILÃO POENTE III	Anapu	31.568,4890	173	22/12/1997	3
PA PILÃO POENTE II	Anapu	86.902,1507	951	22/12/1997	6
PDS ANAPU I (PDS ESPERANÇA)	Anapu	26.161,6731	225	05/10/2004	4
PDS ANAPU IV (PDS VIROLA JATOBÁ)	Anapu	14.695,8484	113	13/08/2004	6
PDS ANAPU III (PDS VIROLA JATOBÁ)	Anapu	23.558,0619	102	13/08/2004	6
PA ANAPUZINHO	Anapu	17.500,0000	107	13/10/2006	3
PA BRASIL NOVO	Brasil Novo	7.189,8522	70	17/12/1997	6
PA IGARAPÉ FLORES	Brasil Novo	19.930,0000	240	13/11/1998	6
PA PENETECAUA	Brasil Novo	21.734,9214	249	10/11/1998	6
PA LARANJAL	Brasil Novo	14.105,0000	181	23/12/1998	6
PDS ADEMIR FREDERICCE	Medicilândia	230.847,5741	1.149	23/11/2005	3
PA PARAÍSO DO NORTE	Medicilândia	1.166,7700	339	27/12/2006	3
PA SURUBIM	Medicilândia	196.537,0000	1.352	18/05/1988	6
PA BOM JARDIM	Pacajá	87.600,0000	701	22/12/1997	6
PA RIO ARATAÚ	Pacajá	72.000,0000	678	22/12/1997	6
PA RENASCER	Pacajá	8.558,6860	50	16/12/2005	3
PA CUPUZAL	Pacajá	19.291,3343	147	16/12/2005	3
PA TERRA PARA PAZ	Pacajá	66.031,1256	197	16/12/2005	3
PDS LIBERDADE	Pacajá	227.661,0000	1.458	29/12/2005	4
PA ALTO PARÁ	Placas	7.527,0000	382	22/12/1997	5
PA PLACAS	Placas	28.945,0000	268	27/11/1998	4
PA RIO DAS PEDRAS	Placas	23.916,0000	224	27/11/1998	4
PA CURUÁ-UNA	Placas	16.100,0000	110	14/12/1998	4
PDS ÁGUA PRETA	Placas	24.784,6444	95	12/12/2005	3
PDS CASTANHEIRA	Placas	26.164,0521	108	12/12/2005	3
PA MACANÃ I	Placas	25.727,3453	196	06/11/2006	3
PA MACANÃ II	Placas	30.301,7270	168	06/11/2006	3

PDS ARTHUR FALEIRO	Placas	23.176,1586	203	12/12/2006	3
PDS AVELINO RIBEIRO	Placas	21.754,7594	210	12/12/2006	3
PA ACARAÍ	Porto de Moz	8.600,0000	90	06/11/1998	6
PDS HORIZONTE NOVO	Porto de Moz	20.622,6277	46	20/10/2006	3
PA CANOÉ	Senador José Porfírio	10.709,8748	419	25/08/1997	6
PA ARARAQUARA	Senador José Porfírio	11.168,8500	147	08/10/1997	6
PA RESSACA	Senador José Porfírio	30.265,6330	439	03/09/1999	4
PA JURAUÁ	Senador José Porfírio	5.263,0200	64	07/10/1999	6
PA ARAPARI	Senador José Porfírio	54.234,0000	547	08/10/1999	6
PA ITATÁ	Senador José Porfírio	51.755,6400	423	08/04/2014	3
PDS CASTANHEIRA II	Senador José Porfírio	7.470,9100	65	25/09/2014	3
PA RIO DO PEIXE	Uruará	26.234,3125	240	25/10/1995	6
PA UIRAPURU	Uruará	18.900,0000	262	10/06/1997	6
PA TUTUÍ SUL	Uruará	16.000,0000	172	10/06/1997	6
PA RIO TRAIRÃO	Uruará	17.000,0000	158	07/10/1997	4
PA TUTUÍ NORTE	Uruará	28.000,0000	337	29/10/1999	5
PDS SANTA CLARA	Uruará	23.909,1167	123	13/10/2006	3
PDS OURO BRANCO	Uruará	58.731,1605	405	27/12/2006	3
PDS IRMÃ DOROTHY	Uruará	22.531,7821	142	28/12/2006	3
PDS NOVA REPUBLICA	Uruará	2.930,5769	27	28/08/2018	3
Total 59 assentamentos		2.312.128,62	19.660		

00- Em obtenção	01 - Pré-Projeto de assentamento	02 - Assentamento em criação
03 - Assentamento criado	04 - Assentamento em instalação	05 - Assentamento em estruturação
06 - Assentamento em consolidação	07 - Assentamento consolidado	08- Assentamento cancelado
09- Assentamento revogado		

Fonte: INCRA/ Sistema: SIPRA (2018)

Ao analisar a tabela com os dados das modalidades de assentamento PA e PDS nos municípios sob jurisdição da UA de Altamira, verifica-se que apenas no município de Anapu há assentamentos na modalidade PDS que efetivamente estão ativos, seja em fase de estruturação ou consolidação. Dessa forma, optou-se pela seleção dos assentamentos neste município, levando em conta aspectos como proximidade e acesso aos mesmos, tornando possível a realização da pesquisa no período proposto.

Além disso, o município de Anapu ainda hoje é palco de diversos conflitos sociais decorrentes principalmente das consequências da política de colonização, marcado pelo desmatamento de extensas áreas para a implantação dos projetos agropecuários e a grilagem de terras. Diante disso, foram selecionados dois pares de assentamentos no município, sendo que cada par inclui um PA e um PDS com localização relativamente próxima. Este é o caso do PDS Anapu I (Esperança) e o PA Pilão Poente III; e do PDS Anapu III e IV (Virola Jatobá) e PA Pilão Poente II (Figura 1.3).

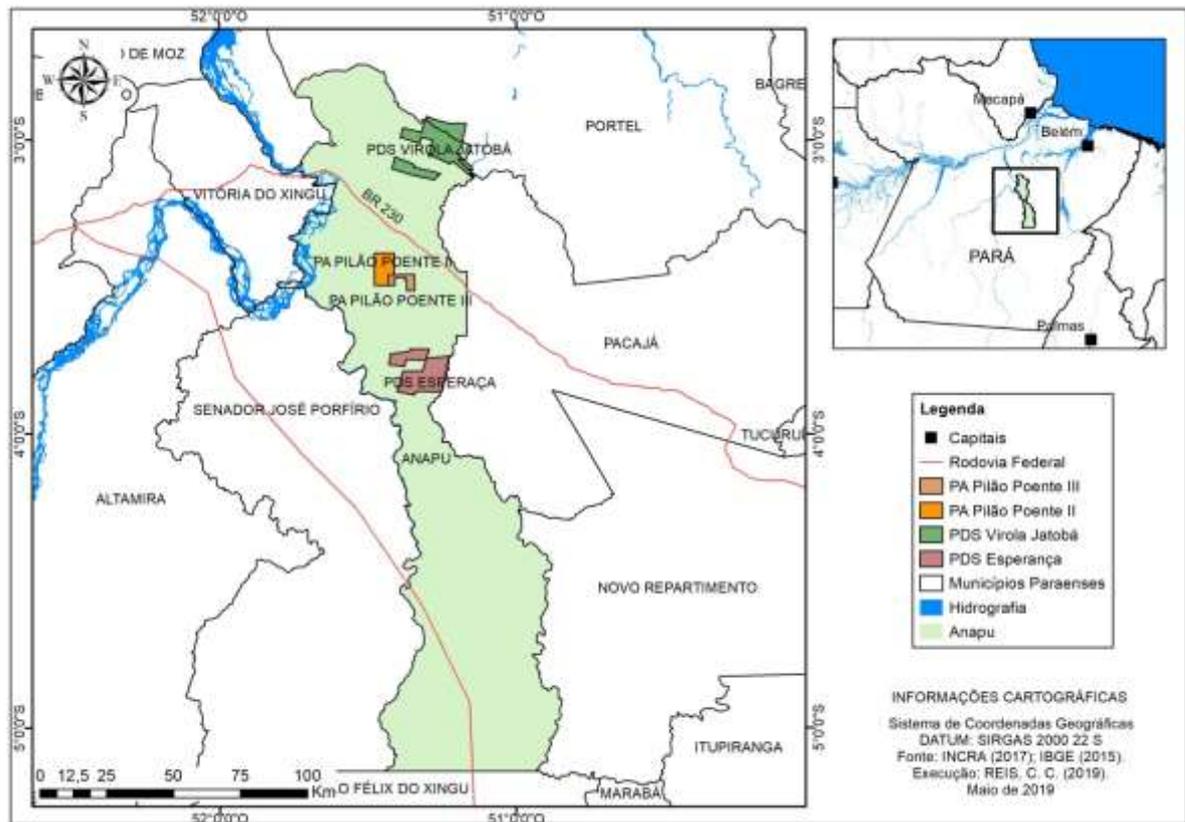


Figura 1.3. Mapa de localização dos assentamentos. Fontes: In cra, 2017; IBGE, 2015. Elaboração Cristiano Reis.

Abelém e Hé bette (1998) afirmam que muitos agricultores que são assentados em projetos de assentamento da reforma agrária na região amazônica já eram antigos moradores dessas áreas, e que houve uma regularização das ocupações já existentes:

Esses dados permitem distinguir, na ação do In cra na Amazônia, por um lado, o processo de abertura da fronteira e de instalação de colonos com vista ao “povoamento” da região por meio da colonização oficial e, por outro lado, a política de assentamento como forma de regularizar ocupações espontâneas existentes. Isto é típico do nordeste do Pará, na Transamazônica, em algumas áreas no sul do Pará, aonde o percentual de ocupantes anteriores à criação do assentamento chega a representar mais de 80% dos atuais assentados (ABELÉM; HÉBETTE, 1998, p. 246).

O histórico das áreas que hoje constituem os assentamentos estudados no município de Anapu em parte reflete essa situação, pois foram inicialmente ocupadas, sendo posteriormente criados os projetos de assentamento oficiais, em terras anteriormente ‘negociadas’ entre poder público e particulares, durante a execução do projeto de colonização da Transamazônica. As áreas que hoje constituem os PAs foram ocupadas espontaneamente por agricultores familiares, sendo regularizadas após reivindicação e pressão dos movimentos sociais locais sobre o In cra. Já nos PDS, as primeiras famílias se organizaram em acampamento coletivo,

em barracões improvisados, sendo posteriormente assentadas de maneira mais controlada pelo Incra.

Através de entrevistas com assentados foi possível constatar que as primeiras famílias que ocuparam as áreas de assentamento de fato chegaram à procura de terra para garantir sua sobrevivência, e que a luta pela criação do assentamento e para a garantia de outros direitos decorrentes da condição de assentado da reforma agrária foi iniciada pela atuação das organizações sociais locais. Com efeito, em virtude dessa região ser palco de diversos conflitos pelos recursos naturais, surgiu entre os movimentos sociais atuantes no final da década de 1990 forte intenção em requerer terras para os agricultores familiares, utilizando-as de acordo com as regras ambientais vigentes, conforme observado no relato de uma das lideranças que na época acompanhava a missionária Dorothy Stang (1931-2005), e que participou do processo de colonização na rodovia Transamazônica, nos anos 1970:

“No final da década de 1990, nós, junto com a irmã Dorothy começamos a ver que as matas do município de Anapu estavam indo todas pro chão. A única alternativa que tinha era a gente tomar conta de um pedaço de terra, e começar um projeto alternativo, um projeto de conservação... já existiam vários PAs e a prática de desmatamento era comum, então a gente começou a estudar as áreas que menos tivesse pessoas morando e que tivesse uma quantidade considerável de floresta pra tentar implantar esse projeto” (Ivam Chagas, sócio fundador da ASSEEFSA).

A formalização da criação do PDS Esperança (PDS Anapu I) e PDS Virola Jatobá (PDS III e IV), por meio da Portaria Incra/SR01 nº 39 de 13 de dezembro de 2002, partiu, portanto, da iniciativa e luta das organizações sociais locais, sobretudo a igreja católica, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e o Movimento Fraternal das Mulheres Lutadoras de Anapu (MFMLA), apoiados pelo Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica e diversas associações da região. Esta trajetória será apresentada em detalhes no Capítulo 4.

3.2. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa integra abordagens quantitativas para responder questões objetivas e materiais, e abordagens qualitativas para compreender como os sujeitos locais interpretam essas condições materiais, utilizando os métodos apresentados no Quadro 1. Conforme cada objetivo específico, foram estruturados procedimentos metodológicos que abrangerão entrevistas, levantamentos, análise e interpretação de dados.

Para analisar a efetividade dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável enquanto estratégia ambientalmente diferenciada de Reforma Agrária, a pesquisa seguiu quatro etapas e procedimentos metodológicos convergentes, qual sejam: (1) análise bibliográfica e documental somada à realização de entrevistas com informantes-chaves em agências

governamentais e não-governamentais para contextualizar e analisar o surgimento da modalidade PDS e comparar procedimentos administrativos de PDS e PAs; (2) análise documental para dimensionar a relevância de PDS como instrumento de Reforma Agrária na Amazônia, e selecionar Assentamentos e PDS representativos da realidade socioambiental do sudoeste do Pará; (3) pesquisa de campo incluindo entrevistas semiestruturadas e posterior análise de discurso para identificar e avaliar a ocorrência de iniciativas com caráter ambientalmente diferenciado nos assentamentos, assim como comparar a percepção dos beneficiários sobre as respectivas modalidades de assentamento; e (4) entrevistas com grupos focais, realização de diagnóstico socioeconômico, e posterior análise de estatísticas descritivas para comparar o impacto das referidas modalidades de assentamento para consolidação econômica dos beneficiários.

Para a primeira etapa, realizou-se pesquisa documental através da exploração de dados disponibilizados pelas instituições governamentais referentes ao tema do estudo, como documentos oficiais, relatórios e tabelas estatísticas, além de consultas a censos e outros documentos pertinentes, elaborados pelos institutos oficiais de estudo e pesquisas, e órgãos governamentais, como Incra, Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Foram realizadas entrevistas com informantes das seguintes instituições: Incra, STTR de Anapu, Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), Movimento de Mulheres, Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica e Xingu (MDTX) e Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia (Asseefa).

Quadro 1. Hipóteses, objetivos, métodos e resultados esperados do estudo.

Hipótese	Objetivo específico	Métodos	Resultados esperados
1. A instalação de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados na Unidade Avançada do Incra de Altamira resultou de demandas dos movimentos sociais locais.	Resgatar o surgimento e o histórico da modalidade de assentamento PDS, analisando o papel dos diferentes setores governamentais e da sociedade civil envolvidos em sua criação e sua relevância no âmbito da Reforma Agrária na Amazônia.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisa documental; ▪ Análise de dados secundários; ▪ Entrevista com informantes chave; ▪ Análises de discurso; 	Compreensão do papel dos atores sociais e institucionais na implementação da modalidade de assentamento PDS na UA do Incra de Altamira, e da percepção da relevância da modalidade para a região.
2. Nos assentamentos da modalidade PDS da Unidade Avançada do Incra de Altamira, constata-se a existência de iniciativas ambientalmente sustentáveis que resultam em maior conservação de floresta.	Analisar e comparar a existência de iniciativas concretas com caráter ambientalmente diferenciado nos PDS e PAs convencionais no município de Anapu;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevistas semiestruturadas; ▪ Entrevistas com grupos focais; ▪ Análises de discurso; ▪ Análise comparativa. 	Identificação de iniciativas ambientalmente diferenciadas nos PDS no município de Anapu.
3. Os assentados em PDS possuem um perfil diferenciado e maior consciência ambiental em relação aos beneficiários de assentamentos convencionais.	Analisar e comparar a percepção dos assentados sobre floresta e meio ambiente nos PDS e PAs no município de Anapu.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de dados secundários; ▪ Entrevistas semiestruturadas; ▪ Entrevistas com grupos focais; ▪ Análises de discurso. 	Compreensão da percepção dos beneficiários quanto a se a modalidade de assentamento PDS realmente difere dos assentamentos convencionais.
4. A falta de investimentos do Estado em infraestrutura e apoio produtivo nos assentamentos ambientalmente diferenciados impede a fixação das famílias e leva ao fracasso desta modalidade de reforma agrária.	Analisar as condições econômicas, ambientais e sociais que contribuem para geração de renda e constituição do patrimônio familiar, para a fixação das famílias assentadas nas modalidades de assentamento PDS e PAs convencionais no município de Anapu.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevistas semiestruturadas; ▪ Entrevistas com grupos focais; ▪ Análises de discurso; ▪ Estatísticas descritivas; ▪ Análise comparativa. 	Identificação, através de análise de diagnóstico socioeconômico, dos motivos que levaram à permanência ou não das famílias nas respectivas modalidades de assentamento.

Na segunda etapa da pesquisa, foi consultada a base de dados do Incra, contendo a relação de todos os assentamentos pertencentes à UA de Altamira inseridos no Sistema Informatizado de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) até abril de 2018, a fim de analisar comparativamente a relevância dos PDS e outras modalidades em termos de área e número de beneficiários. Uma vez obtida e revisada esta base de dados, foram selecionados quatro assentamentos, sendo dois da modalidade PDS e dois da modalidade PA. A seleção dos assentamentos procurou seguir critérios que tornasse a comparação válida: para cada par (PDS-PA), buscou-se incluir áreas na medida do possível semelhantes quanto à localização (mesmo município, condições de acesso, número de famílias assentadas), data de criação, tamanho, entre outros.

Para a terceira e quarta etapas da pesquisa, em cada uma das quatro áreas de estudo foram selecionadas oito famílias, totalizando 32 famílias, para realização das entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados. Foram elaborados três questionários que foram aplicados em fases distintas da pesquisa de campo. O primeiro (Anexo 1) é um roteiro de perguntas para análise qualitativa, que visa responder questões relacionadas à ocupação da áreas, organização social, condições de vida e bem estar e a captar a visão dos assentados a respeito da floresta, meio ambiente e sustentabilidade. O segundo questionário (Anexo 2), consiste de um diagnóstico socioeconômico, a fim de buscar informações quanto a atividades econômicas, fontes de renda e constituição do patrimônio familiar, além do uso da terra, consumo e gastos familiares. Por fim foi elaborado um roteiro para ser aplicado em reuniões com grupos focais (Anexo 3), com objetivo de realizar uma avaliação conjunta do assentamento.

A seleção das famílias foi baseada no tempo de residência das mesmas no local e sua situação enquanto assentado. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no primeiro período de campo, entre maio e julho de 2018, enquanto os questionários socioeconômicos e as entrevistas com os grupos focais foram aplicados no segundo período de campo, em outubro e novembro de 2018, embora tenham sido realizados testes dos instrumentos durante o período anterior.

As referências geradas com a abordagem qualitativa foram obtidas através de entrevistas semiestruturadas abordando os processos relacionados à percepção dos entrevistados sobre as modalidades de assentamento, meios de vida das famílias e uso dos recursos naturais. E as referências quantitativas foram geradas através de questionários socioeconômicos aplicados aos assentados e dados secundários obtidos junto aos órgãos públicos que darão o suporte metodológico necessário para

compreender as lógicas internas das modalidades de assentamento e em que medida isto se reflete em práticas cotidianas e contribui para a permanência dos assentados. Na sequência, discorreremos sobre abordagens utilizadas na pesquisa bibliográfica e documental, e na pesquisa de campo.

3.3. Pesquisa bibliográfica e documental

Dados secundários são aqueles que se constituem em um agente intermediário entre o foco de análise ou origem dos dados e o observador/pesquisador, fornecendo elementos para o tratamento de um problema concreto (LUQUE, 1997).

Oliveira (2007) faz uma importante distinção entre essas modalidades de pesquisa. Para essa autora, a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”. A autora argumenta que a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores e pesquisadoras o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo: “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico”. A mesma autora se posiciona sobre a pesquisa documental: “a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que: “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador(a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p.70).

Essa etapa foi essencial para o início da pesquisa, possibilitando informações contextualizadas a respeito da UA do Incra de Altamira, viabilizando assim a escolha

dos assentamentos pesquisados. O levantamento de dados secundários foi fundamental para entender o cenário em que se encontram os assentamentos na UA do Incra de Altamira. A pesquisa documental foi realizada por meio de documentos obtidos junto ao Incra, Iterpa, IBGE, Imazon, instituições não governamentais (Assefa, FVPP), e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, incluindo material disponível online, e outros solicitados em visitas presenciais às instituições. Além disso, foi realizada pesquisa bibliográfica na temática do estudo, consultando-se artigos em periódicos, livros, produções acadêmicas, e artigos em revistas e jornais.

Os dados secundários foram utilizados para entender a dinâmica de ocupação do assentamento. Foi realizada revisão bibliográfica sobre os temas da pesquisa relacionados à reforma agrária no Brasil e em particular na região amazônica, além de leituras de dissertações sobre os assentamentos, necessárias para compreender como vem ocorrendo a ocupação desta região.

Conforme mencionado, através dos dados secundários do Incra foram identificados os quatro assentamentos a serem estudados, sendo dois da modalidade PA: PA Pilão Poente II, PA Pilão Poente III, e dois da modalidade PDS: PDS Virola Jatobá e PDS Esperança. A escolha se deu a partir dos critérios: tamanho dos assentamentos, proximidade das áreas, número de famílias assentadas, período de criação do assentamento e relevância para o município.

3.4. Pesquisa de campo

Para Beaud e Weber (2007), a pesquisa de campo oferece acesso a interações face a face, a relações interpessoais entre pesquisador e pesquisado, proporcionando assinalar pontos a serem aprofundados, e, acima de tudo, determinar passos e métodos para alcançar os objetivos propostos na pesquisa.

A pesquisa foi composta por um pré-campo, realizado no mês de julho de 2017 no PDS Virola Jatobá, entrevistas com informantes chaves nos meses abril e maio de 2018 e entrevistas com os assentados nas quatro áreas de pesquisa, distribuídas em duas etapas: nos meses de maio, junho e julho de 2018, para as entrevistas semi-estruturadas, e nos meses de outubro e novembro do mesmo ano, para os diagnósticos e grupos focais, conforme discriminado a seguir.

Dessa maneira, uma primeira visita de campo foi realizada no mês de julho de 2017, no PDS Virola Jatobá, com duração de 19 dias. Essa primeira aproximação foi fundamental para conhecer o funcionamento de um assentamento ambientalmente

diferenciado, assim como sua organização espacial e forma de organização social, oportunizando a coleta de importantes informações sobre o processo de formação e constituição da modalidade de assentamento, assim como as formas de uso da terra que geram a sobrevivência aos assentados. Este primeiro trabalho de campo pode ser definido como o estudo exploratório. Para Brumer (2008), esse primeiro contato, com o registro de algumas impressões preliminares, pode ser útil para a definição da amostra, dos instrumentos de coleta de dados ou de outros procedimentos de pesquisa.

Nesse primeiro contato conheci algumas famílias do assentamento, conversei com agricultores de maneira formal e informal, registrando conversas que poderiam futuramente gerar possíveis problemáticas para a pesquisa, além de vivenciar momentos de lazer para os assentados, onde pode ser observado a vivência coletiva, proporcionando assim reflexão sobre o tema, além de horizontes de leituras e contribuir fortemente para a construção da problemática.

Durante esse período foram visitadas 16 famílias assentadas, distribuídas entre as cinco glebas habitadas que compõem o PDS Virola Jatobá. A escolha das famílias foi realizada com a ajuda da presidente da Associação Virola Jatobá e se deu utilizando os seguintes critérios: (a) famílias que estão no assentamento desde o início, denominadas no trabalho como Pioneiras; (b) famílias recém-chegadas no PDS, denominadas no trabalho como Novatas; e (c) Famílias em que algum membro já trabalhou ou trabalha em atividades de Manejo Florestal Comunitário⁵, inicialmente exercidas no PDS entre 2008 e 2012, através de um contrato com empresa madeireira, e recentemente, retomadas através de iniciativa visando governança local das próprias organizações dos assentados.

É importante ressaltar que apesar de até então não conhecer o PDS, minha vivência na igreja católica enquanto participante durante muitos anos da Pastoral da Juventude, e moradora da região da Transamazônica, proporcionou conhecimento das lutas sociais ali ocorridas, e assim, certa familiaridade com as histórias ouvidas durante as entrevistas.

⁵ Na Amazônia brasileira, o termo Manejo Florestal Comunitário (MFC) tem sido usado de forma genérica para uma diversidade de modalidades e escalas de manejo florestal praticado por pequenos produtores, de forma coletiva ou individual. As atividades de manejo, em geral, estão relacionadas ao uso dos recursos florestais para a produção de madeira, produtos não madeireiros, para consumo local ou como fonte de matéria prima para as indústrias. Os fatores comuns que determinam as práticas de MFC na região são o controle sobre os recursos florestais e o uso de mão de obra familiar ou local (AMARAL et. al, 2007).

Durante as visitas às famílias foram realizadas entrevistas semiestruturadas, guiadas por um roteiro de campo, onde busquei inicialmente dialogar sobre a visão geral a respeito do PDS e suas normas, e as experiências pessoais dos assentados desde que ali residem. Os recursos utilizados neste procedimento foram câmera fotográfica, gravador e caderno de campo. Cabe mencionar que o diálogo estabelecido com as famílias buscou construir uma relação que viabilizasse o retorno à propriedade para a continuidade da pesquisa.

Para auxiliar na compreensão dos processos de ocupação e criação dos PDS e PAs estudados, foi de fundamental importância para a concretização da pesquisa a colaboração de informantes chave que participaram desses processos, como funcionários do Incra, bem como lideranças das associações existentes nos assentamentos. Assim, durante os meses de abril e maio de 2018, foram realizadas nove entrevistas, com roteiro semiestruturado (Anexo 4), junto a representantes e ex-representantes de organizações da região e representantes e ex-representantes do poder público (FVPP, MDTX, Assefa, MFMLA, STTR, Incra e Semagri).

No mês de maio de 2018, após a realização das entrevistas com os informantes chaves, foi possível realizar a seleção das quatro áreas para a pesquisa, tendo sido todas elas definidas no município de Anapu, conforme exposto, tornando possível a realização da pesquisa no tempo previsto. Logo em seguida, entre maio e julho de 2018, foi realizada a primeira etapa da pesquisa de campo (desconsiderando-se a visita exploratória), onde foi possível conhecer as quatro áreas de estudo, assim como suas especificidades.

Esta primeira etapa foi essencial para uma análise qualitativa, onde se buscou identificar a trajetória dos assentados, a relação dos seus projetos de vida com a terra e analisar as dimensões sociais, econômicas e políticas. Foram ainda levantados elementos a respeito da visão dos assentados quanto à floresta, meio ambiente e sustentabilidade, essenciais para a compreensão da problemática de pesquisa.

Para seleção dos estabelecimentos visitados foi utilizada a relação de famílias cadastradas na relação de beneficiários (RB) do Incra, e daquelas em processo de reconhecimento da ocupação, além de conversa com lideranças dos assentamentos. Estas informações foram posteriormente confrontadas in loco durante a visita de campo, nos meses de maio a julho de 2018, o que permitiu conhecer a real situação de ocupação dos lotes e as famílias que ainda permaneciam no assentamento.

Foram realizadas 38 entrevistas semiestruturadas com as famílias pré-selecionadas, nos quatro assentamentos (10 no PA Pilão Poente II, 9 no PA Pilão Poente III, 9 no PDS Esperança e 10 no PDS Virola Jatobá), além de conversas informais com as mesmas, proporcionando assim reflexão sobre os temas pesquisados e indicativos para a análise comparativa entre as modalidades de assentamento, bem como critérios para análise da efetividade dos mesmos. As entrevistas foram realizadas com o apoio de um roteiro semiestruturado (Anexo 1) com questões abertas, cuja principal característica é sua menor rigidez, em comparação com o questionário padronizado, permitindo ao informante maior liberdade de manifestação e, ao pesquisador, identificar e compreender dimensões subjetivas da ação humana (BRUMER, 2008), facilitando a produção de informações importantes que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista (MICHELAT, 1987).

Nessa primeira etapa foi realizado, no PA Pilão Poente III, o teste da ferramenta a ser aplicada aos grupos focais, cuja aplicação ocorreu no segundo campo, nos meses de outubro e novembro de 2018. O teste possibilitou constatar que a ferramenta se constitui em uma importante técnica de coleta de dados tanto quantitativos, como qualitativos, fazendo dos participantes sujeitos ativos da pesquisa, e uma excelente fonte para caracterização dos assentamentos, cumprindo o papel proposto na pesquisa.

Nesse primeiro contato, o exercício do olhar e ouvir (OLIVEIRA, 2000) foi essencial para a aproximação com as famílias, gerando dados importantes para orientar a pesquisa e contribuindo para a etapa seguinte: o ato de escrever.

Orientei-me também, no que apresenta Velho (1978) durante abordagens qualitativas, quanto à necessidade de manter certa distância do objeto de estudo, para garantir uma investigação mais profunda da realidade, tornando o familiar estranho e o estranho familiar, destacando a importância do tempo e da convivência, tempo este essencial para uma melhor interpretação dos dados e para poder identificar aspectos menos explícitos.

A segunda etapa de campo foi realizada nos meses de outubro e novembro de 2018. Nesse período foram aplicados o questionário (Anexo 2) para obtenção de informações socioeconômicas das 32 famílias selecionadas dentre as 38 entrevistadas no primeiro campo, sendo oito famílias em cada assentamento, e detalhes sobre as iniciativas produtivas identificadas no período anterior, trazendo para a pesquisa dados quantitativos.

A investigação quantitativa tem como objetivo trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. É utilizada para compreender, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando-os perceptíveis através de variáveis (MINAYO; SANCHES, 1993).

Os questionários visam esclarecer aspectos mais objetivos, sobretudo, ao uso e cobertura da terra, atividades econômicas extra lote, benefícios recebidos, acesso a empréstimos, financiamentos, projetos de desenvolvimento e extensão rural, com dados capazes de verificar o tamanho das áreas que ocuparam: lavoura anual (roças), lavoura permanente, pastagem, capoeira, floresta e pomar de fruteiras e criação de animais do lote, onde será possível minimamente demonstrar o perfil produtivo e os rendimentos das “roças” entre os anos de 2017 e 2018. Os dados obtidos a partir do questionário possibilitaram identificar o conjunto de atividades produtivas no interior dos lotes, as características da renda e do patrimônio familiar, e as diferenças entre as famílias de acordo com a modalidade de assentamento.

O propósito de análises estatísticas não é necessariamente produzir dados “representativos” de populações, mas desvendar relações entre conjuntos de variáveis representativas destas populações. Ramos (2013), por sua vez, apresenta resumidamente que o uso dos métodos quantitativos para análise de problemas da realidade social serve a três propósitos básicos, os quais podem estar presentes num mesmo estudo ou separadamente em estudos diferentes: (1) descrever e/ou comparar características de grupos sociais, realidades, contextos ou instituições; (2) estabelecer relações causais, isto é, verificar os efeitos de variáveis em outras, suas magnitudes particulares e o efeito em bloco de uma série de variáveis independentes em outra que é a dependente; e (3) inferir resultados para uma população a partir de resultados obtidos em uma amostra (estatisticamente representativa).

A pesquisa quantitativa contribui, portanto, no processo de visualização, a partir de um conjunto de dados, por tratamentos específicos, de aspectos que não se revelam nas observações iniciais. Conforme Falcão e Régnier (2000, p. 232) a quantificação abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à pergunta que o mesmo estabeleceu como objetivo de seu trabalho, se tornando importante para uma melhor compreensão de cada situação estudada, relacionada a indicadores como: abandono de lotes, condições de vida e moradia, apoio e acesso a financiamentos e políticas públicas às quais tem direito, e avanços do ponto de vista da renda familiar.

Nessa segunda etapa de campo, também foi realizada a aplicação da técnica de entrevistas com grupos focais, utilizando a abordagem qualitativa, com a finalidade de obter uma avaliação dos assentados em relação ao assentamento. Uma das principais vantagens da utilização do grupo focal é que os dados revelam mais informações do que os obtidos a partir de outros tipos de levantamentos, tais como as pesquisas individuais. Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações entre indivíduos ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (VEIGA; GONDIM, 2001).

Para tanto, foram selecionados de dois a três grupos focais em cada assentamento. De acordo com Chiesa e Ciampone (1999), o ideal é que o número oscile entre um mínimo de seis e um máximo de doze participantes. Os participantes foram definidos através de amostra intencional, de acordo com observações realizadas na primeira visita de campo, levando em consideração critérios como sexo e localização da moradia no assentamento. Os critérios de seleção de participantes de grupos focais podem variar, devendo, todavia, ter pelo menos um traço comum importante para o estudo proposto (WESTPHAL; BOGUS; FARIA, 1996). A definição dos membros do grupo focal é considerada tarefa relevante uma vez que implica na capacidade de contribuição para com os objetivos da pesquisa, tendo sido levada a cabo durante o primeiro período de campo.

O objetivo dos grupos focais na pesquisa foi a caracterização e avaliação do assentamento, levando em consideração sete dimensões: infraestrutura social, aspecto produtivo, organização social, políticas públicas, questão ambiental, geração de renda e atuação do Incra. Os dados obtidos foram essenciais para a comparação entre as modalidades de assentamento, a fim de responder a questão problema da pesquisa. As discussões durante as reuniões dos grupos focais foram conduzidas pela pesquisadora, que cumpriu com a função de organizá-las e mediá-las, conforme roteiro estruturado (Anexo 3).

O papel do moderador de um grupo focal é manter a discussão produtiva, garantir que a pauta seja seguida rigorosamente, que todos os participantes exponham suas ideias e impedir a dispersão da questão foco. Para cada questão discutida foi

atribuída, em comum acordo dos participantes, notas de 1 a 10 (onde 1 significa muito negativo e 10 muito positivo) para um total de 50 parâmetros. As notas foram somadas para a geração de um índice. Cada situação analisada gerou um índice entre 50 e 500, o que contribuiu para a análise comparativa dos dados obtidos em cada assentamento.

O trabalho de campo, portanto, combinou diversas técnicas de pesquisa, e a combinação desses procedimentos possibilitou uma melhor apreensão da realidade dos assentados, na sua relação com a terra, naquilo que influenciou a vinda dessas famílias para a região, e na identificação da dinâmica de ocupação, criação e situação atual dos assentamentos. A partir dessas constatações, o alvo desta pesquisa foi avaliar aspectos qualitativos e quantitativos em duas modalidades de projetos de reforma agrária brasileira (PA e PDS), com objetivo de constatar se realmente há presença de iniciativas ambientalmente diferenciadas na segunda modalidade.

3.5. Análise dos dados

O tratamento dos dados obtidos nos questionários socioeconômicos assim como nos grupos focais incluiu análises de estatísticas descritivas. Os dados foram tratados por tabulação dos questionários em planilhas eletrônicas, com apoio do Excel, e posterior inserção em programa estatístico, com o objetivo de elaborar gráficos, quadros e tabelas, para uma melhor compreensão dos resultados.

Para análise dos dados obtidos através de entrevistas semi-estruturadas foram executadas transcrições de entrevistas previamente selecionadas, utilizando a análise qualitativa – horizontal e vertical – de seus conteúdos (BEAU; WEBER, 2007). Foi realizado o procedimento de agrupamento dos conteúdos de cada conjunto de entrevistas para cada um dos assentamentos, conforme as sessões das perguntas apresentadas nos questionários, de forma a facilitar a análise do conteúdo.

Tanto os relatórios advindos dos trabalhos de campo, como as próprias transcrições, são etapas que unificam os atos do olhar, ouvir e escrever. E é justamente neste último, que os juntamos ao pensar, formando um só ato cognitivo, aperfeiçoando de maneira contínua a análise social (OLIVERA, 2000).

4. A CRIAÇÃO DA MODALIDADE DE ASSENTAMENTO PDS EM ANAPU

Este capítulo aborda o processo de criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável conhecidos por Virola Jatobá e Esperança, localizados no município de Anapu. O capítulo examina o histórico da modalidade de assentamento desde sua criação, bem como sua relevância no âmbito da reforma agrária na região, analisando papel dos diferentes setores envolvidos em sua criação.

Como será visto, a implementação dessa modalidade em Anapu tem intensa relação com a organização da sociedade civil na Transamazônica, com as particularidades do processo de ocupação da região e os conflitos sociais, marcados principalmente pelo trabalho da missionária Dorothy Stang, assassinada em 2005. Sua criação é, portanto, resultado da atuação dos movimentos sociais locais em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), contra a concentração fundiária e pela conservação do meio ambiente. Na trajetória de incorporação do discurso socioambiental pelos movimentos sociais da Transamazônica, os PDS de Anapu passam a ser vistos como uma alternativa que poderia conciliar a melhoria de vida dos assentados com a preservação ambiental, bem como uma estratégia de formação de lideranças locais. A criação dos PDS de Anapu se dá, portanto, em favor da permanência e viabilidade de uma agricultura familiar mais adequada em relação aos aspectos ecológicos e econômicos, trazendo como objetivos principais a preservação ambiental e a geração de renda a partir da exploração racional dos recursos naturais.

4.1. Contextualização

O município de Anapu, criado oficialmente em 1995, logo se torna palco de diversos conflitos envolvendo disputa por terras. A estrutura fundiária das terras que hoje definem o município Anapu é marcada por um lado pela ocupação de pequenos produtores a partir dos projetos integrados de colonização (PIC), implantados desde 1971, destinados à ocupação de lotes de 100 hectares por agricultores familiares que se propusessem a morar e praticar atividades agropecuárias. Por outro lado, áreas de 3.000 hectares foram designadas a Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP⁶), cujo

⁶ CATPs eram contratos de alienação das terras públicas celebrados entre a instituição do poder público, isto é, o Incra, e o particular que ganhasse um processo licitatório. Esse contrato foi muito utilizado na época da política de colonização a partir da década de 70. Ambos contratantes possuíam obrigações, como por exemplo, o INCRA deveria proporcionar infraestrutura como a construção de estradas, e o particular devia fazer a abertura da área para exploração agropecuária. Ambos não cumpriram seus compromissos no acordo (MENDES, 2012).

objetivo era incentivar a instalação de empresas rurais. Esses incentivos de ocupação da Amazônia pelo governo eram justificados pelo discurso do vazio demográfico da região (HÉBETTE, 2004; CUNHA, 2009; MENDES, 2012). Para isso, um conjunto de obrigações foram pré-estabelecidas em contrato, que quando rompidas causavam sanções, como a retomada das áreas pelo Incra (SANTOS, 2011).

No início da década de 1990, no âmbito da discussão de criação do município de Anapu, os movimentos sociais locais propunham que não bastava apenas criar um município, mas que seria importante pensar em uma área para a expansão da agricultura familiar, o que contribuiria para o povoamento e distribuição de renda do próprio município, conforme se pode observar no depoimento abaixo:

No início da década de 1990, os movimentos sociais presentes na região começaram a discutir a criação do município de Anapu. Nós pensamos que não era só criar um município, era preciso também pensar numa área pra expansão da agricultura familiar, porque isso ia ajudar no povoamento, distribuição de renda do próprio município. Com isso nós começamos discutir uma proposta, como a Dorothy já vinha com um trabalho de CPT desde 82, quando ela chegou, ela conhecia aquela área através de mapa melhor que ninguém. Então o que nós fizemos enquanto movimento social, na época através daquele mapa, nós selecionamos uma área no lado Norte, que é o PDS Virola Jatobá hoje, e uma área no lado Sul, onde fica o Esperança. Então nós pensamos em solicitar do Incra essas áreas para a agricultura familiar, sendo que grande parte do município já era destinado à pecuária através das grandes áreas de fazendas, aí começamos a pensar em que modelo de assentamento apresentar. Nós não queríamos um assentamento convencional, onde se desmata, onde não se tem condição de se viver, os moradores acabam vendendo os lotes e as terras voltam pra mão dos fazendeiros. Um assentamento diferenciado, onde as pessoas pudessem trabalhar na terra e conviver também com o meio ambiente e ter uma política diferenciada de manutenção dessas famílias através da subsistência de produtos da própria natureza, como através do manejo florestal e de outros recursos ali existentes” (Francisco de Assis dos Santos Souza, ex-presidente do STTR de Anapu).

As lideranças dos movimentos sociais acreditavam que uma nova modalidade de assentamento seria uma alternativa viável para a região e poderia garantir o modo de vida dos agricultores, condições de infraestrutura para as famílias com maior atuação do poder público, e a conservação das florestas.

Com efeito, na década de 1990 a maior parte das terras compreendidas pelos CATPs encontrava-se na justiça, em processo de reintegração para a União, visto que na década de 1980 o Incra havia realizado vistorias nas áreas e detectado uma série de irregularidades (INCRA/ANAPU, 2010). Dessa forma, os primeiros assentamentos no município foram criados no final da década de 1990, em áreas de CATPs não cumpridos. Contudo, algumas vezes, liminares judiciais em favor de empresários

madeireiros paralisavam o procedimento de criação destes assentamentos e determinavam a saída da área dos posseiros assentados.

4.2. A grilagem de terras na ocupação de Anapu

A grilagem é entendida como a legalização do domínio da terra através de um falso documento, ou a apropriação ilícita de terras por meio da expulsão de posseiros, ou indígenas. Compreende diversos mecanismos de falsificação de documentos de propriedade de terras, negociações fraudulentas, chantagens e corrupções que têm envolvido o poder público e os entes privados (IPAM, 2006). As finalidades da grilagem, segundo CPI federal (Brasil, 2002, p. 556), incluem:

- a) revender as terras em grande escala e, com isso, obter ganhos financeiros;
- b) obter financiamentos bancários para projetos agropecuários, dando a terra como garantia;
- c) obter terra para assegurar a exploração madeireira ou para uma futura atividade agropastoril;
- d) dar a terra grilada como pagamento de dívidas previdenciárias e fiscais;
- e) conseguir indenização nas ações desapropriatórias, para fins de reforma agrária ou de criação de áreas protegidas.

O Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil (s.d., p. 12) define que “toda ação ilegal que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros constitui uma grilagem ou grilo”, constituída portando como ação ilegal, cometida por particulares, com a pretensão de se apropriar das terras públicas. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário:

A grilagem de terras acontece normalmente com a conivência de serventuários de Cartórios de Registro Imobiliário que, muitas vezes, registram áreas sobrepostas umas às outras — ou seja, elas só existem no papel. Há também a conivência direta e indireta de órgãos governamentais, que admitem a titulação de terras devolutas estaduais ou federais a correligionários do poder, a laranjas ou mesmo a fantasmas — pessoas fictícias, nomes criados apenas para levar a fraude a cabo nos cartórios. Depois de obter o registro no cartório de títulos de imóveis, o fraudador repetia o mesmo procedimento no Instituto de Terras do Estado, no Cadastro do Incra e junto à Receita Federal. Seu objetivo era obter registros cruzados que dessem à fraude uma aparência de consistente legalidade. (Grilagem: balanço definitivo). Disponível em www.mda.gov.br.

Anapu se tornou uma das regiões consideradas representativas da problemática da grilagem de terras públicas, no que se refere a agentes envolvidos, recursos naturais e processos de ocupação. Essa prática de fraudes se tornou recorrente nos cartórios da região, onde foram forjadas diversas práticas de grilagem de terras públicas, contando com o apoio de servidores desses cartórios e da passividade dos órgãos públicos responsáveis. Fernandes (1999) afirma que o processo de privatização das terras na

região se dava por meio fraudulento, mesmo quando a transação era, por parte do comprador, supostamente legal. É que as áreas eram vendidas antes de serem requeridas ao Estado, tornando ilegal a prática do vendedor. Dessa maneira nota-se que a grilagem de terras na região não é um fato novo, acontecendo desde a década de 1950. Em parte, a ineficiência das políticas públicas e, em muitos casos, a ausência das mesmas, dão suporte, por um lado, à ação criminosa de latifundiários, grileiros, madeireiros e, muitas vezes, a não menos criminosa ação de representantes do poder público.

Pode-se dizer que ao longo dos últimos 40 anos, o processo de registro de terras rurais na Amazônia apresentou muitas falhas e irregularidades, apesar de parte dessas irregularidades ter ocorrido ainda na década de 1970. Em 25 de abril de 2000, a Comissão Parlamentar de Inquérito das Terras Públicas da Amazônia foi instalada para investigar diversos acontecimentos envolvendo a apropriação indevida e ilegal de extensas áreas de terras pertencentes ao patrimônio público que, sem ter o devido respaldo documental, passaram por mecanismos ilícitos a mãos de particulares, pessoas físicas e jurídicas, com grave lesão para os estados e a União. Assim, constata-se que a privatização de terras públicas é prática comum na Amazônia, sobretudo na história recente da região, que se tornou palco de luta e resistência de posseiros, ribeirinhos, lavradores e defensores de direitos humanos na busca de uma reforma agrária e de um desenvolvimento capaz de garantir melhores condições de vida e a preservação da Amazônia.

No município de Anapu havia uma grande quantidade de terras alienadas por meio de CATP, pois a partir de 1975 foram sendo abertos processos licitatórios de terras públicas visando a implantação de projetos agropecuários. Os CATPs autorizavam o uso das terras mediante alienação, obrigando os concessionários a implantar projetos de produção e viabilizá-los em um período de cinco anos, a partir de quando o Incra deveria fazer vistorias nas áreas licitadas. Caso os requisitos dos contratos fossem cumpridos, os beneficiários poderiam adquirir o título definitivo de propriedade. Caso não, o contrato poderia ser cancelado e a terra deveria voltar a fazer parte do patrimônio da União (INCRA, 2010).

Muitos dos signatários de contratos nas áreas cobertas por CATPs não desenvolveram atividades agropecuárias. Em algumas delas, diversas famílias sem terra foram estabelecendo áreas agrícolas e pastos ou se engajando nas atividades madeireiras que começavam a crescer de forma ilegal na região. Nas primeiras vistorias realizadas

na década de 1980, o Incra constata que uma parcela significativa das terras alienadas fora repassada pelos concessionários a terceiros por diferentes meios fraudulentos.

(...) o Incra fez vistorias na região e constatou que a maioria não cumpria os termos dos contratos de alienação, principalmente, por nunca implantar tais “Empresas Rurais”, quando não já teriam vendido tais áreas a terceiros sem anuência do Incra e levados a registro cartorial indevidamente, como se fossem propriedades. Iniciando, a partir daí diversas ações, administrativas e judiciais, para retomar a posse destas áreas e destiná-las à reforma agrária (INCRA/ANAPU, 2010).

Desta forma, por não terem sido cumpridas as cláusulas estabelecidas em contratos, o Incra passa a reincorporar ao patrimônio da União as glebas licitadas via CATPs e também realiza os primeiros cadastros de posseiros. A partir disso começam a se estabelecer disputas judiciais entre o Incra e os pseudo empresários, ampliando desta forma os conflitos fundiários violentos envolvendo posseiros e grileiros.

A problemática dos conflitos e a violência no estado do Pará aparece, portanto, num contexto de ausência da gestão oficial do território, mostrando uma omissão do Estado nesses cenários, marcados pela indefinição da propriedade da terra, o que acaba incentivando a prática da grilagem e a apropriação ilegal de terras públicas, pelo uso da violência.

Parte dos lotes licitados pelo edital de concorrência nº 4/72 situava-se nas glebas Belo Monte (com 510 mil hectares) e Bacajá (com 210 mil hectares), ambas situadas entre as cidades de Altamira e Marabá, localizadas, respectivamente, ao norte e ao sul da rodovia Transamazônica. As grandes extensões de terras atraíram pessoas interessadas em explorar madeira da floresta ou a agropecuária.

Em 1980 e 1981, o Incra iniciou as vistorias nas áreas situadas nas glebas Bacajá e Belo Monte para verificar o cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos de alienação (CATPs). O órgão constatou que muitos lotes se encontravam em situação de total abandono, ou repassados a terceiros. Pressionado pelas organizações representativas dos trabalhadores rurais, o Incra entrou com ações judiciais para cancelar o registro imobiliário dessas áreas e revertê-las à União, destinando-as à reforma agrária. Embora algumas das decisões judiciais tenham sido favoráveis à União, os grileiros não desocuparam as terras, fomentando conflitos agrários e a violência contra os trabalhadores e demais defensores de direitos humanos (SAUER, 2005).

Estes conflitos ganharam peso quando a extração madeireira ilegal e a pecuária passaram, a partir da década de 1990, a atrair investimentos cada vez maiores. Esse

contexto fora reforçado pela liberação de recursos públicos via SUDAM, para que empresários desenvolvessem projetos florestais e de pecuária bovina nas áreas de CATPs, áreas estas que o Incra judicialmente já solicitava a posse para posteriormente destinar à reforma agrária. Este cenário demonstra contradições marcadas pela divergência entre políticas públicas conduzidas por diferentes órgãos federais, que potencializaram os conflitos fundiários na região.

Assim, os movimentos sociais reivindicaram que essas terras, na maioria das quais não havia produção, fossem devolvidas à União e transformadas em áreas de preservação ou em projetos de assentamento, destinados à agricultura familiar. Inicia-se então uma proposta diferenciada nestas grandes áreas pertencentes à União, para trabalhar a terra mantendo uma relação com a floresta, garantindo a sustentabilidade ambiental.

Neste contexto de ampla tensão social e ambientalização⁷ dos conflitos fundiários, devido aos impactos do desmatamento, reforça-se entre os movimentos sociais locais a proposta de adotar uma nova forma de assentamento de reforma agrária, que, até então, era inexistente na estrutura fundiária brasileira, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (FOLHES et al., 2016, p. 307).

4.3. A luta dos movimentos sociais pela criação dos PDS em Anapu

O debate sobre as questões ambientais e de desenvolvimento regional ao longo da rodovia Transamazônica, segundo Souza (2006), surge a partir do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido entre 20 e 25 de fevereiro de 1989, na cidade de Altamira, ocasião em que a sociedade local tomou conhecimento sobre o complexo hidrelétrico do Xingu. O evento trouxe à tona o primeiro conflito público envolvendo questões sociais e ambientais na região, incluindo agricultores familiares no debate, através de um discurso que unia o social e o ambiental na narrativa dos atores, incorporando lentamente a Transamazônica ao novo discurso. Após o encontro, tanto a igreja católica do Xingu quanto as organizações dos agricultores incorporaram em suas estratégias a relação entre o desenvolvimento regional e a questão ambiental.

Para Souza (2006), a influência da igreja católica, através das denominadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) junto às organizações de agricultores foi fator

⁷ Para Lopes (2006, p.34) o termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou percepções de fenômenos, indicando um processo histórico de construção associado à sua interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais. No caso da “ambientalização”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”.

decisivo para a participação da sociedade civil organizada no debate socioambiental na região da Transamazônica e Xingu. Em particular, as políticas de assentamento até então implantadas na região desencadearam conflitos e contradições que agravaram a degradação ambiental ocasionada pelo uso predatório dos recursos naturais por fazendeiros e madeireiros e por uma política de colonização direcionada a ocupar o espaço sem a preocupação de criar condições necessárias para o desenvolvimento social. O desenvolvimento pautado numa visão exclusivamente econômica passa a ser contestado de forma mais contundente na década de 1990 pelos movimentos sociais daquela região.

Com a criação do município de Anapu, o debate sobre a falta de alternativas de desenvolvimento passa a fazer parte das denúncias de abandono do projeto de colonização e nas reivindicações por melhorias nas condições de saúde, educação, e habitação dos agricultores. Nesse período, o movimento ecológico de preservação da Amazônia se intensifica no país, juntamente com a divulgação, em 1987, do relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, intitulado Nosso Futuro Comum, que trazia o conceito de desenvolvimento baseado no uso sustentável dos recursos naturais.

Ainda segundo Souza (2006), o trabalho da igreja católica junto aos agricultores migrantes da região, foi decisivo para a construção do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), em 1987. A partir de então, os agricultores familiares, impulsionados pelos movimentos sociais que começam a surgir, passaram a enfrentar e denunciar a dura realidade vivida pelos migrantes, denunciando o abandono. Assim, construíram sua resistência através do Movimento. A Prelazia do Xingu, a partir das CEBs, assumiu a tarefa de organizar essas famílias e assessorar o movimento. Através do debate sobre os direitos dos agricultores e a questão fundiária, a Prelazia do Xingu estimulou, entre as famílias, a denúncia da depredação dos recursos naturais feita por grandes projetos econômicos. Enquanto isso, as manifestações sociais e o discurso do movimento ambiental de proteção à Amazônia ganhava espaço no contexto nacional, aumentando a crítica ao modelo de desenvolvimento baseado em grandes projetos. Dessa forma, o MPST nasceu a partir de uma articulação regional com forte inserção nacional junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a igreja católica. A principal demanda do Movimento, que nascia buscando consolidar o desenvolvimento regional, era a retomada do projeto de colonização abandonado pelo governo militar. Para Sousa

(2007), a criação do MPST foi de grande importância no redirecionamento dado pela sociedade civil ao tema desenvolvimento regional.

Porém, a forma oficial de colonização da região da Transamazônica deixava margem para a reprodução de relações sociais nada harmônicas. Conforme destaca Jean Hébette (2004) em estudo sobre o processo de reprodução social e participação política na Transamazônica:

Ali, a agricultura camponesa, tradicionalmente desprezada e entregue a si mesmo e, agora, perseguida pelos órgãos governamentais, tinha que criar à força seu espaço de sobrevivência e suas perspectivas de futuro, forçando os lavradores a se organizarem segundo suas próprias normas – o que não tardaram a fazer. (Hébette, 2004, p. 123)

Diante das dificuldades enfrentadas, os primeiros espaços de cooperação construídos pelos colonos da Transamazônica foram os laços de solidariedade criados nas relações pessoais e coletivas de vizinhanças e da comunidade católica, organização que se tornou importante como forma de superação, ao menos parcial, dos problemas, e na elaboração de estratégias das próprias famílias. A partir desses ambientes de discussão, os movimentos sociais da Transamazônica passaram a construir um espaço de reivindicação, de planejamento e elaboração de uma alternativa de desenvolvimento para a região, que inicialmente se fortaleceu e efetivou através dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, associações e cooperativas de pequenos produtores rurais. Para Hébette (2004) essa passagem dos espaços pessoais para os espaços públicos representa um marco decisivo para a organização coletiva:

A passagem do espaço privado – familiar aos camponeses, e onde os comportamentos sociais se fundamentam nos valores pessoais e nas opções individuais – para o espaço público, onde os comportamentos sociais e políticos são orientados por decisões coletivas, representou um momento decisivo na vida dos colonos; esse passo marcou também uma passagem de um projeto simplesmente individual ou familiar, ou ainda de um projeto comunitário puramente local, para um projeto coletivo e de classes. (Hébette, 2004, p. 128)

Em 1992, as lideranças que formavam o MPST criaram a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) para ser sua representação jurídica. Mas somente a partir de 1995, a FVPP passou a ter visibilidade pública dado o número de projetos e volume de recursos que passou a administrar, bem como às interlocuções formais que passou a estabelecer com o governo, em especial o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em nome do MPST. Dessa forma, o MPST transformou-se em fórum político importante, capaz de concentrar e articular o potencial de protesto e resistência na Transamazônica, enquanto a FVPP passa a captar recursos para apoiar o trabalho concreto do MPST.

Em 1999, o MPST muda de nome para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). A intenção era promover o desenvolvimento da região como um todo, tendo como estratégia a promoção dos potenciais de desenvolvimento da agricultura familiar (SOUSA, 2007). Segundo Sousa (2007), o desenvolvimento da região é pensado pelo MDTX vinculado a uma estratégia de preservação dos recursos naturais e a um projeto político partidário. Neste processo, insere-se o apoio aos PDS de Anapu. O MDTX assume, assim, reivindicações ecológicas, sociais e políticas em um projeto de luta contra o desmatamento para a pecuária e o cultivo da soja, a exploração ilegal de madeira e a grilagem de terras.

A Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia (Asseefa) também é tida como organização importante na luta pela criação de assentamentos ambientalmente diferenciados. A organização não governamental compartilha sua origem com outros movimentos existentes em Anapu, como o Movimento Fraternal de Mulheres Lutadoras do Município de Anapu (MFMLA) e a Associação Pioneira Agrícola Trans-leste (Aspat). A Asseefa nasce, assim, da articulação entre líderes religiosos como a irmã Dorothy Stang e lideranças sindicais no município. A proximidade da Asseefa com a igreja católica, pelo fato de ter sido criada com participação da irmã Dorothy, facilitava o debate sobre desenvolvimento, participação, meio ambiente e sobre os dois PDS, realizados nas festividades e reuniões com pastorais da igreja.

Acompanhando a discussão a respeito da criação dos PDS em Anapu, a Asseefa desde o início foi concebida com o objetivo principal de prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental aos PDS Esperança e Virola Jatobá. Conforme seu estatuto, a associação tem como intenção elevar a renda das famílias assentadas através da comercialização de produtos agroextrativistas, bem como apoiar organizações dos assentados nas reivindicações pela regulamentação e assistência técnica do poder público.

O contexto de criação da Asseefa, assim como do MDTX, tem relação com a organização da sociedade civil na Transamazônica e com as particularidades do processo de ocupação e luta pela terra em Anapu, que já ocorriam mesmo antes da criação do município. Em 1985, um grupo de mulheres já havia formado o Movimento Fraternal das Mulheres Lutadoras de Anapu (MFMLA), com o objetivo de buscar alternativas que pudessem melhorar a qualidade de vida, criando um ambiente favorável para a permanência das famílias no campo (SOUSA, 2007, p. 112). Logo em seguida,

em janeiro de 1986 é criada a Associação Pioneira Agrícola da Trans-leste (Aspat), que compartilhava dos objetivos da MFMMA. Com o passar do tempo, e havendo mais clareza dos princípios da organização, outras necessidades foram surgindo, obrigando o MFMMA a encontrar novos caminhos para concretizar seu objetivo de garantir a permanência da família na terra. A partir daí tomam a iniciativa de implementar um projeto que resultou na criação da Asseefa.

4.4. A criação do PDS Virola Jatobá e PDS Esperança

Segundo Santos (2011, p. 66) a proposta inicial apresentada pelo movimento social local em seminários com participação do Incra, Ibama, CPT e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), era o da criação de uma Reserva Extrativista sobre as áreas pretendidas. Porém, inúmeras discussões com a participação dos órgãos inseridos nesse debate constataram a realidade do município, na qual muitas famílias já habitando essas áreas não apresentavam o perfil de extrativista. Portanto, devido às áreas não atenderem critérios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como a não existência de populações tradicionais, o movimento social opta por demandar a implementação em Anapu de um novo modelo de reforma agrária discutido no âmbito do governo federal a partir de 1999, que em sua formulação expressa o interesse social e ecológico, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental, o PDS (MDA/INCRA/ portaria N° 477/99).

Diante das discussões, em 1997 foi oficialmente registrado no Incra (sob o nº 54100.002349/00-97) o pedido dos movimentos sociais de Anapu para conciliar o assentamento de agricultores da Transamazônica em área de interesse ambiental, gerando um desenvolvimento não predatório e sustentável, onde há proteção e respeito aos direitos humanos (SAUER, 2005, p.88). A proposta inicial incluía 24 lotes de três mil hectares na Gleba Belo Monte e 21 lotes também de três mil hectares na Gleba Bacajá, totalizando 45 lotes e 135.000 hectares destinados à agricultura familiar nos PDS.

A modalidade PDS foi criada pelo Incra por meio da Portaria/Incra nº 477, de 04 de novembro de 1999 e regulamentada pela Portaria/Incra nº 1.032 de 25 de outubro do ano de 2000⁸. Na prática, o PDS flexibilizou a resolução que proibia a criação de

⁸ Dados disponíveis no Diário Oficial da União, Seção 1 de 12 de dezembro de 2002 no site: <http://www.in.gov.br/>

assentamentos em área florestal, para casos onde caberiam o extrativismo e manejo dos recursos florestais existentes e agricultura familiar de baixo impacto ambiental, em áreas de interesse social e também ecológico. De acordo com normativa estipulada pelo Incra, as áreas para criação de PDS devem ser destinadas perante “concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias, seja associativista, condominial ou cooperativista”.

Após a entrada do requerimento para a implementação de PDS, foi solicitado ao Incra um recadastramento de todas as terras na região. Esse procedimento foi efetivado no ano de 1999, averiguando-se que todos os lotes pleiteados eram grandes e improdutivos, e, portanto, todos poderiam ser destinados ao programa de reforma agrária. Alguns lotes já tinham sido revertidos legalmente em terras da União e outros se encontravam em fase de cancelamento dos CATPs (SAUER, 2005, p.89).

No ano 2002, mais especificamente no mês de novembro, o Incra criou oficialmente os PDS de Anapu, através da Portaria Incra/SR-01 nº 39/2002⁹. A proposta previa a implantação de quatro PDS, beneficiando cerca de 600 famílias, que receberiam assistência técnica, apoio financeiro e infraestrutura para desenvolver o projeto de forma sustentável. Porém, após emitir a Portaria, o Incra passou a travar uma batalha judicial contra fazendeiros e madeireiros que pretendiam retomar as terras pertencentes à União, o que inclusive impediu a demarcação dos lotes dos PDS (SAUER, 2005). No ano de 2003, com a eleição do novo governo federal, foram retomadas ações no sentido de acatar as reivindicações dos movimentos sociais de Anapu. Após anos de luta para que o projeto fosse implantado, finalmente em maio de 2003, foi realizada uma ação conjunta do Incra, Ibama e Polícia Federal com a finalidade de cadastrar as famílias já assentadas e outras pretendentes, retirar os madeireiros e fazendeiros ilegais e retomar a posse das áreas, já revertidas judicialmente para o Incra e destinadas aos dois PDS. E em 25 julho de 2003 na Festa do Produtor de Anapu, foi anunciada a efetivação da proposta do PDS, sendo então efetivamente estabelecidos os quatro PDS, conforme previsto, totalizando 70 mil hectares¹⁰.

O STTR de Anapu, juntamente com as organizações populares envolvidas, seguindo os critérios presentes na portaria de criação dos PDS, traçou um plano de

⁹ Portaria publicada no Diário Oficial da União, seção 1, nº 240, de 12 de dezembro de 2002, disponível no site: <http://www.in.gov.br/>

¹⁰ PDS Anapu I abrange os lotes 16, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 60, 61 e 62. PDS Anapu II os lotes 56 e 58, na gleba Bacajá. PDS Anapu III, abrangendo os lotes 110, 136, 138, 139, 158, 162, 178 e o PDS Anapu IV, abrangendo os lotes 107 e 132, na gleba Belo Monte.

utilização. De acordo com esse plano, os beneficiados deveriam respeitar a legislação ambiental e seguir critérios de sustentabilidade, implantando e concretizando atividades produtivas para permitir a reprodução das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas, além de possibilitar melhorias nas condições de vida da população local.

As organizações envolvidas se preocupavam em organizar uma metodologia de uso do PDS na qual o beneficiado não voltasse a repetir os erros outrora cometidos por aqueles que utilizaram de forma irregular seus CATPs, como a venda de suas terras, ou utilizar as mesmas de forma indevida. Assim, o plano de utilização elaborado pelo STTR estabelecia não somente os direitos dos beneficiados, mas também as responsabilidades e um método de fiscalização, juntamente com suas penalidades.

Contudo, a violência imposta pelos madeireiros, fazendeiros e grileiros nos lotes destinados aos referidos projetos tem sido desde o início um grande obstáculo na implementação dos PDS. Tal configurou um cenário de abuso e medo, no qual as famílias são intimidadas e expulsas dos lotes por milícias armadas, contratadas por grileiros e madeireiros (SAUER, 2005).

Desde então o processo de consolidação destes assentamentos caracteriza-se por diversos problemas. Alguns deles relacionados à demora dos órgãos governamentais na regularização dos PDS. Outros, à falta de clareza, por parte dos próprios assentados, do que venha a ser um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que surge como uma alternativa aos tradicionais assentamentos realizados na Transamazônica por meio da colonização dirigida. De fato, os PDS perpassam por diferentes realidades e desafios na construção de seus propósitos. As propostas sustentáveis e restritivas nem sempre são aceitas por todos, já que o sistema produtivo predominante na região é baseado na utilização indiscriminada dos recursos naturais. Aliado a isso está a insuficiente infraestrutura básica (escolas, hospitais, estradas, segurança) para os assentados em áreas com predominância de floresta, o que provoca a saída dessas famílias para as cidades, expondo-as a uma condição de vida com acentuada exclusão social, além de causar o enfraquecimento da atividade extrativista.

Apesar dos incansáveis esforços, os PDS de Anapu continuam enfrentando problemas, inclusive no que diz respeito à gestão ambiental, devido ao pouco conhecimento sobre a legislação pelos assentados, que têm dificuldade para entender e respeitar as áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal, que podem servir como fonte de renda, seja através da venda de madeira colhida de forma sustentável, ou

da exploração de outros produtos. Além desse fator, devido à falta de alternativas tecnológicas e de infraestrutura de qualidade, os assentados acabam por buscar renda em seus lotes com estratégias de curto prazo, isto é, pela retirada da madeira e pela conversão da terra em pastagem para uma futura venda, mesmo que proibida. Dessa forma, no processo de efetivação dessa política no PDS, a atuação do Incra, e de outras instituições do poder público, foi muitas vezes questionada pelas organizações sociais e pelas famílias assentadas.

Como experiência pioneira, os PDS de Anapu ainda geram opiniões controversas. De um lado estavam os grileiros que pretendiam o controle dessas áreas, e do outro os movimentos sociais da região que aderiram e fortaleceram a luta pela criação da modalidade de assentamento, num movimento em favor da permanência e viabilidade da agricultura familiar, visando uma agricultura mais satisfatória em relação aos aspectos ecológicos e econômicos. Conforme pode se observar na narrativa,

Travou-se uma grande política de pensamentos nessa época, porque muita gente, mesmo que não pretendesse um pedaço dessa terra, acompanhava a gente e nos apoiava, porque tinha esse mesmo pensamento de daqui a muito tempo, nós iríamos ter uma área de mata bem preservada dentro do município. Mas, por outro lado, quem gosta de destruir mesmo, inclusive o setor madeireiro, travou uma grande disputa, começando aquelas intrigas entre os pequenos que eram os agricultores com os grandes fazendeiros e os madeireiros, porque realmente eles não pensavam nisso. Eles pensavam era em invadir tudo, tirar toda a madeira, aquela coisa, então deu aquela disputa. Principalmente porque foi a época que mais tinha madeireira em Anapu, tinha 21 madeireiras, e os madeireiros pretendiam demais aquela área (Ivan-Asseefa).

Pacheco e colaboradores afirmam que até o ano de 2004 o município de Anapu estava incluso no maior polo madeireiro da microrregião de Altamira, com 22 empresas madeireiras funcionando. Além disso, segundo os autores, era intensa a utilização de Licenças de Desmatamentos e Autorizações de Transportes de Produtos Florestais (ATPF) pelos madeireiros locais intermediários, que têm nessa transação barata a possibilidade de maquiagem a madeira retirada ilegalmente de áreas da União (PACHECO et al., 2009, p. 20). A premissa de desenvolvimento sustentável ainda é motivo de muitas discussões por parte de defensores e críticos. Neste sentido, a implementação do PDS em Anapu é um grande desafio, pois implica em subverter a ordem estabelecida há décadas, pelo modelo de desenvolvimento excludente (SACHS, 2004), que ainda predomina na Amazônia.

5. PERCEPÇÃO DOS ASSENTADOS SOBRE O LUGAR EM QUE VIVEM

O presente capítulo tem como objetivo analisar as percepções dos assentados sobre os assentamentos em que vivem. Para atingir o resultado foram utilizadas duas ferramentas. Inicialmente, foram realizadas de entrevistas em grupos focais, que por meio da participação e interação entre os indivíduos permite a caracterização e avaliação do assentamento, levando em consideração sete tópicos, ou dimensões. Posteriormente, foi aplicado um roteiro de perguntas semiestruturadas, com questões relacionadas à ocupação das áreas, organização social, condições de vida e bem estar, além de captar a visão dos assentados a respeito da floresta, meio ambiente e sustentabilidade. Os dados obtidos foram essenciais para a comparação entre as modalidades de assentamento, a fim de responder a questão problema da pesquisa.

5.1. Avaliações por grupos focais

Conforme indicado no Quadro 2, durante a pesquisa de campo foram realizadas 12 reuniões com grupos focais nos quatro assentamentos pesquisados, sendo três reuniões em cada assentamento. Tais atividades se desenvolveram no período de 17 de outubro a 28 de dezembro de 2018, durante o segundo período de campo da pesquisa. Buscou-se nessa etapa investigar as impressões sobre o funcionamento dos assentamentos, levando em consideração sete dimensões: infraestrutura social, infraestrutura produtiva, organização social, políticas públicas, meio ambiente, geração de renda e trabalho, e atuação do Incra.

Quadro 2. Informações sobre as reuniões com grupos focais realizadas na pesquisa.

Grupo Focal	Data	Assentamento	Número de participantes
Grupo Focal 1	23/10/2018	PA Pilão Poente III	12
Grupo Focal 2	24/10/2018	PA Pilão Poente III	2
Grupo Focal 3	25/10/2018	PA Pilão Poente III	6
Grupo Focal 4	12/11/2018	PA Pilão Poente II	2
Grupo Focal 5	14/11/2018	PA Pilão Poente II	4
Grupo Focal 6	15/11/2018	PA Pilão Poente II	4
Grupo Focal 7	06/12/2018	PDS Esperança	8
Grupo Focal 8	08/12/2018	PDS Esperança	5
Grupo Focal 9	11/12/2018	PDS Esperança	4
Grupo Focal 10	21/12/2018	PDS Virola Jatobá	1
Grupo Focal 11	22/12/2018	PDS Virola Jatobá	4
Grupo Focal 12	24/12/2018	PDS Virola Jatobá	6

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

De maneira geral as reuniões com os grupos aconteceram em um clima agradável e participativo, sempre agregando informações importantíssimas para a análise dos assentamentos. A avaliação da atividade por parte dos participantes foi, em geral, positiva, e surgiram inclusive pedidos e sugestões para que atividades neste mesmo formato sejam desenvolvidas por outras equipes, como por exemplo, pelo Incra, tendo em vista a troca de experiências, e a carência de tais dinâmicas coletivas. Dessa forma foi possível observar que a dinâmica proporcionou um debate aberto e acessível em torno de temas de interesse comum aos participantes.

Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações. Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu objetivo central é coletar informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo), a partir de um grupo de participantes.

Gaskel considera que grupos focais propiciam um debate aberto e acessível em torno de temas de interesse comum aos participantes. Para o autor, o grupo focal “é um ambiente mais natural e holístico em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros” (2002, p.79). O uso da técnica permite, portanto, levantar informação qualitativa para a pesquisa e estimula os participantes a dar continuidade ao processo de reflexão e diálogo entre eles, potencializando a interação grupal.

Foram organizados três grupos focais em cada assentamento. Os participantes foram definidos através de amostra intencional, de acordo com observações realizadas na primeira visita de campo, levando em consideração a localização da moradia no assentamento. Para a realização das reuniões dos grupos focais, foram selecionados locais apropriados, como espaços comunitários, salões de igreja e salas de aula, levando em consideração a facilidade de acesso pelas famílias do assentamento (Figura 2.1).

O tamanho do grupo é outro aspecto a destacar. Para Godim (2003), apesar de se acordar que o número ideal varia de 4 a 10 pessoas, a discussão depende do nível de envolvimento com o assunto de cada participante; se este desperta o interesse de um grupo em particular, as pessoas terão mais facilidade para discutir e, neste caso, o grupo não deve ser grande, para aumentar as chances de participação de todos, pois com mais de 10 pessoas, fica difícil a moderação, havendo tendência de polarização e eventual conflito.

Figura 2.1. Reuniões de grupos focais nos assentamentos



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Contudo, a realidade do campo nos apresentou uma situação de imensa dificuldade no que diz respeito à sensibilização dos assentados, de forma que em três grupos focais, sendo um em um PDS e em dois PA, não foi alcançado o número desejado de participantes. Em duas reuniões compareceram apenas duas pessoas, e em outra apenas uma. Sobre a situação relatada, vale esclarecer que o número de pessoas convidadas havia sido superior ao limite desejado. Os convites foram realizados pessoalmente por meio de visitas nas casas, estratégia adotada visando o contato com os assentados e a viabilidade de esclarecer a proposta da pesquisa. Mesmo assim, embora muitos confirmassem presença na ocasião do convite, não compareceram no momento da realização da reunião.

O número de participantes no total dos 12 grupos focais realizados foi de 58 pessoas, sendo 28 nos PDS e 30 nos PA. Desses participantes, 31 foram homens e 27 mulheres. O número de participantes no grupo focal influenciou diretamente o tempo de duração da reunião. O contexto do tema ou o grau de discussão em torno das questões que se apresentaram são outros fatores que interferiram. A duração média da atividade

foi em torno de 75 minutos. Quanto aos equipamentos utilizados, o uso de gravador foi considerado indispensável, ressaltando que a utilização deste recurso foi realizada mediante a permissão dos participantes. Também foi importante tomar nota das falas e comentários feitos durante as reuniões, através de caderno de campo.

O roteiro que norteou as discussões nos grupos focais continha 50 questões, divididas em sete tópicos. As questões relativas a cada tópico são apresentadas no Anexo 3, enquanto as tabelas com os resultados sistematizados com as notas e médias para cada grupo focal se encontram no Anexo 5. Para a avaliação e discussão das questões foram elaborados sete cartazes, cada um contendo as perguntas relacionadas aos respectivos tópicos, conforme observado na Figura 2.2. A cada questão discutida foi atribuída, em comum acordo dos participantes, notas de 1 a 10 (sendo que 1 significa muito negativo e 10 muito positivo). Para o total das 50 perguntas, foram gerados índices que poderiam, portanto variar entre 50 e 500.

Figura 2.2. Metodologia utilizada para a avaliação dos grupos focais

Roteiro para avaliação de assentamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Infraestrutura Social-Capital Físico										
Moradias adequadas										
Energia elétrica										
Abastecimento de água										
Sinal para telefons celular										
Escolas com boa infraestrutura										
Escolas com bons professores										
Posto de saúde com boa infraestrutura										
Posto de saúde com pessoal capacitado										
Acompanhamento agente de saúde										

Fonte: Trabalho de campo, 2018.

As notas atribuídas pelos participantes dos grupos focais foram analisadas para cada questão dos sete tópicos, a fim de obter médias aritméticas e ponderadas¹¹, e a partir disso comparar a situação dos assentamentos. As médias ponderadas levaram em

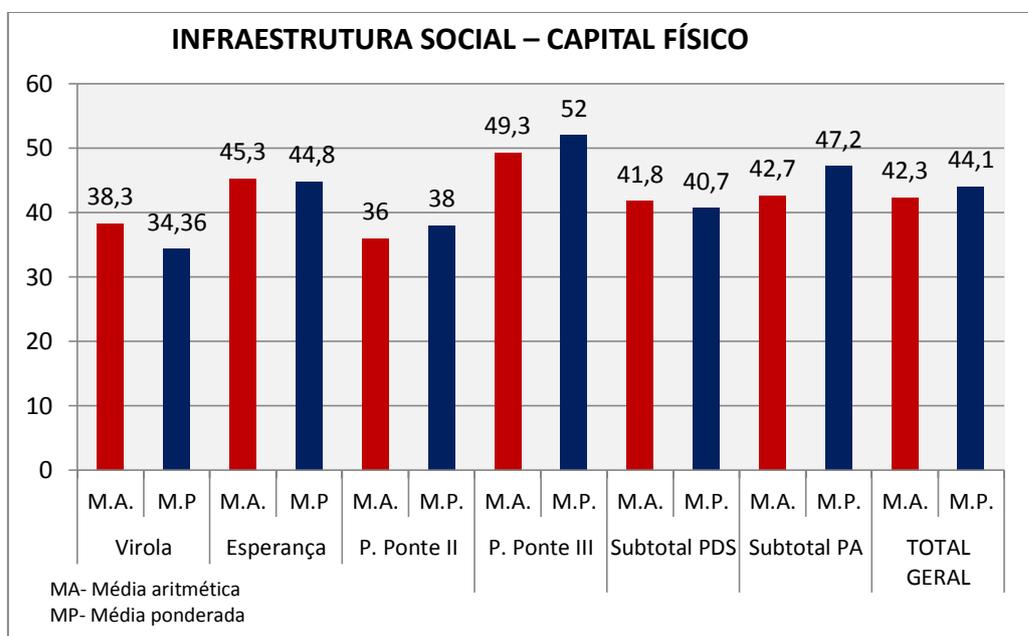
¹¹ A média aritmética de um conjunto de dados é obtida somando os valores e dividindo o produto pelo número de dados desse conjunto, quando todos os valores possuem a mesma importância. A média ponderada, considera a contribuição (peso) de cada termo, uma vez que existem termos que contribuem mais que outros.

consideração o número de participantes por reunião, sendo que em cada assentamento foram realizadas três reuniões, com número distinto de participantes. Como a resposta obtida reflete o consenso de cada grupo, pesos diferenciados foram definidos conforme o número de participantes do grupo. Para cada tópico, os dados são apresentados em gráficos de barras, inicialmente para cada um dos quatro assentamentos, seguidos dos índices agregados obtidos a partir da consolidação de cada modalidade de assentamento (PA e PDS), e finalmente, para o total dos entrevistados. Os dados detalhados para cada tópico foram tabulados e organizados em gráficos, apresentados a seguir.

5.1.1. Infraestrutura social – capital físico

O item Infraestrutura social inclui nove questões abordando o investimento público voltado à infraestrutura social básica (escolas, postos de saúde, moradias, energia elétrica, abastecimento de água, telefonia). A importância deste capital físico para a avaliação do assentamento decorre do fato de que a oferta de serviços públicos de infraestrutura é um dos aspectos mais importantes das políticas de desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo em que contribui fortemente para a percepção do bem estar social. Portanto, uma adequada disponibilidade de infraestrutura e de seus serviços correlatos é condição indispensável para que o assentamento possa proporcionar boas condições para se viver, propiciando desenvolvimento econômico e social. Os índices obtidos a partir destas questões são apresentados na Figura 3.1.

Figura 3.1. Índices gerados pelos grupos focais para infraestrutura social



Os resultados indicam que a falta de investimento em infraestrutura social é recorrente nas duas modalidades, sendo que nos PAs a situação de escolas e postos de saúde é mais precária. Houve variação considerável entre modalidades de assentamento em relação a postos de saúde. Os PDS possuem estrutura para funcionamento dos postos, enquanto nos PA o quesito recebeu a menor nota, devido à ausência em um deles, e à estrutura insuficiente no outro. Outros componentes com variação considerável foram abastecimento de água e telefonia. Nesses quesitos os PDS apresentaram menores notas, por não apresentarem os serviços. Com relação a moradias adequadas, em todos os grupos foi discutido o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que tem como propósito reduzir a falta de moradias nestas áreas. Todos mencionaram que o número de casas construídas pelo projeto foi muito baixo em relação à quantidade de famílias assentadas (Figura 3.2).

Figura 3.2. Moradias construídas pelo Programa Nacional de Habitação Rural nos assentamentos



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Para uma pontuação máxima de 90 (9 itens x 10 pontos), os resultados das médias ponderadas por assentamento oscilaram entre 34 e 52. Tanto a média aritmética como a ponderada dos PAs foram mais altas, o que indica que os assentamentos convencionais apresentam melhor infraestrutura social. Tal é justificado principalmente devido aos assentamentos convencionais serem estabelecidos há mais tempo que os PDS, constituídos cerca de sete anos antes, possibilitando assim maior tempo de investimento nesta infraestrutura social (capital físico).

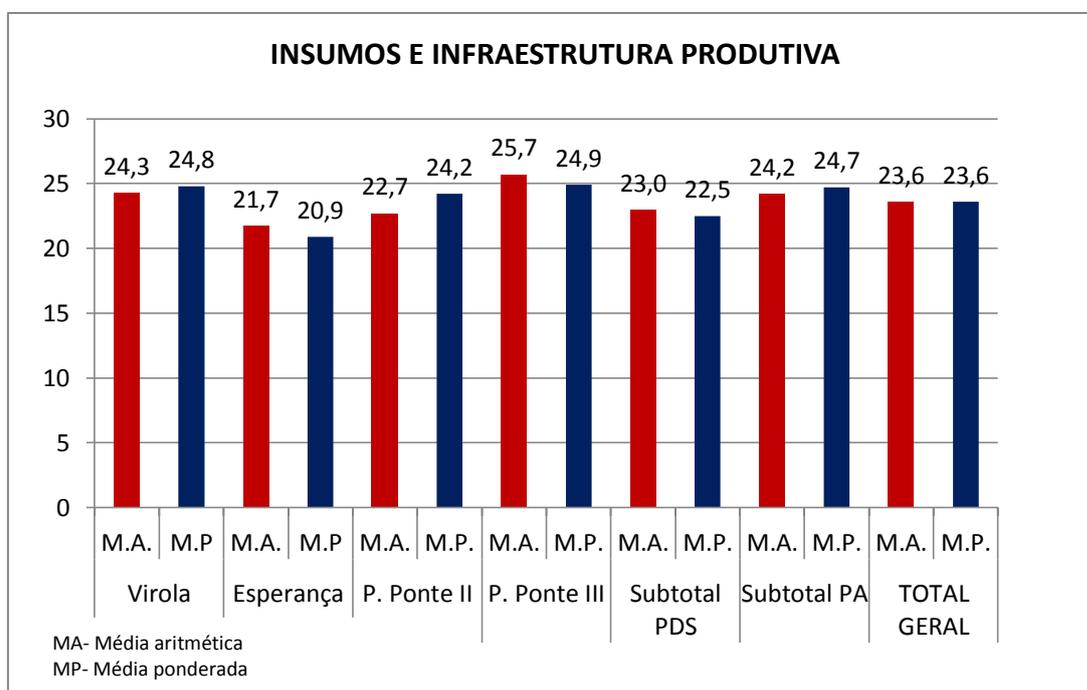
5.1.2. Insumos e infraestrutura produtiva

Para o Banco Mundial (1994), “a infraestrutura pode proporcionar grandes benefícios em termos de crescimento econômico, mitigação da pobreza e sustentabilidade ambiental, mas só quando presta serviços que atendem à demanda efetiva com eficiência” (World Bank, 1994, p.2). Considerando que o investimento em infraestrutura produtiva tem participação direta no aumento da atividade econômica, este tópico incluiu seis questões relacionadas à disponibilidade de equipamentos e máquinas para a produção, assim como estradas para escoamento desta produção.

Um tema bastante debatido nos grupos focais, e que resultou em notas inferiores aos demais itens, foi a falta de maquinários para preparo do solo e beneficiamento da produção, limitando condições para o desenvolvimento do assentamento. Outro aspecto ressaltado foi a qualidade precária das estradas no período de inverno, e as implicações aos assentados.

Como observado na Figura 3.3, para uma pontuação máxima de 60 (6 itens x 10 pontos), as médias ponderadas por assentamento oscilaram entre 20 e 25. Verificaram-se maiores índices médios no PA Pilão Poente III (24,9) seguido do PDS Virola Jatobá (24,8), enquanto o PDS Esperança (20,9) e o PA Pilão Poente II (22,5) apresentaram as avaliações mais negativas. Assim como no tópico anterior, a média agregada para os PAs (24,7) foi superior à dos PDS (22,5).

Figura 3.3. Índices gerados pelos grupos focais para infraestrutura produtiva.



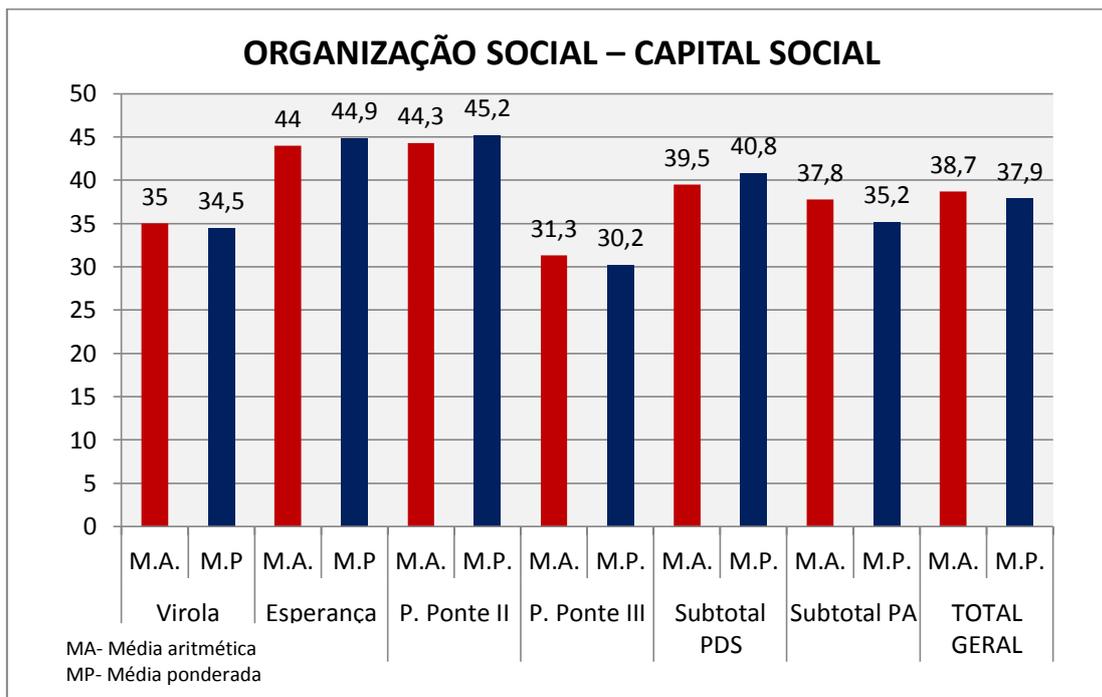
5.1.3. Organização social – capital social

Segundo Putnam (1996), “capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Dessa forma, o capital social assume um papel importante no desenvolvimento de organizações coletivas, através de redes e normas de confiança.

Desta forma, este tópico busca analisar os principais elementos do capital social que vêm sendo desenvolvidos nos assentamentos. O tópico inclui oito questões, que abordam aspectos como a presença de associações, cooperativas, ou outros grupos, assim como a ocorrência de conflitos internos ou com segmentos externos ao assentamento.

Como observado na Figura 3.4, para uma pontuação máxima de 80 (8 itens x 10 pontos), as médias ponderadas por assentamento oscilaram entre 30 e 45. Foram encontradas diversas formas de organizações de natureza coletiva nos assentamentos, como associação, cooperativa, grupo de mulheres e grupos religiosos. Quando analisados comparativamente, os PDS apresentam médias superiores (40,8) aos PA (35,2) para organização social. Tal se deve principalmente à forma de criação desses assentamentos em Anapu, onde desde o início os assentados em PDS, ao contrário dos PAs, mantiveram intenso processo de organização coletiva, apoiada pelos movimentos sociais de Anapu.

Figura 3.4. Índices gerados pelos grupos focais para organização social.



Os participantes em geral concordam que grupos organizados assumem um importante papel na busca do desenvolvimento, e através destes já conseguiram inúmeras conquistas para os assentamentos. No entanto, em muitas falas percebe-se um processo de enfraquecimento na organização, indicando que está cada vez mais difícil transformar a participação individual em participação grupal e comunitária, apesar dos assentamentos demonstrarem a existência de um ambiente propício à criação de capital social.

Outro elemento de destaque é a falta de organização dos jovens. Constatou-se que em nenhum dos assentamentos há grupo de jovens organizados, e apenas nos PDS há a presença de grupo de mulheres. Outra questão a ser considerada foi à ausência de locais adequados para esporte e lazer, comum em todos os assentamentos.

O elemento que mais gerou discussão foi a atuação das associações. Apesar de em todos os assentamentos pesquisados existir associação, os assentados alegaram que as mesmas estão inativas. Outra questão relacionada é a divergência de percepções e elementos que contribuem para uma competitividade entre associações do mesmo assentamento, como observado no PDS Virola Jatobá, gerando ainda conflitos internos entre os próprios assentados. Quanto à ausência de conflitos externos e internos, foi observado que essa ausência é maior nos PA, comparados aos PDS.

5.1.4. Acesso a políticas públicas

Neste tópico pretende-se verificar em que medida as comunidades de agricultores são contempladas por políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, fato de fundamental importância para o desenvolvimento econômico local. Abramovay e Piketty (2005) salienta que o governo brasileiro passou a investir na agricultura familiar por esta ser um potencial para ao desenvolvimento econômico, bem como para fortalecer a segurança alimentar. Schneider (2005) aponta ainda que desde a década de 1990 a agricultura familiar vem se legitimando e se tornando proeminente enquanto categoria social que vem contribuindo significativamente para um desenvolvimento rural sustentável.

Neste tópico foram incluídas sete perguntas abordando aspectos como crédito rural, assistência técnica, acesso a preços mínimos e programas de compras da produção local através de mercados institucionais. Analisando os resultados das notas atribuídas nesse tópico, observam-se médias muito baixas, comparadas a outros tópicos. Nos grupos focais foram apontados diversos fatores que podem concorrer para o não acesso às políticas públicas no meio rural, sendo que os principais citados foram demasiada burocracia, juros altos, dificuldade para os agricultores pagarem empréstimos, e pendências na documentação da terra. Também foi citada a falta de informação ou a não divulgação, que impede que certas ações tenham maior abrangência e efetividade, tendo em vista que muitos agricultores familiares ainda desconhecem as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do meio rural.

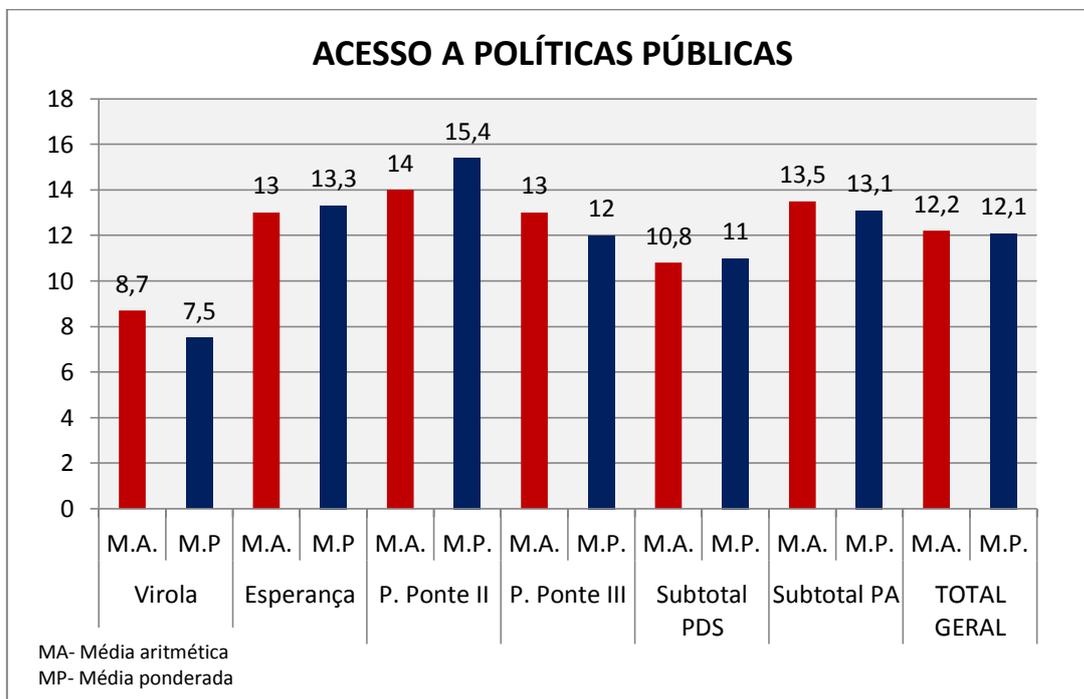
Como observado na Figura 3.5, para uma pontuação máxima de 70 (7 itens x 10 pontos), as médias ponderadas por assentamento oscilaram entre 7,5 e 15,4. O gráfico indica que os PA apresentam médias superiores aos PDS (respectivamente 13,1 e 11,0), sendo que no PA Pilão Ponte II a média alcançou mais do que o dobro do verificado no PDS Virola Jatobá.

Os participantes ressaltaram ainda que a falta de representatividade das associações contribui para o pouco acesso a políticas públicas. Outro fator considerado pela maioria dos agricultores é que os mesmos se sentem desassistidos pelos órgãos competentes. Segundo eles, não costumam receber visitas de instituições como Incra, Embrapa, Ceplac, Emater, e no momento não possuem nenhuma assistência técnica.

Os assentados informaram que estão há mais de um ano sem assistência técnica. Na percepção dos entrevistados essa situação ganhou esses contornos principalmente devido ao abandono pelo Incra nos últimos anos. Segundo eles, essa situação tem

causado essa desassistência, visto que a assistência técnica anterior era financiada pelo órgão. Diante disso, os agricultores se sentem desestimulados e com pouca perspectiva de um maior desenvolvimento local.

Figura 3.5. Índices gerados pelos grupos focais para acesso a políticas públicas.



Durante as atividades de grupo foi possível perceber a falta de informação sobre as políticas públicas destinadas ao meio rural. Muitos dos que participavam não conheciam as políticas citadas. Segundo os participantes, isso se dá devido a falhas de comunicação e na socialização dessas informações, principalmente por parte das instituições, que não têm cumprido efetivamente seu papel de socializar as informações pertinentes às políticas públicas voltadas para o meio rural de forma eficiente. Em função disto, o que se pode observar ao analisar as respostas e discussões é um crescente consenso sobre as limitações do papel do Estado como agente de desenvolvimento.

5.1.5. Situação ambiental - capital natural

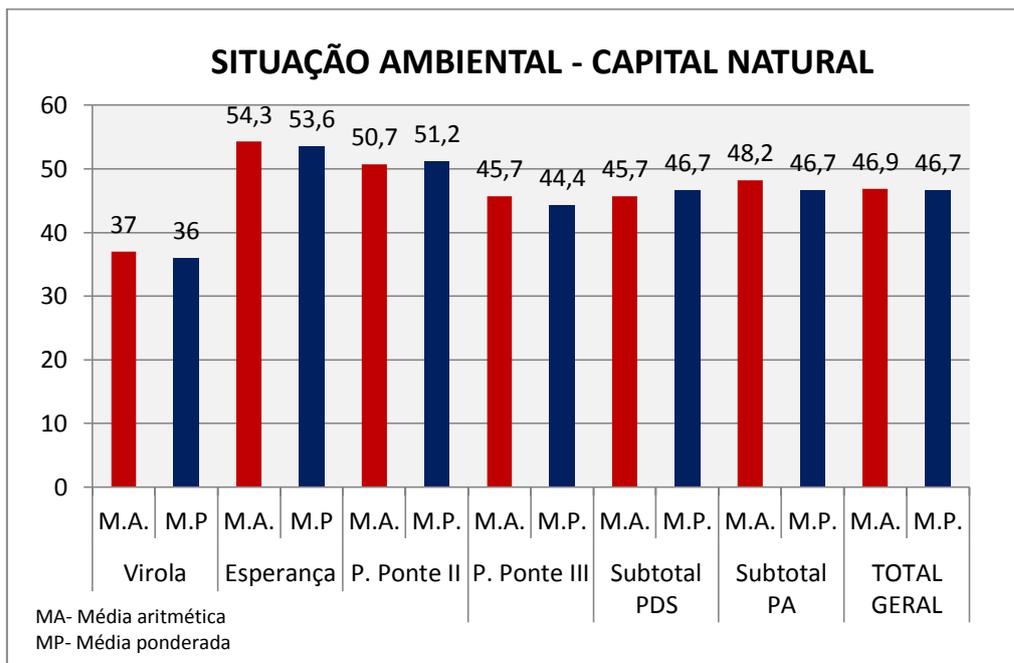
Este tópico abordou, por meio de sete perguntas, questões relacionadas ao ambiente natural e o estoque de capital natural e recursos ambientais existentes nos assentamentos. Assuntos discutidos incluíram a fertilidade natural dos solos, a conservação das florestas e nascentes, assim como a situação da fauna e flora nativa.

Uma das primeiras definições de capital natural foi apresentada por Daly (1991, p.18) como sendo o “estoque que permite o fluxo de recursos naturais”. Como exemplos de capital natural o autor cita as populações de peixes que permitem o fluxo de pescado, as florestas que possibilitam o fluxo de madeiras e o estoque de petróleo que permite o fluxo de óleo cru que é extraído.

Comparando os índices alcançados a partir das perguntas, esse tópico foi o que apresentou resultados mais elevados. Como observado na Figura 3.6, para uma pontuação máxima de 70 (7 itens x 10 pontos), as médias ponderadas por assentamento oscilaram entre 36 e 54. O gráfico indica que este tópico foi o que apresentou resultados mais semelhantes entre as modalidades de assentamento. De fato, as duas modalidades apresentaram médias geométricas semelhantes. Em geral, os assentados que participaram do grupo focal mostraram compreender a importância dos recursos naturais, na maior parte das vezes associando esta importância ao bem estar e à saúde, assim como para a manutenção das chuvas.

Os resultados mostram que o PDS Esperança apresenta o índice mais elevado para a situação ambiental-capital social (53,6), enquanto o PDS Virola Jatobá, assentamento pertencente à mesma modalidade, apresenta o índice mais baixo (36,0), indicando que a modalidade nesse caso não influenciou no resultado. Atribui-se o baixo índice do PDS Virola Jatobá à qualidade do solo do assentamento, consideravelmente inferior aos demais, limitando principalmente plantios permanentes. Outro fator considerado relevante durante as discussões, e que também contribuiu para esse resultado, foram as invasões que o assentamento tem enfrentado em sua área de uso coletivo, que vinha sendo utilizada para a prática do manejo florestal comunitário.

Figura 3.6. Índices gerados pelos grupos focais para situação ambiental- capital natural.



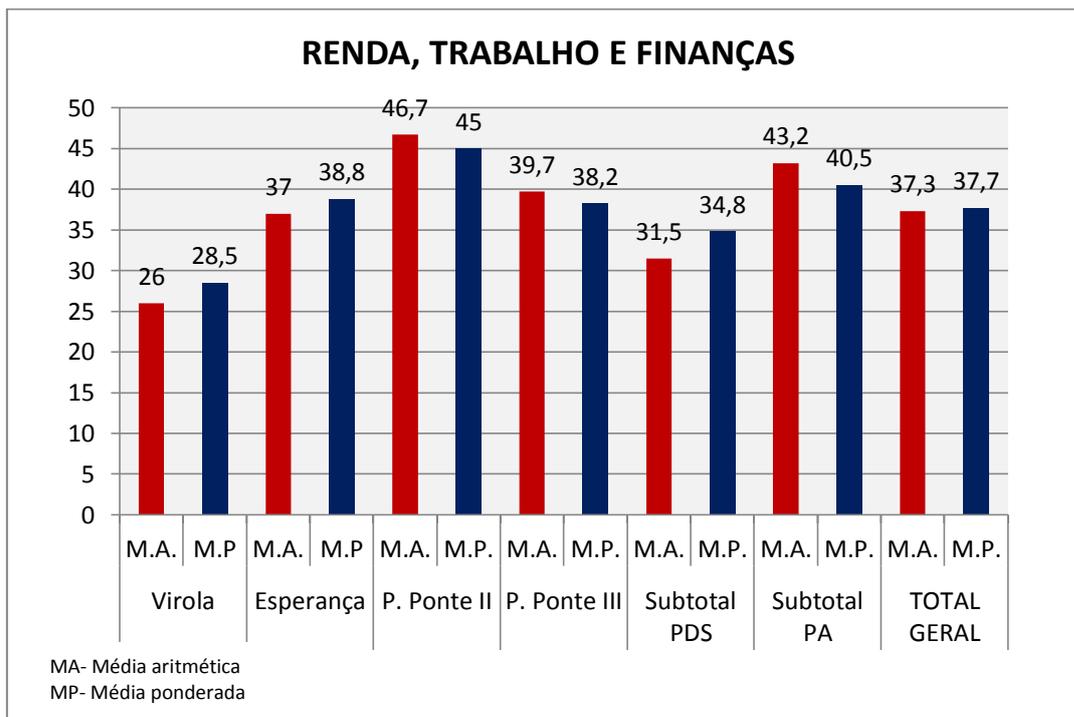
Em todos os assentamentos pesquisados os participantes dos grupos focais consideraram o solo com fertilidade adequada para plantios anuais e consideravelmente adequado para os plantios perenes, exceto no PDS Virola Jatobá. O PDS Virola Jatobá foi o único que apresentou uma média baixa para questões relacionadas à preservação nas margens de rios e igarapés e conservação das florestas. Com relação à presença da fauna nativa, todos os grupos consideraram que apesar das mudanças que houveram em relação às áreas de florestas, ainda é constante a presença desses animais.

5.1.6. Renda, trabalho e finanças

Para este tópico foram elaboradas sete questões referentes à geração de renda e trabalho nos assentamentos. Os itens indagados incluíram as oportunidades de geração de renda na agricultura, criação animal e extrativismo, a força de trabalho das famílias e a condição de vida das mesmas.

Como observado na Figura 3.7, para uma pontuação máxima de 70 (7 itens x 10 pontos), as médias ponderadas por assentamento oscilaram entre 28 e 45. Os dados mostram que os PA apresentam melhores resultados nesse tópico (média de 40,5) em relação aos PDS (34,8).

Figura 3.7. Índices gerados pelos grupos focais para a situação de renda, trabalho e finanças.



Ao analisar as respostas sobre geração de renda através da agricultura, apenas o PDS Virola Jatobá apresentou índice médio abaixo de 5. Quanto à geração de renda pela pecuária e criações, os PDS apresentaram menor média. Isso se dá, segundo os assentados, pela limitação de número de animais permitido, devido ao tamanho do lote não possibilitar maior quantidade.

A geração de renda através dos recursos florestais, segundo os assentados, apresentou a menor média. Os assentados atribuíram isso à falta de projetos que visem o manejo correto dos recursos florestais. Apenas no PDS Virola Jatobá foi mencionado o projeto de manejo florestal comunitário. Nos demais assentamentos foi relatado que nunca houve nenhum projeto dessa dimensão.

Em relação à força de trabalho no assentamento, os participantes consideraram que as famílias possuem bastante mão de obra familiar. Para Wanderley (2009, p.15), a noção de “agricultura familiar” deve ser entendida de forma genérica: “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”, associando família, produção e trabalho.

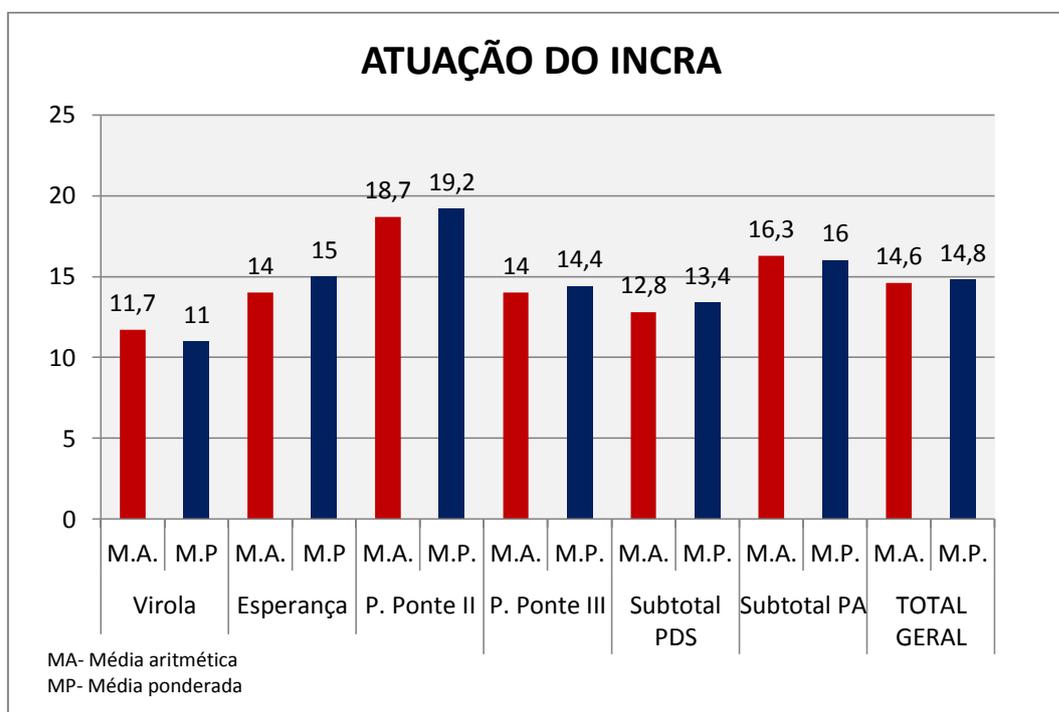
Por fim, em três dos quatro assentamentos estudados os participantes dos grupos focais consideraram baixo o nível de equidade entre as famílias. Os participantes

atribuíram isso a fatores como a forma de trabalho, investimento e localização dentro do assentamento e à qualidade do solo nos lotes.

5.1.7. Atuação do Incra

Este tópico foi utilizado para que os assentados realizassem uma avaliação da atuação do Incra em cada assentamento. Foram incluídas seis perguntas relacionadas a diversas instâncias de atuação do órgão gestor do assentamento, como a titulação, revisão ocupacional. Como observado na Figura 3.8, para uma pontuação máxima de 60 (6 itens x 10 pontos), as médias ponderadas por assentamento oscilaram entre 11 e 19. Comparando as médias gerais alcançadas, esse tópico apresentou os índices mais baixos, entre as dimensões avaliadas na pesquisa. Analisando o gráfico é possível observar que os PAs apresentam leve destaque com relação aos PDS, sendo que o PDS Virola Jatobá apresenta o menor índice.

Figura 3.8. Índices gerados pelos grupos focais para a atuação do Incra.



O Incra é um órgão federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Dessa forma, é o responsável pelas ações nas áreas de reforma agrária pesquisadas.

Em todos os grupos pesquisados, houve manifestações de que os servidores do órgão não realizam visitas nos assentamentos. Devido à falta dessas visitas e de

monitoramento nas áreas, muitos assentados infringem as leis ambientais e ultrapassam limites permitidos, assim como praticam invasões em áreas de reserva. Os assentados consideram que a omissão do órgão contribui para essas ocorrências.

Alguns participantes consideram que houve uma melhora significativa no acesso ao órgão após a abertura do posto do Incra em Anapu, ocorrida em 2009. No entanto, outros manifestaram que muitas pendências ainda precisam ser resolvidas em Altamira, e que o posto de Anapu não possui autonomia.

Um dos pontos mais discutidos pelos participantes foi a falta do título definitivo da terra, necessário para a obtenção de crédito rural. Foi mencionado que a estabilidade do domínio da terra é fundamental para o fim de conflitos fundiários e o fortalecimento do vínculo assentado/assentamento. A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária receberão contratos de concessão de uso ou títulos de domínio, instrumentos que asseguram o acesso à terra. Além da garantia da propriedade da terra para as famílias assentadas, a titulação efetuada pelo Incra assegura os direitos e deveres dos participantes do processo de reforma agrária, especialmente do poder público (representado pelo Incra) e dos beneficiários, no caso os assentados.

Quanto ao plano de utilização (PU) do assentamento, em duas áreas, sendo um PDS e o outro PA, os participantes disseram que não tiveram acesso ao PU, enquanto nos outros dois o PU existe, porém não é acessível aos moradores e necessitaria de uma revisão com a participação dos assentados.

Segundo o Incra, o PU é o regulamento feito pelos moradores e aprovado pelo órgão gestor. É uma peça técnica na qual constam cláusulas que definem direitos e responsabilidades dos assentados (regras de convivência) e disciplinam a forma e os limites das atividades produtivas, como o agroextrativismo. Esse regulamento tem como premissas o uso sustentável dos recursos naturais e o atendimento à legislação vigente.

Os assentados relataram ainda a frequente rotatividade de moradores nos assentamentos, e que possivelmente o Incra não possui o controle real dos ocupantes do assentamento. O Incra foi criticado pela ausência de atividades dentro do assentamento e pela falta de atualização da relação de assentados, visto que existem muitos moradores que ainda não foram formalmente assentados, mesmo desenvolvendo atividades produtivas há anos no lote. Segundo os participantes o órgão apresenta atualmente uma estrutura sucateada, um foco de ação incerto e um quadro de funcionários desmotivado e bastante antigo. Em suma, os baixos resultados desse tópico mostram a insatisfação

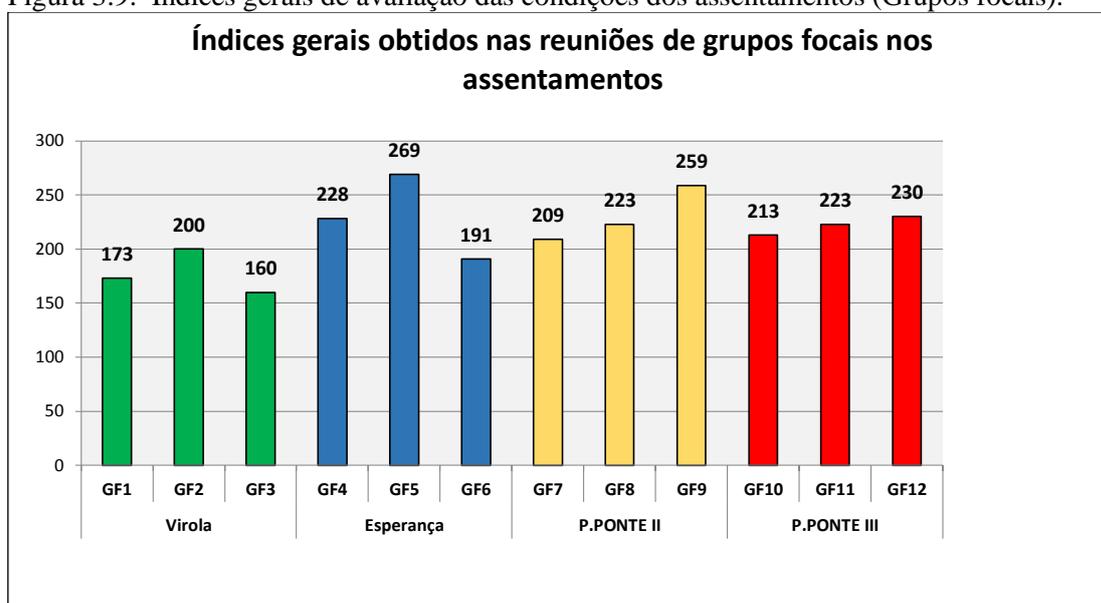
dos assentados com o órgão gestor dos assentamentos, indicando que a sua atuação não está correspondendo às necessidades dos assentados.

5.1.8. Discussão

A caracterização dos assentamentos realizada pelos grupos focais possibilitou constatar, através de médias obtidas pelas notas atribuídas pelos participantes, que há diferenças na percepção dos mesmos sobre o local em que vivem, de acordo com as modalidades de assentamento. Tais diferenças apresentam-se, porém, pouco significativas, tanto em termos de acesso à infraestrutura quanto organização social, situação ambiental e geração de renda e trabalho. O exercício apontou diferenças entre os dois casos de cada uma das modalidades, muitas vezes apresentando médias mais discrepantes do que entre as modalidades de assentamento.

A Figura 3.9 apresenta os índices agregados obtidos nas três reuniões de grupos focais realizadas em cada assentamento. De acordo com as notas consensuadas nos grupos, os assentamentos apresentaram as seguintes médias aritméticas, para um total máximo possível de 500: PDS Virola Jatobá: 177,7, PDS Esperança: 229,3 PA Pilão Poente II: 230,3 e PA Pilão Poente III: 222,0. Pode-se observar uma pequena diferença nas médias por modalidade: nos PDS a média foi de 203,5 enquanto nos PAs a média alcançou 226,1.

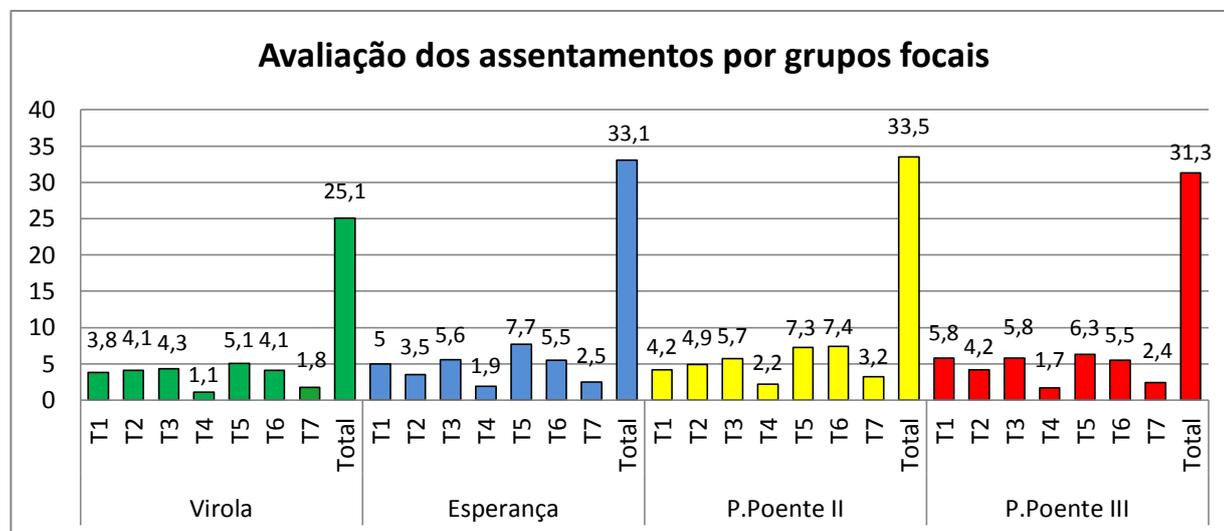
Figura 3.9. Índices gerais de avaliação das condições dos assentamentos (Grupos focais).



Nota: Os símbolos G1 a G12 representam os dose grupos focais realizados nos assentamentos.

Com o intuito de parametrizar as contribuições relativas de cada um dos sete tópicos no índice geral, a Figura 3.10 apresenta os índices obtidos através da divisão da média ponderada de cada tópico, em cada assentamento, pelo número de perguntas do respectivo tópico.

Figura 3.10. Médias ponderadas parametrizadas dos tópicos e do total geral (Grupos focais).



Nota: Os símbolos T1 a T7 representam os sete tópicos discutidos nos grupos focais.

A pesquisa revelou que os PAs se destacam em todos os indicadores com exceção ao tópico Organização social (capital social), para o qual os PDS apresentam melhores índices. No entanto ambas as modalidades apresentaram índices baixos, em nenhum dos sete tópicos ultrapassando 50% do valor máximo, sendo que os tópicos que apresentaram menores índices foram o acesso a políticas públicas e atuação do Incra.

Para Leite et. al. (2006), políticas públicas são o resultado de um processo político que busca alinhar preferências dos agentes com interesses das organizações e instituições. No entanto, as políticas públicas são formuladas, sobretudo, nas esferas federal e estadual, na maioria das vezes sem a participação dos sujeitos concretos, o que muitas vezes resulta em ações não acessíveis aos assentados.

A maior diferença entre as modalidades foi observada no que diz respeito a renda, trabalho e finanças do assentamento. Nesse tópico foi possível perceber maior disparidade entre as modalidades de assentamento, o que pode ser justificado pelo tempo de constituição dos assentamentos e pela proximidade aos centros comerciais, o que facilita a comercialização de seus produtos.

Outro tópico que merece ser destacado é a organização (capital social), a única das variáveis pesquisadas na qual os PDS apresentaram maiores índices em relação aos PA. Neste caso percebe-se certa dificuldade de organização nos assentamentos convencionais, onde, nos casos estudados, apesar de existirem associações, as mesmas não estão ativas. Segundo os assentados, tal se deve à falta de ideal coletivo entre os mesmos, o que segundo eles está relacionado com a capitalização, visto que no momento em que os assentados se instabilizam financeiramente, perdem o interesse nas formas de organização coletiva. Deste modo, a organização interna do assentamento mostra-se inversamente proporcional à independência financeira das famílias.

Constatou-se que nos PA as associações se mobilizam apenas quando há interesse específico, como no caso de construções de moradias pelo PNHR. Já nos PDS, as associações são mais ativas cotidianamente, dando suporte às relações dos assentados com entidades governamentais e da sociedade civil. Para Bergamasco (2004), enquanto algumas associações possuem existência puramente formal, outras estão envolvidas nos mais variados aspectos do assentamento, o que pode ser explicado pelo protagonismo das famílias no processo de criação e desenvolvimento destas e outras formas de organização.

Para analisar a percepção dos assentados sobre o lugar em que vivem, além do ponto de vista coletivo proporcionado pelas atividades de grupo focal, foi aplicado um questionário semiestruturado, para, assim, oferecer uma análise qualitativa mais completa da posição das famílias entrevistadas referente a diversos temas, o que é apresentado na seção a seguir.

5.2. Percepção dos assentados a partir da análise de seus discursos

A coleta de dados qualitativos possibilitou identificar a percepção dos assentados, permitindo uma análise mais profunda dos tópicos abordados e a comparação entre as duas modalidades de assentamento pesquisadas. Segundo André (1983), a abordagem qualitativa possibilita captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto.

Para obtenção dos dados foi utilizado um roteiro de perguntas semiestruturadas sobre processos relacionados à ocupação da área, organização social, atividades econômicas, condições de vida e bem estar e a respeito da floresta, meio ambiente e sustentabilidade (Anexo 1). Foram realizadas 38 entrevistas semiestruturadas, sendo 10 no PA Pilão Poente II, 9 no PA Pilão Poente III, 9 no PDS Esperança e 10 no PDS

Virola Jatobá). As entrevistas ocorreram no primeiro período de campo, de maio a julho de 2018. Para efeito de análise, foram selecionadas as entrevistas de 32 famílias, sendo oito em cada assentamento.

A análise deu-se a partir de transcrições das entrevistas semiestruturadas selecionadas. Para melhor operacionalizar da análise dos dados, os conteúdos de cada conjunto de entrevistas foram agrupados para cada um dos assentamentos pesquisados, conforme cada seção temática dos questionários, de forma a facilitar a análise do conteúdo.

Cada seção deste capítulo analisa uma temática abordada nas entrevistas. A primeira seção traz uma síntese da ocupação das áreas e aborda a mobilidade nos assentamentos; a segunda seção mostra como os assentados têm se organizado socialmente; a terceira seção apresenta as atividades econômicas que as famílias têm desenvolvido e as dificuldades enfrentadas; a quarta seção analisa as condições de vida e bem estar nos quatro assentamentos; a quinta seção analisa as percepções dos entrevistados em relação à floresta, meio ambiente e sustentabilidade. Por fim, a sexta seção consiste de uma avaliação comparativa entre os assentamentos convencionais e PDS para as dimensões estudadas.

5.2.1. Formação e ocupação dos assentamentos

5.2.1.1. *Projetos de Assentamento convencionais*

O PAs estudados foram criados no ano de 1997, em meio ao fortalecimento de movimentos sociais que buscavam principalmente a regularização para posseiros que já haviam se instalado naquelas terras, assim como novas áreas para os migrantes que continuavam chegando na região.

Aqui foram lotes tirados pelos próprios moradores mesmo, mas muitos dos que demarcaram lotes venderam logo. Era gente que tirava lote com essa finalidade já. Hoje, os que moram aqui, que são assentados, a maioria já é de lote comprado. Meu pai, o lote dele foi tirado quase no início, muito depois que o Incra entrou aqui pra demarcar os lotes já no final de 1990 e fazer o assentamento. Na época aqui ainda pertencia a Pacajá. (Entrevistado 2, 45 anos, agricultor assentado do PA Pilão Poente III).

Como menciona o informante anterior, muitas pessoas nesse início adquiriram o lote por meio de venda, pois muitos posseiros já demarcavam a terra com essa finalidade, prática comum na região. As terras eram vendidas a preços bastante baixos, o que muitas vezes era a única saída devido ao abandono do governo.

Quando eu cheguei aqui já era assentamento. Mas eu sei que algumas pessoas ocuparam essas terras, que eram terras do governo, mas tinha uma fazenda que o dono dizia que era dono daqui tudo. Sempre teve essa a conversa que Anapu tinha terra fácil, aí o pessoal ia vindo pra cá. Eu cheguei em 1997, tinha pouco tempo que tinha virado assentamento. Eu já morava em Anapu mesmo, aí meu pai ficou sabendo que tinha umas terras baratas pra vender aqui, ele comprou e eu vim morar com ele. Logo que a gente chegou fomos assentados. (Entrevistado 7, 39 anos, agricultor assentado do PA Pilão Poente III)

Esse nosso lote aqui foi comprado. Quando a gente chegou aqui não tinha mais terras assim pra ocupar. Nós chegamos aqui em 1988, bem no início mesmo. Nessa vicinal aqui tinha muito pouco morador, mas a maioria tinha tirado as terras. Então muitos pelo que a gente ficou sabendo tinham ocupado, por isso na época as terras eram bem baratas. Na época meu esposo comprou esse lote por 50 sacos de arroz. Também porque na época aqui não tinha nada, nem estrada tinha pra chegar. Onde é Anapu hoje, a gente tinha que ir pelo rio, era uma dificuldade danada. Quando a gente entrou pra cá, era só o carreirinho mesmo, mata pra um lado e mata pro outro. Só depois que teve prefeito em Anapu que foi feito esse ramal. A primeira abertura que foi feita aqui foram os colonos que pagaram para os madeireiros abrir. Quantas vezes eu sai daqui 4 horas da manhã com menino nas costas pra chegar depois que o dia clareava em Anapu. Era muito difícil mesmo, antes de fazer essa estrada, a gente andava lá pela beira do rio, mesmo depois que abriram o ramal a gente ainda atravessou muitas vezes aquele igarapé do Santana com água na cintura, com água no pescoço. Aí depois que Anapu virou município, uns anos depois o Incra começou a vim aqui pra mexer com o assentamento (Entrevistada 3, 49 anos, agricultora assentada do PA Pilão Poente III).

O mesmo aconteceu no PA Pilão Poente II, como pode ser observado na fala de um dos assentados:

Essa área aqui que a gente tá, da gleba 86, se deu de uma invasão. Só que a gente comprou sem saber, aí logo a gente foi no Incra, o executor do Incra na época nos disse que realmente era uma área de invasão, só que explicou pra gente que eram terras da União, que a gente poderia ficar lá e ir trabalhando, só que precisava se organizar. Mas a gente não sabia como se organizar, e aqui vivia cheio de gente que ficava rodando por aí, uns diziam que era funcionário do homem que se dizia dono dessas terras e outros diziam que eram pistoleiros, então a gente vivia aqui com medo. A nossa sorte é que um morreu pra salvar os outros, porque se não fosse a morte da Dorothy, que teve repercussão no mundo todo, aqui sempre ia ficar morrendo gente, porque matavam um e ninguém ligava, porque era invasor, como eles chamavam a gente. E mesmo sem ela ter vindo aqui foi ela que entrou em contato com o sindicato e foram eles que nos ajudaram a se organizar. Eles vieram aqui, sentaram com a gente, e disse que a terra era nossa, que o outro rapaz que se dizia dono é que tinha invadido a terra da União. Eles sempre nos ajudaram, uma ponte com o Incra, elaborando documento, nessa parte mais burocrática, se não fosse eles esse processo tinha sido bem mais devagar e quem sabe até a gente tinha perdido essas terras (Entrevistado 5, 64 anos, agricultor assentado do PA Pilão Poente II).

Os assentados relataram também as dificuldades enfrentadas por falta de ações do governo, como falta de energia elétrica, falta de estradas e de assistência técnica.

Antes de vir pra cá a gente morava no Assentamento Grota Seca em Altamira. Lá morava 11 irmão em um lote, aí um irmão do meu tio falou pra gente dessas terras aqui, então a gente repartiu lá em chácara e cada um foi vendendo a sua e vindo pra cá. A gente tirou esse lote aqui em 1999, aí a

gente foi trabalhando aqui e em 2001 viemos morar aqui. Era tudo muito difícil, depois que eu cheguei aqui eu passei cinco anos sem ir nem em Anapu, porque não tinha estrada, a gente sofreu demais aqui. O meu marido ia de bicicleta lá na vilona, 26 km pra comprar leite em pó pros meninos, porque nesse tempo ninguém tinha gado ainda. Aí depois que os meninos foram crescendo a gente conseguiu comprar uma motinha. Aqui não tinha energia, tem só uns três anos depois que a gente morava aqui que a energia chegou. A gente tinha um motor, mas era sofrimento, era 200 reais só de óleo e a gente só ligava três horas à noite. Demorou muito pra gente conseguir se estabilizar (Entrevistado 8, 38 anos, agricultora assentada do PA Pilão Poente II).

No início era todo mundo muito fraco de condições e era tudo muito difícil, não tinha estrada, nem energia, era só colono mesmo que trabalhava pra comer, porque não dava nem pra vender nada na cidade, porque não tinha como levar pra rua pra vender. Era abandono total, não tinha nada. (Entrevistado 2, 45 anos, agricultor assentado do PA Pilão III)

As duas áreas que hoje correspondem aos PAs Pilão Poente II e Pilão Poente III, juntas correspondem a aproximadamente 118.472 ha e encontram-se hoje ocupadas por 1.124 famílias (SIPRA, 2018). Os agricultores que ocupam a referida área são migrantes de várias regiões do Brasil, mas a maioria é proveniente de municípios próximos ou de outras partes da região Norte. As trajetórias dos mesmos são bastante distintas, tendo em comum a experiência do deslocamento e busca por terras na região. A maior parte ficou sabendo das terras através de familiares ou amigos, e alguns já haviam possuído terras, ou trabalhado na zona rural.

Eu vim de Minas Gerais pra Altamira em 1977. Primeiro eu vim sozinho, aí depois fui buscar a família. Aí em 1982 eu fiquei sabendo dessas terras e eu vim com um grupo, pra tirar um lote porque como eu já era agricultor eu queria viver da agricultura. Quando eu cheguei, aqui não tinha escola, não tinha estrada, não tinha nada. Aí a gente começou a procurar meio pra fazer estrada. A primeira estrada foi feita logo no segundo ano pelos madeireiros em troca de uma árvore de cada lote, mas a melhora foi pouca porque aqui fazia parte da prefeitura de Senador José Porfírio, e era muito longe, na época o município era muito pobre. Só foi melhorando depois que surgiu essa vila aí, quando muita gente veio pra cá, e encheu de gente por todo lado (Entrevistado 4, PA Pilão Poente II).

Eu sempre tive vontade de uma terra, mas nunca tive coragem de invadir. Aí o antigo dono daqui estava trocando essa terra em uma casa, aí eu fui e fiz o negócio, principalmente porque a gente já conhecia o assentamento, porque tem familiares da minha esposa que mora aqui. A gente se interessou pelo lote. Como a gente já se mudou pra cá em 2002, e já era assentamento, a chegada foi tranquila. Claro que no começo é um pouco difícil, até se estabilizar, mas normal, nós fomos assentados pelo Incra logo no ano seguinte, no caso em 2003 (Entrevistado 4, PA Pilão Poente II).

A articulação dos movimentos sociais também possibilitou aos agricultores a revisão de seus sistemas de produção, sendo implantadas outras culturas para além da criação de gado que predominava na região. A capacitação dos agricultores incluiu cursos de recuperação de áreas degradadas, formação política para lideranças, e

organização da produção, entre outros. Segundo relato de agricultores pioneiros, tal possibilitou a melhoria de vida que tanto as famílias buscavam quando se deslocaram para a Transamazônica (SOUSA, 2007).

A ocupação dos primeiros PAs no município de Anapu se deu, portanto, através da colonização espontânea, sem subsídio algum do governo. É a partir da organização social na região que se inicia o processo de criação dos assentamentos, como uma forma de resposta às reivindicações dos movimentos sociais atreladas também à crise econômica e ambiental instaladas na região na década de 1990, resultado principalmente da forma de colonização implantada nesse perímetro da Transamazônica.

5.2.1.2. Projetos de Desenvolvimento Sustentável

Como já mencionado, os PDS consistem em nova modalidade de assentamento rural proposto pela sociedade civil e implementada pelo Incra através da portaria N° 477/99. Na Transamazônica, a proposta surge como uma alternativa aos danos ambientais causados por meio da colonização dirigida e pelos assentamentos tradicionais.

Com a criação dos PDS em Anapu, novas famílias começaram a chegar ao município em busca de terras, vindas principalmente pela notícia de que ali era fácil consegui-las. Esse processo inicial dos PDS ocorreu sob organização da CPT junto aos movimentos sociais locais, de maneira que essas famílias que iam chegando a procuravam, sendo orientadas sobre o que era essa nova modalidade de assentamento. Ocorriam diversas reuniões de esclarecimento sobre as normas e exigências do assentamento. Devido às restrições, muitas famílias desistiram logo no início, por não se identificarem com o modelo de assentamento imposto. Conforme relata um dos assentados:

Quando a gente chegou aqui em 2002, a gente ficou em busca de arrumar um lote, sem condições nenhuma de comprar. Aí falaram pra gente ir procurar a Dorothy; que tinha uma freira lá no Anapu que ajeitava gente pra colocar num assentamento, numa modalidade de assentamento diferenciada. Nessa época, hoje ainda, nego falava muito mal daqui, dizia que a gente ia morrer de fome, que aqui tudo ia ser coletivo, que todo mundo ia ter direito no que era seu, que se plantasse uma roça de arroz era de todo mundo, qualquer um podia vim arrancar, que quem ia governar, mandar em nós eram os americanos. Mas aí a gente pegou e foi conhecer que proposta era essa, como funcionava realmente, porque de ouvir falar bem, ninguém falava não. Foi aí que a gente conheceu a irmã. Ela pediu pra gente conversar com o presidente do sindicato, aí depois que nós conversamos com ele a gente voltou pra falar com a irmã Dorothy. Aí foi que ela nós entregou uma cartilha, que explicava o que era um PDS, como que a gente ia sobreviver aqui, qual a perspectiva de vida, quais as garantias que o governo estava oferecendo pra gente poder preservar. Aí ela nos deu essa cartilha pra gente estudar toda aquela proposta,

porque a gente tinha que vir pra cá sabendo como era e se aquela proposta servia pra gente. Ela disse pra gente que a certeza se servia ou não estava dentro daquela cartilha. Aí a gente estudou bem aquela cartilha e voltamos dizendo que estávamos interessados (Entrevista realizada no pré-campo, assentado 43 anos, PDS Virola Jatobá).

Durante o processo de solicitação das áreas destinadas aos PDS e discussão da modalidade, em 1998, um grupo pequeno de famílias já havia iniciado um processo de ocupação dessas áreas. Então, logo que iniciou a discussão a respeito da criação dessa modalidade, em 1999, os movimentos sociais iniciaram um processo de conscientização dessas famílias. Inicialmente houve uma resistência, as famílias não aceitando o formato que estava sendo proposto. No entanto, após inúmeras discussões, esses moradores resolveram apoiar a implementação, contribuindo inclusive para a criação das primeiras vilas (SOUSA, 2007).

É importante ressaltar que essas áreas foram selecionadas justamente por serem praticamente desabitadas, pensadas justamente para que houvesse uma conscientização com os agricultores pretendentes antes de entrarem, para que os que entrassem o fizessem entendendo minimamente a modalidade de assentamento proposta.

O pensamento da gente era porque nos PAs convencionais estavam tendo muita derrubada, já existiam vários PAs e a prática de desmatamento era comum. Então a gente começou a estudar as áreas que menos tivesse pessoas morando e que tivesse uma quantidade considerável de floresta, e era um bloco bem grande de lotes que não existia documentação... Então a gente teve acesso ao grande mapa do Incra, a gente fez um levantamento de todos os lotes que eram licitados e alienados e os que eram licitados e não alienados, então o número maior de lotes licitados e não alienados era em primeiro lugar onde hoje é o Virola e depois onde é o Esperança. Foi assim que a gente selecionou essas áreas. Nisso a gente já tinha uma lista bem grande de pessoas que queriam ser assentadas, aí a gente fazia reuniões com eles, mostrava um cartilha que a gente produziu na época explicando do que se tratava essa nova modalidade de assentamento, porque a gente queria pessoas que se identificassem com esse pensamento (Sr. Ivan, Presidente da Asseefa).

Após o decreto da criação do PDS, no final de 2002, iniciou-se um processo de organização para dar início à entrada das famílias já selecionadas nas áreas. Com a morosidade do Incra nesse processo, iniciou-se uma mobilização para ocupação dessas áreas, como forma de pressão para as ações iniciais do órgão, e também para que outras pessoas entrassem. Assim, no início de 2003 as primeiras famílias chegam à área, com apoio da CPT. Em 2004 o restante das famílias entram, já com o apoio do Incra.

No dia 27 de fevereiro aconteceu uma reunião de criação de uma associação. Nessa época já tinha uma média de 60 a 70 famílias para serem assentadas, e tinha também umas 12 famílias que já moravam aqui. Então fizemos essa assembleia, formamos o corpo da associação e a partir daí começamos a pensar em realmente vir pra área, porque não dava pra esperar pelo Incra, porque tinham muitas pessoas de olho nessas terras (Entrevista com liderança da associação, PDS Virola Jatobá).

Nesse processo, um total de 16 famílias se uniram às que já moravam no local e fundaram uma vila. Essas famílias permaneceram na vila por um ano, quando em 2004 o Inca passa a apoiar a entrada do restante das famílias e a divisão dos lotes. Segundo moradores da época, nessa primeira ação do Inca foram assentadas 94 famílias no PDS Virola Jatobá e 136 no PDS Esperança. Inicialmente houve também o apoio do Inca no fornecimento de cestas básicas nos dois anos iniciais, e contratação de assistência técnica para apoiar as famílias em suas atividades.

No entanto, nos anos iniciais houve constantes ameaças de conflitos, e muitos agricultores desistiram de aguardar as ações oficiais do Inca e preferiam não arriscar a permanência na localidade. A desistência acontecia também por alguns agricultores não se adaptarem à modalidade proposta, não concordando com as restrições em relação à conservação ambiental.

Após a criação dos PDS, trava-se nova luta no PDS Esperança para a incorporação do Lote 55 ao assentamento. Conflitos são travados com os fazendeiros que se diziam donos dessa área, conforme relato:

Na época ainda estava no início do povoamento do PDS. Essa área da 55 foi o motivo do conflito que ocasionou a morte da irmã. Lá o que aconteceu foi que essa área de terra pegava nos fundos de uma fazenda, aí o pessoal foi ocupando essa área, mas eles não aceitavam. Teve um episódio que eles vieram e colocaram fogo nos barracos do pessoal e jogaram semente na rocinha do povo. Mas ela já vinha sendo ameaçada de morte pelos fazendeiros da região desde quando ela começou a liderar esse movimento de criação dos PDS. Aí, depois da morte dela, toda a área dessa fazenda virou PDS, principalmente devido a repercussão da morte dela (Sr. Ivan, Presidente da ASSEEFPA).

Já no caso do PDS Virola Jatobá, no ano de 2008 o Inca assentou um grande número de famílias nos lotes das glebas 107 e 132. Segundo um dos assentados pioneiros, o Inca não se preocupou em esclarecer aos novos assentados como funcionava a modalidade de assentamento, assim como qual deveria ser o perfil dos novos assentados:

Em 2008, o novo chefe do Inca disse que não concordava com aqui ser uma área desse porte, com uma quantidade tão grande de lotes sem ter assentados. Então ele disse que iria encher aquilo lá de gente. Nisso ele tirou todo o poder da associação quanto ao assentamento de pessoas, que a responsabilidade de seleção de pessoas e de assentar era totalmente do Inca, então ele encheu duas carradas de pessoas e colocou no assentamento. A maioria dessas famílias não tinham o perfil desejado para o assentamento. Muitos deles vieram com o intuito de criar gado, a gente da associação ficou tentando dar uma segurada, tentando conscientizar esses novos moradores, mas aí começou um conflito de interesses. Como essas famílias não participaram das discussões iniciais eles não ligavam muito pra forma como o assentamento funcionava. Eles queriam derrubar tudo, queriam fazer pasto, queriam fechar

o manejo florestal, que já havia iniciado, entre outras coisas. Basicamente, como resumo da história, a gente tá no pé que tá graças a isso. Se tu for perguntar hoje pra maioria das pessoas o que é PDS, eles não sabem (Entrevista com liderança da associação, PDS Virola Jatobá).

Portanto, a ocupação dos PDS aconteceu de formas distintas. Em um primeiro momento ocorre a ocupação espontânea pelas famílias que já moravam no local. Logo após a criação dos assentamentos ocorre a ocupação organizada pelos movimentos sociais, como uma forma de pressionar o governo para ações de assentamento. Por fim se dá o processo de assentamento direcionado pelo Incra.

5.2.1.3. Mobilidade

A questão migratória sempre esteve presente na região da Transamazônica, desde sua abertura, o que está diretamente ligado ao processo de colonização e ao incremento dos conflitos agrários na região. A mobilidade é um fenômeno constante, que constitui uma estratégia de sobrevivência desses agricultores. Após a conquista da terra, surgem outros desafios para essas famílias, que são a luta para permanecer na terra, superar os desafios da falta de infraestrutura, falta de recursos, a convivência com pessoas de origem diferente e os problemas relativos à adaptação num outro espaço. Por causa desses elementos, muitos desistem, vendem e partem para outro local.

Uma questão comum entre assentamentos rurais de todo o Brasil, ao tratarmos do tema reforma agrária é a rotatividade das famílias, embora faltem dados precisos que apontem essa situação. No caso desta pesquisa, ao percorrer os assentamentos, é possível identificar lotes sem moradores, placas de *vende-se*, e a presença de novos moradores.

Mesmo diante de inúmeras dificuldades, é possível identificar que as famílias assentadas alcançaram um padrão de vida mais elevado. As melhorias se mostram em diversos aspectos, mas, principalmente, na autonomia da produção e do trabalho que o acesso a terra proporciona. No entanto, esses avanços não são suficientes para a fixação dos agricultores no lote. Logo, mesmo depois de assentados os movimentos migratórios não cessam. Os agricultores continuam buscando melhorias em sua qualidade de vida.

Nos assentamentos estudados, o fenômeno da mobilidade é bastante frequente, sendo mais acentuado nos PDS. Verificou-se que em relação à moradia anterior dos assentados, a maior parte já residia na zona rural, principalmente em lotes de familiares ou trabalhando em fazendas. Nos PAs, a maior parte é originária do próprio Estado, enquanto nos PDS a grande maioria é vinda da região Nordeste.

Apesar da origem rural, quase que a totalidade deles não possuía terra própria, e os que possuíam terra não viam nela a garantia de sustento para sua família, devido fatores como tamanho reduzido do lote e qualidade do solo.

Os entrevistados relatam que apesar da rotatividade entre os assentados ter diminuído no último ano, a venda de lotes não deixou de acontecer. Os entrevistados atribuem o processo de saída de alguns assentados a inúmeros fatores, principalmente à falta de incentivos do governo. A maioria dos entrevistados afirma que não conseguem avançar com seus lotes, pois não há investimentos no assentamento.

Os motivos de saída do lote são semelhantes nas duas modalidades. Em ambas, os motivos mais citados são a falta de investimentos por parte do governo, a infraestrutura precária do assentamento e a qualidade do solo. No caso dos PDS, além dessas dificuldades há a adaptação das famílias às normas impostas pela modalidade. A maior parte dos que saem, segundo os entrevistados, é por não se adaptarem ao formato do assentamento. Assim, apesar de ser considerado um negócio ilegal, a transação da terra é comum nos assentamentos estudados, e acontece, segundo os entrevistados, também por falta de acompanhamento do Incra.

A infraestrutura precária é o principal motivo citado entre entrevistados dos PAs. A falta de estradas, escolas e postos de saúde é um dos motivos principais para os moradores deixarem seus lotes, principalmente nos anos iniciais do assentamento. Além disso, nessa fase inicial não havia assistência técnica, e os assentados não tiveram acompanhamento, o que acabou dificultando os sistemas de produção pretendidos.

Nos PDS a dificuldade de se adaptar a viver num modelo de comunidade com imposição de regras provoca conflitos no assentamento, o que tem levado à desistência dos agricultores. Segundo os entrevistados, a maior parte das famílias deixa seus lotes por não concordar com as determinações impostas pela modalidade. Isso se dá principalmente com os assentados que não participaram do processo inicial de assentamento. Ao conversar com assentados dos PDS, percebe-se que foram formados dois grupos distintos: os pioneiros, mais antigos, que participaram das discussões sobre a modalidade; e os novatos, que na maioria dos casos adquiriram lotes anos depois, por meio de compra. Esses, na maioria das vezes, adquirem os lotes sem ao menos saber que se trata de um assentamento diferenciado, e na maioria das vezes vendem os lotes por não se adaptarem ou não concordarem com as normas impostas.

Um dos motivos mais alegados de abandono do lote é a omissão do Estado no desenvolvimento de políticas que contribuíssem para o fomento da produção e

regularização dos aspectos fundiários. Segundo os entrevistados, não há ações que contribuam ou ajudem os assentados a desenvolver suas atividades. Além disso, a falta de documentação, como o título definitivo, dificulta para que os assentados obtenham financiamentos. Assim, sem meios para melhoria da produção, muitos preferem deixar os lotes e procurar novas áreas.

Aspectos biofísicos, como fertilidade do solo e falta de água no lote, também influenciam a mobilidade nos assentamentos, particularmente no PDS Virola Jatobá, pois o mesmo apresenta solos com fertilidade inferior aos demais. Os assentados necessitam vender sua força de trabalho, comprometendo sua autonomia, fato que não foi identificado nos demais assentamentos pesquisados, mesmo que nesses ainda seja necessário exercer trabalhos externos para complementar a renda.

Um aspecto citado apenas nos assentamentos convencionais foi a prática, comum durante o período de abertura da Transamazônica, de ocupação de áreas somente com a finalidade de posterior venda.

Outro motivo que influencia a mobilidade, tanto nos PAs como nos PDS, é a idade dos assentados. Muitos mencionam que com a chegada da idade decidem deixar o assentamento e se deslocar para a cidade, pela falta de infraestrutura adequada de saúde.

As relações de amizade e parentesco nos assentamentos apresentam-se relevantes para a permanência dos assentados. O fortalecimento da comunidade, principalmente no início do assentamento, contribuiu para que as famílias consigam se manter na área, ajudando-se mutuamente a enfrentar dificuldades, principalmente frente à omissão do Estado e à falta de recursos financeiros no período de instalação. A construção de uma rede de solidariedade entre os assentados foi fundamental nesse processo de consolidação.

5.2.1.4. Ocupação e mobilidade das famílias nas duas modalidades de assentamento

Podemos observar que a chegada das primeiras famílias nos PAs e PDS ocorreu tanto em anos, como em formas diferentes. As primeiras famílias dos PAs chegaram na década de 1990, enquanto que no PDS Virola Jatobá a ocupação iniciou em 2002 e 2003, sendo que os atuais residentes adquiriram lotes em diferentes anos. Já no PDS Esperança, tal se deu nos anos 2004 e 2005, com a maior parte das famílias permanecendo nos lotes.

Quanto à forma de acesso aos lotes, em ambas as modalidades não houve a participação do Inbra no processo inicial, ocorrendo ocupação espontânea, de maneira

organizada no caso dos PDS, e sem participação das organizações sociais, no caso dos PA. Somente após a fixação das primeiras famílias nos PDS houve ação do Incra, enquanto nos PA não houve relatos de ações desse tipo relacionadas ao órgão. Outro ponto em comum quanto à criação dos assentamentos é a participação dos movimentos sociais, que pautavam como luta o acesso à terra aos agricultores familiares.

Verifica-se que a mobilidade é presente em todos os assentamentos. No entanto, os fatores que a impulsionam são distintos nas duas modalidades. Nos PAs os motivos que levam os assentados a venderem seus lotes e deixarem o assentamento são a falta de infraestrutura, principalmente no período inicial do assentamento, a falta de apoio do governo, o envelhecimento e a prática de alguns ocuparem a terra somente para venda. Já nos PDS o principal motivo apontado pelos entrevistados foi a não adaptação à modalidade, seguido da falta de infraestrutura e de apoio governamental. No PDS Virola Jatobá uma particularidade em relação à mobilidade está relacionada à baixa fertilidade do solo, que impede a produção autônoma, sem a necessidade de venda de força de trabalho, para assegurar a permanência da família.

O acesso aos lotes através da compra se deu principalmente nos PAs, pois no a comercialização de terra era comum período inicial: devido às dificuldades, muitos desistiam logo do lote; por outro lado, segundo relato dos entrevistados, muitas pessoas eram especializadas em ocupar já com o propósito da venda. Nesse processo inicial, os lotes eram vendidos por valores extremamente baixos. Nos PDS, a maioria adquiriu a terra por meio de ocupação. No entanto, após a criação oficial dos assentamentos, a venda dos lotes passa a ocorrer, pelos motivos já citados.

Relatos obtidos nas entrevistas indicam que após a criação oficial de ambas as modalidades de assentamento, ocorre um processo de organização e mobilização social para a manutenção dos agricultores na terra, através principalmente da criação de associações. Percebe-se, principalmente nos PAs, que com a criação do assentamento, a venda de lotes diminui, visto que os assentados encontraram nessa ação certa segurança. Já no caso dos PDS, as vendas não diminuíram com a criação do assentamento, chegando a se intensificar no PDS Virola Jatobá após 2008, quando ocorre uma ação de assentamento pelo Incra. Segundo relato de assentados, nessa ação não houve orientações quanto à modalidade de assentamento, e parte dos agricultores trazidos pelo Incra não se adaptou ao formato do assentamento e vendeu seus lotes. Já as famílias que entraram de forma dirigida pelos movimentos sociais tinham conhecimento da modalidade e participaram do processo de luta, o que levou à sua identificação com o

lugar e à sua permanência, mesmo com as dificuldades enfrentadas no início da ocupação.

A entrega de lotes, por parte do governo, para famílias que não têm a mesma concepção sobre a posse e uso da terra, é percebida pelos residentes como um grande problema, devido ao enfraquecimento da formação de um grupo social, mostrando assim que não é o fato do governo organizar a entrada que necessariamente resulta numa menor mobilidade das famílias. Já no PDS Esperança, apesar de ainda haver venda de lotes essa acontece com menos frequência, pois os solos são mais férteis. Os assentados que investiram em produção de cacau logo consolidaram um patrimônio, o que contribuiu para a permanência no assentamento.

Nota-se assim que, em especial no PDS Virola Jatobá, houve um maior abandono e venda de lotes onde as famílias foram assentadas pelo Incra em relação à ocupação espontânea. Agricultores afirmaram que a seleção de clientes de Reforma Agrária efetuada pelo Incra teve implicações diretas sobre a não permanência nos lotes, devido a grande parte das famílias selecionadas não ter o perfil para esta modalidade de assentamento, não havendo por parte do órgão um esclarecimento sobre a modalidade.

O trabalho de campo também levantou questões como o retorno dos assentados que haviam deixado seus lotes. Observou-se que é comum o caso de assentados que deixam o assentamento e depois retornam. Tal ocorre quando estes não conseguem adquirir terras em outras localidades com o valor recebido pela venda do lote, mudam para a cidade onde não conseguem meios de sobrevivência, e por fim acabam retornando e adquirindo outro lote no próprio assentamento.

Verifica-se, portanto, que a decisão de permanecer ou não na terra se relaciona a um conjunto de variáveis ligadas às estratégias de reprodução da família. Estas variáveis, por sua vez, dependem da trajetória familiar, construída através de experiências ao longo de sua vida. Conforme analisado por Felix (2008), durante essa trajetória observam-se diferenciações na condição de acesso a recursos de variadas ordens, e na liberdade de escolha entre atividades.

Essas constatações revelam a situação enfrentada por agricultores em áreas de ocupação que resultaram em assentamentos na região da Transamazônica. Sem infraestrutura, com pouco ou nenhum recurso financeiro para investir no lote, estas famílias ficam a mercê da própria sorte, e através da organização coletiva buscam meios para garantir a reprodução social de sua família, identificando assim a importância de uma organização social. Com efeito, mesmo nas áreas com maior mobilidade, como é o

caso do PDS Virola Jatobá, os assentados enfatizam a necessidade de uma associação fortalecida, a fim de enfrentar as dificuldades vividas no cotidiano do assentamento.

5.2.2. Organização e interação social

5.2.2.1. Organização social

Com a criação dos assentamentos rurais, a vida das famílias assume uma nova dinâmica. Novos espaços e redes de sociabilidade são construídos, surgem novas formas de organização, que podem ser ou não continuidades do processo de luta pela terra. Além disso, novas demandas se criam especialmente referentes às negociações com os agentes de governo para melhoria dos assentamentos, como busca de crédito e infraestrutura (LEITE et al., 2004).

Durante a pesquisa, foi possível perceber a importância da organização social em diversos momentos para o assentamento, em especial na luta no processo inicial de criação e na formação das chamadas comunidades. A relação entre unidades familiares no interior dos assentamentos aparece como estratégia de superação das dificuldades enfrentadas principalmente durante a chegada dos agricultores nos lotes. A união e organização dos assentados foram fundamentais para enfrentar obstáculos como a falta de recursos financeiros, a ausência de apoio do Estado e o desafio de desenvolver suas atividades e assim construir seu espaço de moradia e trabalho. Esse é o relato de diversos assentados, representados pela narrativa a seguir:

A gente logo que entrou formou uma comunidade, que depois gerou uma associação. Hoje as coisas só estão assim porque a gente se organizou, como diz o ditado “uma andorinha só não faz verão”. É igual a gente nesse caso, sozinho não teria conseguido nada. Se cada um tivesse se isolado, os pistoleiros tinham acabado nos expulsando daqui, e juntos a gente foi se erguendo um ajudando o outro nas dificuldades, nos plantio, o que um sabia ia ensinando pro outro (Entrevistado 4, 68 anos, PA Pilão Poente II).

Entre os entrevistados dos quatro assentamentos, 84,8% possuem parentes no assentamento. Essa relação de parentesco é considerada de fundamental importância para os assentados, contribuindo para a adaptação a um novo espaço de convivência, proporcionando um sentimento de autonomia e pertencimento à nova localidade. Além da relação de parentesco, há também a relação de amizade construída na convivência cotidiana por meio do diálogo, do respeito às regras estabelecidas e à organização existente entre famílias e nas relações de vizinhança e ajuda mútua experimentada nos momentos de necessidade.

Aqui quase todo mundo é parente, e isso foi muito importante principalmente no início, quando a gente não tinha praticamente nada. E quem não é parente

é amigo, gente que veio pra cá junto, enfrentou as dificuldades, se ajudou e se ajuda ainda até hoje, isso de conhecer as pessoas, de ter passado pelas mesmas dificuldades, foi criando um relação de amizade quase que como irmão (Entrevistado 5, 45 anos, PA Pilão Poente III).

É pertinente destacar também a atuação da religião dentro dos assentamentos. Inicialmente houve grande participação da igreja católica na consolidação dos mesmos. Mais recentemente, vem crescendo a atuação de igrejas evangélicas, que contribuem para uma nova forma de organização dentro dos assentamentos.

As associações constituem a forma predominante de representação dos assentados, principalmente por ser uma espécie de “exigência” do Estado. As associações são a personalidade jurídica do assentamento e sua presença é quase obrigatória para o repasse de créditos (LEITE et al., 2004, p. 113). Nos assentamentos estudados, as associações foram constituídas através da intervenção dos movimentos sociais presentes no município, principalmente através do apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no caso dos PAs, e com o apoio da CPT, nos PDS.

Em todos os assentamentos pesquisados foram criadas associações. No PA Pilão Poente II a associação continua atuante, e os assentados relatam que obtiveram diversos benefícios com apoio e mobilização da organização, como a construção de casas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e a obtenção de crédito para a agricultura familiar. Já no PA Pilão Poente III, apesar de no momento da pesquisa a associação não se encontrar ativa, a maior parte dos entrevistados destacou a importância de uma associação, pois sem essa forma de organização eles ficam “sem voz” para reivindicar e cobrar seus direitos. Quanto aos PDS, apenas um dos entrevistados não participa ou nunca participou da associação do assentamento. O PDS Virola Jatobá conta com duas associações, sendo que uma ainda não é regulamentada. A existência dessas associações mostra claramente uma divisão entre os assentados. Os assentados mais antigos defendem o modelo de assentamento, e os novatos não concordam com as regras impostas e lutam para a flexibilização das mesmas. Além das duas associações, o PDS Virola Jatobá também possui uma cooperativa, criada para a realização do manejo comunitário florestal no assentamento. O PDS Esperança também possui duas associações, uma criada no início do assentamento e outra formada depois, que apresentam interesses diferentes, conforme indica um assentado entrevistado:

Foi criada essa segunda associação porque houve um racha na associação devido estarem com outros objetivos, que não se adequavam ao PDS. Na verdade a proposta deles é de acabar com essa modalidade, então foi criada

essa segunda associação com os moradores mais antigos e que defendem a modalidade (Entrevistado 7, 58 anos, PDS Esperança).

As organizações sociais, segundo os assentados, foram muito importantes para a garantia da sobrevivência das famílias e para a própria estruturação do assentamento. Ainda hoje, apesar de enfraquecidas, são de fundamental importância para a garantia dos direitos dos residentes, conforme observado abaixo:

A associação é a ferramenta principal do trabalhador rural, junto com o sindicato. A associação daqui, apesar de tá um pouco enfraquecida, ela é organizada e existe até hoje. Através dela já conseguimos muita coisa, como financiamento, construção de casas, conseguimos a energia através de greves e de manifestação (Entrevistado 1, 59 anos, PA Pilão Poente II).

As associações dão suporte às relações sociais dos assentados com entidades governamentais e da sociedade civil na grande maioria dos assentamentos rurais brasileiros (LEITE et al., 2004). Enquanto algumas associações possuem existência puramente formal, outras estão envolvidas nos mais variados aspectos da vida do assentamento, o que pode ser explicado pela participação das famílias assentadas no processo de criação e desenvolvimento destas e outras formas de organização (BERGAMASCO, 2004). Nessa perspectiva, as associações e cooperativas são instrumentos de mediação e interlocução com a sociedade civil e com o governo. Além da mediação externa, também atuam na dinâmica de acordos dentro do assentamento.

As associações desempenham ainda uma representação externa que permite o acesso a programas e melhorias que possibilitam o desenvolvimento econômico do assentamento. Nota-se, portanto, que as formas de organização presentes nos assentamentos estudados são de extrema importância para a vida dos assentados, possibilitando a superação dos dilemas coletivos e reduzindo incertezas em um novo espaço de moradia.

5.2.2.2. Conflitos

Os conflitos sociais existentes nos assentamentos em Anapu possuem um histórico anterior à sua criação, remontando à própria construção da rodovia Transamazônica, em que as contradições sociais, ambientais e econômicas refletiam o acirramento da disputa pela terra. As famílias que formaram os assentamentos construíram esse direito em situação de extremo conflito, lutando por sua autonomia contra os setores ligados à exploração madeireira e pecuária.

No município de Anapu, a incorporação do discurso ambiental pelas famílias e movimentos sociais foi uma estratégia adotada para garantir acesso à terra e demais

recursos naturais em uma região bastante conflituosa. Um dos episódios marcantes nessa relação de conflito entre os camponeses, lideranças da Igreja e de organizações no município em confronto com os fazendeiros e madeireiros da região foi o assassinato da missionária Dorothy Stang.

Nos assentamentos convencionais os conflitos diminuíram após sua consolidação. Todos os entrevistados alegaram que não há conflitos internos nos PA estudados, a não ser pequenos desentendimentos normais entre vizinhos, mas nada que seja relevante para a comunidade. Já os PDS são marcados por inúmeros conflitos. Vários motivos levam aos conflitos nesta modalidade de assentamento. Mas a razão mais citada pelos entrevistados refere-se à própria modalidade, visto que nos dois PDS há uma divisão clara entre aqueles que defendem a modalidade e os que não concordam com as regras impostas e desejam o fim da modalidade PDS. Essa distinção, no caso do PDS Virola Jatobá, contrapõe moradores pioneiros, que por terem participado de todas as discussões iniciais, possuem maior clareza sobre o funcionamento e importância do PDS, e moradores novatos, que geralmente entram no assentamento por meio da compra de lotes, seja sem saber como de fato funcionam assentamentos diferenciados, ou já sabendo, mas não conseguindo se adaptar, ou não concordando. Assim, os conflitos internos referem-se principalmente à divergência sobre regras que regem o PDS, com a grande maioria dos moradores preferindo que a área seguisse as normas de um PA. Essa divergência leva a conflitos de liderança e divisão de grupos, resultando na formação de novas associações que pautam a luta pelo fim da modalidade. Tal pode ser observado na narrativa abaixo:

Hoje o maior conflito aqui dentro é por conta do tipo de assentamento. Tem muita divergência de opinião, principalmente entre os moradores antigos e os novatos. O pessoal pensa muito diferente um do outro. Não é briga física mesmo, mas tem esse pensamento diferente que causa esses conflitos, tem muita gente aqui que quer que o PDS acabe e tem os mais antigos que ainda defendem e lutam como podem. (Entrevistado 5, 62 anos, PDS Virola Jatobá).

No PDS, o fato da terra de trabalho ser dividida entre individual e coletiva, com cobertura florestal, sujeita a inúmeras restrições, também gera oportunidades. O grupo social enfrenta ainda hoje extrema dificuldade para decidir e negociar quando e como explorar a área coletiva, para garantir assim sua reprodução social e autonomia produtiva. Nesse sentido, Lopes (2004, p. 17) destaca que tais situações caracterizam-se como conflitos sociais mascarados pelo viés da “ambientalização”, visto que assentados e Estado incorporam o discurso ambiental com interesses distintos. Não concordando

com as regras, muitos desses moradores vendem seus lotes, o que leva a outra dificuldade, que é a consolidação da própria comunidade do assentamento, especialmente no PDS Virola Jatobá, onde a entrada descontrolada de novos moradores é intensa, o que é constatado na narrativa a seguir:

Muita gente vem pra cá sem saber que aqui é um PDS, e outros não sabem como funciona, aí querem desmatar tudo, criar gado e quando vêem como é, como são as regras, acabam não se acostumando e vendem o lote (Entrevistado 3, 56 anos, PDS Virola Jatobá).

A modalidade de assentamento PDS, desde seu processo de criação, enfrenta conflitos, já que madeireiros e fazendeiros não aceitavam que grandes áreas, ricas em espécies florestais, fossem destinadas à agricultura familiar. Mesmo com a criação legal dos PDS, a exploração ilegal de madeira continuou, apesar dos esforços, como o aumento da vigilância por parte do Inca e ações da Associação. Novas regras foram necessárias, como a instalação de guaritas com corrente na entrada dos PDS. No PDS Virola Jatobá, a guarita foi instalada sob responsabilidade dos próprios moradores, e precisou ser desativada, após inúmeras ameaças. Já no PDS Esperança, a guarita conta com o apoio do Inca através de vigilância fixa de empresa contratada, e funciona até os dias atuais (Figura 4.1).

Figura 4.1. Guaritas nos assentamentos PDS Virola Jatobá e Esperança



Fonte: Lalo de Almeida.

Fonte: Trabalho de campo, 2018.

O PDS Virola Jatobá apresentou outra particularidade em relação a conflitos internos. Em 2008, o surgimento do Projeto de Manejo Florestal Comunitário, faz com que novos conflitos surjam dentro do assentamento. Para Mendes e Porro (2015):

Para o manejo florestal no PDS, enquanto o Ibama se referendava na natureza gerada com disposições técnicas e legais e visava cumprir suas metas institucionais, os agricultores enxergavam nessa atividade que jamais tiveram contato a possibilidade de melhoria de vida, como complemento da renda na unidade familiar, cuja principal atividade continuava a ser a “ambientalmente incorreta” roça de corte-e-queima. A natureza exuberante do PDS era vislumbrada como precursora de boas roças (MENDES; PORRO, 2015, p.106).

Grande número de famílias passa a discordar da implantação do manejo florestal como busca de renda complementar e da manutenção dos recursos florestais. A resistência à inserção nessa atividade se dá, por um lado, pelo desconhecimento dessa forma de uso da floresta e por receio de interferências no modo de vida. Mesmo diante do conflito, o MFC foi implantado, contribuindo com uma renda extra para as famílias, tanto através da remuneração do trabalho como pela distribuição da renda gerada pela venda da madeira.

Além da resistência inicial das famílias com a implantação do manejo florestal no PDS, com a sua execução iniciaram-se outros conflitos, dentre eles com a empresa que gerenciava o manejo no seu processo inicial, devido à desconfiança no montante repassado à associação após a venda da madeira e com o atraso da empresa no repasse do recurso, e os conflitos internos entre as unidades familiares em desconfiança com os representantes da Associação que estavam diretamente envolvidos nas negociações com a empresa (MENDES; PORRO, 2015).

Embora em um primeiro momento houvesse a rejeição em relação à atividade do MFC pelas famílias do assentamento, gradativamente as famílias foram entendendo o processo, incorporando o discurso ambiental e reconhecendo a importância do recurso proveniente da venda da madeira, que possibilitou a compra de bens, ferramentas de trabalho e o investimento em cultivos agrícolas rentáveis na região. Contudo, diversas denúncias envolvendo irregularidades no MFC executado através de parcerias entre comunidade-empresa nos PDS, surgiram em 2010, junto a uma nova determinação (Instrução Normativa 65/2010¹² do Incra), apresentando diretrizes em relação a gestão dos manejos florestais comunitários em assentamentos. Como consequência, as atividades de extração madeireira foram suspensas e o manejo florestal no PDS foi paralisado no final de 2012. Em 2013 ocorreu efetivamente o fim do contrato, o que gerou uma série de incertezas sobre a atividade dentro do assentamento.

Somente a partir do final de 2014, foram tomadas decisões e assumidos compromissos para a retomada do manejo florestal no PDS. Os principais compromissos assumidos visavam consolidar a exclusão de empresas da gestão do

¹² A Instrução Normativa nº 65 do Incra, datada de 27 de dezembro de 2010, estabelece critérios e procedimentos para atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento. Seus principais objetivos são: padronizar procedimentos administrativos e solicitações de autorização de manejo florestal; assegurar o uso múltiplo e sustentável das florestas nos projetos de assentamento e fomentar o caráter participativo do manejo florestal. Seu artigo 28 diz, textualmente: “As atividades do manejo florestal deverão ser executadas de forma direta pelos beneficiários, com o objetivo de utilizar a mão de obra familiar e promover a geração de renda (INCRA, 2010).

manejo florestal, transferir a administração da associação para a cooperativa e rever os procedimentos para divisão de recursos provenientes da venda da madeira (PORRO et al., 2015). Com o apoio de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), a comunidade passou a buscar formas para viabilizar uma gestão correta do manejo florestal, além de recuperar o passivo ambiental deixado nos cinco anos de exploração pela empresa.

Assim em meados de 2016 acontece o reinício do manejo florestal no PDS. No entanto, no final de 2017, invasões na área de reserva legal onde estavam localizadas as ações de manejo intensificam os conflitos no assentamento, e a demora na retirada dos invasores acaba causando danos ambientais e materiais para o assentamento, conforme observado na Figura 4.1. A invasão inclui participantes do município de Anapu e até mesmo assentados que não concordam com a execução do manejo. Esses acreditam que o manejo florestal prejudica a realização das atividades produtivas nos lotes.

Figura 4.2. Danos ambientais causados pelas invasões à área de reserva coletiva no PDS Virola Jatobá



Fonte: Justiça Federal de Altamira.

Os conflitos, portanto, se renovam, seja por divergências entre assentados, mas sobretudo devido por contrariar os interesses dos madeireiros da região, pois nessas áreas de assentamento está a floresta que estes planejavam explorar, alimentando o intenso e rentável comércio de madeiras na região.

5.2. 3. Atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias

Esta seção aborda os possíveis impactos das atividades desenvolvidas pelos assentados na conservação da floresta e na melhoria dos meios de vida das famílias. Inicialmente serão analisadas as atividades desenvolvidas em cada modalidade de assentamento, para em seguida analisar os impactos para o meio ambiente e manutenção da floresta das formas de utilização da terra, técnicas de manejo e produção.

5.2.3.1. Caracterização das atividades econômicas praticadas nas duas modalidades

Os assentamentos estudados, assim como a região Transamazônica como um todo, caracterizam-se por três principais sistemas de produção: cultivos anuais, utilizados para garantia do consumo familiar; cultivos permanentes ou perenes, principalmente cacaueteiro, cafeeteiro e algumas fruteiras; e o gado bovino. As pequenas criações, principalmente de aves e suínos aparecem com menor relevância em termos econômicos, porém são consideradas importantes fontes de alimentação familiar.

Apesar dessas atividades serem comuns em todos os assentamentos estudados, as modalidades possuem diferenças entre si. Os PAs apresentam como principal atividade econômica a criação de gado, combinada com o cultivo do cacaueteiro, devido aos incentivos iniciais para a formação de pastagens no período de colonização, além das condições favoráveis de mercado local, onde a pecuária aparece como produto importante para a economia da região. Os assentamentos apresentam condições edafoclimáticas adequadas para a produção cacaueteira, como a alta fertilidade natural do solo e apontam em relação à dificuldade e burocracia para implantação de cultivos anuais devido à fiscalização dos órgãos ambientais, conforme mencionado pelos assentados.

Hoje a gente tá só com um cacau que a gente tem e gado. Roça mesmo já tem um tempo que a gente não coloca, então mudou muito. No início a gente colocava roça todo ano, agora só o plantio permanente e um pouquinho de gado que a gente tem. A gente mudou porque hoje tá muito difícil, o Ibama não quer deixar queimar, e o cacau é mais fácil, dá pra plantar sem queimar. Mas roça de milho, de arroz, não dá não (Entrevistada 7, 49 anos, PA Pilão Poente III).

Hoje a gente trabalha com o cacau e com criação de gado. A diferença é que hoje a gente não coloca mais a nossa roça, por medo de receber multa, porque

já aconteceu com vizinhos nossos. Então a gente prefere não arriscar (Entrevistada 3, 38 anos, PA Pilão Poente II).

Conforme mencionado, os PDS surgem como proposta para combinar agricultura ao uso sustentável, numa possibilidade de controlar o desmatamento, aliando a produção com a manutenção da floresta. Dessa forma, os PDS possuem limitações em relação aos assentamentos convencionais, como por exemplo, o limite de uso da terra para a pecuária extensiva. Apesar de apresentarem as mesmas regras, os PDS também apresentaram diferenças entre si. No PDS Virola Jatobá, devido ao solo menos fértil, a principal atividade econômica são os cultivos anuais. Nos últimos anos, ali tem crescido a criação de gado. Já no PDS Esperança, a principal atividade econômica são as culturas perenes, em especial o cultivo do cacaueteiro. Dentre os assentamentos estudados, o PDS Esperança é o que aparentemente apresenta os melhores solos para a cultura.

Outra estratégia para a proteção e aproveitamento das áreas de uso coletivo foi a implementação de um projeto de manejo florestal de base sustentável no PDS Virola Jatobá, entre 2008 a 2012, e de 2016 a 2017, contribuindo para gerar renda complementar às famílias, além de frear o avanço de madeireiros clandestinos.

A combinação de atividades é estratégia de sobrevivência das famílias comuns nos assentamentos. Tais combinações, ou a predominância de cultivos anuais, cultivos perenes ou gado bovino estão relacionadas a fatores tais como o poder aquisitivo da família, as condições do meio biofísico, a fase do ciclo de vida da família e a distância ao mercado, além da influência das regras estabelecidas pelo Plano de Uso, no caso dos PDS. A restrição à criação de gado tem gerado insatisfação e questionamentos, principalmente pelos agricultores do PDS Virola Jatobá, devido às áreas apresentarem limitações para a atividade cacaueteira, em função da baixa fertilidade do solo. Apesar da baixa fertilidade, muitos produtores desse PDS investiram no plantio de cacaueteiros, mas a baixa produtividade desestimula a implantação de novas áreas. Assim, no PDS Virola Jatobá, as restrições à criação de gado aliadas aos limites de fertilidade do solo para o cultivo do cacaueteiro, tem limitado a autonomia dos agricultores. Podemos afirmar que as famílias do PDS Esperança se encontram em situação mais favorável, por garantirem sua relativa autonomia através do cultivo do cacaueteiro, atividade que gera renda capaz de garantir a reprodução familiar. Na narrativa a seguir é possível identificar esses fatores.

Eu trabalhei muito com negócio de plantação aqui, mais nada dava pra sobreviver, o solo sempre foi muito fraco, Aí em 2012 eu parti pra criação, que também não é muita porque a área é muito pequena e não permite. Aqui a gente se entristece porque todo recurso investido no assentamento vai pro

projeto de manejo, e a gente tem outros projetos, a gente quer tirar o lucro do nosso lote, porque se fosse pra depender do manejo a gente já tinha ido embora como muitos foram. Aqui, do nosso tempo mesmo, não tem 20 famílias, porque as pessoas não conseguem sobreviver. Nós só estamos aqui porque a gente é insistente e optamos por outra coisa, se não tinha saído também (Entrevista pré-campo, 57 anos, PDS Virola Jatobá).

As estratégias de uso e manejo dos recursos adotadas pela unidade familiar de produção têm influência no processo decisório da família, no que diz respeito à decisão de permanecer ou sair da terra que ocupa. Quanto aos agricultores dos PAs, a menor restrição para a criação de gado facilita a tomada de decisão quanto à escolha ou combinação de atividades de interesse econômico a serem desenvolvidas. Assim, as famílias dos PAs têm buscado combinar a atividade cacaeira com a pecuária, enquanto que a maioria das famílias dos PDS têm apostado na implantação de apenas uma atividade, seja culturas anuais no PDS Virola Jatobá, ou o cacaeiro no PDS Esperança. No entanto, é importante salientar que essa realidade vem mudando nos últimos anos, visto a crescente inserção da atividade pecuária mesmo nos PDS.

Quando questionados sobre as atividades desenvolvidas no início do assentamento, os entrevistados em geral informaram o cultivo de anuais, como arroz, feijão e milho, usados principalmente para alimentação, seguido do cultivo do cacaeiro, que apareceu nesse momento inicial como uma promessa para a região. Assim, nota-se que todos os assentamentos tiveram avanços em relação a suas atividades iniciais, com exceção do PDS Virola Jatobá, devido à restrição da qualidade do solo.

Todos os entrevistados, quando questionados sobre o trabalho na roça, informaram que sempre gostaram, e que pretendem continuar a fazê-lo nos lotes, mas que possuem diversos projetos a serem desenvolvidos. Entre os assentados dos PAs foi possível identificar projetos em diversas áreas: 37,5% pretendem investir na construção de tanques para criação de peixes; 18,7% pretendem aumentar ou se dedicar à manutenção e melhora de seus cultivos de cacaeiro, mesmo percentual de entrevistados que pretendem aumentar seu rebanho de gado ou investir na pecuária, enquanto 12,5% pretendem investir em tecnologia de mecanização, para otimizar as áreas evitando novas derrubadas, e 6,3% pretendem investir em cultivos de frutíferas, mesma proporção dos que pretendem investir na infraestrutura da propriedade, com construção de açude, cerca e curral. Nos PDS, a maior parte dos entrevistados (56,2%) também pretende investir na piscicultura. Os que pretendem implantar espécies frutíferas são 12,5%, mesma proporção dos que pretendem investir em mecanização, e dos que pretendem investir na

pecuária leiteira, enquanto 6,3% pretendem realizar o manejo e aumentar seu cultivo de açaí.

5.2.3.2. Conhecimento e assistência técnica

Os assentamentos rurais podem ser inicialmente definidos como novas unidades de produção que, no nível local ou regional, reordenam o sistema de propriedade e uso da terra, estabelecendo outros padrões sociais de produção agrícola e, por vezes, criando novas dinâmicas econômicas e sociais (MEDEIROS et al., 2002; MARTINS, 2003). A partir de sua criação, é necessário o desenvolvimento de projetos que possibilitem aos assentados a aquisição de conhecimentos que permitam um melhor manejo dos recursos disponíveis na área onde passarão a residir e trabalhar, bem como desenvolver esforços para o desenvolvimento dessa nova comunidade que passam a constituir. Assim, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dentre outras ações que visem à promoção de educação e capacitação para assentados, são essenciais para o sucesso da reforma agrária, ao garantir parte dos subsídios necessários aos assentados para construção dessas comunidades que, assim, aumentam suas chances de se tornarem áreas de efetiva produção agrícola.

O serviço de assistência técnica surge como alternativa de apoio para a condução de projetos produtivos dos assentados. Nos assentamentos pesquisados, constatou-se que a maioria dos agricultores familiares desenvolve algum tipo de cultivo. Os entrevistados dos PDS relataram que o serviço de assistência técnica foi oferecido por dois períodos aos assentamentos, sendo no período de 2005 a 2008 pela empresa Asseefa, e de 2013 a 2016 pelo Indesam. Desde então não houve mais acompanhamento aos assentados. Os produtores relataram que os períodos de assistência técnica contribuíram para o desenvolvimento das atividades em seus lotes e para a aquisição de conhecimento.

A assistência técnica que a gente teve aqui ajudou muito a gente, principalmente no início. Eu já participei de muitos cursos, e isso contribuiu no meu conhecimento, e a assistência técnica que teve aqui contribuiu pra muita gente desenvolver as atividades que fazem hoje (Entrevistado 1, 59 anos, PDS Esperança).

Quando questionados sobre seu nível de conhecimento, a maior parte dos entrevistados aponta possuir conhecimento suficiente para desenvolver suas atividades. No entanto, o acompanhamento de técnicos especializados é de fundamental importância, e a falta deles tem sido um problema para os assentados, principalmente em áreas com limitações como é o caso do PDS Virola Jatobá, onde, além dos limites de

fertilidade do solo, a falta de assistência técnica e de crédito rural tem comprometido ainda mais a possibilidade de sucesso, conforme mencionado pelos assentados:

A gente sabe muita coisa, mas é preciso juntar a teoria com a prática. Teve uma época que o IPAM deu uma assistência aqui com um projeto e a gente deu pra ver a diferença, então assim a gente sabe muita coisa, mas precisa muito do conhecimento técnico (Entrevistada 1, 52 anos, PA Pilão Poente III).

Agente até sabe, tem conhecimento, já participou de muita atividade, curso, dia de campo, mas nunca é suficiente, precisamos de assistência técnica porque a área não é terra boa e precisamos de ajuda pra ensinar como fazer, o que plantar, correção de solo, orientar realmente (Entrevistada 1, 46 anos, PDS Virola Jatobá).

A assistência técnica nesse caso tem um papel fundamental para a permanência no campo, pois o acompanhamento permite maior produtividade, e conseqüentemente, melhor qualidade de vida. A ATER, mais do que levar assistência técnica para ampliar a produção, contribui para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do meio rural um espaço propício na luta contra a exclusão social (ABRAMOVAY, 1998). É nessa perspectiva que a Asseefa foi constituída, com apoio de agentes da CPT e de lideranças locais, tendo como objetivo prestar serviços de assessoria técnica, social e ambiental, participando das discussões iniciais na criação dos PDS. Para os assentados, essa primeira assistência técnica foi essencial, principalmente por ter acontecido nos primeiros anos dos assentamentos. Já para os PAs a assistência técnica só chegou em 2013, com os serviços da Asseefa no PA Pilão Poente II e da Empresa GR no PA Pilão Poente III, 16 anos após sua criação. Essa demora, segundo os assentados, prejudicou o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, fazendo com que muitos assentados optassem pela pecuária, devido, segundo eles, ser uma atividade mais simples e não necessitar de tanta assistência técnica, como no caso dos cultivos agrícolas.

Aqui só não é melhor porque não teve assistência técnica. No início o pessoal ia plantando de qualquer jeito. Quem não consegue melhorar aqui foi por falta de experiência, falta de assistência técnica, de alguém que entende do negócio. Muitas vezes você pensa que tá plantando uma coisa e que vai dá lucro, mas acaba pegando prejuízo, porque às vezes nem o solo é adequado, mas como a gente não faz nem uma análise da terra, que é o básico, acaba prejudicando e gastando dinheiro à toa. Por isso que a maioria foi logo plantando capim, porque era o mais fácil, não precisava de muita técnica (Entrevistada 1, 51 anos, PA Pilão Poente III).

Apesar dos avanços consideráveis na organização social e na produção dos assentados, é recorrente a reclamação com relação à ausência de assistência técnica para auxiliar as famílias nos cultivos mais adequados ao tipo de solo dos lotes e na definição de culturas mais rentáveis de acordo com o mercado da região. Com isso, podemos observar que os serviços de assistência técnica e extensão rural são essenciais para o

desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, principalmente, no que se refere à inserção e viabilização de práticas adequadas à realidade dos assentados, sendo assim determinantes para a permanência dos agricultores no assentamento.

5.2.4. Condição de vida e bem estar

Bergamasco e Norder (1996), analisando os assentamentos rurais no Brasil e os entraves do poder público para a sua consolidação, refletem sobre a luta constante dos assentados em busca de melhores condições de vida:

Em diversos casos a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial). [...] Assim, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento desses trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10).

Deve-se destacar que as condições de vida no meio rural apresentam muitas das carências constatadas nos projetos de assentamento no Brasil. Segundo Hoffmann e Kageyama (2007), a pobreza é maior na zona rural. Com base em dados da PNAD de 2004, os autores constataram que a pobreza afetava 65,1% da população residente no espaço rural e 29,2% dos residentes no espaço urbano. O assentado busca, através da posse da terra e domínio dos meios de produção, a melhoria na sua qualidade de vida. Apesar de todas as dificuldades iniciais, a detenção da terra é vista como o primeiro passo para essa conquista. O cumprimento das obrigações assumidas pelo governo na criação dos assentamentos é fundamental para garantir condições de vida adequadas às famílias assentadas. O objetivo deve ser o desenvolvimento pleno, de maneira a proporcionar não apenas os meios de produção aos trabalhadores, mas fazendo-o de forma eficiente e responsável, preservando a dignidade e o bem estar dos assentados, e minimizando os impactos ambientais. Para isso, são necessárias políticas públicas específicas. O bem estar nos assentamentos foi avaliado a partir das respostas dos entrevistados a uma série de perguntas relacionadas à condição de vida dos mesmos nos últimos anos, confiança na rede de vizinhos, projetos futuros e reprodução familiar, itens discutidos a seguir.

5.2.4.1. Condições de vida

Nesse tópico as questões abordaram a situação da vida nos últimos anos, a produção de alimentos e ganhos da família, a condição média de vida comparada à vizinhança e os avanços na condição de vida familiar comparada ao passado.

Quanto questionados sobre como avaliam sua condição de vida nos últimos anos, os assentados dos PAs avaliam positivamente, principalmente devido à obtenção de uma terra para trabalhar e por terem conseguido estabilidade financeira. No entanto, informam que ainda há empecilhos que dificultam a melhoria de suas condições de vida, como por exemplo a melhoria na infraestrutura do assentamento, em especial as estradas, e a falta de investimentos do governo, representado no discurso de um dos assentados:

Pra melhorar a nossa vida aqui a gente precisa de apoio, porque só com o nosso trabalho é muito difícil. Tudo hoje em dia tá muito caro, então se tivesse projetos, assistência técnica, mecanização, essas coisas pra ajudar a aumentar a produção, apoio mesmo do Incra, do governo, condição de vida melhorava (Entrevistada 7, 49 anos, PA Pilão Poente III).

Segundo os entrevistados, não há atuação de nenhum órgão no assentamento, e isso dificulta a vida dos assentados, pois falta apoio e fiscalização. O Incra, órgão responsável pelos assentamentos, não tem cumprido suas obrigações básicas, e o assentamento está abandonado. A situação não difere muito nos PDS, onde os assentados informaram que a atuação do Incra e demais órgãos do governo têm deixado a desejar.

Quando questionados sobre o que mais tem contribuído para melhores condições de vida, respostas diferentes foram dadas nos dois PDS. Para assentados do PDS Esperança, o que mais contribui é a qualidade do solo, proporcionando condições para o cultivo do cacaueteiro. Já no PDS Virola Jatobá é a posse da terra, que mesmo com qualidade do solo inferior, tem proporcionado segurança e um avanço em relação à sua condição de vida anterior, conforme observado no discurso dos assentados quando declaram que *“a terra é minha, não preciso trabalhar pra ninguém”*. Quanto às dificuldades, para os assentados do PDS Esperança a infraestrutura das estradas e falta de apoio do governo também são as principais reivindicações. Já no PDS Virola Jatobá, a qualidade do solo tem sido a maior dificuldade para a produção, e conseqüentemente, melhoria de vida.

Quanto à produção de alimentos e ganhos da família, em ambos os PAs os entrevistados informaram que são suficientes para cobrir as necessidades familiares. O mesmo acontece no PDS Esperança, onde o cultivo do cacaueteiro tem sido a principal fonte de renda. Já no PDS Virola Jatobá, a produção gerada no lote não tem sido suficiente para a manutenção das famílias, sendo necessária a realização de trabalhos externos.

Mesmo com todas as dificuldades, em ambas as modalidades, os entrevistados informaram que houve avanços em sua condição de vida quando comparada a cinco e dez anos atrás, principalmente em relação à infraestrutura do assentamento, com a abertura de estradas, instalação de energia elétrica e construção de escolas e postos de saúde. Mesmo que esses serviços sejam precários e precisem de reformas e manutenção, foram avanços significativos para o assentamento e qualidade de vida dos assentados.

Quanto à comparação em relação à média da vizinhança, os assentados de ambas modalidades indicaram diferenças. Nos PAs, os entrevistados atribuíram essas diferenças principalmente pelo tempo de moradia na terra. Segundo eles, os moradores mais antigos tiveram mais possibilidade de investir nas unidades de produção. Outro motivo apontado foi a oportunidade de financiamentos bancários como FNO e Pronaf, o que possibilitou melhorias consideráveis nos rebanhos e infraestrutura. No PDS Esperança, os assentados consideram que apesar das oportunidades terem sido iguais para todos, alguns conseguiram desenvolver com mais facilidade devido à capacidade de gestão. Outro motivo citado pelos entrevistados deste PDS é a diferença entre os lotes que foram ocupados primeiro e os que foram incorporados depois (Lotes 55 e 57). O fato desses lotes terem sido criados em áreas com muita pastagem dificulta a produção, resultando em condições de vida inferiores aos assentados de outras áreas. Para os entrevistados do PDS Virola Jatobá, o principal motivo da diferença na condição de vida entre os vizinhos se dá devido algumas áreas apresentarem solos mais férteis que outras, e também o tempo de moradia, visto que parte dos moradores localizados nas glebas 107 e 132 terem sido assentados apenas em 2008, quando os mais antigos já estavam se estabilizando.

Pode-se, portanto, afirmar que o acesso à terra não garantiu melhoria na condição de vida que as famílias buscavam, pois problemas estruturais e falta de investimento nos assentamentos impediram o desenvolvimento das unidades familiares, o que acaba influenciando a permanência da família no lote. Outro aspecto a ser ressaltado é que a condição de vida dos agricultores baseia-se também na capacidade de produção do solo e que as dificuldades de acesso a linhas de créditos oficial limitam as atividades produtivas e a obtenção de renda, interferindo diretamente na condição de vida.

5.2.4.2. *Comunidade e bem estar*

Para Neves (1999) o assentamento constitui uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns. A dinâmica dos assentamentos é, portanto, um espaço de formação de novas estruturas, onde indivíduos que se encontram marginalizados e excluídos do processo de produção vigente se unem na formação de um espaço em comum.

Os assentamentos aparecem como a consagração da luta pela conquista da terra, que logo se desdobram em novas perspectivas de produção, renda, moradia e condições dignas de vida e de trabalho. Pode-se especular o assentamento enquanto ponto de chegada, ou seja, o acesso à terra permitindo a integração social. Do ponto de vista da organização social, o assentamento apresenta características semelhante às do bairro rural. Candido (1982) aponta que a estrutura de vizinhança e a posse da terra compreenderam uma função de relativa estabilidade na vida do caipira. Nesse mesmo contexto, o assentamento está conformado no universo rural como um novo processo de convívio, podendo ser considerado como uma comunidade em formação, onde há o convívio social e produtivo. A proposta para os assentamentos é criar comunidades onde se possa trabalhar e viver com autonomia:

“(...) os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião etc. (...)” (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 1998, p. 26).

A comunidade é um espaço essencial para o assentamento, principalmente em seu processo inicial, funcionando como uma estrutura organizativa informal que inicialmente constitui a instância básica de gestão. Assim, as relações estabelecidas durante esse período são fundamentais na tomada de decisões, para o funcionamento do assentamento e bem estar dos assentados.

Segundo os assentados pioneiros, logo que as primeiras famílias começaram a chegar ao assentamento formou-se uma comunidade, que existe até os dias atuais. Todos os entrevistados consideraram a comunidade um lugar bom para viver por diversos motivos. Os motivos mais citados são a tranquilidade e segurança do lugar e a relação com os vizinhos. Para os assentados, a união da comunidade foi um dos principais motivos para a continuidade no assentamento.

Segundo relato dos assentados, o início do assentamento foi um período muito difícil, devido a carência financeira dos agricultores. Nesse período era comum a

realização de mutirões e troca de diárias, e assim a comunidade se fortalecia através da formação de uma rede de apoio coletivo. Os assentados destacam ainda a relação de confiança que há dentro da comunidade, como pode ser observado no discurso de um assentado:

Aqui é um lugar sadio, calmo, você deixa suas coisas do lado de fora da casa, ninguém mexe, comparando com outras vicinais aí que a gente ouve falar de tanta coisa, tanto roubo, aqui é muito tranquilo. A gente conhece todo mundo, os vizinhos são de muita confiança, como se fossem da família (Entrevistada 7, 49 anos, PA Pilão Poente III).

Foi possível perceber em campo que ainda hoje essa relação na comunidade continua. É comum entre os assentados a prestação de favores, serviços coletivos e trocas de diárias, principalmente em períodos de vacinação de gado e de colheita. A afinidade construída através da vivência cotidiana também é muito aparente, fortalecida principalmente através do respeito, da relação de vizinhança e da ajuda mútua experimentada nos momentos de necessidade. Observei que essa afinidade tanto se relacionava ao parentesco, quanto à amizade construída na convivência diária por meio do diálogo, o que serve para estreitar os laços de solidariedade e estabelecer a confiança que se consolida nas relações de vizinhança.

Os assentados relataram que podem contar com o apoio da comunidade em diversos momentos, como no caso de doenças, necessidades financeiras e apoio em atividades no lote, conforme relatado em entrevista:

A gente mesmo já recebeu ajuda na época que minha menina faleceu. Todo mundo ajudou, emprestaram dinheiro, ajudaram com transporte, também já houve caso de vizinhos que adoeceram e a gente fez rifa pra ajudar. Então aqui é todo mundo unido, sempre disposto a ajudar (Entrevistada 6, 38 anos, PA Pilão Poente III).

Cabe ressaltar, portanto, a importância da comunidade desde a criação do assentamento quando os agricultores ainda estavam estabilizando suas propriedades, até o momento atual, quando essa rede já se encontra estabelecida, e mesmo os agricultores que já possuem estabilidade financeira ainda mantém essa relação, que funciona também como rede de apoio e de amizade.

5.2.4.3. *Projetos futuros*

A perspectiva para o desenvolvimento de novos projetos pelas unidades familiares é o aumento da renda como garantia para permanência na propriedade e um patrimônio para os filhos. Com a melhoria na renda, é esperado que a qualidade de vida e as perspectivas de desenvolvimento também sejam melhores e mais promissoras.

A maioria dos agricultores entrevistados pretende continuar no assentamento. Apenas dois pretendem se desfazer do lote. Quando perguntados sobre quais os projetos da família para o futuro surgiram inúmeros planos, todos pautados no desenvolvimento e modernização dos lotes.

Em ambos PAs, os principais projetos para o futuro estão ligados ao aumento do rebanho bovino e das roças de cacau. Outra atividade bastante requerida pelos assentados é o investimento na piscicultura. Alguns pretendem ainda investir na infraestrutura da propriedade através da construção de barcaças para cacau, açudes e curral, e na mecanização de áreas. Outro projeto de relevância apontado é a compra de outro lote no próprio assentamento, mencionado principalmente pelos agricultores que possuem a pecuária como principal atividade para geração de renda. Em menores proporções apareceram ainda projetos como plantio de frutíferas e recuperação de áreas degradadas.

Já nos PDS as respostas foram distintas. No PDS Esperança os projetos futuros estão relacionados principalmente ao aumento do cultivo do cacauzeiro e do rebanho leiteiro. Ainda relacionado à pecuária, muitos entrevistados pretendem aumentar suas pastagens. Outros, assim como nos PAs, pretendem investir em piscicultura. A melhoria na infraestrutura da propriedade também está nos planos de assentados do PDS. Um entrevistado pretende investir em ferramentas que facilitem o trabalho e aumentem a produção, e outro pretende investir em mecanização e irrigação para cultivo de hortaliças.

No PDS Virola Jatobá, dois entrevistados pretendem futuramente vender o lote, devido a dois motivos: idade e saúde. Uma entrevistada afirma através de seu discurso: *“Pretendo permanecer aqui até conseguir minha aposentadoria e depois sair, porque não tenho mais condições de saúde pra continuar aqui trabalhando.”* A falta de incentivos e os conflitos dentro do assentamento são mencionados pela segunda entrevistada, que afirma no relato a seguir:

Queremos vender e ir embora daqui, por conta da falta de incentivos e também pelo medo que temos de sermos alvos dos conflitos. Se caso melhorar a situação, continuaríamos por aqui e íamos criar galinhas, e mexer com horta e plantas pra vender (Entrevistada 1, 49 anos, PDS Virola Jatobá).

Ao analisar discursos no PDS Virola Jatobá sobre projetos futuros, diferente dos demais assentamentos, além destas perspectivas de desistência do assentamento, não foi possível observar a intenção de grandes mudanças. A maioria dos entrevistados respondeu que pretende manter o que já possuem nos lotes. Apenas um dos

entrevistados respondeu que pretende investir na diversificação, e na compra de um transporte para ter condições de levar seus produtos para vender na cidade. Percebe-se com isso que os assentados do PDS Virola Jatobá estão desiludidos com o assentamento. Foi possível observar na pesquisa de campo que muitos pretendem deixar o assentamento, com o discurso de que além do solo não ser adequado para cultivos perenes, a falta de investimentos do governo impede novos projetos, visto que sozinhos isso não é possível.

Ainda em relação ao futuro da propriedade os entrevistados foram questionados se seus filhos ou netos continuarão vivendo e trabalhando na terra. O processo sucessório é considerado como etapa importante e vital para reprodução social da agricultura familiar nos assentamentos. Silvestro et. al (2001) chamam atenção para o fato de que quando a sucessão familiar é comprometida, o futuro das propriedades geralmente é a venda para grandes produtores que trabalham de forma extensiva, comprometendo a continuidade dos assentamentos. Desta forma, ocorre uma significativa perda do tecido social que existe no campo, além de se perder o efeito economicamente multiplicador do trabalho.

Nos assentamentos pesquisados, 21,7% dos entrevistados moram sozinhos ou com seus cônjuges. Os demais estabelecimentos incluem de um a seis filhos e/ou netos, sendo que 37,5% possuem de um a dois filhos ou netos, 28,1% de três a quatro, e 12,5% possuem de cinco a seis filhos/netos no estabelecimento. Quando questionados se consideram que algum dos filhos ou netos permanecerão no lote, a maior parte dos entrevistados acredita que sim. Nos PAs, metade acredita que algum dos filhos ou netos irá assumir a propriedade, 37,5% acha que os filhos vão sair da propriedade para estudar ou trabalhar e 12,5% já não possuem filhos na propriedade e acredita que os mesmos não tem interesse em trabalhar na terra. No PDS, 56% contam que a propriedade será assumida por algum dos filhos ou netos, 25% já não possuem filhos na propriedade e 18,7% acreditam que os filhos não têm interesse na propriedade e irão migrar para a cidade.

5.2.5 Floresta, meio ambiente e sustentabilidade

A relação do homem com o meio ambiente é preocupação constante da análise socioambiental. Nos projetos de reforma agrária, essa preocupação passa a ser mais evidente a partir da criação dos assentamentos ambientalmente diferenciados, onde assentados assumem compromissos ecologicamente mais equilibrados, pois a floresta

passa a ser inserida no contexto produtivo, através de atividades como o manejo florestal.

Para que os assentados percebam a floresta e o meio ambiente como parte importante de seu meio de vida, é necessário que o poder público, junto às organizações e movimentos sociais, invista em processos educativos e de comunicação com vistas a inserir essas questões ambientalmente mais sustentáveis no cotidiano do assentamento. Nesse sentido, pretende-se analisar e comparar a percepção dos assentados sobre floresta e meio ambiente nos PDS e PAs convencionais no município de Anapu, a fim de constatar se a floresta já faz parte da atividade cotidiana daqueles assentamentos e se as famílias ali assentadas ressignificaram seus conceitos de uso da terra e sua relação com a natureza.

5.2.5.1. Floresta e meio ambiente

Quando questionados sobre a quantidade de floresta que seria o suficiente para manter no lote, os assentados dos PAs consideram que os 80% destinados à reserva legal, exigidos pelo código florestal, são excessivos. Apenas quatro famílias (25%) concordam com a quantidade exigida, 43,7% consideram que 50% de reserva já seria suficiente, 18,7% acreditam que 30% seria a quantidade ideal. Outros 6,3% consideram diminuir para 60% e 6,3% para 70%. Os entrevistados alegam que não dá para trabalhar apenas nos 20% exigidos, sem investimentos por parte do governo:

Eu acho que o colono deveria derrubar 50% do lote dele. Eu acho pouco demais pra um lugar sem investimento nenhum. É complicado, porque eles exigem que o colono preserve, mas não dão suporte pra isso, não tem uma máquina pra mecanização. Então, toda vez que vai colocar uma roça, precisa derrubar e queimar (Entrevistado 7, 79 anos, PA Pilão Poente II).

Alguns entrevistados mencionaram que grande parte dos agricultores já ultrapassou esse limite, como pode ser observado na fala abaixo:

O assentamento hoje deve estar com uns 50% de mata. Eu acho que é pouco, eu penso que deveria ter mais, porque a mata tem uma importância muito grande. O meio ambiente contribui até pras chuvas, pode ver que hoje o inverno acaba bem mais rápido, e isso vai prejudicando nossas roças. Através da mata a gente pode pegar uma caça pra comer, até o ar fica melhor. Eu fico triste quando vou em um lote e vejo aquelas aberturas grande de floresta, e aí mesmo a gente mantendo a floresta no nosso lote esses vizinhos acabam prejudicando o assentamento inteiro (Entrevistado 1, 51 anos, PA Pilão Poente III).

Já nos PDS, a maior parte dos entrevistados (68,8%) concorda com a quantidade de floresta exigida. Mas 18,7% acreditam que 60% de floresta seria a quantidade suficiente, e 12,5% acham que a quantidade deveria diminuir para 50%. Os

entrevistados em sua maioria acreditam que os 20% destinados para a agricultura sejam suficientes para a produção familiar:

O desmatamento aqui tá aumentando, a pastagem tá crescendo, a quantidade de floresta exigida tá boa, porque a gente, enquanto agricultor familiar, não precisa de mais de 20% pra trabalhar. O problema é a falta de investimentos, de projetos aqui dentro. (Entrevistado 3, 33 anos, PDS Esperança)

Os assentados que acham necessário diminuir a área de reserva e aumentar a área destinada à produção, justificam dizendo que com 20% só dá pra trabalhar com agricultura, e que seria necessário o aumento para que possam introduzir novas atividades como a criação de gado. Tal pode ser observado na narrativa de um entrevistado: *“Eu acho que tinha que ser 50 %, porque esses 20% pra trabalharmos com agricultura dá, mas pra quem quer trabalhar com gado ou alguma outra coisa precisa de um pouco mais de terra”*.

No geral, todos os entrevistados reconhecem a importância do limite imposto, e quando questionados se a floresta traz algum prejuízo para o assentamento, todos responderam que não. Apenas dois assentados de PA, apesar de reconhecerem a importância do limite, associam a quantidade exigida a uma forma de prejuízo. Segundo um deles, o agricultor é prejudicado no seu crescimento e nos ganhos financeiros, pois esse limite o impede de crescer. O outro mencionou a dificuldade de trabalhar em uma área considerada pequena, sem suporte de mecanização, o que é exposto abaixo:

Não que seja um prejuízo, mas a parte de floresta que tem que deixar é muito grande, e como a gente não tem mecanização, por exemplo, pra poder ficar trabalhando ali só numa área, precisa derrubar, queimar pra colocar roça pra sobreviver, porque a planta que eu vi que nasce sem precisar queimar é o cacau. Então precisa arar a terra ou de bastante adubo (Entrevistado 7, 49 anos, PA Pilão Poente III).

Os demais assentados, mesmo os que não concordam com a quantidade de reserva florestal exigida, consideram que a floresta não traz prejuízo ao assentamento, mas que é necessário incentivo para manter a floresta em pé, por meio de projetos que integrem a floresta ao sistema produtivo, para que assim os agricultores possam valorizá-la mais.

Em relação à contribuição da floresta ao assentamento, a maior parte dos entrevistados considera que as contribuições são inúmeras e em diversos sentidos. Nos PAs, apenas três dos entrevistados disseram que a floresta não contribui para o assentamento, enquanto os demais apontaram benefícios como contribuição para a saúde e bem estar dos assentados, contribuição ambiental auxiliando o clima, madeira para construções na própria unidade de produção, e benefícios financeiros ainda que

pequenos com a venda de castanha. Os agricultores expressam ainda a falta de projetos para que possa ser possível a obtenção de renda através da floresta de forma sustentável. É o que pode ser observado em relatos dos agricultores:

A gente sabe que a floresta é muito importante, mas infelizmente a gente não conseguiu ainda tirar uma renda da floresta. A gente sabe que existe o extrativismo, que dá pra viver, mas nunca tivemos uma experiência aqui no assentamento. Mas teve contribuição, por exemplo, de uma madeira pras construções de cerca, curral e de moradias, que é uma contribuição para os moradores (Entrevistado 2, 51 anos, PA Pilão Poente II).

Nos PDS, assim como nos PAs, três dos entrevistados afirmaram que a floresta não traz contribuição para o assentamento. Os demais apontaram contribuições relacionadas à biodiversidade, ao ambiente, à alimentação por meio de caça, matéria prima para construções rurais na propriedade, e retorno financeiro através da venda de açaí e castanha, e no caso específico do PDS Virola Jatobá, pelo manejo florestal.

Discursos como *“a floresta é o pulmão do mundo, e a partir do momento que essa floresta vai deixando de existir, vai diminuindo as chuvas, os reservatórios de água, o ar vai ficar diferente, a gente só perde com o desmatamento desgovernado”*, indicam a concepção desses assentados sobre a importância da floresta. Os assentados dos PDS destacaram ainda a importância do manejo florestal, expressando a falta que o recurso proveniente da atividade faz para os assentados individualmente, assim como para o desenvolvimento do assentamento como um todo.

Nos PAs convencionais, cinco entrevistados informaram que não tomaram conhecimento de nenhum projeto ou atividade que considerasse a preservação das florestas e do meio ambiente. No entanto, os demais relataram que já foi implantado em ambos os assentamentos o Projeto Assentamentos Sustentáveis,¹³ que tinha como objetivo consolidar um novo modelo de desenvolvimento, no qual a floresta gerasse renda, promovendo assim qualidade de vida para os assentados.

Nos PDS os entrevistados relatam que sempre houveram atividades que pautassem a importância da manutenção da floresta. Desde as primeiras discussões sobre os assentamentos, o tema já era o foco das reuniões, pois os movimentos sociais

¹³ O Projeto beneficiou 2.730 famílias de assentados e assentadas localizados na região oeste do Pará, nos territórios da Transamazônica, Baixo Amazonas e BR-163. O projeto foi executado em três assentamentos de reforma agrária com tamanhos e configurações distintas, executado pelo IPAM no período de 2014 à 2017, e tinha como objetivo apoiar assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no oeste do Pará, no desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e na implementação de pagamentos pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento.

discutiam a implantação de um assentamento que contrapunha-se aos assentamentos convencionais que avançavam no desmatamento. Como projeto, os assentados apontam o manejo florestal comunitário, implantado em 2008. Apesar das discussões e capacitações terem ocorrido nos dois PDS, apenas no Virola Jatobá o MFC foi efetivado, pois, segundo os assentados, os moradores do PDS Esperança não aceitavam as condições para realização do manejo e decidiram não aderir ao projeto.

Nota-se, portanto, que não foram executados muitos projetos desse âmbito nos assentamentos. No entanto, a maior parte dos assentados considera possível inserir a floresta na geração de renda do assentamento. Os entrevistados dos PAs consideram que projetos de extrativismo, para extrair óleos, cipós e outros produtos, poderiam trazer benefícios da floresta de forma sustentável. Outra alternativa mencionada é o pagamento por serviços ambientais, que estimularia os assentados a manterem a floresta em pé. No entanto alguns entrevistados consideram que a única maneira de conseguir renda da floresta é através da exploração de madeira. Para esses, a saída seria o investimento na propriedade, principalmente em mecanização, como pode ser observado a seguir:

Se tivesse algum projeto que fornecesse um trator pra você fazer uma área pra trabalhar cinco ou seis anos no mesmo lugar, aí nesse período não precisava você derrubar. Do contrario, pelo menos de dois em dois anos a gente precisa desmatar, porque não dá pra morrer de fome com uma terra produtiva dessa. (Entrevistado 1, 64 anos, PA Pilão Poente II)

Já nos PDS, apenas uma pessoa acredita que não há como implantar projetos desse sentido, pois acha que os projetos não obtêm sucesso devido aos próprios assentados que não conseguem levar as atividades adiante. Os demais entrevistados vêem algumas possibilidades de fazer com que a floresta contribua com o bem estar e com a geração de renda, através de atividades como extração de cipó, sementes, óleos, como observado na narrativa abaixo:

Aqui a gente tem um potencial muito grande pra isso, tem andiroba, uma quantidade significativa de copaíba, tem cumaru e outras essências florestais que a gente têm que não temos conhecimento. Então a gente perde muito dentro dessa área, e tem também a castanha do Brasil (Entrevistado 3, 33 anos, PDS Esperança).

Além do extrativismo, o reaproveitamento de madeira caída para fabricação de moveis e fabricação de bio-jóias com materiais extraídos da floresta foram mencionadas como alternativas para a integração da floresta na renda familiar. A implantação do manejo florestal, no caso do PDS Esperança, e a continuação do projeto no PDS Virola Jatobá, também surgem como estratégias para utilização sustentável da floresta.

O desenvolvimento dos projetos sustentáveis, que visem geração de renda através da floresta causa transformações na vida dos assentados, e novas interações destas com o meio ambiente. Essas mudanças trazem novas perspectivas de desenvolvimento para a agricultura familiar, como o aumento da renda através de uma economia socioambiental, além da manutenção da biodiversidade, fundamental para o bem estar local.

5.2.5.2. *Sustentabilidade*

A questão da sustentabilidade é uma preocupação no quadro ambiental e social dos assentamentos de reforma agrária. Os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” estão associados a conceitos econômicos, ambientais e sociais. Entretanto, existem interesses e conceitos distintos para o estabelecimento de parâmetros sobre o que seja um “ambiente sustentável”.

As ações para a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável no Brasil passam a ser introduzidas no campo da reforma agrária no final dos anos 1990, e aos poucos vão se tornando realidade, principalmente com a implantação de modelos de assentamentos ambientalmente diferenciados.

Pelo que se pôde observar *in loco* na área da pesquisa, a ação de muitos assentados é contrária à prática produtiva sustentável. Há terras que já se encontravam seriamente devastadas, mesmo antes de serem ocupadas, em função principalmente do modelo de colonização da região, pautado em desmatar para ser considerado produtivo. E mesmo nos PDS, dentre as práticas agrícolas utilizadas, predomina o corte-e-queima, prejudicial ao meio ambiente. Neste sentido, a consolidação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis em Anapu é também um desafio, pois implica em subverter a ordem estabelecida há décadas, pelo modelo de desenvolvimento excludente (SACHS, 2004), que ainda predomina na Amazônia.

Para Sachs (2004), o desenvolvimento é entendido não somente no sentido econômico, mas também no de bem estar. Dessa forma, conciliar sustentabilidade com desenvolvimento envolve o desafio necessário de realizar atividades produtivas aliadas à conservação de recursos naturais.

Nos assentamentos pesquisados, independente da modalidade, foi possível observar que com o apoio das organizações sociais, gradativamente as famílias incorporaram o discurso ambiental do cuidado com a mata, e da importância dela para o bem estar do assentamento. No entanto, ainda é aparente a diferença dos discursos de

acordo com a modalidade de assentamento. Nos assentamentos convencionais, os entrevistados apresentam discursos mais vagos em relação à sustentabilidade, e muitos, apesar de já terem ouvido falar, não sabem seu significado. Durante as entrevistas, quando questionados sobre o que entendem por desenvolvimento sustentável, foram comuns discursos como: *“a gente vê falar na televisão, mas eu não entendo bem o que é não”*. Segundo os assentados, essas discussões não estão presentes no assentamento. Quando foram iniciados os discursos sobre a criação dos assentamentos, no final da década de 1990, o tema era até mencionado em reuniões. No entanto, logo após a criação, nada foi desenvolvido nesse sentido. A forma como esses assentamentos foram iniciados interfere, portanto diretamente na construção do pensamento do assentado.

A visão de desenvolvimento para assentados em PAs convencionais está diretamente ligada com geração de riqueza, que nos assentamentos é associada à criação de gado. Assim, parte dos assentados considera que mesmo a mata sendo necessária, é preciso que os limites para a reserva sejam revistos no sentido de aumentar a área para as atividades produtivas. Esses agricultores, quando questionados sobre como o assentamento poderá chegar ao desenvolvimento sustentável, alegaram que isso só será possível com investimentos do governo, principalmente na mecanização de áreas e através de fiscalização e investimento em conscientização dos assentados sobre o tema. No entanto, há que se atentar para a necessidade de intervenções locais no intuito de viabilizar a introdução de sistemas produtivos baseados nos princípios da sustentabilidade, que venham ao encontro das peculiaridades do assentamento.

Já nos PDS o discurso sobre sustentabilidade foi introduzido desde o início das discussões sobre a criação do assentamento. Os movimentos sociais já pensavam, antes mesmo de conhecer a modalidade, em criar áreas diferenciadas dos assentamentos convencionais existentes na região, principalmente por verem que a modalidade existente até então no município estava contribuindo para o desmatamento. Assim, o PDS surge como uma alternativa para reverter esse modelo, com uma proposta em que o ecossistema deve manter suas características e inter-relações fundamentais ao longo do tempo, para viabilizar a sustentação da vida. De acordo com o já mencionado, os agricultores eram introduzidos a esse discurso logo no momento em que iam procurar terra, e continuavam participando de reuniões que foram fundamentais em seu processo de formação. Assim, é possível identificar que a compreensão sobre desenvolvimento sustentável está bastante presente nos PDS, principalmente entre os assentados pioneiros, que participaram de todo esse processo. Para esses assentados, a floresta

aparece como parte do sistema de produção. No entanto, os assentados mais antigos enfrentam um grande desafio. Segundo eles, a mobilidade constante entre os moradores tem dificultado a consolidação dessa ideia de desenvolvimento sustentável, visto que a maior parte dos moradores novatos não concorda com os princípios do PDS. Mesmo com os esforços dos assentados, eles não conseguem reverter o pensamento desses moradores, e esse embate de pensamentos tem gerado conflitos no assentamento.

Para alguns entrevistados, o PDS tem perdido o caráter de sustentável, visto que com a entrada desses novos moradores, o discurso no assentamento foi sendo modificado, tanto que hoje há uma parte considerável de moradores que deseja que a modalidade seja alterada. Com efeito, durante as entrevistas, muitos assentados alegaram que o PDS tem perdido seu caráter sustentável, e que para o assentamento alcançar um desenvolvimento realmente sustentável, são necessários investimentos por parte do governo, em projetos que valorizem a floresta e que a integrem à unidade familiar de produção. Ou seja, projetos que façam com que a floresta gere renda no assentamento. Muitos assentados, especialmente no PDS Virola Jatobá, apontaram a retomada do MFC como uma saída nesse sentido.

6. ANÁLISE COMPARATIVA DA CONDIÇÃO ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS

A compreensão da situação econômica dos estabelecimentos rurais e condições de vida dos assentados é de suma importância para promover o desenvolvimento destas famílias, do meio rural e do país, e tem sido motivo de diversas pesquisas (BERGAMASCO, 1997; SPAROVEK, 2003; LEITE et al., 2004, LEITE, 2010).

Para Sparovek (2003), o aumento da renda dos trabalhadores e das famílias beneficiadas pela reforma agrária pode proporcionar a descentralização e o fortalecimento das economias locais, e como consequência, o aumento da arrecadação tributária. Nesse sentido, a reforma agrária deve necessariamente ser acompanhada de uma política agrícola eficaz, incluindo tópicos como crédito rural, assistência técnica, garantia de preços e outros.

Dessa forma, esse capítulo examina a situação econômica dos quatro assentamentos rurais estudados, verificando as condições de vida e trabalho dos assentados e os sistemas de produção implantados, contribuindo para a análise comparativa entre as modalidades de assentamento convencional (PA) e os assentamentos ambientalmente diferenciados (PDS). Para análise das condições de vida das famílias beneficiárias, foram destacados aspectos referentes às fontes da renda monetária obtida nos estabelecimentos, e do patrimônio familiar composto pelos bens que constituem indicadores de riqueza e bem estar nestes domicílios.

A coleta dos dados quantitativos possibilitou uma visualização detalhada, a partir de um conjunto de indicadores econômicos definidos, de aspectos que não se revelam nas observações iniciais. O instrumento utilizado foi um questionário estruturado, aplicado pela pesquisadora nos meses de outubro a dezembro de 2018, tomando como período de referência para a coleta das informações sobre renda o ano agrícola compreendido entre 2017/2018. A coleta individual dos dados foi realizada a partir da aplicação do diagnóstico socioeconômico (Anexo 2) direcionado ao responsável pela unidade produtiva, ou seu representante. Foram aplicados 32 questionários, sendo oito famílias em cada assentamento, selecionadas conforme o tempo de residência das mesmas no local, sua situação enquanto assentado e localização do lote. Procurou-se selecionar moradores pioneiros e novatos no assentamento, que já estivessem na Relação de Beneficiários (RB) do Incra ou em processo de reconhecimento de ocupação, com tempo mínimo de três anos de moradia. Além disso, foram selecionados assentados cujos lotes apresentavam diversas localizações, a fim de

entender suas particularidades e dificuldades, quanto à distancia tanto em relação às vilas centrais, como ao município. Para seleção dos estabelecimentos visitados foi utilizada a listagem de RB do Incra, assim como conversas com lideranças dos assentamentos e famílias assentadas.

O questionário inclui dez seções: (1) identificação da família, (2) composição do domicílio, (3) infraestrutura e serviços, (4) consumo, segurança alimentar e gastos familiares, (5) condições de moradia, (6) uso da terra, (7) apoio governamental, (8) atividades agrícolas e pecuárias, (9) práticas de manejo e cultivo, e (10) atividades geradoras de renda para o domicílio. A pesquisa abordou diversas características dos estabelecimentos e das famílias, como demografia, local de moradia, nível de instrução, situação ocupacional, fontes de renda, disponibilidade da mão de obra familiar, contratação de mão de obra extra e uso atual da área. Foi investigada ainda a composição do patrimônio familiar, composto pela soma dos valores monetários dos bens, benfeitorias, máquinas e equipamentos, além do rebanho animal e cultivos permanentes. Por se tratar de assentamentos nos quais não houve a emissão de títulos definitivos, o valor da terra nua não foi considerado nesta avaliação.

Os dados primários coletados com os questionários foram inseridos numa plataforma orientada à elaboração de diagnósticos socioeconômicos (*Emprapa Survey*), sendo criados formulários alimentados com os dados. Após a digitalização e revisão dos questionários, foi realizada a exportação do banco de dados gerado para o software estatístico *Stata 10.0*, visando análises que geraram tabelas descritivas.

O capítulo é estruturado em quatro seções. A primeira seção apresenta uma síntese das características demográficas dos domicílios; a segunda seção introduz as categorias de renda monetária consideradas neste estudo; a terceira seção apresenta, discute e analisa os resultados relacionados a fontes de renda monetária nos quatro assentamentos; a quarta seção introduz as categorias de bens e ativos que compõem o patrimônio familiar nos quatro assentamentos e analisa os resultados relacionados a este patrimônio.

6.1. Caracterização das famílias entrevistadas nos assentamentos

Ainda que as condições de vida nos quatro assentamentos estudados sejam caracterizadas por diversas dificuldades, pode-se perceber que houve um avanço socioeconômico para a maior parte das famílias entrevistadas, em relação ao período anterior ao assentamento, quando na maioria dos casos não possuíam terra. Hoje seus

lotes lhe garantem, além da alimentação, a possibilidade de geração de renda para atender às demais necessidades da família.

Os 32 questionários analisados indicam que o número de moradores de cada casa varia de um a nove. Destes, 43,7% possuem entre uma a três pessoas no estabelecimento, 46,9% de quatro a seis e 9,4% de sete a nove moradores. Predominam casados ou em união estável (84,4%), seguidos de viúvos (6,3%), divorciados (6,3%) e solteiros (3,1%). Embora 21,7% moram sozinhos ou com seus cônjuges, os demais estabelecimentos incluem de um a seis filhos e/ou netos, sendo que 37,5% possuem de um a dois filhos ou netos, 28,1% de três a quatro, e 12,5% possuem de cinco a seis filhos/netos no estabelecimento. Dos entrevistados, 36,6% se declaram predominantemente de cor preta, enquanto os que declaram a cor branca e parda representam cada um 32,2% do valor total. Com relação à religião, 50% são católicos e 50% evangélicos.

Quanto à escolaridade, entre os 59 entrevistados e seus cônjuges, seis são analfabetos (10,2%), 40,7% estudaram entre a primeira e quarta séries, 30,5% entre a quinta e oitava séries, 5,1% têm o ensino médio incompleto, 13,6% o ensino médio completo, e uma pessoa possui nível superior (1,7%), conforme a Tabela 4.

Tabela 4. Escolaridade dos entrevistados e cônjuges nos quatro assentamentos estudados.

Série	N	% do total
Analfabeto	6	10,2
1ª série	7	11,9
2ª série	6	10,2
3ª série	3	5,1
4ª série	8	13,6
5ª série	4	6,8
6ª série	1	1,7
7ª série	3	5,1
8ª série	9	15,3
1ª série/ensino médio	3	5,1
2ª série/ensino médio	0	0
3ª série/ensino médio	8	13,6
ensino superior	1	1,7
Total	59	

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

Grande parte de produtores assentados do país possui baixa escolaridade, sendo que 16,4% dos titulares são analfabetos, 42,9% cursaram entre a primeira e quarta série, 27,0% entre a quinta e oitava série, 0,8% o ensino médio incompleto, 5,2% o ensino

médio completo e apenas 0,5% o superior completo (INCRA, 2010). Ao analisar os resultados da pesquisa, percebe-se que os dados obtidos são similares à realidade nacional, quando mais de 50% dos entrevistados ainda são analfabetos ou possuem apenas a educação básica (1ª a 4ª série), e parcela muito pequena possui ensino superior.

Os resultados mostram o quão distante está a realidade acerca do direito à educação para quem vive no meio rural brasileiro, problema que só poderá ser resolvido por meio de políticas públicas que envolvam todas as esferas governamentais, comunidades, movimentos sociais e sindicais. Para Delgado (2007), a precariedade educacional de grande parte dos produtores influencia negativamente os processos de comercialização dos produtos e adequação de novas tecnologias.

Nos assentamentos pesquisados, foi possível observar através de relatos dos entrevistados que o acesso à educação é dificultado por um conjunto de fatores, dentre os quais a distância percorrida até as escolas, a má qualidade do transporte público, gastos com transporte, falta de turmas de ensino médio no assentamento e dificuldade de locomoção em dias de chuva. Em semestres letivos com alta ocorrência de chuvas, a ausência é elevada e os alunos correm riscos de reprovação. Para os assentados, a educação na área rural, principalmente a de adultos, precisa de atenção especial dos governos. Iniciativas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), e iniciativas como a Casa Familiar Rural, precisam ser aperfeiçoadas, multiplicadas e devem chegar aos assentamentos.

6.2. Categorias de renda monetária dos assentados

Os resultados da pesquisa permitiram visualizar características econômicas das famílias assentadas, incluindo variabilidade de renda, tipos de sistemas de produção e combinações de atividades existentes nas propriedades. A renda monetária das famílias é proveniente de várias fontes, destacando-se a produção agropecuária, concentrada nos sistemas de produção de culturas anuais e perenes e criação de bovinos e pequenos animais, renda proveniente de produtos florestais, do trabalho externo, de programas sociais e da atividade comercial.

Para composição da renda bruta monetária agropecuária, foi considerada apenas a produção comercializada. Para o cálculo da renda derivada destes produtos, foram considerados os preços médios pagos aos agricultores e por eles informados para o ano agrícola 2017/2018. O foco da análise está direcionado às condições socioeconômicas dos assentados, aos fatores de produção, terra, capital e trabalho e também, para a renda

gerada por estes fatores, distinguida entre renda da produção agropecuária e florestal, e outras rendas não agrícolas, obtidas fora do estabelecimento rural. Esta seção apresenta as fontes geradoras de renda identificadas para as famílias assentadas.

6.2.1. Renda derivada da produção agropecuária e florestal

Para efeito da análise, o estudo identificou cinco categorias de atividades relacionadas à produção agropecuária e florestal: cultivos anuais, cultivos perenes (incluindo semi-perenes), criação de bovinos (e produtos derivados), criação de pequenos animais (e produtos derivados), e produção florestal.

Apesar do baixo investimento relatado nas entrevistas em políticas governamentais para os assentamentos, o acesso à terra permite uma reorganização social dessas famílias. Para Bergamasco (1997) isso acontece por dois fatores: a abertura de um espaço para a construção habitacional e o aumento na disponibilidade familiar de alimentos através do autoconsumo. No entanto, depoimentos dos entrevistados indicam que a renda monetária agropecuária constitui o principal objetivo dessas famílias.

Segundo Veiga (2001), a diversidade de produção agrícola conciliada com a criação de animais, maximiza oportunidades de desenvolvimento humano e diversifica as economias locais. Para Wanderley (2000), a diversificação das atividades é uma estratégia adotada pelos agricultores brasileiros, e destina-se não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente a garantir o autoconsumo.

A diversificação agrícola é considerada, portanto, uma alternativa de renda para os pequenos produtores, pois se o produtor possuir apenas uma cultura anual como principal fonte de renda, está sempre correndo o risco de perder sua produção devido a agentes externos, como clima, pragas e doenças, além de estar sujeito às condições de mercado. Quando insere outras culturas, seja para a comercialização ou para o consumo de sua família, abre-se a possibilidade de uma nova renda. A diversificação pode representar, então, a redução do risco para o produtor, pela dependência de uma única cultura e uma forma de maximizar as condições de sua sobrevivência.

A produção familiar foi excluída das estratégias iniciais de desenvolvimento da região da Transamazônica e, apesar de avanços recentes na criação e implementação de programas e políticas públicas dirigidas, sobretudo federais, sua inclusão ainda acontece de forma lenta e desordenada. A produção familiar na região ainda é desenvolvida com padrão tecnológico em que prevalece a prática agrícola de “corte e queima” da

cobertura florestal e a criação extensiva de gado, sistemas reconhecidamente caracterizados por alto custo ambiental e baixa produtividade. Isso se dá principalmente em decorrência das dificuldades financeiras enfrentadas, além da falta de assistência técnica, baixo nível de acesso ao crédito rural, insuficiente infraestrutura para transporte, além de falta de estruturas de beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção agrícola.

Analisando a produção agropecuária nos assentamentos pesquisados é possível constatar que os produtos mais cultivados são aqueles mais facilmente comercializáveis e, aqueles mais importantes na alimentação da família: cacaueteiro, mandioca e arroz. Também a criação animal é diversificada, os animais são utilizados para consumo e venda com destaque para gado de corte, aves, suínos e peixes. Verificou-se ainda que existia pouca renda agregada através da industrialização da produção, pois apenas o queijo e a polpa de frutas aparecem como produtos transformados.

Apesar de diversificada, a geração de renda através da produção agrícola concentra-se na comercialização de culturas anuais (milho, arroz, farinha de mandioca); semi-perenes (bananeira); e perenes (pimenta-do-reino, urucum, açázeiro, cupuaçueteiro e cacaueteiro), sendo que dentre esses se destaca a produção de cacau. O município está localizado no polo cacaueteiro da Transamazônica, que concentra 75% da produção do Pará, apresentando a sexta maior produção do estado, responsável por 4,5% do total (IBGE/PAM, 2017).

Entre os ramos produtivos do setor agropecuário, a criação bovina, apesar de ocupar relativamente pouca mão de obra, tem grande importância como fonte de renda. A bovinocultura paraense é destaque por registrar o quinto maior rebanho efetivo do país, superior a 19 milhões de cabeças, segundo o IBGE, ou mais de 22 milhões, consoante dados da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), o que o tornaria o terceiro maior rebanho do Brasil (FAPESPA, 2015). De acordo com Kohlhepp (1987), até meados da década de 1980, cerca de 9 milhões de hectares de terras já haviam sido ocupados por fazendas de gado no sul e sudeste do Pará (apud KOHLHEPP, 2002, p.40), pois incentivos governamentais tornaram vantajoso para bancos, seguradoras, mineradoras e empresas diversas do Centro-Sul investir na criação de gado bovino, com subsídios do governo federal.

A criação de pequenos animais também é comum entre os agricultores familiares, e isso se dá principalmente devido ao baixo custo de investimento em instalações e equipamentos, assegurando assim uma renda complementar ao orçamento

familiar e uma alimentação balanceada para a família. Dessa forma, a criação de pequenos animais na propriedade representa um aspecto relevante, seja como fonte proteica acessível e com segurança alimentar, ou como uma fonte alternativa de renda familiar, através da comercialização do excedente da produção.

Com relação à produção florestal, apesar da magnitude da floresta nos assentamentos estudados, seu aproveitamento econômico ainda tem sido pequeno. No entanto, a atividade representa importante fonte de pesquisa para novos estudos regionais de diversificação nos sistemas de produção, sendo bastante discutida, principalmente em virtude dos graves impactos ambientais produzidos pelas atividades agropecuárias. Alternativas de uso de produtos florestais podem ser de grande importância para o desenvolvimento de comunidades locais, além de contribuir para a conservação do meio ambiente. No caso específico dos PDS, consta nas suas diretrizes a promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis, através da geração de emprego e renda, promoção e estímulo das parcerias entre comunitários, instituições de pesquisa e empresas e a promoção da utilização e do uso comunitário dos recursos florestais madeireiros e não-madeireiros.

Nas últimas décadas, tem crescido o interesse das organizações não governamentais, instituições de pesquisa e demais setores da sociedade na utilização dos produtos florestais não madeireiros (PFNM), gerando novas informações sobre a importância que tais produtos desempenham no contexto socioeconômico das populações que vivem nas florestas e de seus efeitos sobre a conservação e o manejo sustentável (GUERRA, 2008). De acordo com a FAO (2002), os produtos florestais não-madeireiros são recursos biológicos provenientes de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações e incluem plantas medicinais e comestíveis, frutas, castanhas, resinas, látex, óleos essenciais, fibras, forragem, fungos, fauna e madeira para fabricação de artesanato. Além do potencial econômico, os PFNM constituem fontes alimentícias e medicinais para milhões de famílias na Amazônia.

6.2.2. Renda não agrícola, obtida fora do estabelecimento rural

Foram seis as categorias de renda monetária derivadas de fontes não diretamente vinculadas à produção agropecuária e florestal realizada no lote dos assentados: trabalho assalariado como diarista, assalariamento como funcionário público, aposentadoria rural, benefício do Bolsa Família, atividade comercial e arrendamento de terras.

Segundo Buainain e Garcia (2013), a economia local abre possibilidades aos pequenos produtores, em relação à produção e comercialização. Uma economia local dinâmica e organizada permite aos produtores superar a desvantagem da escala e facilita a adoção de alternativas, além da produção, como geração de renda rural não agrícola ou pela possibilidade de articulação rural-urbano.

Os dados da pesquisa permitiram observar a importância da participação de outras rendas para a família. Segundo Kageyama (2001), as três principais fontes de renda das famílias rurais são o trabalho agrícola, os trabalhos fora da agricultura e os benefícios sociais, principalmente a aposentadoria.

Ao analisar pluriatividade como estratégia de reprodução social e econômica dos produtores familiares para permanecer no espaço rural, Carneiro (2000) argumenta que a prática pode tanto revitalizar as atividades agrícolas como secundarizá-las. Já para Schineider (2005):

A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas (SCHNEIDER, 2005, p. 78).

A venda de mão de obra em atividades externas ao lote, desde que as atividades produtivas continuem gerando renda, pode, portanto, significar o avanço das relações econômicas do entorno e o aproveitamento de oportunidades. Por outro lado, quando o assentado precisa buscar o sustento da família em atividades externas, não conseguindo produzir uma renda mínima através do trabalho no próprio lote, tal indica que o projeto de assentamento não atendeu os objetivos para o qual foi criado.

Dentre programas sociais e de transferência de renda, a aposentadoria (incluindo os benefícios continuados) e o Programa Bolsa Família foram frequentemente identificados como fontes de renda nos assentamentos estudados. A Previdência Social Rural, ao garantir proteção social a um público em geral muito pobre e historicamente marginalizado na sociedade brasileira, termina por assumir um papel de destaque na distribuição da renda no território nacional. A Previdência Rural foi efetivada de fato no Brasil em 1992, com a aplicação das novas leis de custeio e benefícios da previdência (Leis 8.212 e 8.213, de 24 de junho de 1991) definidas pela Constituição de 1988. Desde então, chega ao meio rural um sistema de atendimento ao trabalhador informal e à agricultura de subsistência, o chamado “regime especial”. Com isso, se introduziu o

princípio do acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos à previdência social, em regime especial; ou seja, o chamado setor rural informal, constituído pelo “produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar sem empregados permanentes” (Art. 195, § 8, Constituição Federal, apud DELGADO, 2000, p. 2).

Diversos estudos têm demonstrado que as aposentadorias impactam diretamente na redução da pobreza no meio rural no Brasil, tendo em vista que facilitam a reprodução econômica de uma parcela da população que, em muitos casos, não teria condições de sobreviver dignamente sem a proteção proporcionada pela política social (SCHWARZER, 2000; BELTRÃO et. al, 2000; AQUINO, SOUZA 2007; DELGADO, 2015). Em um ambiente naturalmente hostil, marcado por adversidades climáticas, rendas regulares advindas dos benefícios previdenciários representam elemento de estabilidade que amplia estratégias de sobrevivência de pessoas carentes, reduzindo a migração destes às cidades.

O Programa Bolsa Família (PBF), também contribui para a renda dos assentados. Segundo o então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), que abriga o Programa Bolsa Família (PBF), este é um programa de transferência direta de renda condicional, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal per capita de R\$ 77,01 a R\$ 154,00 por pessoa) e extrema pobreza (com renda mensal per capita de até R\$77,00) (MDS, 2015). O objetivo deste Programa, além de reduzir a desigualdade, é garantir a inserção e a continuidade do aprendizado de crianças carentes no sistema educacional, promovendo maior nível de escolaridade entre os jovens, fomentando a quebra do ciclo vicioso da miséria. Além disso, o Programa contribui para a erradicação de algumas doenças, uma vez que a periodicidade da vacinação também é uma das regras impostas para se alcançar o benefício

Além das atividades não agrícolas citadas, foram identificadas a geração de renda através de comércio e do arrendamento de terra. A atividade comercial está presente nos assentamentos principalmente devido à distancia dos mesmos aos estabelecimentos comerciais localizados nas sedes municipais. Comércio locais facilitam, portanto, o acesso a itens básicos de consumo, contribuindo para diminuir a busca pelo meio urbano. Mesmo que a cidade seja o maior centro comercial para os assentados, há ainda entraves que dificultam a aquisição de produtos na cidade, como a má qualidade das estradas e a falta de transporte. O meio de transporte predominante

entre os assentados é a motocicleta, que não suporta o transporte de compras volumosas realizadas na cidade. Apesar de em alguns casos haver transportes particulares, esses não realizam o trajeto diariamente. Portanto, os estabelecimentos comerciais dentro dos assentamentos constituem a principal forma de acesso de produtos básicos para as famílias. As unidades comerciais, geralmente pequenas, são mantidas apenas com mão de obra familiar, sem contratação externa para serviços na atividade, não gerando empregos diretos.

Registra-se ainda, a geração de renda através do arrendamento de terra. Embora o arrendamento fundiário no país seja fenômeno mais frequente entre produtores mais capitalizados, este sistema de cessão temporária da posse da terra tem sido cada vez mais frequente, de maneira informal, também entre agricultores familiares, como forma de obtenção de renda, enquanto para os arrendatários é uma alternativa de expandir sua produção sem a necessidade de aquisição de terras adicionais. O arrendamento é um contrato agrário no qual uma pessoa (arrendador) se responsabiliza por ceder à outra (arrendatário), por tempo determinado ou não, o uso de um imóvel rural. No arrendamento, o montante a ser pago pelo arrendatário é fixado em dinheiro ou produto. O arrendatário assume praticamente todos os riscos do processo produtivo, custeando, quase sempre inteiramente o investimento inicial (FERNANDES FILHO; ALMEIDA, 1998). Nos assentamentos estudados os contratos são firmados de maneira informal, na base da confiança, sendo comuns acordos entre parentes e amigos.

O meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser também o local de atividades que eram tipicamente urbanas. Schneider (2003) destaca pelo menos cinco fatores principais que teriam contribuído para a emergência e expansão das atividades não-agrícolas nos países desenvolvidos. São eles: a modernização tecnológica; a queda da renda agrícola; as políticas públicas; a dinâmica do mercado de trabalho e a pluriatividade como característica estrutural da agricultura familiar. De fato, as diversas fontes de renda de atividades não agrícolas no meio rural permitem estabelecer processos de diversificação produtiva e ampliação da renda. É possível que em determinadas regiões a agricultura deixe de ser a única possibilidade de ocupação e emprego, pois as atividades não agrícolas passam a oferecer alternativas aos que habitam o espaço rural. Isso não significa, contudo, que a agricultura deixará de ser importante. Ao contrário, pode indicar o surgimento de uma nova divisão espacial, contribuindo para o desenvolvimento da propriedade.

6.3. Renda monetária agrícola e não-agrícola nos PAs e PDS

A Tabela 5 apresenta resultados agregados do valor absoluto e da porcentagem relativa dos dez grupos de atividades geradoras de renda monetária identificados nos quatro assentamentos. Chama a atenção que as atividades geradoras de maior renda foram, pela ordem, criação de bovinos, aposentadoria e cultivos perenes. A atividade que apresentou resultado menos expressivo foram os produtos florestais, seguido da criação de pequenos animais. Comparando as rendas obtidas nos assentamentos através de atividades agrícola-florestal e atividades não agrícolas, foi possível identificar que a maior parte da renda provém das atividades agrícolas (54,6%). Porém, aposentadoria, salário de funcionário público e comércio e aluguel de terra (as duas últimas agrupadas) estão entre as cinco atividades com maior geração de renda, o que denota a importância das rendas obtidas fora do estabelecimento para os assentados, havendo uma diferença de menos de 10% entre as duas categorias de renda monetária.

Tabela 5. Renda monetária para o total de entrevistados, por categoria fonte

fonte de renda	Renda total (R\$)	% da renda total
Bovinos	355.040	29,3
Aposentadoria	248.064	20,5
Cultivos perenes	241.560	19,9
Salário de funcionário público	100.608	8,3
Comércio e aluguel de terra	88.344	7,3
Diárias agrícolas	65.840	5,4
Cultivos anuais	50.495	4,2
Bolsa Família	47.568	3,9
Pequenos animais	7.840	0,6
Produtos florestais	6.600	0,5
Total	1.211.959	
Renda agrícola-florestal	661.535	54,6
Renda não agrícola	550.424	45,4

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

* Nota: valor do salário mínimo em 2018: R\$ 954,00

A composição detalhada, para cada assentamento, da renda monetária total, resultado da soma da renda advinda da produção agrícola, com outras rendas não agrícolas, está destacada na Tabela 6. A pesquisa permitiu observar que a renda total anual apresenta diferença significativa entre as modalidades de assentamento, pois a soma das rendas dos PA é significativamente maior que a dos PDS: enquanto nos PA a renda totaliza R\$ 765.044, nos PDS resulta em R\$ 446.915. A média da renda anual por estabelecimento nos quatro assentamentos foi de R\$ 37.874, com renda mínima de R\$ 4.250 e máxima de R\$ 210.896. Os resultados obtidos mostram que os estabelecimentos

do PDS Virola Jatobá apresentam a menor renda anual agregada total (R\$ 164.178) seguidos do PA Pilão Poente III (R\$ 175.922), PDS Esperança (R\$ 282.737), e PA Pilão Poente II (R\$ 589.122).

Tabela 6. Estatísticas descritivas das fontes de renda monetária por assentamento (2017-2018), com salário mínimo de R\$ 954,00.

grupo	fonte de renda	n	Mínimo	máximo	média	desvio padrão	mediana	soma	%
PA Pilão Poente III	Renda total	8	12.500	35.088	21.990	6.989	20.644	175.922	100
	Renda agrícola-florestal	7	0	17.250	8.611	5.620	7.050	68.890	39,2
	Renda não agrícola	8	5.100	28.688	13.379	7.352	12.404	107.032	60,8
	Cultivos anuais	1	0	1.200	150	424	0	1.200	0,7
	Cultivos perenes	4	0	10.000	2.425	3.542	950	19.400	11,0
	Bovinos	7	0	12.400	5.330	3.494	4.870	42.640	24,2
	Pequenos animais	3	0	2.500	456	883	0	3.650	2,1
	Produtos florestais	1	0	2.000	250	707	0	2.000	1,1
	Diárias agrícolas	6	0	3.600	1.213	1.303	900	9.700	5,5
	Funcionário público	1	0	11.160	1.395	3.946	0	11.160	6,3
	Bolsa Família	5	0	4.440	1.793	1.766	1.650	14.340	8,2
	Aposentadoria	5	0	11.448	7.029	5.831	10.944	56.232	32,0
Comércio e aluguel	2	0	12.000	1.950	4.252	0	15.600	8,9	
PA Pilão Poente II	Renda total	8	25.808	210.896	73.640	58.940	60.196	589.122	100
	Renda agrícola-florestal	8	1.000	188.000	48.131	60.842	27.255	385.050	65,4
	Renda não agrícola	8	11.448	64.344	25.509	19.214	16.704	204.072	34,6
	Cultivos anuais	3	0	6.240	973	2.160	0	7.780	1,3
	Cultivos perenes	6	0	50.000	17.600	18.159	13.000	140.800	23,9
	Bovinos	4	0	186.000	29.125	64.041	3.500	233.000	39,6
	Pequenos animais	2	0	2.000	434	816	0	3.470	0,6
	Produtos florestais	0	0	0	0	0	0	0	0
	Diárias agrícolas	2	0	14.400	2.250	5.068	0	18.000	3,1
	Funcionário público	2	0	14.400	3.231	6.034	0	25.848	4,4
	Bolsa Família	2	0	3.960	885	1.654	0	7.080	1,2
	Aposentadoria	5	0	31.200	11.100	11.424	11.448	88.800	15,1
Comércio e aluguel	1	0	64.344	8.043	22.749	0	64.344	10,9	
PDS Esperança	Renda total	8	8.500	90.000	35.342	26.246	27.388	282.737	100
	Renda agrícola-florestal	8	2.625	57.600	20.991	19.958	13.250	167.925	59,4
	Renda não agrícola	7	0	32.400	14.352	12.496	9.234	114.812	40,6
	Cultivos anuais	4	0	12.000	1.841	4.161	113	14.725	5,2
	Cultivos perenes	7	0	20.800	9.075	6.903	7.500	72.600	25,7
	Bovinos	3	0	44.400	9.925	18.157	0	79.400	28,1
	Pequenos animais	0	0	0	0	0	0	0	0
	Produtos florestais	1	0	1.200	150	424	0	1.200	0,4
	Diárias agrícolas	4	0	9.000	3.130	3.799	1.500	25.040	8,9
	Funcionário público	1	0	32.400	4.050	11.455	0	32.400	11,5
	Bolsa Família	5	0	7.440	2.429	2.628	2.214	19.428	6,9
	Aposentadoria	2	0	22.896	4.293	8.518	0	34.344	12,1
Comércio e aluguel	1	0	3.600	450	1.273	0	3.600	1,3	
PDS Virola	Renda total	8	4.250	48.398	20.522	14.225	20.753	164.178	100
	Renda agrícola-florestal	8	1.680	11.500	4.959	3.673	3.125	39.670	24,2

Jatobá	Renda não agrícola	8	1.000	42.648	15.564	12.883	14.658	124.508	75,8
	Cultivos anuais	7	0	9.500	3.349	3.163	2.820	26.790	16,3
	Cultivos perenes	4	0	3.400	1.095	1.344	480	8.760	5,3
	Bovinos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pequenos animais	1	0	720	90	255	0	720	0,4
	Produtos florestais	3	0	2.000	425	759	0	3.400	2,1
	Diárias agrícolas	6	0	5.000	1.638	1.800	950	13.100	8,0
	Funcionário público	1	0	31.200	3.900	11.031	0	31.200	19,0
	Bolsa Família	3	0	3.000	840	1.212	0	6.720	4,1
	Aposentadoria	5	0	22.896	8.586	8.095	11.448	68.688	41,8
	Comércio e aluguel	1	0	4.800	600	1.697	0	4.800	2,9
Total	Renda total	32	4.250	210.896	37.874	38.357	25.852	1.211.959	100
	Renda agrícola-florestal	31	0	188.000	20.673	35.098	9.775	661.535	54,6
	Renda não agrícola	31	0	64.344	17.201	13.881	13.908	550.424	45,4
	Cultivos anuais	15	0	12.000	1.578	2.951	0	50.495	4,2
	Cultivos perenes	21	0	50.000	7.549	11.517	2.450	241.560	19,9
	Bovinos	14	0	186.000	11.095	33.584	0	355.040	29,3
	Pequenos animais	6	0	2.500	245	619	0	7.840	0,6
	Produtos florestais	5	0	2.000	206	555	0	6.600	0,5
	Diárias agrícolas	18	0	14.400	2.058	3.273	700	65.840	5,4
	Funcionário público	5	0	32.400	3.144	8.366	0	100.608	8,3
	Bolsa Família	15	0	7.440	1.487	1.915	0	47.568	3,9
	Aposentadoria	17	0	31.200	7.752	8.638	10.944	248.064	20,5
	Comércio e aluguel	5	0	64.344	2.761	11.485	0	88.344	7,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

* Nota: valor do salário mínimo em 2018: R\$ 954,00

6.3.1. Renda agrícola identificada nos assentamentos

A Tabela 6 indica que nos quatro assentamentos ocorre geração de renda tanto de cultivos anuais como perenes. A renda derivada de cultivos anuais totalizou R\$ 50.495 (4,2% do total). No entanto, apenas no PDS Virola Jatobá cultivos anuais apresentam geração de renda expressiva, alcançando 16,3% do total, estando entre as três principais fontes de renda. Já nos dois PAs, a atividade representou apenas 0,7% e 1,3% do total. Cultivos perenes têm maior concentração nos PAs e no PDS Esperança, onde aparecem entre as três principais fontes de renda. A produção de cultivos perenes gerou renda de R\$ 241.560 (19,9% da renda total). O maior destaque foi no PA Pilão Ponte II aonde esta renda chegou a R\$ 140.800, e no PDS Esperança, com o valor total de R\$ 81.360. Em ambos os casos cultivos perenes, sobretudo o cacauieiro, representaram a segunda maior fonte de renda, respectivamente 23,9% e 25,7% do total. O PDS Virola Jatobá apresentou menor renda proveniente de cultivos perenes, com valor de R\$ 8.760 (5,3%), constituindo a quinta atividade em termos de geração de renda neste assentamento.

Assim como no restante do estado, a criação de bovinos aparece com destaque como fonte de renda monetária nos assentamentos pesquisados. Ao analisar os dados é possível verificar que a atividade aparece como a principal fonte de renda, gerando R\$ 355.040 (29,3% do total). A atividade aparece de forma expressiva no PA Pilão Poente II e no PDS Esperança, com valores anuais respectivamente de R\$ 233.000 (39,6%) e R\$ 72.750 (28,1%), enquanto no PA Pilão Poente III consiste na segunda maior fonte de renda, somando R\$ 42.640 (24,2%). A maior parte desta renda corresponde à venda de bovinos, com valores menores provenientes da venda de leite e derivados, em especial o queijo.

Além da criação bovina, os assentamentos apresentaram renda obtida pela criação de pequenos animais e de seus produtos derivados, como a venda de ovos. No entanto, a atividade ocorre em menor escala, apresentando um valor de R\$ 7.840 (0,6% do total), sendo que desses, R\$ 4.470 são gerados pela venda de aves, R\$ 750 pela venda de suínos, R\$ 720 através da venda de ovos e R\$ 1.900 pela venda de peixes. Em todos os assentamentos a renda monetária obtida pela venda de pequenas criações ou seus derivados aparece com pouca frequência, sendo que no PDS Esperança a atividade não apresentou geração de renda monetária alguma. No PA Pilão Poente II e no PDS Virola Jatobá a atividade foi responsável pela menor parcela da renda, e no PA Pilão Poente III apresenta valor maior apenas em relação aos cultivos anuais. No entanto, vale ressaltar que apenas uma família entrevistada não criava pequenos animais. Nota-se, portanto, que a atividade, embora não seja destinada à comercialização, colabora no orçamento da família, não em termos monetários, mas em espécie, como por exemplo, o consumo de ovos, leite e carnes (suína, frango, peixes).

Outra atividade que ocorre em menor escala como geração de renda para os assentamentos é a comercialização de produtos florestais, gerando um total de R\$ 6.600 (0,6% do total). Desse valor, apenas R\$ 2.000 correspondem à venda de madeira, em forma de estacas. O valor restante está relacionado à venda de açaí. No PA Pilão Poente II os entrevistados não obtiveram renda anual nesta atividade. No PDS Virola Jatobá, a renda anual gerada pela atividade foi de R\$ 3.400, enquanto no PA Pilão Poente III alcançou R\$ 2.000 e no PDS Esperança R\$ 1.200. É, contudo, importante ressaltar a possível omissão de informações por parte dos entrevistados, principalmente a respeito da venda de madeira, visto a proibição da atividade ilegal dentro dos assentamentos. No entanto, diversos entrevistados afirmam que a retirada ilegal de madeira é um problema

constante nos assentamentos e que a omissão dessas informações é comum durante pesquisas, por receio de represálias.

O manejo florestal comunitário tem sido uma alternativa de geração de renda e emprego para o PDS Virola Jatobá, inicialmente inserido através do Promanejo (Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia), no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7). No entanto, além dos problemas burocráticos há ainda a resistência de parte dos assentados, em especial os que têm chegado mais recentemente no assentamento e não participaram das discussões iniciais em relação ao uso da floresta. O objetivo do manejo florestal comunitário tem sido a exploração e retirada de madeira como alternativa de geração de renda e emprego para a comunidade, através da exploração sustentável dos recursos naturais da região, além do desenvolvimento da organização comunitária e o fortalecimento da gestão participativa. No entanto, o manejo florestal comunitário do assentamento, que beneficiava diretamente cerca de 140 famílias, encontra-se paralisado desde o ano de 2017, por diversos fatores, incluindo invasões, grilagem de terras e ocupação irregular.

6.3.2. Renda não agrícola identificada nos assentamentos

A pesquisa revelou que apenas uma família entre as entrevistadas não obtém rendas externas à produção agrícola, sendo 18 os casos em que a renda provém de diárias de trabalho agrícola, 17 de aposentadoria, 15 do programa Bolsa família, cinco em que algum membro da família trabalha como funcionário público, três casos de renda através de aluguel de terra e três de atividades comerciais. Das famílias entrevistadas, apenas uma não dispõe do trabalho de origem familiar, sendo a mão de obra exclusivamente externa, isso devido à idade avançada dos proprietários. Nas demais famílias o trabalho provém da mão de obra familiar, sendo necessário em alguns casos contratação de diaristas ou realização de mutirão e troca de diárias.

De um modo geral, observa-se que a renda obtida pelo trabalho assalariado externo representa 13,7% da renda monetária total dos assentamentos, seja como trabalho assalariado volante (diarista) em outra propriedade agrícola (5,4%), ou como funcionário público em atividade não agrícola (8,3%). O PDS Virola Jatobá foi a área estudada que apresentou maior renda obtida fora da propriedade (75%), principalmente através de aposentadorias (41,8%) e do trabalho como funcionário público (19,0%).

Com efeito, a aposentadoria, benefício ou pensão, e o programa Bolsa Família foram fontes de renda externas constantemente observadas durante a pesquisa, sendo

que 17 famílias contam com renda de aposentadoria e 15 são beneficiárias de Bolsa Família. A renda proveniente de aposentadoria ou pensão de alguém vinculado à família soma R\$ 248.064 (20,5% do total), o que denota sua importância como estratégia dos produtores rurais idosos, aparecendo inclusive, como a principal fonte de renda nos assentamentos PDS Virola Jatobá e PA Pilão Poente III, e a terceira maior fonte monetária no PDS Esperança e PA Pilão Poente II.

De todas as famílias entrevistadas, 46,9% recebem o Bolsa Família, que representa 3,9% da renda total dos assentamentos. Os valores recebidos pelas famílias variam de R\$ 1.200 à R\$ 7.440 por ano. O assentamento cuja renda através do programa é mais expressiva é o PA Pilão Poente III, com valor anual de R\$ 14.340 (8,2% total), seguido do PDS esperança, com valor de R\$ 19.428 (6,9%). Em seguida aparece o PDS Virola Jatobá, com R\$ 6.720 (4,1%) e o PA Pilão Poente II, com R\$ 7.080 (1,2%).

Analisando os resultados, é possível verificar que entre as famílias pesquisadas a geração de renda através da atividade comercial e aluguel de terras representa 7,3% da renda monetária total dos quatro assentamentos, totalizando R\$ 88.344. Deste total, R\$ 37.200 é referente a aluguel de terras e R\$ 51.144 à atividade comercial. O PA Pilão Poente II apresentou maior renda na soma das duas atividades, totalizando R\$ 64.344, representando 72,8% do valor referente a essas atividades nos assentamentos, seguido do Pilão Poente III (R\$ 15.600). O PDS Esperança apresentou renda apenas do aluguel de terras, com valor anual de R\$ 3.600, enquanto o PDS Virola Jatobá apresentou renda apenas de atividade comercial, com valor anual informado de R\$ 4.800.

Os resultados obtidos mostram que a participação de rendas não agrícolas na renda bruta total dos 32 estabelecimentos pesquisados é de 45,4%, o que indica dinâmicas geradoras de atividades rurais não agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias pesquisadas. Pode-se concluir, portanto, que o papel das rendas não agrícolas para as famílias é bastante relevante. Foi possível observar a pluriatividade e a diversificação das fontes de renda das famílias rurais, com destaque àquelas obtidas sem vínculo agrícola. As estratégias da pluriatividade e diversificação das fontes de renda entre as famílias rurais permitem “assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a sua exploração” (BRUMER et al. apud LAMARCHE, 1993, p. 205). Assim, a pluriatividade e as múltiplas fontes de renda, entendidas como estratégias de reprodução social, permitem, em determinadas regiões, evitar a saída da família do campo e proporcionar recursos para a permanência na agricultura. Nos assentamentos estudados, a diversificação da renda é mais do que um seguro ao risco sempre possível nas

atividades agrícolas. A diversificação é um complemento fundamental para a sobrevivência, haja vista, a baixa renda agrícola em alguns casos, devido às condições de solo, relevo e limitação de recursos produtivos.

6.3.3. Análise comparativa da composição e valor da renda monetária nos assentamentos

Os quatro assentamentos estudados, apesar de apresentarem características em comum, possuem diversas particularidades, principalmente relacionadas à capitalização dos assentados, normas de gestão e qualidade de solo, o que influencia as atividades econômicas predominantes. Para ilustrar estas diferenças, as Figuras 5.1 a 5.4 apresentam a composição relativa da renda anual das famílias de cada assentamento, distribuída entre as dez categorias utilizadas. As Figuras 5.5 e 5.6 indicam a composição relativa da renda em cada uma das duas modalidades (PA e PDS), enquanto a figura 5.7 resume a composição da renda nas quatro áreas. Já as figuras 5.8 e 5.9 apresentam os valores absolutos auferidos em cada um dos quatro assentamentos, para as modalidades PA e PDS, e para o total dos entrevistados.

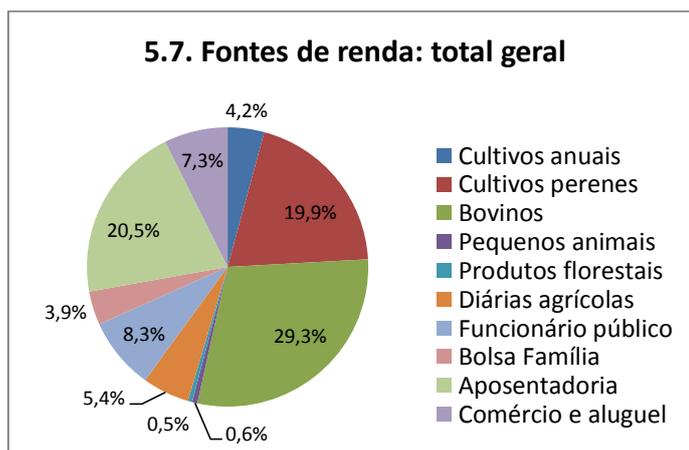
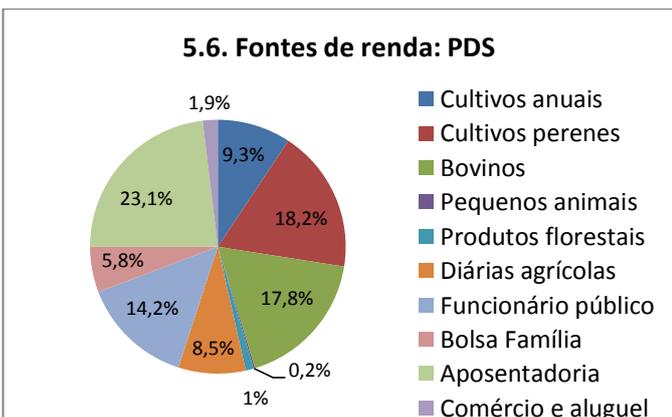
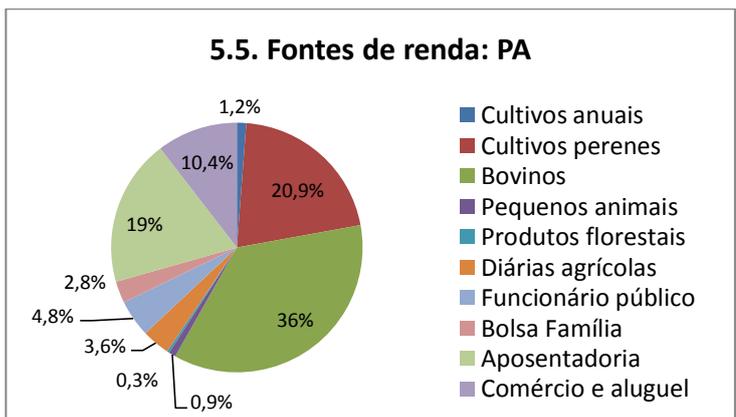
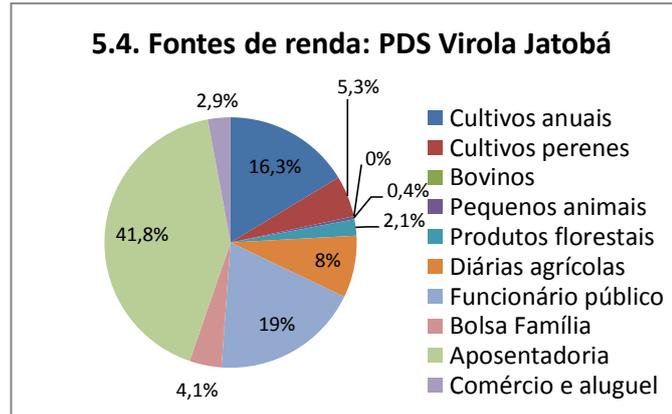
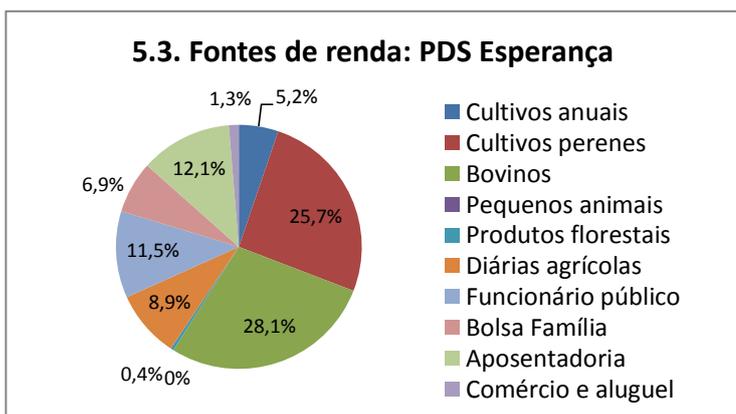
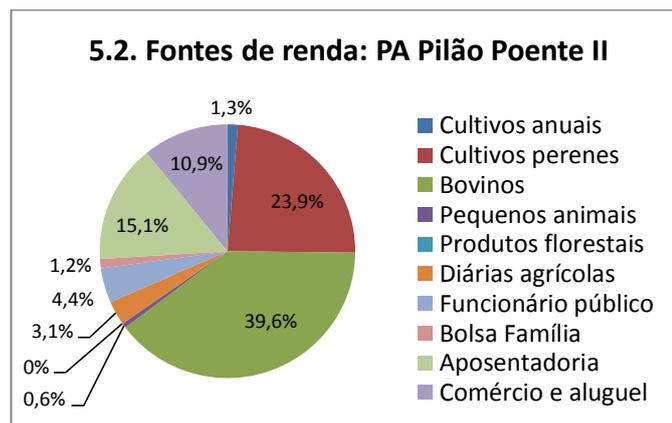
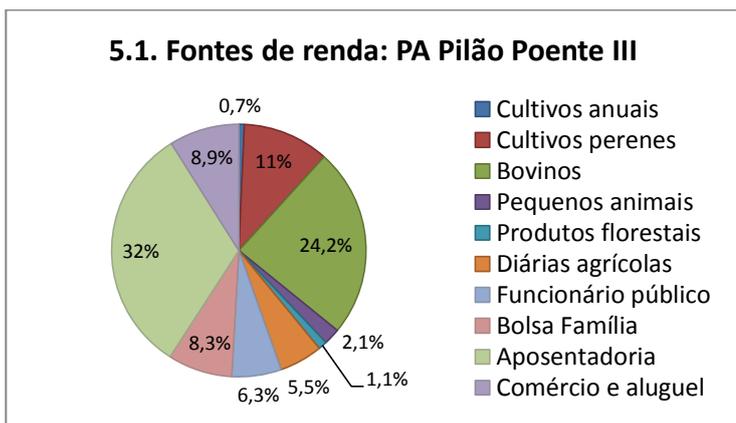
As famílias entrevistadas no PDS Virola Jatobá e PA Pilão Poente III apresentaram renda não agrícola superior à agrícola. No primeiro, as rendas não agrícolas totalizaram R\$ 124.508 (75,8% de sua renda total), enquanto no segundo somaram R\$ 107.032 (60,8%). As famílias entrevistadas no PDS Esperança apresentaram renda não agrícola de R\$ 114.812 (40,6% do total) enquanto aquelas no PA Pilão Poente II, embora tenham auferido a renda não agrícola mais alta em termos absolutos (R\$ 204.072), tal representou a contribuição relativa mais baixa de rendas não agrícolas (34,6% do total).

Ao comparar as duas modalidades de assentamento, os PAs apresentam maior renda monetária absoluta, representando 63,1% da renda total dos quatro assentamentos estudados, contrastando com 36,9% nos PDS. Os dois assentamentos convencionais apresentam renda significativa derivada da criação de bovinos, seguida dos cultivos perenes. Isso deve principalmente à forma de ocupação dessas áreas, onde o primeiro passo para a efetiva ocupação pelos colonos interessados na posse da terra era a derrubada da floresta, seguida da queima e plantio de alguma cultura ou a implantação de pastos. Segundo Ribeiro e Leopaldo (2003):

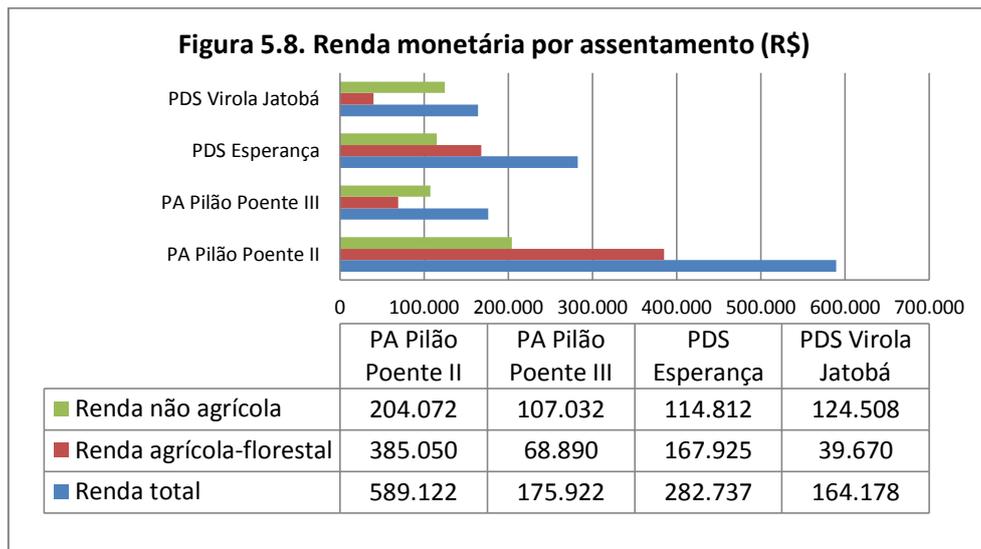
De acordo com o código florestal promulgado para a região Amazônica, permitia-se ao colono a derrubada de 50% da mata virgem de seus lotes, devendo os outros 50%, ou seja, 50 hectares restantes permanecerem intactos, como reserva florestal. No entanto, esta lei era, muitas vezes, conformada

pelo próprio Incra, que concedia ao colono o direito de ampliar, no sentido da profundidade, o tamanho original de seus lotes e, conseqüentemente, desmatamentos superiores aos 50 hectares pré-estabelecidos (RIBEIRO; LEOPALDO, 2003).

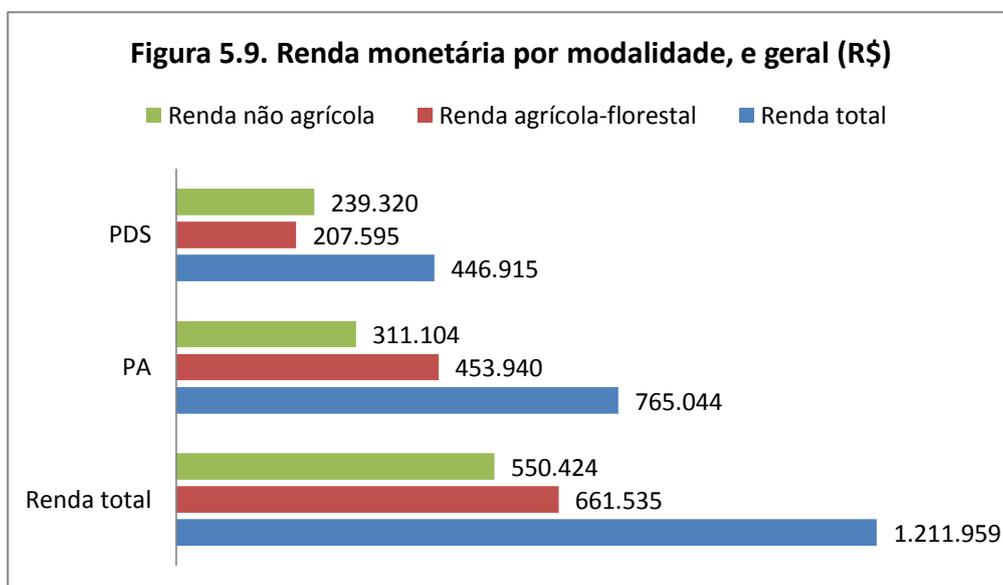
Figuras 5.1 a 5.7. Composição relativa da renda monetária dos entrevistados



Figuras 5.8 a 5.9. Valores absolutos da renda monetária dos entrevistados



Nota: valor do salário mínimo em 2018: R\$ 954,00



Nota: valor do salário mínimo em 2018: R\$ 954,00

*

Considera-se, portanto, que o alto índice de adoção da pecuária nos assentamentos convencionais da região seja reflexo dessa flexibilização do Incra na abertura dessas áreas. Com efeito, na região da Transamazônica as políticas de assentamento implantadas têm levado a conflitos e contradições que agravaram a degradação ambiental ocasionada pelo uso predatório dos recursos naturais por fazendeiros e madeireiros e por uma política de colonização feita para ocupar o espaço sem uma preocupação de criar elementos necessários para um desenvolvimento social. É nesse contexto que surgem as discussões a respeito de novas modalidades de assentamentos na região, que é o caso dos PDS.

O PDS Virola Jatobá foi o assentamento que apresentou menor renda monetária das famílias entrevistadas (13,5% do total), sendo a maior parcela desta renda proveniente das atividades não agrícolas (75,8%), com destaque às aposentadorias e salários de funcionários públicos. Como a atividade agrícola é considerada pelos entrevistados como essencial para a subsistência familiar, a baixa incidência de renda agrícola pode ser explicada devido à fertilidade do solo, limitante para o uso agropecuário dos lotes, associada à precária infraestrutura. Identificou-se uma agricultura compreendendo, sobretudo, cultivos anuais, como, mandioca, feijão, milho e arroz, praticados em regime de pousio com técnicas de corte e queima (Figura 5.10), principalmente destinados ao consumo familiar, mas que apresentam baixo retorno financeiro, o que acaba gerando instabilidade, que se reflete numa constante rotatividade de moradores nos lotes e insuficiência de recursos que atinge seu cotidiano.

Figura 5.10. Área destinada para o cultivo de mandioca, através do sistema corte e queima.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Vale destacar que quando a pergunta se direciona à principal atividade provedora de renda, seis das famílias entrevistadas citaram atividades não agrícolas e apenas duas famílias mencionaram atividades agrícolas. No entanto, todos desenvolvem atividades agrícolas ou criação de pequenos animais, porém não como fonte de renda principal, sendo atividades cruciais para a manutenção e consumo familiar.

Esses aspectos contribuem para a compreensão da existência de conflitos dentro do PDS Virola Jatobá, relacionados a opiniões divergentes entre os próprios assentados, nas quais alguns defendem maior flexibilização para retirada de madeira individual e implementação da pecuária, e outros, predominantemente os moradores mais antigos, preferem a conservação e retirada de madeira a partir do manejo coletivo, e manutenção das normas iniciais mais restritivas relacionadas à pecuária. São comuns também discursos de assentados defendendo o fim da modalidade de assentamento e preferindo que o mesmo seja convertido em assentamento convencional. Os que defendem esta posição alegam que as normas estabelecidas dificultam seu trabalho na terra e geração de renda. Nesse contexto, atividades com caráter menos sustentável, como a pecuária, passam a ser justificadas, sobretudo, pela maior estabilidade na geração de renda.

Numa outra perspectiva, os entrevistados no PDS Esperança apresentaram a segunda maior renda monetária, equivalente a 23,3% da renda dos quatro assentamentos estudados, tendo como principal fonte a atividade agropecuária (59,4%), especialmente a criação de bovinos (28,1%) e cultivos perenes e semi-perenes (25,7%), com destaque para o cacaueteiro e a bananeira. As justificativas para as atividades assumirem a função de principal fonte de renda foram associadas a aspectos como facilidade de trabalho, demandando pouca mão de obra no caso da criação de bovinos, a boa qualidade do solo e, sobretudo, facilidade de mercado, no caso do cacaueteiro. A proposta inicial do PDS Esperança de utilização de no máximo um alqueire (4,8 hectares) para pecuária, com o passar dos anos, foi sendo desrespeitada, principalmente por alguns dos novos moradores, os quais aumentaram sua área de pastagem. Hoje é possível observar o aumento da pecuária no assentamento, que também se justifica pelo fato de duas glebas do mesmo terem sido implantadas em fazendas, com grandes áreas de pastagem já formadas. Nestas áreas os moradores justificam que a criação de gado é mais viável devido à dificuldade de se erradicar a pastagem para utilização agrícola. Nas demais glebas, os entrevistados atribuem o aumento da pecuária à pouca atuação e monitoramento do Incra, no sentido de esclarecer e fiscalizar a aplicação das regras que

envolvem um PDS, gerando assim situações conflituosas, a exemplo do que ocorre no outro PDS.

Quanto aos PAs, o Pilão Poente II, foi o assentamento que apresentou maior renda monetária entre os entrevistados, representando 48,6% da renda total dos quatro assentamentos. A renda principal decorre das atividades agrícolas (60,4%), especialmente a criação de gado (39,6%) e o cultivo de perenes (23,9%). Segundo os assentados, o fato do projeto também ter sido instalado em área de fazendas, com grandes áreas de pasto e com certo grau de desmatamento, contribuiu para a incidência de criação de gado. Além disso, o contexto local, no caso a importância da pecuária para a economia da região, influencia essa dinâmica. O assentamento apresenta condições edafoclimáticas adequadas para a produção cacaueteira, como a alta fertilidade natural do solo. Apesar de deficiências em relação a tecnologias e assistência técnica, a lavoura cacaueteira, além de garantir importante fonte de renda para as famílias, contribui para a fixação dos assentados nos lotes e para a elevação da qualidade de vida.

Já a renda monetária das famílias entrevistadas no PA Pilão Poente III corresponde a 14,5% do total. A maior parte desta renda provem de atividades não agrícolas (60,8%), e a principal fonte de renda são aposentadorias (32%), seguidas da pecuária (24,2%). Assim como no PA Pilão Poente II, a dinâmica de ocupação no assentamento partiu de uma lógica de produção que incentivou os agricultores a desmatar. No início, devido ao nível tecnológico e falta de infraestrutura, os colonos extraíam renda de seus lotes com a estratégia mais imediata, ou seja, retirada e venda da madeira e conversão da terra em pastagem, o que contribuiu para o aumento da pecuária. O assentamento apresentou ainda uma renda considerável proveniente de perenes (11%), como o cacaueteiro, devido à qualidade favorável do solo. Portanto, mesmo não sendo a principal fonte de renda no assentamento, a agricultura tem grande importância para a fixação das famílias no espaço rural.

Ao analisar comparativamente as duas modalidades, observa-se que as rendas não agrícolas nos PDS têm maior participação relativa do que nos PA, o que pode estar relacionado a fatores como a capacidade de investimento dos agricultores, as condições do meio biofísico, o tempo de permanência da família no assentamento, condições de acesso e locomoção e distância ao centro comercial. Os PDS possuem ainda a influência das regras estabelecidas pelo Plano de Uso, que apresenta limitações quanto à utilização da área, da retirada de madeira e impõe limites para a pecuária na área de uso alternativo.

As atividades não agrícolas constituem, portanto, importante fonte de renda para atenuar limitações existentes. Dentre as categorias estudadas, a que mais se destaca é a aposentadoria, principal fonte de renda nos PDS, e terceira para os PAs. A aposentadoria para os produtores rurais não representa o abandono da terra e do trabalho. Ao contrário, geralmente as famílias aposentadas adquirem melhores condições para continuar na propriedade. Programas governamentais como o Bolsa Família também aparecem na composição da renda em ambas modalidades, em maior porcentagem nos PDS, o que demonstra a maior vulnerabilidade dos que residem nesta modalidade. Para Abramovay (2001), a renda não agrícola e as possibilidades de trabalho fora dos estabelecimentos associam-se muito mais à situação de precariedade econômica do grupo familiar do que à ascensão social. O autor ressalta, ainda, que as atividades não agrícolas são decisivas para o desenvolvimento e reprodução das famílias no meio rural.

Os gráficos mostram ainda a importância da renda obtida por trabalho remunerado, tanto trabalho agrícola como diarista quanto o de funcionário público, que são representativos nas duas modalidades, com maior destaque também para os PDS, principalmente no PDS Virola Jatobá, onde as restrições à criação de gado aliadas aos limites de fertilidade do solo para o cultivo do cacauzeiro têm reduzido a autonomia dos agricultores, obrigando as famílias a procurar atividades externas, tanto dentro do assentamento, como em fazendas vizinhas ou na cidade de Anapu.

O PDS é uma modalidade de assentamento que associa a agricultura com práticas extrativistas. Por este motivo, o PDS resguarda através de um Plano de Uso (PU) algumas limitações quanto à sua utilização, como a proibição da retirada de madeira sem plano de manejo, e limites estabelecidos para a produção agropecuária na área de uso alternativo. Indicando a conservação de áreas (preservação permanente e reserva legal), conforme estabelecido no Código Florestal Brasileiro, o Plano de Uso (PU) estabelece que cada beneficiário terá direito a utilizar para finalidade agroextrativista lotes que não poderão ultrapassar 20 ha, utilizando no máximo 3 ha anuais em áreas de floresta para implantar roçados destinados a produzir alimentos, através de autorização do órgão ambiental e respeitada a legislação vigente. A criação de bovinos deve, sempre que possível, ser considerada como atividade complementar, levando em consideração o melhoramento de roça e o manejo de pastagem, de forma a adequar a criação a um espaço mínimo com alto rendimento, evitando a expansão de áreas com capim. Assim como para os cultivos, é permitida para criação de bovinos área

de 3 ha por ano, respeitando o limite máximo de 15 ha, optando preferencialmente por manejo rotacionado de pastagens.

Quanto aos agricultores dos assentamentos convencionais, devido à menor restrição para a criação de gado, facilita-se o processo de tomada de decisão quanto à escolha ou combinação de atividades de interesse econômico a serem desenvolvidas, prevalecendo assim, em sua renda, atividades agrícolas em que as famílias têm buscado combinar a produção de cacau com a pecuária.

6.4. Patrimônio nos assentamentos

Os produtores rurais em geral necessitam de infraestrutura básica para geração de renda em seus estabelecimentos, contribuindo para o alcance das potencialidades e na melhoria da qualidade de vida nos assentamentos. As discussões presentes nesta seção se baseiam nos bens e ativos de capital que formam o patrimônio das famílias, levando em consideração seis componentes: bens materiais, infraestrutura produtiva, rebanho animal, árvores frutíferas, cultivos perenes e moradia.

O item bens materiais inclui bens de consumo, que abrangem o segmento de eletrodomésticos, eletrônicos e veículos, e bens produtivos, que abrangem a disponibilidade de máquinas, ferramentas e implementos agrícolas, utilizados para gerar produtos ou serviços no lote. Portanto esse componente permite avaliar o bem estar familiar e a utilização de tecnologia produtiva nos estabelecimentos. Os valores utilizados nas estimativas monetárias foram informados pelos próprios entrevistados, indagados sobre a valorização de cada item possuído, nas condições presentes.

A infraestrutura agropecuária ainda constitui um desafio para o desenvolvimento local dos espaços rurais. Neste estudo, a consulta sobre infraestrutura produtiva abrangeu as seguintes edificações: galpões, estábulos, curral, cerca, açude, tanques para criação de peixes, pocilga e galinheiro. Outros componentes analisados nesta seção incluem o rebanho animal, sendo quantificado o valor monetário das criações mantidas pela família, assim como as árvores frutíferas em produção no estabelecimento agrícola. Além disso, a seção atribui valores para os cultivos agrícolas permanentes, e por fim, para a moradia dos assentados. A Tabela 7 apresenta resultados agregados do patrimônio total familiar e seus elementos constituintes, observados nos assentamentos, e para o total das áreas. Na sequência, serão analisados resultados para cada componente do patrimônio familiar.

Tabela 7. Estatísticas descritivas para itens que compõem o patrimônio dos assentados, 2018

grupo	Patrimônio	n	mínimo	máximo	média	d. pad	mediana	soma	%
PA Pilão	Patrimônio total	8	44.560	314.866	154.449	90.462	162.512	1.235.596	100
Poente III	Bens de consumo	8	2.150	65.150	16.973	19.982	9.760	135.780	11,2
	Bens produtivos	8	200	34.050	5.845	11.452	2.040	46.760	3,9
	Infraestrutura produtiva	8	3.120	27.095	15.371	9.072	16.125	122.965	10,1
	Rebanho animal	8	330	96.520	40.411	35.030	36.820	323.286	26,7
	Cacaueiro em produção	4	10.000	100.000	23.125	40.438	0	185.000	15,3
	Árvores frutíferas	8	225	2.295	771	662	578	6.165	0,5
	Casa	8	20.800	114.400	51.955	31.048	39.760	415.640	34,3
PA Pilão	Patrimônio total	8	228.512	1008.570	573.145	277.806	557.317	4.585.162	100
Poente II	Bens de consumo	8	5.740	54.150	26.661	18.218	24.670	213.290	4,7
	Bens produtivos	8	1.880	5.880	3.923	1.335	3.880	31.380	0,7
	Infraestrutura produtiva	8	150	63.900	19.471	20.652	14.185	155.765	3,4
	Rebanho animal	8	1.792	683.720	146.091	230.554	47.850	1.168.727	25,5
	Cacaueiro em produção	6	150.000	600.000	270.000	235.857	205.000	2.160.000	47,1
	Árvores frutíferas	8	840	31.380	5.228	10.587	1.350	41.820	0,9
	Casa	8	16.200	237.600	101.773	73.238	110.800	814.180	17,8
PDS	Patrimônio total	8	100.865	396.640	256.440	171037	200.029	2.051.521	100
Esperança	Bens de consumo	8	740	36.200	9.143	11.323	5.515	73.140	3,6
	Bens produtivos	8	1.080	53.680	8.166	18.394	1.750	65.330	3,2
	Infraestrutura produtiva	6	0	10.844	2.558	4.002	733	20.464	1,0
	Rebanho animal	8	359	65.080	16.210	23.715	1.527	129.682	6,3
	Cacaueiro em produção	7	100.000	400.000	166.875	117.471	137.500	1.335.000	65,1
	Árvores frutíferas	8	540	19.170	3.508	6.348	1.320	28.065	1,4
	Casa	8	14.280	70.000	49.980	19.011	57.200	399.840	19,5
PDS	Patrimônio total	8	18.248	306.640	88.920	98.261	54.657	711.363	100
Virola	Bens de consumo	8	480	31.760	6.565	10.289	3.680	52.520	7,4
Jatobá	Bens produtivos	8	260	3.360	1.200	1.042	1.180	9.600	1,3
	Infraestrutura produtiva	7	0	10.090	2.311	3.300	1.375	18.490	2,6
	Rebanho animal	8	395	28.730	4.957	9.654	1.555	39.658	5,6
	Cacaueiro em produção	4	1.500	150.000	38.312	58.290	750	306.500	43,1
	Árvores frutíferas	8	450	10.275	2.818	3.204	1.838	22.545	3,2
	Casa	8	10.080	114.400	32.756	34.536	21.770	262.050	36,8
Total	Patrimônio total	32	18.248	1008.570	268.238	252.443	179.934	8.583.642	100
	Bens de consumo	32	480	65.150	14.835	16.770	8.210	474.730	5,5
	Bens produtivos	32	200	53.680	4.783	10.650	1.890	153.070	1,8
	Infraestrutura produtiva	29	0	63.900	9.928	13.457	4.340	317.684	3,7
	Rebanho animal	32	330	683.720	51.917	125.096	6.980	1.661.353	19,4
	Cacaueiro em produção	21	1.500	600.000	124.578	165.256	87.500	3.986.500	46,4
	Árvores frutíferas	32	225	31.380	3.081	6.282	1.290	98.595	1,1
	Casa	32	10.080	237.600	59.116	49.633	41.160	1.891.710	22,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

* Nota: valor do salário mínimo em 2018: R\$ 954,00

6.4.1. Bens de consumo e bens produtivos

O valor de bens informados pelos 32 entrevistados através da aplicação dos questionários socioeconômicos (Anexo 2) totalizou R\$ 627.800, representando 7,3% do patrimônio dos quatro assentamentos (Tabela 7). Deste total, 75,6% (R\$ 474.730)

correspondem a 15 bens de consumo¹⁴, e 24,4% (R\$ 153.070) a 15 bens produtivos¹⁵. A Tabela 8 indica que os PAs apresentam maior valor de bens (R\$ 427.210) enquanto os PDS apresentam menos de metade deste total (R\$ 200.590). Tais resultados são um indicativo da pouca capacidade dos assentados, principalmente nos PDS, para investimentos em seus sistemas de produção, para que possam aumentar a produtividade do trabalho e a qualidade do produto, assim como diminuir a penosidade das atividades.

Tabela 8. Valor agregado dos bens de consumo e bens produtivos por assentamento

Grupo	n	mínimo	máximo	média	desvio padrão	mediana	soma
PA Pilão Poente III	8	4.050	99.200	22.818	31.146	12.850	182.540
PA Pilão Poente II	8	10.880	57.630	30.584	17.329	28.990	244.670
PDS Esperança	8	2.730	89.880	17.309	29.461	7.370	138.470
PDS Virola Jatobá	8	1.660	35.120	7.765	11.150	4.440	62.120
Total	32	1.660	99.200	19.619	24.129	10.750	627.800

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

* Nota: valor do salário mínimo em 2018: R\$ 954,00

Em todos os assentamentos foi possível observar que valores atribuídos aos bens de consumo foram superiores ao dos bens produtivos (Tabela 7). Nota-se, portanto, a baixa adoção de recursos tecnológicos, por meio de máquinas e equipamentos produtivos, o que dificulta o crescimento da produção e a geração de renda, já que a oferta desses recursos é fundamental para otimizar e ampliar a capacidade produtiva, com conseqüente redução de perdas e, principalmente, da autossuficiência.

Além disso, os investimentos certos permitiriam aumentar a produção sem necessariamente incorporar novas áreas, evitando assim o aumento do desmatamento. A adoção de recursos tecnológicos certamente representaria um avanço significativo para a agricultura familiar, que demanda máquinas e implementos que se destinem às suas necessidades específicas.

Através da análise detalhada dos dados, percebe-se que alguns bens de consumo são bastante difundidos, como televisão e antena parabólica, presentes em 84,4% das famílias entrevistadas, fogão (87,5%) e geladeira (78,1%). Alguns itens usados para comunicação, informação e lazer são mais frequentes, porém outros ainda são raros. O

¹⁴ Bens de consumo: automóvel, motocicleta, TV, antena parabólica, DVD/som, telefone celular, geladeira, fogão a gás, forno de micro-ondas, computador, notebook, máquina de costura, gerador de energia, máquina de lavar, bicicleta.

¹⁵ Bens produtivos: trator, caminhão, motor diesel / gasolina, motosserra, carroça, canoa ou barco, farinha, forrageira, freezer, carro de mão, pulverizador costal, plantadora manual, roçadeira a gasolina, espingarda, cavadeira.

celular, por exemplo, está presente em 71,9% das famílias, enquanto o computador aparece em apenas duas famílias (6,2%). Outros equipamentos domésticos são encontrados com frequência variada, como máquina de lavar (65,6%) e máquina de costura (34,4%). Já o forno de micro-ondas foi presente em apenas duas famílias (6,2%).

Em relação a veículos, 78,1% das famílias possuem motocicleta, chegando a um número de 37 motocicletas entre as 32 famílias pesquisadas, enquanto apenas oito famílias possuem automóvel (25%), e apenas duas possuem caminhão (6,2%), ambos de pequeno porte. Nota-se a alta frequência de motocicletas nas famílias, meio de transporte que tem sido usado como veículo para deslocamento, transporte de cargas, ferramentas e pessoas, substituindo principalmente o uso de animais. Nota-se também a baixa capitalização para aquisição de automóveis.

Quanto à análise de equipamentos produtivos utilizados para o trabalho agropecuário, foram frequentemente encontradas ferramentas básicas como cavadeira (81,2%), pulverizador costal (65,6%), carro de mão (62,5%) e plantadora manual (50%). Dentre os itens de maior valor, destaca-se a frequência de motosserras (59,4%), roçadeira a gasolina (46,9%) e freezer (46,9%). Com menor frequência ocorreram espingarda (34,4%), farinha (12,5%), carroça (9,4%) e canoa (6,2%). Conforme mencionado, apenas duas famílias possuem caminhão (6,2%), e nenhuma das propriedades possui trator. A falta de caminhões dificulta o transporte e comercialização, que é feita na maioria das vezes através dos carros de linha particulares que realizam viagens duas vezes por semana, no caso do PA Pilão Poente III e PDS Esperança. No PDS Virola Jatobá, as viagens acontecem somente uma vez por mês, sendo o veículo cedido pela prefeitura municipal, enquanto no PA Pilão Poente II não há esse serviço.

Esses dados evidenciam a situação das famílias assentadas, que possuem poucos recursos para investimento em equipamentos que possam reduzir o tempo destinado às atividades agropecuárias, bem como a mão de obra necessária à produção, visto que nem as ferramentas básicas para a realização do trabalho estão disponíveis para todos.

Os maiores valores em bens aparecem nos assentamentos convencionais. A análise dos dados permitiu observar que o menor valor em ativos de capital foi encontrado no PDS Virola Jatobá, (R\$ 62.120), aproximadamente 10% do total, enquanto o maior valor foi verificado no PA Pilão Poente II, estimado em R\$ 244.670,

representando aproximadamente 39% do total. Os demais assentamentos apresentaram o valor de bens de R\$ 182.540 (PA Pilão Poente III) e R\$ 138.470 (PDS Esperança).

O PA Pilão Poente II foi o assentamento que apresentou maior valor em bens de consumo, representando 44,9% do total, enquanto seus bens produtivos representaram 20,5%. O PA Pilão Poente III foi o segundo assentamento com maior valor tanto de bens de consumo (28,6%), quanto de bens produtivos (30,4%). O PDS Esperança apresentou maior índice de bens produtivos, indicando 42,7% do valor total, e quanto aos bens de consumo representou 15,4 %. O PDS Virola Jatobá por sua vez, foi o assentamento com o menor índice em relação tanto a bens de consumo (11%), quanto a bens produtivos (6,3%), fruto do próprio contexto local em que as unidades de produção estão inseridas em áreas de baixa produtividade e pouco investimento governamental. As famílias com menores condições em termos de renda geralmente não apresentam acesso regular e adequado a bens de consumo e produção, comprometendo a permanência no assentamento.

Nos assentamentos pesquisados, como os investimentos dos agricultores consistem principalmente de equipamentos manuais, a falta de acesso aos demais equipamentos faz com que muitas propriedades acabem ficando à margem do processo produtivo, repercutindo muitas vezes na permanência, ou não, de muitas famílias no lote. Para Buainain et. al. (2014) o grande avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas afetou praticamente todos os setores produtivos, incluindo a agricultura. Tal processo foi particularmente penoso para os pequenos produtores rurais, dada a falta de capital próprio e a dificuldade de acesso ao crédito para que pudessem acompanhar as inovações. O investimento em bens produtivos tende ao aumento da produtividade, redução de custos e o aumento da eficiência da propriedade. Portanto, esse entrave tem prejudicado as famílias assentadas, principalmente com relação ao crescimento da produção e conseqüentemente, ao aumento da renda familiar.

6.4.2. Infraestrutura produtiva

A estruturação dos estabelecimentos rurais vincula-se às edificações ligadas às suas estratégias de aumento de produção, em termos de geração de renda e exposição a riscos. Os itens pesquisados referem-se às seguintes benfeitorias existentes na propriedade: galpões, curral, estábulo, cerca, açude, tanques de peixes, pocilga e galinheiro. Os mesmos foram avaliados a partir da atribuição de valores para cada edificação, proporcionais à sua dimensão, com base em estimativas obtidas junto a

informantes locais¹⁶. Esse componente foi responsável por um patrimônio total estimado em R\$ 317.684, representando 3,7% do patrimônio total dos quatro assentamentos, conforme apresentado na Tabela 7.

Dos estabelecimentos pesquisados, o PA Pilão Poente II foi o que apresentou o maior valor agregado em infraestrutura produtiva dos entrevistados (R\$ 155.765), ou 3,4% do patrimônio total do assentamento, tendo sido observadas todas as edificações listadas na pesquisa. No PA Pilão Poente III, o valor patrimonial alcançou R\$ 122.965 (10,1% do patrimônio total). Quanto aos PDS, no Esperança a infraestrutura produtiva representa apenas 1,0% de seu patrimônio, com valor monetário de R\$ 20.464. Já no PDS Virola Jatobá, o valor monetário advindo das infraestruturas produtivas (R\$ 18.490) corresponde a 2,6% do patrimônio total das famílias entrevistadas.

Nota-se, portanto, que os PAs apresentam maior valoração também da infraestrutura produtiva, apresentando grande número de currais e km de cerca, devido ao expressivo rebanho bovino. Nos estabelecimentos voltados a atividades agrícolas, como culturas anuais ou perenes, os investimentos em infraestrutura produtiva são sensivelmente menores, como é o caso nos PDS. Por outro lado, agricultores que se instalaram em assentamentos mais antigos, como é o caso dos PA, há mais tempo investem em infraestrutura produtiva, ou adquiriram estabelecimentos nos quais esta infraestrutura já estava presente.

6.4.3. Rebanho animal

Os sistemas de produção animal estão relacionados à capacidade de investimento, ao manejo, aos benefícios sociais e até mesmo à sobrevivência dos agricultores familiares. A diversificação da produção animal está geralmente relacionada às condições financeiras, às características pessoais do produtor e a fatores como os períodos de escassez de água, aridez do solo, distância de grandes centros fornecedores de insumos, entre outros (BEZERRA et al., 2013). Desse modo, agricultores familiares buscam diversificar a produção, investindo em criações adaptadas às condições de suas unidades produtivas.

Todas as famílias pesquisadas nos quatro assentamentos possuem rebanho animal e aproveitam a produção derivada deste rebanho para suprir suas necessidades nutricionais ou gerar renda. Criar animais pode ainda apoiar a melhoria da fertilidade do

¹⁶ Valores por m² construído: galpão de alvenaria (R\$ 200), galão de madeira (R\$ 50), curral (R\$ 10), estábulo (R\$ 100), açude (R\$ 100), tanques de peixes (R\$ 3), pocilga (R\$ 25) e galinheiro (R\$ 10). Valor por km de cerca (R\$ 5.000).

solo através do uso do esterco, e os mesmos podem ser usados como instrumento e força de trabalho. No entanto, a maioria das famílias apresenta pouca infraestrutura para criações, o que resulta em baixa produtividade, podendo inviabilizar a criação.

Os quatro assentamentos contam com um rebanho avaliado em R\$ 1.661.353 (19,4% do patrimônio total) (Tabela 7). A valoração do rebanho animal utilizou valores, obtidos junto a informantes locais¹⁷ para cada tipo de criação. O rebanho existente nos 32 estabelecimentos totalizou 883 bovinos, 27 equinos, 62 suínos, 1.509 aves e cerca de 5 mil peixes, conforme Tabela 9.

Tabela 9. Rebanho de animais nos quatro assentamentos pesquisados

Criação animal	Número de animais				Total
	PA Pilão Poente III	PA Pilão Poente II	PDS Esperança	PDS Virola Jatobá	
Bovinos	165	631	71	16	883
Equinos	7	19	1	0	27
Suínos	13	12	27	10	62
Aves	325	527	240	417	1509
Peixes	1800	2400	800	0	5000

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

Das 32 famílias, 17 criam bovinos, 19 criam suínos, 30 criam aves e cinco possuem criação de peixes, enquanto 13 criam equinos. A maioria dos estabelecimentos combina mais de um tipo de criação animal, com exceção de cinco famílias que criam apenas aves. A diversificação da produção contribui para o aumento da disponibilidade de produtos tanto para a comercialização quanto para o consumo.

Dentre os assentamentos, a valoração do rebanho animal varia de R\$ 39.546 (PDS Virola Jatobá) a R\$ 1.168.727 (PA Pilão Poente II) (Tabela 7). Neste assentamento, o rebanho animal corresponde a 25,5% de seu patrimônio total. O rebanho no PA Pilão Poente III também apresentou valoração considerável, totalizando R\$ 323.286 (26,7% de seu patrimônio total). O rebanho no PDS Esperança foi valorado em R\$ 129.682 (6,3% de seu patrimônio total), enquanto no PDS Virola Jatobá observou-se a menor valoração absoluta (R\$ 39.658) e relativa do rebanho, que equivale a 5,6% de seu patrimônio.

Portanto, os PAs apresentam rebanhos mais significativos do que os PDS, e consequentemente maior patrimônio associado à atividade. Juntos, os dois PAs

¹⁷ Touro: R\$ 4.000, vaca: R\$ 2.000, garrote: R\$ 2.000, bezerro: R\$ 1.000, novilha: R\$ 1.200; cavalo: R\$ 1.800; suínos adultos: R\$ 500, suínos crias: R\$ 150; galinha: R\$ 35, pintos: R\$ 3, outras aves: R\$ 40, outras aves crias: R\$ 4; peixes: R\$3.

representam 89,8% do patrimônio constituído pelo rebanho animal dos quatro assentamentos. Analisando a Tabela 9, nota-se que os PAs apresentaram destaque em três rebanhos específicos: bovinos, aves e peixes. Quatro das cinco famílias que criam peixes moram nos PAs. Quanto a bovinos, o PA Pilão Poente II apresenta rebanho bem superior às outras três áreas, o que pode ser explicado devido a uma única família possuir 379 cabeças de gado. Essa também é a família com maior tempo de residência entre os entrevistados, vivendo no assentamento há 36 anos, sendo este um fator que pode justificar maior investimento na criação animal.

Os PDS apresentaram menor rebanho para todas as criações, com exceção de suínos, possuindo 59,7% do rebanho total destes animais. Apresentam também número de aves relativamente grande, equivalente a 43,5% do total. Esses dois rebanhos destacam-se nos PDS devido sua capacidade de adaptação às condições ambientais e socioeconômicas dos agricultores. Nos PDS, a criação de pequenos animais, como aves e suínos, contribui para a segurança nutricional e alimentar das famílias, adaptando-se, principalmente pelo seu baixo custo, às condições econômicas desses assentados.

6.4.4. Cultivos perenes: cacauero em produção

Ao se verificar as atividades produtivas consolidadas ou em consolidação nos assentamentos pesquisados, a cultura do cacauero se sobressai na geração de renda estável para as famílias entrevistadas.

O polo cacauero paraense situado ao longo da Rodovia Transamazônica, que abrange a região estudada, é a principal região produtora de cacau do Pará, responsável por 62,7% da produção estadual e por 25,1% da produção nacional (COSTA et al, 2017). Um das razões para o crescimento da produção na região é a existência de solos contendo manchas de terra roxa de alta fertilidade em todos os municípios do polo, proporcionando alta produtividade mesmo quando esse solo ocorre associado a outras classes.

Durante a pesquisa constatou-se que 21 das 32 famílias estudadas cultivam cacaueros, num total estimado de 79.730 árvores produtivas, o que equivaleria a um valor patrimonial de R\$ 3.986.500, representando aproximadamente a metade (46,4%) do patrimônio total dos quatro assentamentos. Para cada pé de cacauero em produção foi atribuído o valor individual de R\$ 50,00, em consonância com valores informados pela CEPLAC e utilizados na região pela empresa Norte Energia, para indenizações de agricultores desapropriados devido às obras e área inundada pela Usina de Belo Monte.

Dentre os assentamentos estudados, o PA Pilão Poente II apresentou a maior incidência de plantio de cacauzeiros, com 43.200 pés em produção, valorados em R\$ 2.160.000 e representando 47,1% do patrimônio. Em seguida, no PDS Esperança foram identificados 26.700 pés, valorados a R\$ 1.335.000, (65,1% do patrimônio). Neste PDS, sete dois oito assentados cultivam cacauzeiros, a maior frequência entre os quatro assentamentos. O cultivo do cacauzeiro resultou menos importante no PDS Virola Jatobá, com 6.130 pés, valorados em R\$ 306.500 (43,1% de seu patrimônio total), e no PA Pilão Poente III, com apenas três produtores praticando a atividade, o menor número entre as áreas pesquisadas, totalizando 3.700 pés, valorados a R\$ 185.000 (15,3% do patrimônio total). É importante ressaltar que neste caso, a escolha dos entrevistados não resultou representativa da realidade local em termos de produção de cacau, pois de acordo com a vivência e conversas posteriores mantidas nos assentamentos, verificou-se que a produção e cultivo do cacauzeiro é significativamente maior no PA Pilão Poente III do que no PDS Virola Jatobá, principalmente devido à qualidade do solo neste PDS, inferior ao do PA Pilão Poente III.

Neste item os PAs apresentaram maior quantidade de plantas de cacauzeiro em produção, e conseqüentemente maior valor patrimonial, mesmo com a sub-valorização no PA Pilão Poente III. Mesmo assim, a área formada com cacauzeiros não deixa de ser significativa para a composição do patrimônio nos PDS, sendo que em ambos os casos representa o item de maior contribuição.

6.4.5. Árvores frutíferas

Todas as famílias entrevistadas apresentaram quintais com uma diversidade considerável de árvores frutíferas. No entanto, estas árvores são pouco utilizadas para geração de renda. Durante a pesquisa foi possível constatar que poucas famílias obtêm renda a partir das frutíferas. Apenas a bananeira, o açaizeiro e o cupuaçuzeiro são comercializados, havendo também uma família que comercializa polpa de frutas. Porém, as frutas fornecidas ao longo do ano contribuem para a alimentação familiar, melhorando a qualidade nutritiva da alimentação e, conseqüentemente, a saúde das famílias.

Para a valoração das árvores frutíferas utilizou-se como parâmetro o valor individual de R\$ 15,00 por árvore em produção. Trata-se de estimativa sensível, pois os fatores a serem considerados na valoração deste tipo de bem são subjetivos. Caso fossem valoradas as frutas produzidas por cada árvore ao longo de sua vida útil,

certamente o valor seria superior. Contudo, tal valor, apesar de aparentemente baixo, não está muito distante do valor utilizado na região pela empresa Norte Energia, para indenizações de agricultores desapropriados devido às obras e área inundada pela Usina de Belo Monte.

Nas unidades familiares pesquisadas foram identificadas 18 espécies distintas de árvores frutíferas, com valor patrimonial total de R\$ 98.595, representando 1,1% de seu patrimônio total. Neste item os PAs apresentaram menor valoração agregada: no PA Pilão Poente II totalizou R\$ 41.820 (0,9% de seu patrimônio), enquanto no PA Pilão Poente III verificou-se a menor valoração entre os assentamentos estudados (R\$ 6.165), correspondendo a 0,5% de seu patrimônio. Os PDS juntos apresentaram valor agregado em relação às árvores frutíferas de R\$ 50.610, o que significa 51,3% do valor total dos quatro assentamentos. A valoração das árvores frutíferas no PDS Esperança representou R\$ 28.065 (1,4% do patrimônio total), enquanto no Virola Jatobá alcançou R\$ 22.545 (3,2%). Comparado com os demais itens que compõem o patrimônio total das famílias, este foi o componente que apresentou menor diferença entre as modalidades de assentamento, visto que a prática de cultivo de árvores frutíferas é comum e ocorre de forma semelhante entre todas as famílias pesquisadas.

6.4.6. Condições da moradia

Em relação ao indicador habitacional, foram consideradas as condições de moradia dos assentados. Através da pesquisa observaram-se características como a área edificada da residência, o material das paredes, telhado e piso, e o tipo de sanitário. A valoração da residência (VR) resultou da aplicação de uma fórmula que multiplica um fator fixo (R\$250) pela área edificada (AE) e pela soma dos índices para cada uma das variáveis consideradas, conforme a Equação 1.

$$\text{Equação 1: } VR = 250 \times AE \times (IP + IT + IPi + IS)$$

Os índices foram obtidos através de parâmetros atribuídos para as condições de cada variável, conforme detalhado a seguir.

Índice parede (IP): madeira = 0,5; tijolo = 1.

Índice telhado (IT): madeira (cavacos) = 0,5; telhas tipo Brasilit = 0,75; telhas de cerâmica = 1.

Índice piso (IPi): barro/terra batida = 0,1; cimento = 0,5; cerâmica = 1.

Índice sanitário (IS): fossa rústica = 0,1; externo sem água corrente = 0,5; interno sem água corrente = 0,7; externo com água corrente = 0,8; interno com água corrente.

Com base neste índice, o valor monetário total dos imóveis dos quatro assentamentos resultou em R\$ 1.891.710, representando 22% do patrimônio total das famílias pesquisadas.

A conquista a moradia no campo é considerada recente, já que as políticas públicas existentes até o ano de 2003 garantiam o direito à moradia através de programas apenas para o meio urbano, quando a partir de então o governo lançou a primeira versão do Programa de Habitação Rural (PNHR), reunindo duas iniciativas, o Programa de Subsídio à Habitação Rural de Interesse Social (PSH) e o Programa Carta de Crédito FGTS (CC-FGTS) (BRASIL, 2003). Assim, por meio das reivindicações de movimentos sociais e sindicais, o acesso a linhas de créditos especiais para a habitação passa a ocorrer também no meio rural.

Na pesquisa observou-se que 14 das 32 famílias entrevistadas foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009, com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando, ampliando ou concluindo uma existente. Dessas, apenas cinco são localizadas nos assentamentos convencionais, enquanto nove situam-se nos PDS. Dos assentamentos pesquisados apenas o PA Pilão Poente II não apresentou beneficiário do PNHR entre os entrevistados.

As condições de moradia dos assentados pesquisados mostram que 65,6% das moradias possuem paredes de tijolo. Dessas, onze estão localizadas em PA e dez em PDS. As outras residências são construídas com madeira, sendo que cinco são localizadas em PA e seis em PDS. A ausência de recursos para construção de moradias faz com que essas famílias construam habitações com a madeira extraída na propriedade, diminuindo os custos com material.

Foram encontrados três tipos de materiais utilizados para a cobertura das moradias: telhas de cerâmica (62,5%), telhas tipo Brasilit (34,4%) e cobertura de madeira (3,1%). Das habitações com cobertura de cerâmica, 55% estão localizadas nos PA, e 45% nos PDS. Das moradias com cobertura com telhas tipo Brasilit, 55% estão nos PDS e 45% nos PAs. Foi encontrada apenas uma moradia com cobertura de madeira, localizada no PDS Virola Jatobá.

Com relação ao material do piso, verificou-se que 56,3% das casas possuem piso de cerâmica, 28,1% de cimento e 15,6% são de barro ou terra batida. Analisando as

informações fornecidas pelas famílias pode-se constatar que, em relação ao piso, as melhores condições são encontradas nos PAs, visto que 81,3% das famílias ali entrevistadas possuem piso de cerâmica, enquanto apenas duas famílias possuem piso de cimento, e uma de terra batida. Já nos PDS, a maioria das moradias dos entrevistados (43,8%) possuem pisos de cimento, considerados intermediários, cinco possuem pisos de cerâmica e quatro de terra batida. Quanto ao tipo de sanitário, 50% das unidades possuem banheiro interno com água corrente, 12,5% banheiro externo com água corrente, 3,1% interno sem água corrente, 15,6% externo sem água corrente e 18,8% fossas rústicas.

Quanto ao tamanho das residências, foram encontradas casas de 26m² até 360m². Cerca de um terço das casas (31,2%) possui área edificada entre 26-50m², enquanto em 43,7% esta área é de 51-100 m². Apenas 9,3% das famílias possuem casas com 101-150 m² e 12,5% de 151-200m². Por fim, apenas uma residência apresentou área superior a 200m². As maiores residências foram identificadas no PA Pilão Poente II, onde quatro das oito edificações apresentaram tamanho superior a 150m², e apenas duas apresentaram tamanho inferior a 50m². Este foi o assentamento em que se localiza a maior residência. O PDS Esperança apresentou duas casas com tamanho igual ou superior a 100 m² e apenas uma menor que 50m². As demais casas apresentaram tamanhos médios entre 51-100m². As residências com menor área edificada foram encontradas no PA Pilão Poente II e PDS Virola Jatobá. No primeiro foram identificadas duas casas com tamanho entre 26-50m², cinco com tamanho de 51-100m² e uma de 101-150m². Já o PDS Virola Jatobá apresentou mais de 50% das residências pesquisadas (cinco casas) com tamanho inferior a 50m², duas com tamanho entre 51-100m² e apenas uma com área superior a 100m².

No item moradia, os Projetos de Assentamento convencionais também apresentaram maior valor agregado, totalizando R\$ 1.229.820, o que representa 65% do valor das habitações. Os PDS apresentaram valor agregado de R\$ 661.890, ou 35% do valor total dos quatro assentamentos.

Para Silva (2007), levando em consideração a renda dos assentados, são poucos os que conseguem ter acesso à moradia com tamanho e padrões adequados para o número de indivíduos da família. Desta forma, a qualidade das moradias é prejudicada caso não haja subsídio ou um programa de financiamento para sua construção. É importante ressaltar ainda que o descontentamento das famílias assentadas com as condições de moradia pode interferir diretamente na permanência destas no

assentamento, assim como numa maior dedicação e vínculo dos membros da família à unidade produtiva.

6.4.7. Análise comparativa do patrimônio nos assentamentos

Da mesma forma como foi analisado com relação à renda, os quatro assentamentos, apesar de diversas características em comum, possuem particularidades quanto aos itens que compõem o patrimônio de suas famílias. Foi possível identificar que as diferenças são frequentes principalmente entre as duas modalidades. Para ilustrar estas diferenças, as Figuras 6.1 a 6.4 apresentam a composição relativa do patrimônio das famílias de cada assentamento, distribuída entre os sete componentes utilizados. As figuras 6.5 e 6.6 apresentam a composição relativa do patrimônio, agregada para cada uma das modalidades, enquanto a figura 6.7 indica a composição total do patrimônio nas quatro áreas. A figura 6.8, por sua vez, indica valores absolutos estimados para o patrimônio em cada um dos quatro assentamentos, e para o total das famílias entrevistadas.

Em relação à valoração patrimonial total, foi possível identificar uma diferença significativa entre as duas modalidades: enquanto os PAs apresentaram patrimônio total de R\$ 5.820.758, com destaque principalmente para a valoração das áreas de cacauzeiros em produção, do rebanho animal e das residências. Nos PDS o mesmo limitou-se a R\$ 2.762.884, menos que a metade em relação à outra modalidade.

Figuras 6.1 a 6.7. Composição relativa do patrimônio dos entrevistados

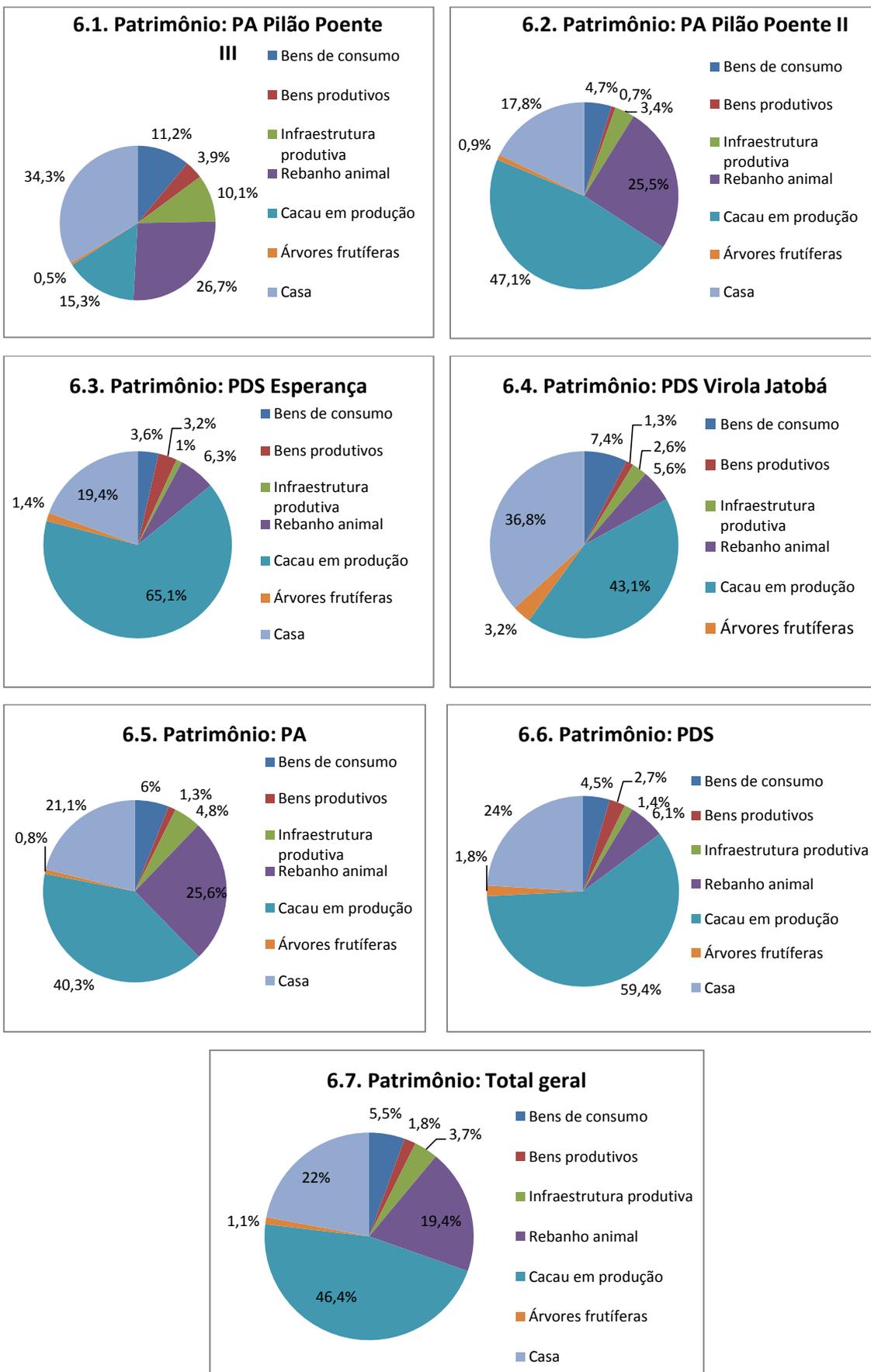


Figura 6.8. Valores absolutos do patrimônio familiar dos entrevistados



A estrutura do patrimônio demonstra o baixo nível tecnológico em relação a bens produtivos, nas duas modalidades de assentamento, correspondendo a apenas 1,8% do patrimônio total, o que indica pouca capacidade dos assentados em investimentos em sistemas de produção, aumentando a penosidade das atividades e limitando a produção. As duas modalidades estudadas apresentaram baixo nível tecnológico, não diferindo muito entre si. Contudo, nos PAs a contribuição do componente é superior (2,7% do patrimônio total), enquanto nos PDS representa 1,3%. Ou seja, os residentes em assentamentos convencionais apresentam maior quantidade de bens de consumo e equipamentos produtivos, indicando condições econômicas superiores aos que residem em assentamentos ambientalmente diferenciados. Isso pode ser justificado principalmente devido ao tempo de instalação das unidades de produção, visto que os PA foram constituídos cerca de sete anos antes dos PDS, possibilitando assim maior tempo de investimento em bens materiais.

No entanto, é importante destacar que as duas modalidades ainda possuem limitações para o acesso, principalmente, a bens produtivos, pois foram verificadas, sobretudo ferramentas de trabalho básicas. Tal indica que as fontes de renda monetária das famílias não são capazes de suprir os recursos necessários para o acesso a novas oportunidades tecnológicas, prejudicando assim a produtividade e, de forma cíclica, a obtenção de recursos para investimentos adicionais. Em particular, assentados do PDS Virola Jatobá apresentam maior dificuldade para composição patrimonial de suas unidades de produção, com baixa frequência de equipamentos, instalações, máquinas e

veículos, afetando diretamente sua situação econômica, por não disporem de estrutura adequada para desenvolver sua produção. A dificuldade de acesso ao crédito rural adequado para investimentos e melhorias na infraestrutura produtiva é outro fator bastante citado pelos agricultores entrevistados, sendo limitante para o acesso da agricultura familiar a tecnologias que incrementem a produção.

Em relação à infraestrutura produtiva, mais uma vez foi possível identificar que os PAs apresentam patrimônio superior aos PDS. Enquanto os PAs possuem infraestrutura produtiva valorada em R\$ 278.730 (4,8% do patrimônio total), nos PDS esta valoração alcança R\$ 38.954 (1,4% do patrimônio). Neste item foi possível identificar que os PDS possuem apenas infraestrutura básica e de baixo custo, como galinheiros e pocilgas, além de uma extensão reduzida de cercas. Isso resulta principalmente da menor frequência da criação de bovinos. Os trabalhos agrícolas, em tese, podem ser realizados em instalações modestas e com instrumentos simples. Contudo, a modernização e adoção de infraestruturas e equipamentos produtivos refletem na produtividade do trabalho, na diminuição dos esforços físicos, e em geral, no aumento da produção. Os assentados, principalmente dos PDS, estão bem abaixo do padrão desejado tanto de equipamentos, quanto na infraestrutura produtiva, podendo esta ser considerada uma das razões para a baixa produtividade, e conseqüentemente, baixa capitalização.

Importante ressaltar ainda que nos PDS houve famílias que não possuíam nenhuma das infraestruturas listadas na pesquisa, enquanto nos PAs todas as famílias pesquisadas possuíam ao menos uma das infraestruturas em questão. No entanto, nota-se que nas duas modalidades estudadas há dificuldades em relação à infraestrutura produtiva, o que pode ser observado pela baixa representação desta no patrimônio total (3,7%). O principal entrave mencionado pelas famílias entrevistadas é a dificuldade de acesso a políticas públicas que viabilizem recursos para investimento na propriedade, dificuldade essa que está associada à falta do título definitivo da terra. Tal causa impacto direto na vida dos assentados, visto que o não investimento em infraestrutura afeta o aumento da capacidade produtiva e a melhoria da qualidade de vida, essencial para a permanência dos agricultores no campo.

O rebanho animal foi um dos itens mais representativos para o patrimônio dos assentados, alcançando 19,4% do total, cumprindo importante papel nas unidades de produção familiares. O rebanho animal é significativamente mais relevante nos PA, valorado em R\$1.492.013 (25,6% do patrimônio total, proporção menor apenas do que a

das áreas formadas com cacauzeiros produtivos), enquanto nos PDS a valoração alcançou R\$ 164.340 (6,1% do patrimônio total).

A diversidade de rebanho animal nos lotes é considerada uma estratégia de diversificação produtiva. No entanto, entre as famílias entrevistadas, predomina o investimento em rebanho bovino. Nos PAs, 13 famílias entre as pesquisadas estão engajadas na criação de bovinos, enquanto apenas quatro residentes no PDS possuem rebanho da espécie, o que em parte se deve aos impasses formais para criação de bovinos na modalidade, onde há restrição para a área e o número de animais permitidos. Com efeito, os PAs apresentam maior número de animais para todos os tipos de rebanho, com exceção dos suínos, em maior quantidade nos PDS (Tabela 9). O número de famílias engajadas na criação também foi maior nos PAs, pois das 16 famílias entrevistadas, 12 possuem cavalos, 10 criam suínos, quatro criam peixes e todas criam aves. Das famílias entrevistadas nos PDS, apenas uma família possui cavalo, nove criam suínos e 15 criam aves. Constatou-se que criações de suínos, aves e peixes são destinadas principalmente para consumo familiar, sendo que apenas uma das 32 famílias entrevistadas, residente no PA, informou que comercializa suínos. Quatro famílias vendem aves, sendo três nos PAs e uma no PDS, ao passo que duas famílias, ambas nos PAs, comercializam peixe.

O cultivo de cacauzeiro é de grande importância para a fixação das famílias no espaço rural em função da renda monetária que proporciona, principalmente devido à estabilidade do preço das amêndoas de cacau em relação a outras culturas. De fato, dentre os itens do patrimônio familiar, o que mais se destacou foi a área instalada com cacauzeiros, alcançando 46,4% do patrimônio total dos assentamentos estudados, sendo responsável pela maior valoração patrimonial em ambas as modalidades. Os PAs apresentaram uma maior valoração das áreas de cacau em produção, em relação aos PDS, estimada em R\$ 2.345.000 (40,3% do patrimônio total), com 10 produtores entre os 16 entrevistados. A qualidade do solo nos PAs foi fator essencial para o cultivo, devido às manchas de terra roxa. Outro fator relevante foi a capitalização dos produtores, já que além de ser uma cultura mais exigente quanto ao tipo de solo, também requer um nível de investimento considerado alto para a sua implementação e manutenção.

Nos PDS a valoração das áreas de cacauzeiros foi de R\$ 1.641.500 (59,4% do patrimônio total), com 11 famílias engajadas no cultivo. Entre os dois PDS, há um maior investimento no plantio do cacauzeiro no PDS Esperança, devido às melhores

condições de solo, adequado ao cultivo do cacauzeiro. Já para o PDS Virola Jatobá, agricultores afirmam que as condições de solo não têm contribuído para o bom desempenho da lavoura cacauzeira.

O item árvores frutíferas foi o que apresentou menor contribuição para o patrimônio total dos assentamentos (1,1%), apresentando também a menor valoração em ambas as modalidades de assentamento: R\$ 47.985 no PA (0,8% do patrimônio total), e R\$ 50.610 nos PDS (1,8% do patrimônio total). Este item apresentou a menor diferença entre as contribuições relativas das modalidades de assentamento, visto ser prática comum o plantio de árvores frutíferas principalmente nos quintais. Apesar das famílias entrevistadas apresentarem significativo número de árvores frutíferas em suas propriedades, a baixa participação patrimonial do componente pode ser em parte explicada devido à baixa valoração das árvores frutíferas utilizada na região.

As moradias representaram uma valoração patrimonial total de R\$ 1.891.710 (22,0%), sendo o segundo item mais relevante para o conjunto dos entrevistados. Nos PA, esta valoração alcançou R\$ 1.229.820 (21,1% do patrimônio total), sendo constatadas casas com maior área edificada, além de melhor material no piso e melhores condições em relação aos sanitários. Já nos PDS, a valoração das residências alcançou R\$ 661.890 (24,0% do patrimônio total). No geral os indicadores mostram que as habitações oferecem as condições básicas necessárias para moradia e que os entrevistados apresentaram moradias consideradas boas. É importante ressaltar, contudo, que dentre as famílias entrevistadas nos PDS, as que apresentaram residências com melhores condições foram aquelas construídas através do programa PNHR, sendo que essa modalidade de assentamento apresentou maior número de beneficiários no programa. No entanto, a maior capitalização e maior tempo de moradia das famílias nos PA resultou que estas apresentaram maior valoração patrimonial das moradias.

Pode-se concluir, portanto, que a valoração do patrimônio das famílias residentes na modalidade PA é consideravelmente maior em todos os componentes estudados. Tais condições contribuem diretamente para a melhor qualidade de vida destas famílias, e como consequência, sua permanência nos lotes. Reflexo disso é a intensa mobilidade espacial das famílias que residem nos PDS, principalmente no Virola Jatobá, verificada através do processo informal de compra e venda de direitos associados à terra, visto que os assentados são orientados pela busca de condições para concretizar seus projetos de vida, geralmente norteados pelas expectativas em relação ao futuro, ou seja, de constituir um patrimônio e assegurar o futuro dos filhos

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, inicialmente partiu de quatro hipóteses a serem investigadas. A primeira delas considerava que a instalação de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados na UA do Inca de Altamira resultou de demandas dos movimentos sociais locais. Ao analisar os assentamentos no município de Anapu, os resultados mostram que a forma de colonização imposta pelo governo para a Transamazônica provocou uma série de impactos socioambientais que perduram até os dias atuais. A colonização espontânea realizada no polo leste da região, onde o município está localizado, interferiu diretamente no seu arranjo fundiário, e o processo de abandono em torno daquela região contribuiu para o acirramento de diversos conflitos no município.

Assim ao analisar a trajetória de implementação dos assentamentos em Anapu, verificou-se que apesar das duas modalidades terem formas de ocupação e criação distintas, ambas estiveram atreladas à atuação dos movimentos sociais e da igreja católica, que frente a esse abandono, apoiaram os colonos a enfrentar as duras condições sociais e as relações de poder da região, que ameaçavam inclusive sua própria sobrevivência. Os movimentos sociais passam a ter uma grande importância na organização dos agricultores migrantes, impulsionando a luta pela retomada do projeto de colonização. Os PDS em especial surgem em meio a esse período de grande tensão social e conflitos fundiários, como uma demanda dos movimentos sociais, em forma de uma nova proposta de assentamento frente aos problemas apresentados pelos assentamentos convencionais, o que nos leva a confirmar a referida hipótese.

A segunda hipótese indicava que nos assentamentos ambientalmente diferenciados pertencentes a essa unidade, constata-se a existência de iniciativas ambientalmente sustentáveis que resultam em maior conservação de floresta. No entanto, durante a pesquisa, foi possível observar que as atividades extrativistas ainda não são vistas como importantes para o funcionamento do sistema produtivo nos PDS. São pouco explorados os recursos florestais não-madeireiros, e quando tal ocorre é apenas em pequena escala, para o consumo familiar. Quando analisadas a existência de iniciativas ambientalmente sustentáveis que resultam em maior conservação de floresta, foi possível constatar que apesar da maior conservação ser uma realidade nos PDS, apenas o MFC foi destacado como uma iniciativa, efetivamente desenvolvida apenas no PDS Virola Jatobá.

O manejo florestal apareceu ainda como um divisor de opiniões dentro do assentamento, o que resultou em conflitos internos entre os assentados, onde há uma maior sensibilização e aceitação entre aqueles conhecidos como pioneiros, visto a participação no processo de consolidação do projeto, ao passo que principalmente os assentados novatos consideram que os investimentos no assentamento deveriam ser voltados para atividades agrícolas, alegando que o projeto de manejo tem enfraquecido cada vez mais a agricultura no assentamento.

Na terceira hipótese sugere-se que os assentados em PDS possuem um perfil diferenciado e maior consciência ambiental em relação aos beneficiários de assentamentos convencionais. O estudo qualitativo nos permitiu analisar os diferentes discursos dentro dos assentamentos, tanto individuais com as entrevistas às famílias selecionadas para a pesquisa, como o discurso coletivo através da prática da metodologia de grupos focais realizadas em locais distintos dentro dos assentamentos. Foi assim possível uma análise comparativa entre as duas modalidades que nos permitiu verificar que, apesar de no geral os entrevistados reconhecerem a importância da floresta para o assentamento, há uma maior preocupação ambiental por parte dos assentados dos PDS, principalmente devido o discurso sobre preservação e sustentabilidade ter sido introduzido desde o início das discussões sobre a criação do assentamento, e com a participação dos assentados pioneiros.

Tal constatação é facilmente observada quando os entrevistados são questionados sobre a quantidade de floresta no lote. Nos PAs, uma porcentagem mínima das famílias entrevistadas concordam com a quantidade de floresta exigida pelas leis ambientais. Para eles o ideal seria diminuir a área de reserva e aumentar a área destinada à produção. Já nos PDS, a maior parte concorda com essa proporção. Para esses assentados a floresta aparece como parte do sistema de produção. No entanto, é importante destacar que a constante mobilidade entre os moradores tem enfraquecido o discurso ambiental presente, principalmente entre os moradores mais antigos, que apontam a grande dificuldade de conscientização dos novos moradores, fazendo com que hoje uma parte considerável de residentes no PDS também deseje que a modalidade do assentamento seja alterada.

Por fim, a quarta e última hipótese aponta que a falta de investimentos do Estado em infraestrutura e apoio produtivo nos assentamentos ambientalmente diferenciados dificulta a fixação das famílias e leva ao fracasso desta modalidade de reforma agrária.

Durante a pesquisa observou-se que o acesso à terra em áreas de assentamento da chamada reforma agrária na Transamazônica não tem viabilizado a consolidação da posse da terra pelo agricultor, sendo cada vez mais intensa a mobilidade nos assentamentos. No caso específico dos PDS de Anapu, alguns problemas potencializam esse fenômeno, como o fato de que muitos agricultores não concordam com as imposições da modalidade e com o formato de uso coletivo da reserva legal.

Outro aspecto verificado na pesquisa, é que as modalidades de assentamento diferenciam-se, em especial, por níveis de capitalização e estratégias produtivas. Nos PAs, o nível de capitalização é mais elevado, com atividades produtivas consideradas mais relevantes em relação ao retorno financeiro, como a pecuária e a produção de cacau. Os PDS, além de distintos em relação aos PAs, apresentam ainda diferenças entre si. O PDS Esperança apresenta um nível de capitalização mais elevado em relação ao PDS Virola Jatobá, atribuído principalmente à maior fertilidade de seus solos, sendo possível o cultivo do cacau, importante produto para a economia da região, enquanto no PDS Virola Jatobá, devido à baixa fertilidade do solo, predominam culturas anuais, que não conferem retorno financeiro considerável aos assentados, que assim, passam a depender fortemente do trabalho externo e da renda de programas governamentais, causando maior vulnerabilidade e menor capacidade de investimento e dedicação para as atividades no lote. Tal resulta no aumento do índice de desistência e venda de lotes, ocasionando assim maior mobilidade no assentamento.

Como vimos, há, portanto, diferenças consideráveis tanto entre as modalidades de assentamentos, como entre os assentamentos pertencentes à mesma modalidade. Constata-se, através da comparação entre PAs e PDS, que as regras de intervenção no desmatamento e a modalidade fundiária não são determinantes na definição de renda e patrimônio dos assentamentos, já que embora tanto o PDS Virola Jatobá como o PDS Esperança sejam sujeitos às mesmas normas, existem diferenças significativas entre eles.

A falta de investimentos do Estado em infraestrutura e apoio produtivo nos assentamentos em geral tem incrementado o abandono dos lotes pelos assentados. Verificou-se que devido ao nível de capitalização, a prática é recorrente nos assentamentos ambientalmente diferenciados, constatando que a implementação da modalidade apresenta dificuldades para cumprir sua missão de *promover o desenvolvimento sustentável*, uma vez que para cumpri-la, seria necessária a implementação de uma ação continuada que visasse a mudança da lógica produtiva e do

relacionamento do homem com a natureza. Mais uma vez a hipótese foi comprovada, visto que a falta de investimento do Estado, segundo os assentados, tem dificultado a fixação das famílias nos PDS, e tende a levar ao fracasso desta modalidade de reforma agrária, visto que grande parte dos mesmos deseja o fim da modalidade.

Os resultados identificados no estudo sinalizam para a necessidade de maior investimento em atividades de fomento da produção e na infraestrutura do assentamento, além da necessidade de maior fiscalização e controle do Incra, em relação à venda de lotes e desmatamento. Muitos assentados sinalizam que diversos lotes já ultrapassaram o limite de desmatamento exigido pela modalidade.

Diante dessas considerações, constata-se que a implementação de assentamentos ambientalmente diferenciados, apesar de ser uma proposta inovadora, não se concretiza de modo a alcançar o desenvolvimento proposto pela modalidade, sendo necessárias melhorias nas ações e maior investimento. Constata-se que os indicadores da efetividade do projeto são quase nulos, pois é identificada apenas uma iniciativa ambientalmente sustentável, de forma isolada e sem muito sucesso. Mesmo sendo possível observar o comprometimento de parte dos assentados em relação ao uso dos recursos naturais disponíveis e a preocupação destes para com sua conservação e sustentabilidade, a continuidade dos conflitos entre assentados e madeireiros, o avanço da pecuária e até mesmo acordos ilegais entre madeireiros e assentados, são parte da realidade dos PDS, onde a falta de uma atuação maior dos órgãos governamentais tem fortalecido essa prática. Assim, conforme destacam Bergamasco e Norder (1996), a partir da conquista de políticas como os PDS, surgem novos problemas e desafios como o difícil acesso aos instrumentos da política agrícola, a baixa fertilidade em boa parte das áreas de assentamento e o acesso aos sistemas de saúde, transporte, eletrificação rural e educação.

Dessa forma, o desafio para o desenvolvimento sustentável na Transamazônica ainda é realidade. O que é possível perceber hoje, é que a modalidade PDS vem sofrendo uma frequente descaracterização, dando espaço para situações de grilagem, atividade madeireira ilegal e expansão da pecuária. Contudo, apesar do cenário encontrado durante a pesquisa, a modalidade continua a ser uma possibilidade concreta de promoção de desenvolvimento local, sendo imprescindíveis políticas públicas mais efetivas voltadas para esse fim.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, A. G.; HÉBETTE, Jean. Assentamentos da reforma agrária na fronteira amazônica. IN: SCHMIDT, Benício V.; MARINHO, Nolasco C.; ROSA, Sueli L.C. (orgs.). Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviços públicos: Novos desafios para a extensão rural. **Cadernos e Tecnologia**. Brasília, 1998. v. 15, p. 137-157
- _____, R. (Coord.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.
- ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de ciência & tecnologia**, v.22, n.1, p.53-66, jan./abr. 2005.
- ACSELRAD, H. (ed.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALENCAR, A.; PEREIRA, C.; CASTRO, I.; CARDOSO, A.; SOUZA, L.; COSTA, R.; BENTES, A. J.; STELLA, O.; AZEVEDO, A.; GOMES, J.; NOVAES, R. Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades. IPAM, Brasília, DF, 2016, 93p.
- ALENTEJANO, M. Modernização da agricultura. In.: CALDART, R. S. (org.) et al. **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 477-480, 2012.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: ANPUR, p. 1-30, 2004.
- _____. A dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” na Amazônia. In: **Cadernos CEAS - Centro de Estudos e Ação Social**. n. 216, p. 9-30, Salvador, 2005.
- ALONSO, A.; COSTA, V.. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.
- AMARAL, P., AMARAL NETO, M., NAVA, F. R., & FERNANDEZ, K.. **Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: avanços e perspectivas para a conservação florestal** (p. 20). Brasília: Serviço Florestal Brasileiro – SFB, 2007, p. 20.
- ANDRÉ, M. E. D. A. (1983). Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, (45): 66-71.

AQUINO, J. R.; SOUZA, R. C. de. Impactos socioeconômicos da previdência rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIEDADE RURAL, 214 Volume 40, Nº 01, Janeiro/Março2009, Londrina, 2007.

ARAÚJO, F.C. **Reforma agrária e gestão ambiental: encontros e desencontros.** 2006, 242 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

AZEVEDO RAMOS, C. Desenvolvimento Sustentável sob a Ótica da Floresta. **Cadernos ADENAUER**, São Paulo, v. X, p.9-19, 2009.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visão**, 4ª ed., nº 4, Vol. 1, 2008.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Síntese do processo de ocupação da Amazônia, lições do passado e desafios do presente. In MMA (ed.). Brasil, Causas e dinâmicas do desmatamento da Amazônia. Brasília: MMA, p. 5-28, 2001.

_____. Amazônia Legal: Projeto nacional, política regional e instrumentos econômicos. In: MAY, Peter H., AMARAL, Carlos, MILLIKAN, Brent, ASCHER, Petra [et al.] organizadores. **Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Cap. 3, p.35-40, 2005.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B. de; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 759).

BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER. L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S. M. P. P.. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, set./dez. 1997.

_____. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 97-139.

BEZERRA, L.R.; ARAÚJO, M.J. de; MARQUES, C.A.T.; COSTA TORREÃO, J.N. da; VAZ, R.R.; OLIVEIRA NETO, C.B. de. Caracterização de propriedades agrícolas para pecuária de corte. **Comunicata Scientiae**, v.4, p.75-84, 2013.

BRANDÃO Jr., A.; SOUZA Jr., C. **Deforestation in land reform settlements in the Amazon. State of the Amazon**, Belém, n. 7, p. 1-4, 2006.

BRASIL, Ministério Público Federal. **Ata de audiência de conciliação caso assentamentos irregulares do Oeste-PA**, MPF 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Plano Amazônia sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira**. Brasília, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional da Reforma Agrária (II PNRA)**, 2003.

_____. Ministério da Integração. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável: diagnóstico e estratégia**. V. 1. Brasília, abril de 2004.

_____. Congresso. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica. Brasília: Câmara dos Deputados: Coordenação de Publicações, 2002.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Conselho Nacional dos Seringueiros/Ministério do Meio Ambiente. **Projeto de desenvolvimento Sustentável-PDS**. Brasília: MDA, 2000.

_____. Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília, outubro de 1985.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de Ação do Governo para a Amazônia – II Plano de Desenvolvimento da Amazônia**. SUDAM. Belém, 1976.

_____. **Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil**. Brasília: MDA, [s.d.]. p. 12

_____. EMPRESA DE COMUNICAÇÃO. Governo lança programa de habitação rural para 6.300 famílias. *In: Agência Brasil*, 2003. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-12-05/governo-lanca-programa-de-habitacao-rural-para-6300-familias>>. Acessado em: 03 abr. 2019

BRITO, D.M.C., BASTOS, C.M.C.B., FARIAS, R. T. S., BRITO, D. C., DIAS, G. A.C **Conflitos socioambientais no século XXI. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, n. 4, p. 51-58, 2011.

BRITO, M. N. S. **A reforma agrária na Amazônia paraense: Implicações do processo de interdição de assentamentos rurais na vida de camponeses do Município de Pacajá**. 209 f. Dissertação (Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

- BRUMER, A. A elaboração do projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, p. 125-147, 2008.
- BRUNDTLAND, G. H (org.). *Nosso futuro comum*. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (2 ed.). Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- BUAINAIN, A. M., ALVES, E. R. de A.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 114-115, abr./maio/jun. 2014.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtos rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? In: NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília-DF: CGEE, 2013a. v. 1. cap. 2. p. 29-70.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas cidades, 1982, 284 p.
- CARVALHO, I. C. M.; SCOTTO, M. G. **Conflitos sócio-ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. (v. 1).
- CHAVES, M. P. S, BARROS J. F, FABRÉ N. N. **Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia**. Achegas.net, Rio de Janeiro: 2008, n. 37, p. 42-57, 2008.
- CHIESA, A. M.; CIAMPONE, M. H. T. Princípios gerais para a abordagem de variáveis qualitativas e o emprego da metodologia de grupos focais. In: ABEN (Associação Brasileira de Enfermagem). **A classificação internacional das práticas de enfermagem em saúde coletiva (Cipesc)**. Brasília: Aben, p. 306-324, 1999.
- COIMBRA, H. **Estudo de viabilidade econômica do Estado do Tapajós**. Brasília, 1996. 204 p.
- CONCRAB. **Sistema de cooperativas dos assentados**. Caderno de cooperação agrícola nº 5- 2ª edição, 1998.
- CUNHA, C. N. **“Pintou Uma Chance Legal”**: O “Programa Terra Legal” no interior dos projetos integrados de colonização e do polígono desapropriado de Altamira, no Pará. *Revista Agrária*, São Paulo, n 10, Nov, 2009, p. 20-56.
- CUNHA, L. H; NUNES , A. M. B. Proteção da natureza e conflitos ambientais em assentamentos rurais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba. Editora UFPR, n 18, p. 27-38, 2008.
- COSTA, M. R. T. R.; HOMMA, A. K. O.; REBELLO, F. K.; SOUZA FILHO, A. P. S.; Fernandes, G. L. C.; BALEIXE, W. **Atividade agropecuária no Estado do Pará**. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA , 2017.

DALY, H. E. A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, Textos para Debates n. 34, 21 p. 1991.

DELGADO, G. C. **Principais resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto p/ Discussão n. 734).

_____. A questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In JACCOUD, Luciana (org.); SILVA Frederico et al. **Questão Social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p.51-90.

_____. Condições para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos: alguns aspectos econômicos. In: **Reforma Agrária**. São Paulo; ABRA vol.32, n. 2, p. 119-123, 2007.

_____. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 429-442.

FALCÃO, J.T.R.; RÉGNIER, J.-C.. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília : MEC/INEP, v. 81, n. 198, p. 229-243, 2000.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Desarrollo de productos forestales no madereros en América Latina y el Caribe**, 2002

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Boletim do Trabalho e Renda no Pará**. Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. Belém, 2015. 44 p.

FELIX, G. A. **O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa Região da Amazônia Oriental**. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

FERNANDES FILHO, J. F.; ALMEIDA, P. J. de.(1998). Arrendamento de Terras no Triângulo Mineiro: Crise e Perspectivas. In **ANAIS do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER**. Poços de Caldas, agosto de 1998. p. 625-35.

FERNANDES, M. **Donos de terras: a trajetória da UDR no Pará**. Belém: Naea/UFGA, 1999.

FOLHES, R. T.; CANTO, O.; LENA, P.; BASTOS, R. Conflitos fundiários e reforma agrária na Amazônia: Experiência do PDS Esperança no município de Anapu. **Passages de Paris (APEB-Fr)**, v. 12, p. 2016.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Salvador, Paidéia: p. 149-161, 2003.

GRAZIANO, J.S. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. João Pedro Stedile (org.) 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 163-170, 2013.

GREENPEACE. **Assentamentos de papel, madeira de lei: relatório-denúncia**. Relatório-denúncia - Parceria entre Inkra e madeireiros ameaça a Amazônia. 2007.

GUERRA, F. G. P. Q. **Contribuição dos produtos florestais não madeireiros na geração de renda na Floresta nacional do Tapajós – Pará**. Dissertação (Mestre em Ciências Florestais) Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Políticas Governamentais: a colonização como acontecimento**. In Territórios e Fronteiras. Cuiabá, vol. 7., 2014. p. 38-46.

GUZZO, M. R. S.; SANTANA, N. S. **Irmã Dorothy Stang: a mártir do PDS**. Anapu: [s.n.], 2009.

HARDIN, G. **The tragedy of the commons**. Science, New series, vol. 162, N. 3859, 1244-1248, 1968.

HÉBETTE, Jean. Fluxos migratórios decorrentes da política de desenvolvimento para a Amazônia. In: _____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. V. 1. Belém: EDUFPA, 2004.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. In: Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia, Administração E Sociologia Rural, 45, 2007, Londrina, 2007.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979, 140p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2017_v44_br_informativo.pdf

_____. Dados de população do Pará no ano de 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/anapu.pdf>. acessado: 06/10/20 18.

_____. Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério. Atlas do Censo Demográfico 2010/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 156 p. Disponível em: <https://goo.gl/qzrwqS>. Acesso em: 19 jul. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatórios de Gestão - INCRA 2016**, Superintendência Regional de Santarém SR-30.

_____. **Instrução Normativa nº 65 de 27 de dezembro de 2010**. Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento. Publicada no D.O.U. 31/12/2010.

_____. **Portaria / P/Nº 477, de 04 de novembro de 1999**. Trata da criação de Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Publicada no Diário Oficial dia 05/11/1999

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. INCRA e MPF vão rever assentamentos interditados que deveriam ser prioridade no Plano da BR-163 (Notícia 30/10/2007). Disponível em: www.institutosocioambiental.org.br . Acessado em 17/02/2018

IPAM. A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. 108 p. Série Estudos n. 8. Brasília. MMA, 2006.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). **Qualitative research in health care**. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

KOHLHEPP, G. Regional Policies in Brazil: the Spatial Impact of State Activity in Amazonia. In: T. Van *et al.* (eds.). **The diversity of development: essays in honour of Jan Kleinpenning**. Assen: Van Gorcum, 1997. p. 231-240.

KOHLHEPP, G. “Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira”. *Estudos Avançados* 16 (45), pp. 37-61, 2002.

LAMARCHE, H. (org). **A agricultura familiar: Uma realidade multiforme (parte 1)**. Campinas: Unicamp, 1993.

LEITE, F.L., CALDAS, M.M., SIMMONS, C., PERZ, S.G., ALDRICH, S., WALKER, R.T. **The social viability and environmental sustainability of direct action land reform settlements in the Amazon**. *Environment, Development and Sustainability*, vol. 13, n. 4 p. 773-788, 2011.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP; 2004.

LEITE, S.. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: **Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Fortaleza, 2010,

LEITE, S. (coord.); FLEXOR, G.; MEDEIROS, L.; DELGADO, N. G.; MALUF, R. Avaliando a gestão de políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policy-makers. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ – CNPq, 2006

LE TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente e Sociedade**, v.13, n.1, p.111-130, 2010.

LIMA, D.; POZZOBON J. **Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social**. Estudos Avançados, São Paulo, v.19, n.54, p.45-76, 2005.

LOPES, J.S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LOPES, J. S. L. A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

LUQUE, T. **Investigacion de marketing**. Ariel Economia, Barcelona, 1997.

MADEIRA, W.V. **Plano Amazônia Sustentável (PAS): Sustentabilidade para quem?** In: Anais do VI Encontro Nacional da ANPPAS, Belém, V.1, 2012.

_____. **Plano Amazônia Sustentável e desenvolvimento desigual**. Ambiente & Sociedade. V. 17, p. 19-34, 2014.

MANN, Peter H. Etapas da investigação sociológica. In: MANN, Peter H. **Investigação sociológica**. 2. ed. Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 40-61, 1975.

MARGARIT, E. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar. **Geografia em questão**. V. 06, p. 12-31, 2013.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. O Sujeito da reforma agrária: um estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, J.S. (Coord.). **Travessias: estudo sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003. 294 p.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social, **Cartilha PBF**, Brasília, 2015.

MEDEIROS, L. S., SOUZA, I. C., ALENTEJANO, P. R. Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA R. J., CARVALHO, L. C. C. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. 316 p. p. 179-204.

MENDES, J. F.. **O direito vivo na luta pela terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá em Anapu/PA. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2012.**

MENDES, J. F.; PORRO, N. S. M.. Conflitos sociais em tempos de ambientalismo: direito vivo à terra em assentamentos com enfoque conservacionista. **Ambiente & Sociedade**, vol. XVIII, núm. 2, abril-junho, 2015, pp. 97-114

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 5 ed. São Paulo. Polis, 1987. p. 191-211.

MINAYO, M. C. S. SANCHES, O, **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3) p. 239-262, 1993.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA.
Portaria/MEPF/Nº 88, DE 6 DE OUTUBRO DE 1999. Publicada no diário oficial dia 07/10/1999

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research. Qualitative Research Methods**. Series 16. London: Sage Publications, 1997.

NASCIMENTO SOARES, J. L. A organização territorial de assentamentos rurais para atender a legislação ambiental na Amazônia. Campo-Território. **Revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 3, n. 6, p. 143-155, 2008.

NEVES, D. P.. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1999, p. 5-28

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2ª Ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

PACHECO, P., NUNES, W.; ROCHA, C.; VIEIRA, I.; HERRERA, J. A.; SANTOS, K. A.; SILVA, T. F.; CAYRES, G. **Acesso a terra e meios de vida: examinando suas interações em três locais no Estado do Pará**. Belém Pará: CIFOR, 2009. 74 p.

PALMEIRA, M.. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. In.: Estudos Avançados. v. 3 n. 7, São Paulo, Set./Dez. 1989, p. 87-108.

PARÁ, Procuradoria da República no Pará (PRPA). Lista dos assentamentos interditados no Pará. Disponível em:<http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2007/Lista%20dos%20Projetos%20impugnados> 0. p.f.

PASQUIS, R.; SILVA, A. V. da; WEISS, J.; MACHADO, L. "**Reforma agrária**" na **Amazônia: balanço e perspectivas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, 2005 p. 83-96.

PORRO, R. PORRO, N. S. M., MENEZES, M. C., BARTHOLDSON, O. Collective action and forest management: institutional challenges for the environmental agrarian reform in Anapu, Brazilian Amazon. **International Forestry Review** Vol.1, p. 20-37, 2015.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMOS, M. P.. **Métodos Quantitativos e Pesquisa em Ciências Sociais: Lógica e Utilidade do Uso da Quantificação nas Explicações dos Fenômenos Sociais**. Mediações, Londrina, v. 18, n. 1, p.55-65, 2013.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da Reforma Agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. P.4-38.

RIBEIRO, R. F.. Introdução à questão metodológica. In: DIEGUES, A. C. S. **Conflitos sociais e meio ambientes: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

RIBEIRO, U. F.; LEOPOLDO, Paulo Rodolfo. **Colonização ao Longo da Transamazônica: Trecho Km 930 – 1035**. Revista Científica Eletrônica de Agronomia. Ano II, Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral de Garça/SP, Ed. No 3, 2003.

SABLAYROLLES, P.; ROCHA. C. Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Transamazônica. Belém: AFATRA, 2003, 299p.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. São Paulo: Garamond, 2004.

SANTOS, I. V. **Mobilidade espacial de agricultores familiares em áreas de assentamento: um estudo de caso no PDS Anapu - Estado do Pará**, Brasil. 2011. 217 p. Dissertações (Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2011.

SANTOS, I. V. D.; PORRO, N. S. M.; PORRO, R. **A intervenção no desmatamento e a estabilidade no acesso à terra: estudo comparativo entre duas modalidades de regularização fundiária na Transamazônica**, Brasil: relatório de estudo de caso. Belém, PA: International Land Coalition: CISEPA: World Agroforestry Centre: UFPA, 2011.

SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense**. [tradução: Bennett, P.; McDonough, J. F.; Michel, M.; e

Schlemmer, K.J. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

SCHNEIDER, R.R.; Arima, E.; Veríssimo, A.; Barreto, P.; Souza Júnior, C. **Amazônia Sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural**. Série Parcerias no 1. Brasília, Banco Mundial; Belém, Imazon. 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

_____. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do CEAM**, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate. Brasília, ano V, n. 17, p.23-42, fev. 2005.

_____. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 729).

SILVA, F. M. G. **Análise da sustentabilidade no processo de produção de moradias utilizando adobe e bloco cerâmico**. Caso: assentamento rural Pirituba II – Itapeva-SP. 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007 verificar

SILVA S. Q.; CAVALCANTE A. S. **Questão social e desenvolvimento sustentável na Amazônia: reflexões sociopolíticas**. Anais do II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus: EDUA. p. 374-393, 2012.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOUSA, F. N. **Participação social e alternativas de desenvolvimento na Transamazônica: a ONG ASSEEFA e os PDSs de Anapu-PA**. Dissertação (Mestrado). UFPA-IFCH Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

SOUZA, A.P. S. O desenvolvimento sócio-ambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes. Belém: UFPA/CA/NEAF, 2006 (dissertação).

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Ed. Páginas e Letras, 2003.

TCU. Tribunal de Contas da União. Relatório de auditoria coordenada nas unidades de conservação no bioma Amazônia. Brasília-DF: TCU. 2012

TORRES, M. **Terra privada, vida devoluta: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

_____. **Os assentamentos fantasmas e a metafísica da reforma agrária: análise da relação entre o Incra no oeste paraense e a extração ilegal de madeira e os números do II PNRA.** GEOGRAPHIA (UFF), v. 18, p. 205-232, 2016.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. In “**Cadernos de Ciência e Tecnologia**” (EMBRAPA), Vol. 13, n. 3, 1996.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, L.; GONDIM, S.M.G. **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político.** Opinião Pública. 2 (1), p. 1-15, 2001.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 37-46

ZHOURI, A. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente a Reconstrução da Ruralidade a Relação Sociedade/Natureza**, Curitiba, 2000.

_____. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 15.

WESTPHAL, M. F. ; BOGUS, C. M. ; FARIA, M. de M. **Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil.** Bol. Oficina Saint. Panam. Washington, v.120, n.6, p. 472-481, 1996.

WORLD BANK. World development report 1994: Infrastructure for development. Washington, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ANÁLISE QUALITATIVA

Nº do Questionário _____

Entrevistado: _____

Assentamento: _____

Data da entrevista ____/____/____

I – OCUPAÇÃO DAS TERRAS, MODALIDADE E MOBILIDADE

1. Como se deu a ocupação dessas terras onde hoje está localizado o assentamento?
Quais os responsáveis por essa ocupação?
2. Como iniciou o assentamento? Houve conflito? Houve presença e apoio de alguma instituição nesse processo?
3. Qual o perfil dos que chegaram nesses lotes?
4. Como você ficou sabendo desse assentamento? Como foi sua chegada até aqui?
5. Antes desse assentamento, sua família possuía outra terra? Porque saiu de lá?
6. Esse assentamento tem alguma regra? Quais você conhece?
7. Qual a modalidade desse assentamento?
8. Na sua opinião, quais seriam as principais necessidades a serem atendidas num projeto de assentamento de reforma agrária?
9. Quais instituições atuam positivamente neste assentamento? Por quê?
10. Quais instituições atuam negativamente neste assentamento? Por quê?
11. As famílias que participaram da ocupação da área ainda estão no assentamento?
12. Para onde foram os que não estão mais aqui?
13. Nos últimos anos, muitas famílias venderam e/ou deixaram o lote?
14. Porque essas famílias saíram?

II – ORGANIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

15. Vocês têm parentes no assentamento? Chegaram ao mesmo tempo?
16. Aqui existe uma comunidade? Quem você considera esta comunidade?
17. Existem conflitos dentro da comunidade?
18. Existem conflitos com gente de fora da comunidade?
19. Participam de associação ou cooperativa? Como avalia este grupo?
20. Que importância tem a religião para sua família? São muito religiosos?

21. Participam de algum outro grupo? Como avalia este grupo?
22. Na sua família fazem troca de diárias com outros? Com que frequência?
23. Na sua família participam de mutirões? Com que frequência?

III - ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS PELAS FAMÍLIAS

24. Quais eram as principais atividades desenvolvidas no início do assentamento?
25. E atualmente, quais são as atividades principais? O que mudou?
26. Considera que seu conhecimento é suficiente para o trabalho nesta terra?
27. Qual o principal conhecimento que você tem que apoia seu trabalho na terra?
28. Qual tem sido o principal problema técnico que você enfrenta no trabalho?
29. O que você acha do trabalho na roça?
30. O que você acha da criação de gado?
31. Que atividade econômica você gostaria de estar executando no futuro?
32. Que importância têm o Bolsa Família para vocês? Como usam os recursos?

IV - CONDIÇÃO DE VIDA E BEM ESTAR

33. De forma geral, como você avalia sua condição de vida nos últimos anos?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

O que mais contribui para sua condição de vida ser positiva?

O que mais dificulta sua condição de vida?

Que instituição/organização mais apoia sua condição de vida?

E qual a organização que mais dificulta sua condição de vida?

34. A produção de alimentos e os ganhos da família nos últimos anos têm sido suficientes para cobrir as necessidades?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Qual a atividade que mais contribui para os ganhos da família?

Que produto é o principal para o sustento da família?

Há alguma necessidade que não está sendo atendida? Qual?

35. Comparando com a média da vizinhança, da comunidade, como você considera sua condição de vida?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Há algo que faz sua condição de vida ser diferente dos vizinhos?

36. Comparando com 5 ou 10 anos atrás, como você considera sua condição de vida atual?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Qual a principal diferença da situação atual com 10 anos atrás?

37. Você considera essa comunidade um lugar bom para viver?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

O que faz um lugar ser bom para viver?

Quais os principais problemas desse lugar?

38. Em geral, você confia nas pessoas de sua comunidade? Por quê?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

O que faz crescer a confiança dentro de uma comunidade?

O que traz a desconfiança dentro de uma comunidade?

39. No caso de uma necessidade, você pode contar com a apoio de pessoas de sua comunidade? Por quê?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Que tipo de apoio é possível obter na comunidade?

40. Quais os projetos da família para o futuro?

41. Em sua opinião, seus filhos e netos continuarão vivendo e trabalhando nesta terra?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Qual a preferência de ocupação que você e sua esposa/o têm para o futuro de seus filhos netos?

Qual a preferência de seus filhos ou netos para ocupação?

Quem você acredita que estará ocupando esta terra daqui a 20 anos? E daqui a 50 anos?

42. Nos últimos anos seu domicílio enfrentou algum tipo de crise inesperada? De que tipo?

	1	2	3	4	5
Falta de chuva					

Excesso de chuva					
Fogo acidental					
Pragas e doenças na lavoura					
Doenças em animais					
Doença grave na família					
Morte na família					
Perda de terra (desapropriação, etc.)					
Conflitos sociais					
Roubo					
Perda de salário/emprego					
Gastos grandes com casamento ou eventos					
Migração: saída de membros do domicílio					
Pagamento de multas ou dívidas					
Produto ou trabalho não pago					
Outra crise. Qual?					

V – FLORESTAS, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

43. O que entende por Desenvolvimento Sustentável?
44. Como o assentamento ou PDS pode chegar ao desenvolvimento sustentável?
45. Que quantidade de floresta que você acha que deve manter no assentamento?
46. Qual a contribuição da floresta para o assentado?
47. Qual o prejuízo que a manutenção da floresta traz para o assentamento?
48. Você acha que a floresta poderia apoiar as famílias na geração de renda?
49. Já houve algum projeto ou atividade neste assentamento que considerasse a conservação das florestas e recursos naturais? Qual?
50. Que tipo de projeto poderia fazer com que a floresta contribuísse com o bem estar dos assentados?

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO PARA DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

QUESTIONÁRIO # _____

DATA DA ENTREVISTA: _____

A - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

CÓDIGO DO DOMICÍLIO: _____

1. Nome do responsável pelo domicílio			
2. Nome do cônjuge			
3. Entrevistado?	<i>1=responsável, 2=cônjuge, 3=ambos, 4=outra pessoa</i>		
4. Nome do assentamento	CÓDIGO DA COMUNIDADE: _____		
5. Município	CÓDIGO DO MUNICÍPIO: _____		
6. Distância do domicílio à cidade (minutos de moto, km)		<i>min</i>	<i>km</i>
7. Coordenadas de GPS do local?	Latitude:	Longitude:	

B - COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES DO DOMICÍLIO

1. Quantas pessoas vivem atualmente neste domicílio (somente as pessoas que moram na casa)?												
2. Qual foi o ano de nascimento da pessoa responsável pelo domicílio?												
3. Qual foi o ano de nascimento do cônjuge do/a responsável pelo domicílio?												
4. Até que série estudou a pessoa responsável pelo domicílio? <i>sem escolaridade=0; fundamental: 1 a 9; ensino médio: 10 a 12; universidade: 13 a 17; mestrado: 18 a 19</i>												
5. Até que série estudou o cônjuge da pessoa responsável pelo domicílio?												
6. Indique a idade das demais pessoas que vivem (moram) no domicílio, além do responsável e o cônjuge:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
7. Quantas pessoas que vivem neste domicílio estão trabalhando?												
8. O/a responsável pelo domicílio nasceu nesta localidade?											(1-0)	
9. O cônjuge (esposa/marido) do/a responsável pelo domicílio nasceu nesta localidade?											(1-0)	
10. Em quantos lugares o/s responsável pelo domicílio morou nos últimos 10 anos, incluindo este local?												
11. Qual a religião predominante no domicílio? <i>Códigos: 1=católico; 2=evangélico; 3=outro (qual?); 4= não tem religião</i>												
12. Qual a origem étnica do responsável e do cônjuge? <i>Códigos: (1) Brancos; (2) Pardos; (3) Pretos; (4) Outros</i>											(a) R	(b) C
13. Possui DAP? <i>Códigos: 1=sim, válida; 2=sim, vencida; 0=não</i>												
14. Qual o vínculo do responsável com o Estabelecimento (lote, terra)? <i>(1) Reside no estabelecimento e trabalha (em tempo integral ou parcial) no estabelecimento; (2) Reside no estabelecimento e trabalha fora (em tempo integral); (3) Não reside no estabelecimento e trabalha no estabelecimento; (4) Não reside nem trabalha no estabelecimento</i>											(a) R	(b) C

C - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS							
16. Tipo de eletricidade em sua casa? <i>1=rede pública; 2=gerador comunitário; 3=gerador próprio; 4=painel solar; 0=não possui; 9=outros</i>							
17. Desde que ano sua casa tem acesso à eletricidade ?							
18. Como é o acesso à água em sua casa? <i>1=encanada, rede pública; 2=encanada, poço semi-artesiano próprio; 3>manual (poço empedrado); 4>manual (chafariz/poço artesiano comunitário); 5>manual (poço cacimbão não revestido); 6>manual (rio/lago/açude); 7=cisterna (captação de chuva); 9=outros</i>							
19. Desde que ano sua casa tem acesso à água encanada?							
20. Quantas visitas da assistência técnica seu domicílio recebeu no último ano?							
21. Há quantos anos o estabelecimento recebe esta assistência técnica?				<i>anos</i>			
22. Como avalia o serviço de assistência técnica recebido? <i>Códigos: 1=muito insatisfeito; 2=insatisfeito; 3=indiferente; 4=satisfeito; 5=muito satisfeito</i>							
23. Atualmente utiliza crédito rural?				<i>(1-0)</i>			
24. Caso utilize, qual o tipo do empréstimo? (<i>Códigos: 1=investimento; 2=custeio; 3=outros</i>)							
25. Caso utilize crédito, qual o nome da linha de crédito? (exemplo: PRONAF B):							
26. Caso utilize, em que atividade o recurso do empréstimo é aplicado?							
27. Caso utilize, qual o valor do empréstimo atual?							
D - CONSUMO, SEGURANÇA ALIMENTAR E GASTOS FAMILIARES							
1. Qual o consumo médio mensal de sua família para os seguintes produtos.							
1.1. arroz:	kg	1.2. feijão:	kg	1.3. farinha:	kg	1.4. leite:	litros
1.5. café:	kg	1.6. óleo:	litros	1.7. açúcar:	kg	1.8. ovos:	duzias
2. Quais os três produtos comprados para alimentação que resultaram os maiores gastos em sua casa nos últimos 30 dias?							
2.1.		2.2.		2.3.			
3. Qual foi a média mensal de gastos do domicílio (em R\$) nos três meses anteriores, com os seguintes itens:							
a. Compra de alimentos para o domicílio	R\$	3.6. Passagens		R\$			
b. Saúde	R\$	3.7. Energia elétrica		R\$			
c. Educação	R\$	3.8. Diversão / lazer		R\$			
d. Vestuário	R\$	3.9. Produto de higiene / cosméticos		R\$			
e. Combustível	R\$	3.10. Outro gasto relevante? Qual?		R\$			
4. Em sua cozinha, o que é mais usado para preparar as refeições? <i>Códigos: 1=só fogão a gás; 2=só fogão a lenha; 3=só fogareiro a carvão; 4=fogão a gás (+) e lenha ou carvão (-); 5=lenha ou carvão (+) e fogão a gás (-); 6=outro método (especificar):</i>							

E - CONDIÇÕES DA MORADIA E BENS DO DOMICÍLIO**E1. Por favor informe as características de sua moradia.**

1. Quantos m ² aproximadamente tem a casa?	m ²
2. Qual é o principal (mais comum) material das paredes? ¹⁾	
3. Qual é o principal (mais comum) material do telhado? ²⁾	
4. Qual é o principal (mais comum) material do piso? ³⁾	
5. Qual é o tipo de sanitário presente em sua casa? ⁴⁾	
6. Além desta em que está morando, possui outra casa? ⁷⁾	

1) Paredes: 1=folha de palmeira; 2=tronco de palmeira; 3=madeira; 4=taipa; 5=adobe; 6=metal; 7=tijolos, blocos; 9=outro

2) Telhado: 1=palha/folha de palmeira; 2=madeira; 3=metal/zinco; 4=telhas tipo Brasilit; 5=telhas de cerâmica; 9=outros

3) Piso: 1=barro/terra batida; 2=tronco de palmeira; 3=madeira (tábuas); 4=cimento; 5=lajotas/cerâmica; 9=outros

4) Banheiro: 1= interno c/água corrente; 2=externo c/ a.c.; 3=interno sem água corrente; 4=externo sem água corrente;

5=fossa séptica/latrina; 6=fossa rústica; 0=não possui;

5) Outra casa: 1=na cidade; 2=dentro do lote / na propriedade; 3=na própria comunidade; 4=em outro local

E2. Por favor indique o número dos bens do domicílio e equipamentos produtivos.

Indique o valor estimado de venda (não o preço de compra) dos 5 itens considerados de maior valor, em cada coluna.

bens de consumo	1. unidades	2. valor	equipamentos produtivos	1. unidades	2. valor
8. Automóvel			1. Trator		
9. Motocicleta			2. Caminhão		
10. TV			3. Motor diesel / gasolina		
11. Antena parabólica			4. Motosserra		
12. DVD/CD/som			5. Carroça		
13. Telefone celular			6. Canoa ou barco		
14. Geladeira			7. Farinheira		
15. Fogão a gás			8. Forrageira		
16. Forno de microondas			9. Freezer (para polpa, etc)		
17. Computador			10. Carro de mão		
18. Notebook ou tablet			11. Pulverizador costal		
19. Máquina de costura			12. Plantadora manual		
20. Gerador de energia			13. Roçadeira a gasolina		
21. Máquina de lavar			14. Espingarda		
22. Bicicleta			15. Cavadeira		

E3. Por favor indique se o domicílio possui alguma destas construções em sua terra.

	unidades		unidades		unidades
--	----------	--	----------	--	----------

4. Galpão de alvenaria	m ²	5. Galpão de madeira	m ²	6. Curral de tábuas	m ²
7. Estábulo	m ²	8. Cerca	km	9. Açude	m ²
10. Tanques para peixes	m ²	11. Aprisco ou pocilga	m ²	12. Galinheiro	

E4. Por favor indique a quantidade das árvores fruteiras em produção em seu quintal ou sítio

	quantidade		quantidade		quantidade
1. Laranja		1. Graviola		15. bacuri	
2. Limão		2. Abacate		16. buriti	
3. coco		3. cupuaçu		17. carambola	
4. caju		4. pupunha		18. tamarindo	
5. manga		5. açaí plantado		19. banana (touceiras)	
6. goiaba		6. ata, condessa, biribá		20. outras	
7. acerola		7. jaca		21. outras	

E5. Por favor indique a quantidade de animais atualmente criados pelo domicílio

	quantidade		quantidade		quantidade
1. bovinos: touro		7. equinos, muares		13. frangos, galinhas	
2. vacas		8. ovinos		14. pintos	
3. garrotes		9. caprinos		15. outras aves adultas	
4. novilhas		10. suínos adultos		16. outras aves crias	
5. bezerro/as		11. suínos (crias)		17. peixes	
6. búfalos		12. caixas de abelha		18. outros animais	

F - USO DA TERRA

Por favor indique o tamanho da terra/área (em hectares) que possui/ocupa de acordo com as categorias abaixo.

Categoria	1. Área (ha)
Áreas agrícolas	
1. Cultivos agrícolas anuais	

2. Cultivos agrícolas permanentes	
3. Quintal com fruteiras, pomar	
<i>Pastagens</i>	
4. Pasto limpo	
5. Pasto sujo (com juqueira)	
<i>Capoeiras</i>	
6. Terra em pousio do ano anterior (palhada)	
7. Terra em pousio (capoeira fina: 2 a 5 anos)	
8. Terra em pousio (capoeira grossa: 6-20 anos)	
<i>Florestas</i>	
9. Floresta natural / primária / mata (terra firme)	
10. Floresta secundária com mais de 20 anos	
11. Floresta plantada	
<i>Outros tipos de usos da terra</i>	
12. Lagos, rios, igarapés ou açudes	
13. Área residencial, construções e terra nua	
14. Outros usos da terra. Discriminar:	
15. Total da terra possuída (1+2+3+...+14)	
16. Quantas nascentes de água existem nesta sua terra?	

G - ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS

G1. Por favor informe sobre as áreas de cultivo agrícola em sua terra/lote:

1. Quantas áreas (parcelas) agrícolas de cultivos permanentes possui?	<i>parcelas</i>
2. Para cada área de cultivo permanente, informe o tamanho, o(s) cultivo(s) existente(s), a idade e se já está em produção. <i>Códigos (vide tabela de código-produto para lista completa):</i>	

#	1. Área (ha)	2. Principal cultivo	3. Outros cultivos na parcela	4. Idade do plantio (anos)	5. Produzindo? (sim: 1- não: 0)
2.1					
2.2					
3. Quantas tarefas de cultivo anual vai plantar nesse ano (2018)?					
4. Quantas tarefas de cultivo anual plantou no ano passado? (2017)?					
5. Qual foi a produção total colhida nos últimos dois anos, incluindo o que foi consumido e o vendido? (responda em Kg)					
	arroz	Milho	Feijão	mandioca (farinha)	fava
2018	5.1. kg	5.2. kg	5.3. kg	5.4. kg	5.9 kg
2017	5.5 kg	5.6. kg	5.7. kg	5.8. kg	5.10 kg

G2. Por favor informe sobre as áreas de pastagem plantada em sua terra/lote:

1. Qual a área plantada com cada tipo de pasto, em quantos piquetes estão divididos, e as áreas formadas recentemente?

#	1. Área (ha)	2. Tipo de pasto	3. Número de divisões / piquetes	4. Área plantada nos últimos 5 anos
1.1				
1.2				

Códigos: 1=braquiária (*Brachiaria decumbens*); 2=braquiarião (*Brachiaria brizantha*); 3=mombaça; 4=colonião (*Panicum maximum*); 5=quicuí; 6=andropogon; 7=jaraguá; 9=outras, especificar

H - PRÁTICAS DE MANEJO E CULTIVO

1. Qual a distância entre o local de sua área de roça mais recente e sua moradia? (caso tenha cultivado mais de uma parcela, responda para aquela que considere a principal)	metros		
2. Caso tenha utilizado a queima, em que hora do dia foi realizada? Códigos: 1=até 9hs; 2=entre 9-12hs; 3=12-15hs; 4=15-18hs; 5=após 18hs			
3. Como avalia o resultado desta queima? Códigos: 1=queimou muito bem; 2=queimou mais ou menos; 3=queimou mal;			
4. Foi possível aproveitar alguma madeira do terreno em que plantou a roça? Códigos: 1=sim, antes de queimar; 2=sim, depois da queima; 0=não			
5. Qual(quais) as espécies de madeira que aproveitou?			
6. Se aproveitou a madeira, para que finalidade? Códigos: 1=lenha; 2=fabricar carvão; 3=construções próprias; 4=venda			
7. Informe como obteve as sementes ou mudas das espécies utilizadas, e o nome destas variedades:			
#	cultivo	origem	nome da(s) variedade(s) utilizadas

a	Arroz							
b	Milho							
c	Feijão							
e	Mandioca							
f	Macaxeira							
<p><i>Códigos de origem: 1=comprada no mercado; 2=recebida de órgão do governo; 3=recebida de empresas; 4=comprada de outros produtores; 5=doada por produtores de outras comunidades, 6=doada por outros produtores da mesma comunidade; 7=produzida localmente no mesmo estabelecimento; 9=outras (especificar)</i></p>								
8. Informe se em 2016-2017 utilizou os seguintes insumos e suas quantidades e preços:								
<i>insumo</i>	<i>herbicida</i>	<i>inseticida</i>	<i>Fungicida</i>	<i>adubo químico</i>	<i>adubo orgânico</i>	<i>produto veterinário</i>		
<i>sim/não</i>								
<i>marca / tipo</i>								
9. Orientou-se pela fase da lua, para a data do plantio?							<i>(sim: 1- não: 0)</i>	
10. Qual o principal problema técnico que sua família enfrenta para a produção?								
11. O que seria mais necessário para melhorar sua produção? Coloque em ordem de prioridade, com notas de 1 a 6, sendo 1 o menos necessário e 6 o mais necessário.								
<input type="checkbox"/> Sementes e mudas de qualidade <input type="checkbox"/> Melhorar a qualidade do solo <input type="checkbox"/> Mecanizar <input type="checkbox"/> Utilizar irrigação <input type="checkbox"/> Controlar o mato <input type="checkbox"/> Controlar pragas ou doenças								
12. Informe o que tem sido mais útil para seu aprendizado de novas técnicas?						1	2	
<i>Códigos: 1=programas na TV; 2=programas de rádio; 3=cartilhas; 4=visita de extensionistas; 5=visitas a produtores; 6=cursos de capacitação; 7=familiar que estudou; 8=outra</i>								
I - ATIVIDADES GERADORAS DE RENDA PARA O DOMICÍLIO								
5. Quais as duas principais fontes de renda monetária para o domicílio?								
6. Quais as duas principais fontes de renda não monetária para o domicílio?								
7. Por favor informe que atividades geraram renda monetária ao domicílio nos últimos 12 meses, e o respectivo rendimento (<i>relatar o valor exato se possível ou estimar nos intervalos abaixo</i>)								
		< R\$ 100	R\$ 101 - 500	R\$ 501 - 1.000	R\$1.001 - 2.000	R\$ 2.001 - 5.000	R\$ 5.001 - 10.000	> R\$ 10.000

1.	<i>Venda de milho</i>							
2.	<i>Venda de arroz</i>							
3.	<i>Venda de feijão</i>							
4.	<i>Venda de mandioca (raiz)</i>							
5.	<i>Venda de farinha de mandioca</i>							
6.	<i>Venda de fava</i>							
7.	<i>Venda de outro cultivo anual</i>							
8.	<i>Venda de banana</i>							
9.	<i>Venda de outras frutas</i>							
10.	<i>Venda de outras perenes</i>							
11.	<i>Venda de hortaliças</i>							
12.	<i>Venda processados agrícolas</i>							
13.	<i>Venda de gado bovino</i>							
14.	<i>Venda de cavalos, burros</i>							
15.	<i>Venda de suínos</i>							
16.	<i>Venda de aves</i>							
17.	<i>Venda de peixe</i>							
18.	<i>Venda de outros animais</i>							
19.	<i>Venda de leite</i>							
20.	<i>Venda de derivados de leite</i>							
21.	<i>Venda de carne **</i>							
22.	<i>Venda de ovos</i>							
23.	<i>Venda de mel</i>							
24.	<i>Venda de outro produto animal</i>							
25.	<i>Venda de açaí</i>							
26.	<i>Venda de castanha</i>							
27.	<i>Venda de andiroba</i>							
28.	<i>Venda de copaiba</i>							
29.	<i>Venda outros PFM in natura</i>							

30.	<i>Venda de PFNM processados</i>								
31.	<i>Venda de madeira</i>								
32.	<i>Venda de lenha</i>								
33.	<i>Venda de carvão de madeira</i>								
34.	<i>Renda de comércio próprio</i>								
35.	<i>Renda de transporte próprio</i>								
36.	<i>Renda máquina beneficiadora</i>								
37.	<i>Venda de artesanato</i>								
38.	<i>Diárias no trabalho agrícola</i>								
39.	<i>Diárias na cidade</i>								
40.	<i>Trabalho especializado</i>								
41.	<i>Salário funcionário público</i>								
42.	<i>Salário mensal na zona rural</i>								
43.	<i>Salário mensal na cidade</i>								
44.	<i>Bolsa família</i>								
45.	<i>Aposentadoria – pensão</i>								
46.	<i>Remessa de parentes</i>								
47.	<i>Recurso de projeto / governo</i>								
48.	<i>Renda ou aluguel de terra</i>								
49.	<i>Outras rendas rurais</i>								
50.	<i>Outras rendas não rurais</i>								
8. Estimativa do valor total de renda monetária do domicílio no ano passado? (somar)							R\$		

ANEXO 4 - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA OS TÉCNICOS DAS

INSTITUIÇÕES Nº do Questionário _____

Entrevistado: _____

Instituição: _____

Data da entrevista ____/____/____

RESGATAR O SURGIMENTO DA MODALIDADE DE ASSENTAMENTO PDS, ANALISANDO O PAPEL DOS DIFERENTES SETORES GOVERNAMENTAIS E DA SOCIEDADE CIVIL ENVOLVIDOS EM SUA CRIAÇÃO;

- 1- De quem foi a iniciativa para a criação dos PDS nessa região?
- 2- Quais foram as principais justificativas para criar essa modalidade?
- 3- Qual era a opinião dos envolvidos? (movimento social, sindicato, Igreja, sem-terra, madeireiros, fazendeiros, prefeituras, etc)
- 4- Houveram outras propostas além do PDS? Qual era a proposta das famílias?
- 5- Quais instituições estavam envolvidas nesse processo, e qual o papel das mesmas na consolidação dos PDS?
- 6- Qual foi o episódio ou situação mais importante para decidir pela criação de PDS?

COMPREENDER OS FATORES QUE LEVARAM À OBSTRUÇÃO JURÍDICA DE PDSS NA SR-30 DO INCRA E AVALIAR A ATUAL SITUAÇÃO DESTAS ÁREAS

1. Por qual motivo alguns PDS sofreram obstrução jurídica na região de Santarém e Altamira?
2. Qual era a situação dessas terras na época da criação dos projetos?
3. E qual a situação atual dessas áreas?
4. Havia famílias residindo nessas áreas? E agora, quem ocupa essas terras?
5. Qual o principal impacto do cancelamento desses assentamentos?
6. O que foi realizado pelas instituições responsáveis diante do acontecido?
7. O que deve ser feito agora com essas áreas?

COMPARAR OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E AÇÕES ASSOCIADAS À CRIAÇÃO DE PDS E PA CONVENCIONAIS NO SUDOESTE DO PARÁ

- 1- Quais as principais diferenças entre os processos administrativos relacionados a criação das modalidades de assentamento PDS e PA?
- 2- Há diferenças quanto a ações de reforma agrária disponíveis em cada uma dessas modalidades?
- 3- Em relação aos critérios para a seleção dos assentados há alguma diferenciação? Qual?

4- E com relação ao uso da terra e recursos naturais nas áreas? Há alguma diferença?

IDENTIFICAR E AVALIAR A OCORRÊNCIA DE INICIATIVAS CONCRETAS COM CARÁTER AMBIENTALMENTE DIFERENCIADO NOS PDS NO SUDOESTE DO PARÁ

1- Já houveram projetos ou atividades nos PDS que considerassem a conservação das florestas e recursos naturais? Quais?

AVALIAR O IMPACTO DA MODALIDADE PDS PARA FIXAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS QUANDO COMPARADO A PAS CONVENCIONAIS NO SUDOESTE DO PARÁ

- 1- As famílias que participaram da ocupação das áreas no início ainda estão no assentamento? Por qual motivo?
- 2- Existe registro dos últimos 10 anos, de quantas famílias dos assentamentos venderam ou abandonaram suas propriedades? Na sua opinião qual o motivo dessa evasão?
- 3- Qual sua percepção a respeito da modalidade de assentamento PDS? Você considera que os PDS (Virola e Esperança) cumprem os critérios exigidos na modalidade?

ANEXO 5- RESULTADOS DOS GRUPOS FOCAIS

INFRAESTRUTURA SOCIAL – CAPITAL FÍSICO

Grupo focal	PDS VIROLA JATOBÁ			PDS ESPERANÇA			PDS						PA PILÃO POENTE 2			PA PILÃO POENTE 3			PA						TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	VIROLA	ESPERANÇA	SUB-TOTAL1		7	8	9	10	11	12	P.POENTE2		P.POENTE3		SUB-TOTAL2					
<i>n</i>	1	4	6	8	5	4	11	17	28		2	4	4	12	2	6	10	20	30		58					
<i>item</i>	<i>notas atribuídas</i>						<i>MA</i>	<i>MP</i>	<i>MA</i>	<i>MP</i>	<i>MA</i>	<i>MP</i>	<i>notas atribuídas</i>						<i>MA</i>	<i>MP</i>	<i>MA</i>	<i>MP</i>	<i>MA</i>	<i>MP</i>	<i>MA</i>	<i>MP</i>
1.1	4	5	1	5	8	3	3,3	2,7	5,3	5,4	4,3	4,4	2	7	5	7	6	6	4,7	5,2	6,3	6,6	5,5	6,1	4,9	5,3
1.2	6	8	7	4	8	8	7,0	7,3	6,7	6,1	6,8	6,6	5	4	6	10	6	7	5,0	5	7,7	8,7	6,3	7,5	6,6	7,0
1.3	1	1	1	1	1	1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1	1	7	10	4	4	3,0	3,4	6,0	7,6	4,5	6,2	2,8	3,7
1.4	2	1	1	1	1	1	1,3	1,1	1,0	1,0	1,2	1,0	6	3	6	1	1	4	5,0	4,8	2,0	1,9	3,5	2,9	2,3	2,0
1.5	1	5	1	2	7	5	2,3	2,5	4,7	4,2	3,5	3,5	1	10	4	8	7	5	5,0	5,8	6,7	7,0	5,8	6,6	4,7	5,1
1.6	9	7	1	10	8	6	5,7	3,9	8,0	8,5	6,8	6,7	10	5	7	10	10	8	7,3	6,8	9,3	9,4	8,3	8,5	7,6	7,6
1.7	1	6	1	7	8	5	2,7	2,8	6,7	6,8	4,7	5,3	1	3	1	1	1	1	1,7	1,8	1,0	1,0	1,3	1,3	3,0	3,2
1.8	9	8	1	10	5	5	6,0	4,3	6,7	7,4	6,3	6,1	1	3	1	1	1	1	1,7	1,8	1,0	1,0	1,3	1,3	3,8	3,6
1.9	9	10	8	1	7	8	9,0	8,8	5,3	4,4	7,2	6,1	1	1	6	8	10	10	2,7	3,0	9,3	8,8	6,0	6,9	6,6	6,5
total	42	51	22	41	53	42	38,3	34,4	45,3	44,8	41,8	40,7	28	37	43	56	46	46	36,0	37,6	49,3	52	42,7	47,2	42,3	44,1
média	4,7	5,7	2,4	4,6	5,9	4,7	4,3	3,8	5,1	5,0	4,7	4,5	3,1	4,1	4,8	6,2	5,1	5,1	4,0	4,2	5,5	5,8	4,7	5,2	4,7	4,9

INSUMOS E INFRAESTRUTURA PRODUTIVA

Grupo focal	PDS VIROLA JATOBÁ			PDS ESPERANÇA			PDS						PA PILÃO POENTE 2			PA PILÃO POENTE 3			PA						TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	VIROLA	ESPERANÇA	SUB-TOTAL1		7	8	9	10	11	12	P.POENTE2	P.POENTE3	SUB-TOTAL2							
n	1	4	6	8	5	4	11	17	28		2	4	4	12	2	6	10	20	30		58					
item	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	MA	MP
2.1	8	8	6	7	5	8	7,3	6,9	6,7	6,6	7,0	6,8	4	1	8	1	3	5	4,3	4,4	3,0	2,4	3,7	3,1	5,3	4,8
2.2	1	1	1	5	5	1	1,0	1,0	3,7	4,1	2,3	2,9	3	5	6	1	5	5	4,7	5	3,7	2,6	4,2	3,4	3,3	3,1
2.3	1	1	1	1	1	1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1	1	1	1	1	5	1,0	1	2,3	2,2	1,7	1,8	1,3	1,4
2.4	1	1	1	1	1	6	1,0	1,0	2,7	2,2	1,8	1,7	3	1	7	1	1	5	3,7	3,8	2,3	2,2	3,0	2,7	2,4	2,2
2.5	6	7	8	2	6	6	7,0	7,5	4,7	4,1	5,8	5,4	2	6	7	9	7	5	5,0	5,6	7,0	7,6	6,0	6,9	5,9	6,2
2.6	6	7	8	2	6	1	7,0	7,5	3,0	2,9	5,0	4,7	2	6	4	9	7	6	4,0	4,4	7,3	7,9	5,7	6,7	5,3	5,8
total	23	25	25	18	24	23	24,3	24,8	21,7	20,9	23,0	22,5	15	20	33	22	24	31	22,7	24,2	25,7	24,9	24,2	24,7	23,6	23,6
média	3,8	4,2	4,2	3,0	4,0	3,8	4,1	4,1	3,6	3,5	3,8	3,7	2,5	3,3	5,5	3,7	4	5,2	3,8	4,0	4,3	4,2	4,0	4,1	3,9	3,9

ORGANIZAÇÃO SOCIAL-CAPITAL SOCIAL

Grupo focal	PDS VIROLA JATOBÁ			PDS ESPERANÇA			PDS						PA PILÃO POENTE 2			PA PILÃO POENTE 3			PA						TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	VIROLA	ESPERANÇA	SUB-TOTAL1		7	8	9	10	11	12	P.POENTE2	P.POENTE3		SUB-TOTAL2						
<i>n</i>	1	4	6	8	5	4	11	17		28		2	4	4	12	2	6	10		20		30		58		
<i>item</i>	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	MA	MP
3.1	5	5	4	1	7	1	4,7	4,5	3,0	2,8	3,8	3,4	2	1	8	1	8	1	3,7	4	3,3	1,7	3,5	2,5	3,7	2,9
3.2	6	1	1	1	1	1	2,7	1,5	1,0	1,0	1,8	1,2	2	1	5	1	1	1	2,7	2,8	1,0	1	1,8	1,6	1,8	1,4
3.3	4	1	1	7	7	1	2,0	1,3	5,0	5,6	3,5	3,9	2	4	4	1	1	1	3,3	3,6	1,0	1	2,2	1,9	2,8	2,8
3.4	7	8	10	10	10	1	8,3	9,0	7,0	7,9	7,7	8,3	10	10	10	10	9	8	10,0	10	9,0	9,3	9,5	9,5	8,6	8,9
3.5	7	8	7	5	9	3	7,3	7,4	5,7	5,7	6,5	6,4	10	10	10	1	1	1	10,0	10	1,0	1	5,5	4,0	6,0	5,1
3.6	4	3	1	1	3	5	2,7	2,0	3,0	2,5	2,8	2,3	1	1	1	1	4	1	1,0	1	2,0	1,3	1,5	1,2	2,2	1,7
3.7	2	5	1	10	10	10	2,7	2,5	10,0	10,0	6,3	7,1	9	7	8	8	7	8	8,0	7,8	7,7	7,9	7,8	7,9	7,1	4,1
3.8	2	2	10	10	8	10	4,7	6,4	9,3	9,4	7,0	8,2	4	5	8	7	4	8	5,7	6	6,3	7	6,0	6,7	6,5	7,4
total	37	33	35	45	55	32	35,0	34,5	44,0	44,9	39,5	40,8	40	39	54	30	35	29	44,3	45,2	31,3	30,2	37,8	35,2	38,7	37,9
média	4,6	4,1	4,4	5,6	6,9	4,0	4,4	4,3	5,5	5,6	4,9	5,1	5	4,9	6,8	3,8	4,4	3,6	5,5	5,7	3,9	3,8	4,7	4,4	4,8	4,3

POLÍTICA PÚBLICAS

	PDS VIROLA JATOBÁ			PDS ESPERANÇA			PDS						PA PILÃO POENTE 2			PA PILÃO POENTE 3			PA						TOTAL	
Grupo focal	1	2	3	4	5	6	VIROLA		ESPERANÇA		SUB-TOTAL1		7	8	9	10	11	12	P.POENTE2		P.POENTE3		SUB-TOTAL2			
n	1	4	6	8	5	4	11		17		28		2	4	4	12	2	6	10		20		30		58	
item	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	MA	MP
4.1	1	1	1	8	8	5	1,0	1,0	7,0	7,3	4,0	4,8	1	5	8	5	5	5	4,7	5,4	5,0	5	4,8	5,1	4,4	5,0
4.2	1	1	1	1	1	1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1	5	7	1	1	3	4,3	5	1,7	1,6	3,0	2,7	2,0	1,9
4.3	3	1	1	1	1	1	1,7	1,2	1,0	1,0	1,3	1,1	1	1	1	1	5	1	1,0	1	2,3	1,4	1,7	1,3	1,5	1,2
4.4	1	1	1	1	1	1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1	1	1	1	1	1	1,0	1	1,0	1	1,0	1,0	1,0	1,0
4.5	1	1	1	1	1	1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1	1	1	1	1	1	1,0	1	1,0	1	1,0	1,0	1,0	1,0
4.6	4	1	1	1	1	1	2,0	1,3	1,0	1,0	1,5	1,1	1	1	1	1	1	1	1,0	1	1,0	1	1,0	1,0	1,3	1,1
4.7	1	1	1	1	1	1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1	1	1	1	1	1	1,0	1	1,0	1	1,0	1,0	1,0	1,0
total	12	7	7	14	14	11	8,7	7,5	13,0	13,3	10,8	11,0	7	15	20	11	15	13	14,0	15,4	13,0	12	13,5	13,1	12,2	12,1
média	1,7	1,0	1,0	2,0	2,0	1,6	1,2	1,1	1,9	1,9	1,5	1,6	1	2,1	2,9	1,6	2,1	1,9	2,0	2,2	1,9	1,7	1,9	1,9	1,7	1,7

SITUAÇÃO AMBIENTAL- CAPITAL NATURAL

	PDS VIROLA JATOBÁ			PDS ESPERANÇA			PDS						PA PILÃO POENTE 2			PA PILÃO POENTE 3			PA						TOTAL	
Grupo focal	1	2	3	4	5	6	VIROLA	ESPERANÇA	SUB-TOTAL1		7	8	9	10	11	12	P.POENTE2	P.POENTE3	SUB-TOTAL2							
n	1	4	6	8	5	4	11	17	28		2	4	4	12	2	6	10	20	30		58					
item	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	MA	MP
5.1	9	9	8	10	10	10	8,7	8,5	10,0	10,0	9,3	9,4	9	10	8	5	7	8	9,0	9	6,7	6,1	7,8	7,1	8,6	8,2
5.2	7	4	1	6	9	6	4,0	2,6	7,0	6,9	5,5	5,2	8	8	9	5	8	7	8,3	8,4	6,7	5,9	7,5	6,7	6,5	6,0
5.3	10	5	1	5	6	1	5,3	3,3	4,0	4,4	4,7	3,9	5	6	7	7	5	6	6,0	6,2	6,0	6,5	6,0	6,4	5,3	5,2
5.4	4	6	9	5	9	10	6,3	7,5	8,0	7,4	7,2	7,4	8	6	8	10	7	7	7,3	7,2	8,0	8,8	7,7	8,3	7,4	7,8
5.5	2	6	2	10	8	10	3,3	3,5	9,3	9,4	6,3	7,1	4	7	6	9	6	6	5,7	6	7,0	7,8	6,3	7,2	6,3	7,1
5.6	1	5	2	7	10	8	2,7	3,0	8,3	8,1	5,5	6,1	5	7	7	2	7	6	6,3	6,6	5,0	3,7	5,7	4,7	5,6	5,4
5.7	5	5	10	7	8	8	6,7	7,7	7,7	7,5	7,2	7,6	9	7	8	5	8	6	8,0	7,8	6,3	5,6	7,2	6,3	7,2	4,3
total	38	40	33	50	60	53	37,0	36,0	54,3	53,6	45,7	46,7	48	51	53	43	48	46	50,7	51,2	45,7	44,4	48,2	46,7	46,9	46,7
média	5,4	5,7	4,7	7,1	8,6	7,6	5,3	5,1	7,8	7,7	6,5	6,7	6,9	7,3	7,6	6,1	6,9	6,6	7,2	7,3	6,5	6,3	6,9	6,7	6,7	6,3

REND A, TRABALHO E FINANÇAS

	PDS VIROLA JATOBÁ			PDS ESPERANÇA			PDS						PA PILÃO POENTE 2			PA PILÃO POENTE 3			PA						TOTAL	
Grupo focal	1	2	3	4	5	6	VIROLA		ESPERANÇA		SUB-TOTAL1		7	8	9	10	11	12	P.POENTE2		P.POENTE3		SUB-TOTAL2			
n	1	4	6	8	5	4	11		17		28		2	4	4	12	2	6	10		20		30		58	
item	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	MA	MP
6.1	1	4	2	10	9	6	2,3	2,6	8,3	8,8	5,3	6,4	9	6	7	7	9	5	7,3	7	7,0	6,6	7,2	6,7	6,3	6,6
6.2	1	6	7	4	5	1	4,7	6,1	3,3	3,6	4,0	4,6	7	7	8	8	9	8	7,3	7,4	8,3	8,1	7,8	7,9	5,9	6,3
6.3	1	3	1	1	1	1	1,7	1,7	1,0	1,0	1,3	1,3	8	1	1	1	1	1	3,3	2,4	1,0	1	2,2	1,5	1,8	1,4
6.4	1	2	1	10	6	1	1,3	1,4	5,7	6,7	3,5	4,6	8	7	8	5	6	3	7,7	7,6	4,7	4,5	6,2	5,5	4,8	5,1
6.5	5	5	9	10	9	9	6,3	7,2	9,3	9,5	7,8	8,6	10	4	9	8	9	5	7,7	7,2	7,3	7,2	7,5	7,2	7,7	7,9
6.6	5	6	6	3	7	5	5,7	5,9	5,0	4,6	5,3	5,1	6	7	7	7	7	5	6,7	6,8	6,3	6,4	6,5	6,5	5,9	5,9
6.7	4	6	2	5	7	1	4,0	3,6	4,3	4,6	4,2	4,3	7	7	6	3	5	7	6,7	6,6	5,0	4,4	5,8	5,1	5,0	2,7
total	18	32	28	43	44	24	26,0	28,5	37,0	38,8	31,5	34,8	55	39	46	39	46	34	46,7	45	39,7	38,2	43,2	40,5	37,3	37,7
média	2,6	4,6	4,0	6,1	6,3	3,4	3,7	4,1	5,3	5,5	4,5	5,0	7,9	5,6	6,6	5,6	6,6	4,9	6,7	6,4	5,7	5,5	6,2	5,8	5,3	5,1

ATUAÇÃO DO INCRA

Grupo focal	PDS VIROLA JATOBÁ			PDS ESPERANÇA			PDS						PA PILÃO POENTE 2			PA PILÃO POENTE 3			PA						TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	VIROLA	ESPERANÇA	SUB-TOTAL1		7	8	9	10	11	12	P.POENTE2	P.POENTE3		SUB-TOTAL2						
<i>n</i>	1	4	6	8	5	4	11	17	28		2	4	4	12	2	6	10	20		30		58				
<i>item</i>	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	notas atribuídas						MA	MP	MA	MP	MA	MP	MA	MP
7.1	1	1	1	1	4	1	1,0	1,0	2,0	1,9	1,5	1,5	1	1	3	1	2	5	1,7	1,8	2,7	2,3	2,2	2,1	1,8	1,8
7.2	8	6	5	3	7	1	6,3	5,6	3,7	3,7	5,0	4,5	1	5	5	5	2	8	3,7	4,2	5,0	5,6	4,3	5,1	4,7	4,8
7.3	1	2	1	1	1	1	1,3	1,4	1,0	1,0	1,2	1,1	2	1	1	2	2	3	1,3	1,2	2,3	2,3	1,8	1,9	1,5	1,6
7.4	1	1	1	8	3	1	1,0	1,0	4,0	4,9	2,5	3,4	3	4	3	1	1	1	3,3	3,4	1,0	1	2,2	1,8	2,3	2,6
7.5	1	1	1	2	3	1	1,0	1,0	2,0	2,1	1,5	1,6	8	10	5	2	1	3	7,7	7,6	2,0	2,2	4,8	4,0	3,2	2,9
7.6	1	1	1	2	1	1	1,0	1,0	1,3	1,5	1,2	1,3	1	1	1	1	1	1	1,0	1	1,0	1	1,0	1,0	1,1	1,1
total	13	12	10	17	19	6	11,7	11,0	14,0	15,0	12,8	13,4	16	22	18	12	9	21	18,7	19,2	14,0	14,4	16,3	16,0	14,6	14,8
média	2,2	2,0	1,7	2,8	3,2	1,0	1,9	1,8	2,3	2,5	2,1	2,2	2,7	3,7	3	2	1,5	3,5	3,1	3,2	2,3	2,4	2,7	2,7	2,4	2,5